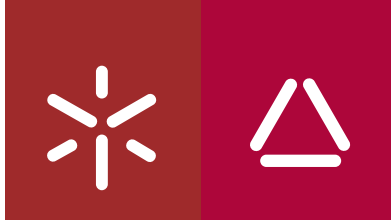




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Claudia Hickenbick

**Patrimonialização, processos identitários
e turismo na Ilha de Santa Catarina**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Claudia Hickenbick

**Patrimonialização, processos identitários
e turismo na Ilha de Santa Catarina**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Geografia
Especialidade em Geografia Humana

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Paula Cristina Almeida
Cadima Remoaldo**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho

[Caso o autor pretenda usar uma das licenças Creative Commons, deve escolher e deixar apenas um dos seguintes ícones e respetivo lettering e URL, eliminando o texto em itálico que se lhe segue. Contudo, é possível optar por outro tipo de licença, devendo, nesse caso, ser incluída a informação necessária adaptando devidamente esta minuta]



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que tomaram parte nesta investigação, seja na qualidade de entrevistados, seja na de amigos e colegas que debateram comigo as questões com as quais me comprometi.

.....

Agradeço

a Giselle Silvia Ramos e Roberta de Paula Bráz, do Projeto *Tekoá Pirá*, que acreditaram que o conhecimento que pude partilhar como professora poderia tornar realidade o sonho de proteger a cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina;

aos pescadores, que me receberam em seus ranchos;

a amiga Daniela de Carvalho Carrelas, que seguiu comigo, porque nossos temas de pesquisa são afins, assim como o são nossos objetivos como professoras do ensino público no Brasil;

a Camila e Heloisa que leram este texto, tornando-o melhor;

a minha família.

Meu agradecimento à professora Paula Remoaldo, por ter orientado meus estudos à luz da ciência geográfica.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Patrimonialização, processos identitários e turismo na Ilha de Santa Catarina

O património cultural assume-se como um fenómeno social, determinado pelas relações sociais, e a sua democratização implica considerar o património como algo além das heranças e do passado. Implica relacioná-lo com as necessidades contemporâneas e efetivar esta relação em termos de políticas patrimoniais, para além da cultura dos segmentos sociais privilegiados e preservando também a cultura popular.

A presente investigação analisa os processos identitários e o Turismo de Base Comunitária, no contexto do reconhecimento da pesca artesanal da tainha no Campeche (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil) como património cultural. As fontes que permitiram a realização do estudo foram primárias e secundárias. Entre as fontes primárias destacam-se entrevistas realizadas a nativos da Ilha de Santa Catarina e observação no terreno. No que diz respeito às fontes secundárias foram utilizados documentos relativos ao processo de patrimonialização. A investigação empírica confirmou pressupostos teóricos relacionados com a construção identitária que se realiza nos processos de patrimonialização, verificando o predomínio da metacultura entre os líderes comunitários e da cultura vernácula entre os nativos mais idosos, não envolvidos em ações preservacionistas, o que implica necessidades sociais diferentes para ambos os sujeitos. Os principais contributos da investigação estão relacionados com a verificação da convergência dos pressupostos do campo patrimonial e do Turismo de Base Comunitária, uma vez que esta oferta não se configura como um segmento do mercado turístico, mas está ancorada na organização comunitária, na preservação ambiental e cultural, na produção de sentido e na comunicação. Os resultados revelaram ainda a relevância da articulação interinstitucional no apoio do Estado às comunidades detentoras dos bens culturais imateriais e indicaram a necessidade de planeamento e inserção a médio e longo prazo na relação entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada. Estas ilações devem ser concretizadas na perspectiva intercultural, contemplando ações educacionais alicerçadas em valores éticos e de apoio técnico para o fortalecimento das organizações coletivas preservacionistas.

Palavras-chave: Florianópolis; Identidade; Património Cultural Imaterial; Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Patrimonialization, identity process and tourism of the Island of Santa Catarina

As a social phenomenon, cultural heritage is determined by social relations, and its democratization implies considering heritage as something beyond heritage and the past, relating it to contemporary needs and implementing this relationship in heritage policies, beyond the culture of privileged social segments and also preserving popular culture.

This investigation analyzes the identity processes and Community-Based Tourism, in the context of the recognition of artisanal mullet fishing in Campeche (Florianópolis, Santa Catarina, Brazil) as cultural heritage. The sources that allowed the study to be carried out were primary and secondary. Among the main primary sources, interviews with natives of the Island of Santa Catarina, and field observation; among secondary sources, documents relating to the patrimonialization process. The empirical investigation confirmed theoretical assumptions related to the construction of identity that takes place in patrimonialization processes, verifying the predominance of metaculture among community leaders, and of vernacular culture among older natives, not involved in preservation actions, which implies different social needs for each category of subjects. The main contributions of the investigation are related to verifying the convergence of the assumptions of the heritage field and Community-Based Tourism, since this offer is not configured as a segment of the tourist market, but it is anchored in community organization, environmental and cultural preservation, in the production of meaning and in communication, but not in the instrumentalization of heritage to obtain profit. The convergence among patrimonialization processes is also based on the fact that such processes are inserted in the context of commercialized patrimonial activations, which does not necessarily mean spectacularization; although this risk must be considered, it may be smaller in the context of Community-Based Tourism, approaching classic heritage activations, such as for internal consumption. The results also pointed out the relevance of the interinstitutional articulation for the States support to the communities that hold intangible cultural goods, and indicated the need for insertion in the medium and long-term planning in the relationship between the State and Organized Civil Society, which must be carried out in an intercultural perspective, contemplating educational actions based on ethical values and technical support for the strengthening of collective preservation groups.

Keywords: Community-Based Tourism; Florianópolis; Identity; Intangible Cultural Heritage.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
Dedico esta tese aos nativos da Ilha de Santa Catarina	xv
INTRODUÇÃO	1
Nota introdutória e motivações	1
Questões de partida e objetivos	5
Território objeto do estudo	8
Metodologia	9
Estrutura da Tese.....	10
CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISMO.....	12
1.1 - Evolução dos conceitos de Cultura e de Património Cultural	13
1.1.1 - O património cultural a partir do último quartel do século XX: a dimensão imaterial nas políticas patrimoniais.....	23
1.1.2 - A preservação do património cultural no Brasil e em Santa Catarina	31
1.2 - Conceito e evolução do Turismo Cultural	36
1.3 - A Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Florianópolis e em Santa Catarina.....	51
1.4 - O Turismo de Base Comunitária e as suas características.....	55
1.5 - O Turismo de Base Comunitária na América Latina e no Brasil	61
1.6 - Notas conclusivas.....	64

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA 66

2.1 - A abordagem do tema na perspectiva geográfica	66
2.2 - A <i>localização</i> do Campeche	73
2.3 - A investigação empírica	77
2.3.1 - A problematização, as questões da investigação e os objetivos	80
2.3.2 - Os sujeitos, as técnicas de recolha de informações, as fontes e a análise dos dados	83
2.3.2.1 - Os sujeitos.....	83
2.3.2.2 - As técnicas de recolha de informação e as fontes utilizadas.....	87
2.3.2.3 - A crítica das fontes.....	94
2.4 - Notas conclusivas.....	97

CAPÍTULO 3- ASPETOS HISTÓRICOS, SOCIODEMOGRÁFICOS, GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DE FLORIANÓPOLIS E DO CAMPECHE 99

3.1 - Florianópolis: aspetos históricos	99
3.1.1 - Florianópolis no século XX: aspetos sociodemográficos, geográficos e ambientais	102
3.1.2 - Florianópolis a partir dos anos 1990: intensificação da relação com o turismo	104
3.2 - Campeche, um lugar no Sul da Ilha: aspetos históricos, sociodemográficos, geográficos e ambientais	106
3.2.1 - Aspetos históricos e sociodemográficos.....	106
3.2.2 - Aspetos geográficos e ambientais	109
3.2.2.1 - Campeche nos anos de 1990: a organização dos moradores em prol da preservação cultural e ambiental	110
3.3 - O sistema cultural do interior da Ilha de Santa Catarina: o olhar dos nativos e dos pescadores sobre o Campeche de ontem e de hoje.....	112
3.4 - Património Cultural e Turismo no Campeche	117
3.4.1 - A Ilha do Campeche.....	119
3.4.2 - A Pesca Artesanal da Tainha	121
3.5- Notas conclusivas.....	122

CAPÍTULO 4 - PATRIMONIALIZAÇÃO, PROCESSOS IDENTITÁRIOS E TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO..... 124

4.1 - O desenvolvimento de Florianópolis como capital turística e a população nativa	124
4.2 - A identidade nativa declarada pelos sujeitos da investigação	126
4.3 - Necessidades sociais ligadas à identidade nativa	142
4.3.2 – A Manutenção.....	144
4.3.3 - A Recuperação.....	145
4.3.4 - A Visibilidade.....	146
4.4 - A expressão territorial da identidade nativa no Campeche	148
4.4.1 - A pesca artesanal da tainha no Campeche	148
4.4.2 - A pesca artesanal no Campeche como prática cultural	150
4.4.3 - Lugares ligados à pesca artesanal da tainha e da cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina, no Campeche, do ponto de vista dos nativos.....	155
4.5 - As ações do Projeto <i>Tekoá Pirá</i> e a preservação do património cultural	167
4.6 - A intervenção do Estado, da Sociedade Civil Organizada e do Setor Produtivo no campo patrimonial, em Florianópolis e no Campeche, e a sua relação com o turismo	173
4.6.1 - A intervenção do Estado.....	173
4.6.1.1 - A percepção dos gestores das instituições certificadoras sobre o Registro	173
4.6.1.2 - A percepção das instituições parceiras sobre o Registro	177
4.6.2 - A intervenção da Sociedade Civil Organizada	179
4.6.3 - A dimensão económica das ações de preservação de bens culturais no contexto turístico e no âmbito do Turismo de Base Comunitária em Florianópolis	190
4.6.3.1 - O turismo em Florianópolis a partir dos sujeitos ligados ao TBC e ao <i>trade</i> turístico	192
4.6.3.2 - A preservação ambiental e cultural ligada à visitação.....	196
4.6.4 - A cultura e o turismo em Florianópolis no contexto da COVID-19.....	201
4.7 - Proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade nativa da Ilha de Santa Catarina	204

4.8 - Notas conclusivas.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
BIBLIOGRAFIA	218
ANEXOS.....	244
Anexo 1 - Mapeamento do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche – Cartografia Social.....	245
Anexo 2 - Guião de entrevista a representante de instituição educacional.....	246
Anexo 3 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina	248
Anexo 4 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina	250
Anexo 5 - Guião de entrevista à direção das instituições responsáveis pela proteção municipal, estadual e federal do património cultural imaterial.	252
Anexo 6 - Guião de entrevista a representantes do Setor Produtivo	254
Anexo 7 – Declarações de autorização de entrevistas e de registos fotográficos	256

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património	25
Quadro 2 - Património Cultural Imaterial e Turismo: Busca Portal CAPES e <i>Google Scholar</i> entre 2003 e 2019 (<i>Intangible Cultural Heritage and Tourism</i>).....	47
Quadro 3- Proteção do Património Material em Florianópolis – Âmbito Federal	52
Quadro 4 – Características sociodemográficas dos sujeitos principais inquiridos	84
Quadro 5 – Identificação dos sujeitos secundários	86
Quadro 6 – Fontes primárias usadas na investigação – o exemplo do Diário de Campo	89
Quadro 7 – Fontes secundárias usadas na investigação – o caso do Conjunto Documental	91
Quadro 8 - Fontes Primárias usadas na investigação – o caso do inquérito por entrevista semiestruturada	92
Quadro 9 - Demonstrativo da análise de conteúdo das fontes principais, por categoria temática e por objetivo específico	95
Quadro 10 - População de Florianópolis – Naturalidade e Migração	103
Quadro 11 - População residente em Florianópolis por região de nascimento	103
Quadro 12 - População de Florianópolis – área de conurbação (1960 a 2000)	106
Quadro 13 – Significados da identidade nativa de acordo com o tipo de nativo	127
Quadro 14 - Necessidades Sociais ligadas à Identidade Nativa	142
Quadro 15 - Funções remanescentes e reminiscentes de paisagens do Campeche.....	157
Quadro 16 - Ações do Projeto <i>Tekoá Pirá</i> ligadas às necessidades sociais	171
Quadro 17 - Papeis sociais dos agentes no processo de patrimonialização da pesca artesanal da tainha no Campeche.....	180
Quadro 18 – Patrimonialização de bens imateriais e turismo em Florianópolis – evidências para o Estado e para a Sociedade Civil Organizada	189
Quadro 19 - Entrevistados sobre o turismo em Florianópolis e sobre a preservação ambiental e cultural aliada à visitação (TBC)	191
Quadro 20 – Limites e possibilidades para a preservação de bens culturais e ambientais (TBC) em Florianópolis na perspectiva dos sujeitos da investigação	196
Quadro 21 – Limites e possibilidades para a preservação de bens culturais e ambientais (TBC) em Florianópolis na perspectiva dos sujeitos da investigação (conclusão)	197

Quadro 22 - Proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade
nativa da Ilha de Santa Catarina 215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Relação entre as questões de partida e os objetivos delineados	7
Figura 2- Localização das praias de Florianópolis com ranchos permanentes de pesca da tainha com canoas a remo	76
Figura 3 - <i>Continuum</i> dos modos de investigação.....	79
Figura 4 - <i>Continuum</i> do modo de Observação (ativa/contínua).....	80
Figura 5 – Localização de Florianópolis e do Distrito do Campeche	105
Figura 6 - Localização do Distrito do Campeche	107
Figura 7 – Relevo da Planície do Campeche.....	109
Figura 8 - Localização do Património do Campeche.....	118
Figura 9 – Vigia da pesca artesanal da tainha	145
Figura 10 - Roteiro Cultural com Crianças	147
Figura 11 - Puxada de Rede	152
Figura 12 – Localização dos Ranchos de Pesca que realizam a pesca artesanal da tainha no Campeche	153
Figura 13 - Praia do Campeche no verão	154
Figura 14 - Mutirão na roça	156
Figura 15 - É feio olhar da Ilha para a praia.....	157
Figura 16 – Paisagens do Campeche.....	159
Figura 17 - Habitações e ruas do Campeche.....	161
Figura 18 - Casas em Área de Preservação Permanente.....	162
Figura 19 – O Novo Campeche.....	163
Figura 20 - Shopping Seminyak – Bali/ Open Shopping - Campeche	164
Figura 21 - Construções comuns no Campeche	164
Figura 22 - Não é pico, e nem é trilha, é picada!	166
Figura 23 – Livro Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche	169
Figura 24 - Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche	169
Figura 25 - Convite de Cartografia Social.....	170
Figura 26 - Bens imateriais protegidos em Santa Catarina até 2020	174
Figura 27 – Exemplo de uma Roça	187
Figura 28 - Lagoa da Chica	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Preservação permanente

APL - Área de Preservação de uso limitado

AVL - Área Verde de Lazer

ACI Área Comunitária Institucional

AMOCAM - Associação de Moradores do Campeche

ASAN - Associação de *Surf* Amantes da Natureza

ASC - Associação de *Surf* do Campeche

APESAC - Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche

ACOMPECHE - Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche

APC- Área de Preservação Permanente

C.G.A - Compagnie Générale Aéropostale

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior

IIC - Instituto Ilha do Campeche

IFSC -Instituto Federal de Santa Catarina

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPUF - Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis

FCFFC - Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente

MCQV - Movimento Campeche Qualidade de Vida

GMT - Meridiano de Greenwich.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural

SP - Setor Produtivo

SCO - Sociedade Civil Organizada

SPMA - Superintendência da Pesca Maricultura e Agricultura

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta tese aos nativos da Ilha de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Nota introdutória e motivações

O património cultural assume-se como um fenómeno social, determinado pelas relações sociais. São as pessoas, os detentores dos bens culturais, que produzem o valor do que pode, ou não, ser reconhecido pelo Estado (Meneses, 1999). A democratização do património implica considerar o património como algo além das heranças e do que já existiu um dia, relacioná-lo com as necessidades contemporâneas da maioria da população e efetivar esta relação em políticas patrimoniais, para além da cultura dos segmentos sociais privilegiados e preservando também a cultura popular.

O património já foi considerado, até às primeiras décadas do século XX, como fonte de valor inquestionável, sob domínio dos setores sociais dominantes; até esse momento, esteve a cargo de especialistas como arqueólogos, historiadores e restauradores. Não obstante, os conceitos utilizados por estes especialistas tornaram-se insuficientes para dar resposta a novas redes conceituais que emergiram na segunda metade do século XX, especialmente no domínio do turismo, do desenvolvimento urbano como fenómeno mundial, da mercantilização e da comunicação de massas (Canclini, 1993; Nigro, 2001).

A sociedade atual está alicerçada em sofisticados meios de comunicação e informação, e meios de transporte para bens e pessoas. O momento exige, tal como aconteceu há mais de meio século, repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconizava o direito das pessoas a participar livremente na vida cultural da comunidade, dos benefícios do progresso científico e fruir das artes, indo além do direito à educação formal, já afirmado na Constituição mexicana em 1917 (Canclini, 1993). Em 1985, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México, expressava a ideia de *cultura*, para além das artes e das letras, incluindo modos de vida, direitos fundamentais, sistema de valores, tradições e crenças, e afirmava a preservação e a defesa da identidade cultural e do património de cada povo, a dimensão cultural do desenvolvimento e a garantia de acesso de todos à vida cultural como princípios para políticas culturais. Em 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural afirmou a liberdade de escolha para exercer práticas culturais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001).

Ocorre que, o que foi preconizado em 1917, em 1948, em 1985 e em 2001, pressupõe a existência de determinadas condições, e a Declaração do México defendeu, na nossa perspetiva, a eliminação das desigualdades sociais como condição para o acesso aos direitos culturais (Conselho

Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, 1985). Mas, dos anos de 1980 até a atualidade, cresceram as desigualdades, contrariando a propalada ideia de um desenvolvimento sustentável, que deveria ser capaz de promover o aumento dos níveis de bem-estar social e a redução das desigualdades sociais (Guimarães, 2008; Mota, 2012).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 incluiu a dimensão imaterial do património, explicitando a proteção das manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, incorporando o conceito de representatividade, reafirmando instrumentos como o Inventário e o Tombo, criando o Registro, e destacando a participação da sociedade civil nos processos de preservação. Treze anos depois, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003 incluiu práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que os grupos reconhecem como parte integrante do seu património cultural, ao qual deve-se garantir a continuidade, contribuindo para a promoção e o respeito da diversidade cultural (UNESCO, 2003).

Os debates e os avanços ocorridos à escala internacional no campo patrimonial têm relação com o movimento geral de concentração da vida nas cidades. Mais do que isso, estão relacionados com a urbanização que transcende a cidade e atinge as áreas rurais, ao provocar o desaparecimento dos seus elementos, tais como o artesanato e o pequeno comércio local, que sucumbem face aos objetos e valores da cidade, como o carro, a televisão, os utensílios de plástico, os móveis e a preocupação com segurança. Atualmente, a rede mundial de computadores faz-se acompanhar de novas exigências em termos de serviços (Lefebvre, 2001). A explosão da cidade provocada pela industrialização produziu o fenómeno urbano e a subordinação da vida cotidiana à sua lógica. Neste *assalto* promovido pela industrialização sobre a cidade há uma questão central: a oposição entre o valor de uso (a cidade, a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos), a interrogação sobre o uso e os usuários. Esta é uma questão espacial (Lefebvre, 2001; Santos, 2014).

Quando se discute a preservação de espaços, urbanos ou rurais, discute-se a preservação dos valores de uso, pois, se os espaços forem somente transformados em mercadoria, sua apropriação e modo de uso será subordinado apenas ao mercado, na lógica capitalista, segundo a qual os lugares devem estar inseridos no mundo globalizado; os lugares mais antigos tornam-se obstáculos e por isso devem ser liquidados ou substituídos. A preservação do património edificado e da memória é contrária a esta lógica, e vai na direção daquilo que Milton Santos defendia, quando tratava da importância da permanência das rugosidades na produção do espaço urbano: as heranças espaciais produzidas em um determinado período histórico (Santos, 2005).

A vida que se instituiu maioritariamente nas cidades, a partir da Revolução Industrial, e, mais acentuadamente, a partir da segunda metade do século XX, é o contexto da patrimonialização de bens culturais e do turismo, fenómenos-parte da totalidade social, que hoje pode ser caracterizada como o estágio do capitalismo em que se instaura a globalização, no qual o lugar é, inevitavelmente, em qualquer escala, transnacionalizado (Santos, 2014). É também o contexto do debate sobre formas alternativas de turismo, entre as quais, o Turismo de Base Comunitária (Irving, 2009, Maldonado, 2009; Zaoual, 2008).

O entendimento de que, em termos gerais, o turismo convencional não têm significado melhoria na vida das comunidades menos privilegiadas que vivem em áreas onde se desenvolve, embasa as propostas de Turismo de Base Comunitária (TBC), que fazem a crítica ao fato de que os moradores não participam dos benefícios que advém da chegada de visitantes e sofrem as consequências de empreendimentos particulares e de políticas centradas na atração de investimentos que não os têm em consideração, ao turismo como mercadoria acessível a cada vez mais pessoas, e aos impactes socioambientais nos destinos.

O TBC configura-se como caminho para uma tomada de consciência pelas pessoas do lugar, que, por meio da apropriação de aspetos históricos, culturais e naturais, e pela organização associativista ou cooperativada, podem chegar a uma proposta de TBC, sendo o turismo uma consequência desta organização e da proteção aos bens culturais e naturais. Desta forma, o elemento que distingue e caracteriza o TBC, em primeiro lugar, é de natureza política, pois trata-se do protagonismo local sustentado pela propriedade e pelo controlo da actividade turística (Botelho, 2018).

O TBC é, muitas vezes, equivocadamente identificado com Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Étnico, e, mais recentemente, Turismo de Experiência, pois, da parte do Setor Produtivo, passou a existir o interesse por experiências menos convencionais, acompanhando e promovendo roteiros alternativos. Desta forma, destaca-se a necessidade da reflexão sobre o desenvolvimento histórico e geográfico do turismo, que produz a mercantilização dos lugares, sendo o turismo um elemento *específico*, no contexto geral de produção de mercadorias, não necessariamente materiais; a própria noção de desenvolvimento sustentável, de onde se origina a de turismo sustentável, é utópica, no sentido de que dificilmente se realiza em territórios concretos (Remoaldo & Ribeiro, 2017) , uma vez que estes territórios estão imersos na lógica hegemónica, responsável pelo aumento das desigualdades sociais (Ouriques, 1999, 2003, 2005). Por outro lado, há que se considerar o direito das populações de viverem da ativação económica das suas tradições, do seu património, pois, por vezes, esta é a alternativa para se manterem no lugar onde vivem (Canclini, 1999, 2003, 2007). Em termos de escala espacial, é importante destacar que a ocorrência do TBC

tem sido verificada em pequenas comunidades, povoados, aldeias, vilas litorâneas, rurais ou urbanas, em áreas protegidas, Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Ambiental, Parques Nacionais e Estaduais, e Reservas. Em decorrência disso, vem sendo protagonizado pelas populações tradicionais, camponeses, ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, representantes das culturas indígena e quilombola, moradores de bairros populares, morros e favelas (Giampiccoli & Mtapuri, 2017). Neste sentido, uma das motivações para o desenvolvimento da presente investigação foi a existência do Projeto *Tekoá Pirá*, que assume a perspectiva do TBC como uma forma de organização comunitária, que tem na visitação uma de suas dimensões, mas na qual a perspectiva central é a de não atuar na lógica da mercadoria, para que não se interponha o imperativo do ganho económico a curto prazo.

Considera-se este um aspeto importante, uma vez que propostas inseridas na denominada *economia da cultura* podem ser (e têm sido) consideradas TBC, o que não se coaduna com o entendimento aqui proposto. Neste aspeto, estudos geográficos têm vindo a contribuir, sobretudo na última década do século XX, quando a Geografia voltou-se para as conexões entre cultura e economia. Refere-se aqui ao estudo da relação entre cultura local e desenvolvimento, considerando a pertinência de elementos exteriores à actividade económica como importantes para ambientes inovadores, sendo aqui a cultura considerada como modo de vida. A investigação geográfica debruçou-se também sobre a valorização dos territórios por meio das actividades culturais como recursos; neste caso, trata-se da cultura na sua acepção de produto, considerada central nas economias desenvolvidas, muito mais centradas na produção e no consumo de signos do que de mercadorias (Henriques, 2001).

Outra motivação para a concretização desta pesquisa está relacionada ao fato de que a perspectiva do campo patrimonial é a de garantir lugar para modos de vida que estão, muitas vezes, ligadas a tradições praticadas por populações minoritárias, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, que vivem, ou tentam viver, de acordo com costumes que remetem a uma determinada *natividade*, praticando relações sociais que podem ser consideradas *sobreviventes*, e expressões do desejo de afirmação identitária, e o Projeto *Tekoá Pirá* é uma destas expressões. O Projeto realiza-se no Campeche, pretende dar visibilidade ao modo de ser do *nativo* da Ilha de Santa Catarina, e vem desenvolvendo ações em torno do modo de vida tradicional da Ilha por meio da salvaguarda do património cultural e de roteiros culturais temáticos, ligados à pesca artesanal e à agricultura. O termo *nativo* apresenta-se no presente estudo sempre em itálico, para ressaltar o entendimento segundo o qual, no campo das identidades, não se pode pensar no singular, pois há versões que coexistem, se complementam ou se opõem.

Ao problematizar os processos de salvaguarda do património imaterial, aproximamo-nos de um tema recente, uma vez que os mecanismos de proteção dos bens desta natureza efetivaram-se a partir

dos anos de 2000, sendo a proteção dos bens materiais realizada há mais tempo; no Brasil, por exemplo, tal sucede desde os anos de 1930. A procura por estudos publicados entre 2003 e 2019 - respectivamente o ano da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial e o ano em que pesquisámos no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - a partir da expressão *intangible cultural heritage*, obteve 2.353 resultados. Os resultados para *cultural heritage* totalizaram 65.561 registos. Desta forma, a base conceitual da presente investigação, no que se refere ao campo patrimonial, foi ancorada em autores que tratam o património de forma ampla, inclusive em função da crítica à dicotomia material-imaterial e, principalmente, porque questões importantes para o estudo, como, por exemplo, a relação entre desigualdade social e finalidade de preservação do património têm sido discutidas desde a segunda metade do século XX. Já a procura de estudos sobre património cultural relacionado com o turismo, à escala seja nacional, seja internacional, a partir de temas relevantes para a presente tese, como sejam, a relação entre bens patrimoniais e necessidades sociais e o protagonismo de detentores de bens culturais, revelou resultados significativos para o aspeto da sustentabilidade. Por outro lado, estudos apontam para o fato de que a sustentabilidade dificilmente se efetiva (Ouriques, 2005; Remoaldo & Ribeiro, 2017). Ações que privilegiam a entrada de divisas têm prevalecido em detrimento de ações capazes de promover o aumento dos níveis de bem-estar social e a redução das desigualdades sociais, com a primazia do social sobre o económico (Guimarães, 2008; Fernández, 2017).

Questões de partida e objetivos

Tendo por base estes pressupostos e motivações, as questões que nortearam o presente estudo foram:

1- As protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá* representam um grupo social que deseja visibilidade para um modo de vida tradicional, remanescente, e que é hoje minoritário no Campeche e na Ilha de Santa Catarina? Como se caracteriza esta identidade? As ações do Projeto *Tekoá Pirá* estão ligadas a esta identidade? Se sim, de que forma?

2- Qual é a importância do Estado e da Sociedade Civil Organizada nos planos de salvaguarda de bens culturais imateriais? Estão acontecendo ações destes dois agentes? Como é a participação dos detentores dos bens culturais nos processos de Registro?

3- Há convergência entre os princípios que regem os processos de salvaguarda de bens culturais imateriais e as propostas de Turismo de Base Comunitária (TBC)?

4- Os planos de salvaguarda que consideram a dimensão atrativa do património de acordo com os pressupostos do TBC, podem contribuir para a afirmação identitária, ligada a formas de vida minoritárias, neste caso, os pescadores artesanais?

5- Quais são os componentes do valor cultural (cognitivos, estéticos, afetivos, pragmáticos e éticos) que se destacam nos planos de salvaguarda e propostas de TBC?

6- A perspectiva da economia da cultura é importante para os sujeitos estudados? Se sim, predomina o foco do negócio ou da valorização da cultura tradicional? Como esta perspectiva se relaciona com a visitação?

A partir destas questões foi delineado, como objetivo geral, analisar a relação entre processos de patrimonialização, processos de identidade e visitação, a partir do caso do Projeto *Tekoá Pirá*: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina. Para tanto, foram propostos os objetivos específicos:

1- Apreender os sentidos do *ser nativo*, declarados pelos sujeitos da investigação, especialmente as protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, bem como as necessidades sociais relacionadas com esta identidade;

2- Evidenciar a expressão territorial da identidade nativa no Campeche;

3- Analisar o processo de afirmação da identidade cultural *nativa* nas ações do Projeto *Tekoá*;

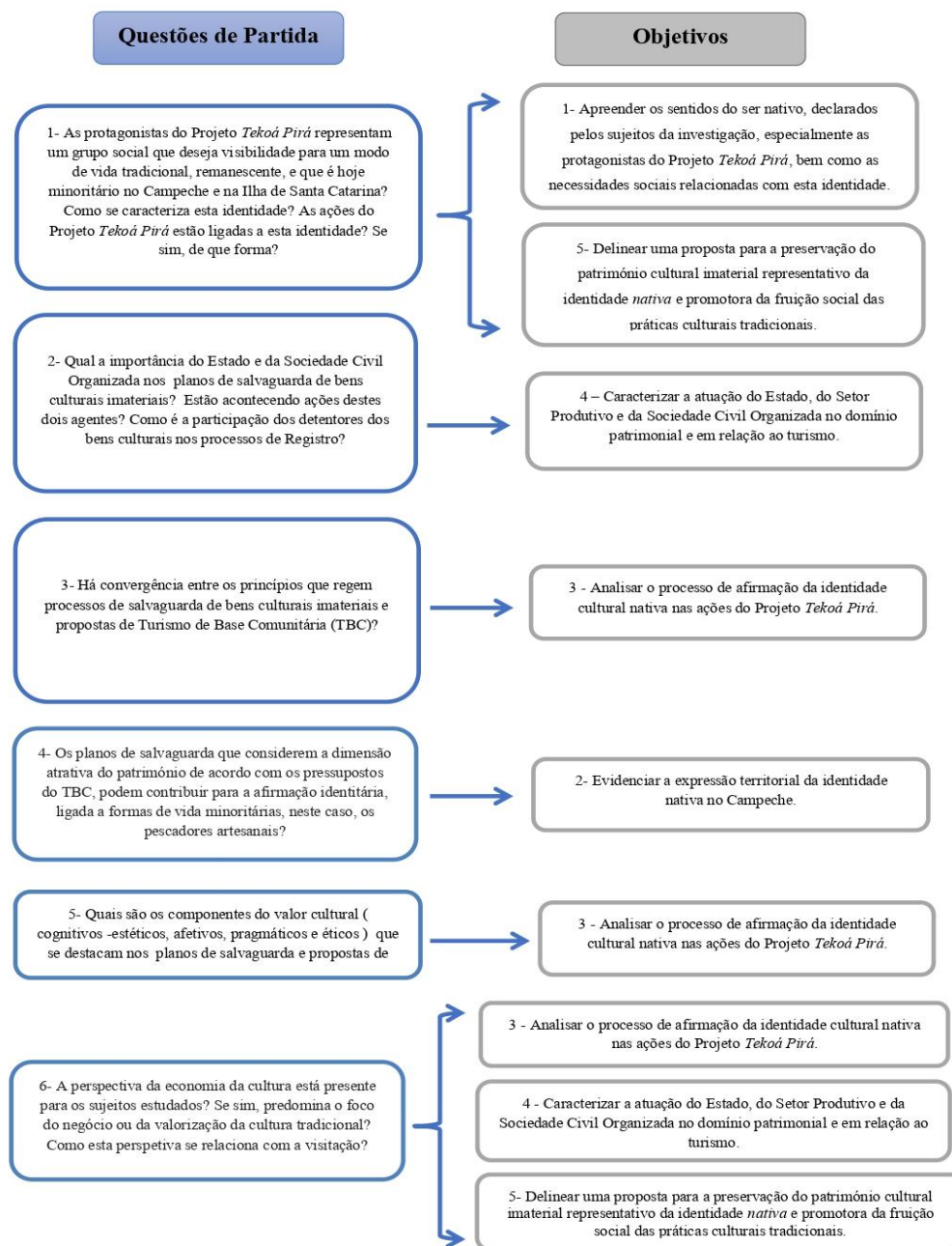
4- Caracterizar a atuação do Estado, do Setor Produtivo e da Sociedade Civil Organizada no domínio patrimonial e em relação ao turismo;

5- Delinear uma proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade *nativa* e promotora da fruição social das práticas culturais tradicionais.

O termo *patrimonialização* é, nesta pesquisa, compreendido como a seleção de elementos culturais dos lugares, para a sua salvaguarda, a partir de uma lógica de atribuição de valores socialmente reconhecidos, dignos de serem guardados para gerações futuras. A perspectiva adotada é a que parte dos usos sociais dos bens culturais, vinculando o património cultural à vida cotidiana e ao trabalho. A

Figura 1 revela a relação entre as questões de partida e os objetivos delineados.

Figura 1. Relação entre as questões de partida e os objetivos delineados



Fonte: Elaboração própria

Território objeto do estudo

Santa Catarina, um dos três Estados da região Sul do Brasil, tem como capital Florianópolis, cidade que se apresenta oficialmente como destino de sol e mar (Santa Catarina- SANTUR, 2020). A capital, Florianópolis, situa-se no litoral, e conta com uma parte insular, a Ilha de Santa Catarina, e outra continental.

No século XX, Florianópolis passou por profundas transformações. A construção civil foi um dos seus principais suportes económicos, e 1950, a década da grande transformação demográfica, não só da capital, mas de muitas cidades catarinenses, que acompanharam o fenómeno mundial da urbanização (Lago, 1996; Rizzo, 2013). Nos anos de 1980, as taxas de urbanização acentuaram-se e Florianópolis tornou-se uma das cidades do Brasil que têm no turismo uma actividade importante. O turismo explorou as áreas naturais da Ilha, que se transformaram em balneários, enquanto as encostas e as periferias foram sendo ocupadas pelos mais pobres (Lago, 1996).

Com uma população de 500.973 pessoas em 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010), tem sua economia alicerçada nos setores de serviços e de comércio, sendo o turismo um estimulador destes setores (Peluso, 1987; Prefeitura de Florianópolis (PMF) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015 e 2019). A partir dos anos de 1990, passou a ser desenvolvido o eixo tecnológico, tendo sido considerada a capital com melhores condições para empreendedores (BBC News Brasil, 2014; Convention Bureau, 2020).

O Distrito do Campeche foi criado em 1995, possuindo uma área de 35,32 Km². É formado pelos balneários do Campeche e do Morro das Pedras e pela localidade do Rio Tavares (Vigânico, 2004) e contava, em 2010 (dados mais recentes publicados pelo IBGE à data da redação da presente Introdução), com uma população de 30.028 habitantes (IBGE, 2010; Lenzi & Cazetta, 2017). De características semi-urbanas e semi-rurais até aproximadamente os anos de 1990, o Campeche transformou-se na residência das classes média e alta, uma região supervalorizada, atraindo moradores de várias partes do Estado, do país e do exterior (Amora, 1996; Rizzo, 2013).

Simultaneamente aos processos de urbanização, ocorreram os processos de resistência às mudanças, expressos em movimentos em prol da cultura local, do ambiente, e das tradições, sendo muitos deles protagonizados, justamente, pelos novos moradores.

Neste campo de forças, onde atuam fortemente os setores turístico e imobiliário, foi iniciado o Projeto *Tekoá Pirá*, como uma organização da sociedade civil que tem como parceira a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, criada em 1998, justamente para resolver os desafios enfrentados pela pesca artesanal.

A pesca, hoje denominada *artesanal*, existe na Praia do Campeche desde há, pelo menos, 100 anos, e foi a base do sustento das famílias (Hickenbick & Schemes, 2020). Atualmente insere-se no movimento a favor das comunidades tradicionais, via de regra solapadas no processo de urbanização, entre as quais estão os pescadores artesanais.

Os estudos sobre o Campeche abordam predominantemente o património ambiental. Uma parte significativa dos estudos realizados foi motivada pela existência de um conflito entre a sociedade civil organizada e o Estado, que teve lugar nos anos de 1990. Este conflito foi provocado pela proposta de um Plano Diretor que desagradava de sobremaneira aos moradores. No que se refere ao turismo, o tema perpassa os estudos referidos, havendo também os que têm os aspetos turísticos como tema central. Embora os aspetos culturais não estejam ausentes destas pesquisas, não são centrais, assim como não o são as questões relativas à participação comunitária em ações de salvaguarda de bens culturais imateriais.

Metodologia

O espaço é uma instância da sociedade, assim como o são a componente económica e a institucional, sendo o todo social resultado da imbricação destas instâncias (Santos, 2014; Melhaço & Prouse, 2017). O espaço, por exemplo, contém e é contido pelas outras instâncias, cuja trama constitui o contexto. Estas instâncias são qualificadas pela cultura, que institui sentidos, significados e valores. Neste sentido, o espaço é essencialmente social.

As formas culturais, económicas e espaciais adquirem diferentes significados conforme os momentos, e conforme a sua localização. Mesmo que não sejam originalmente geográficas, adquirem obrigatoriamente uma expressão territorial.

A *localização* de qualquer fenómeno, de qualquer tema, pressupõe a compreensão do feixe de forças sociais que se exerce sobre o lugar, expressão territorial do tema ou fenómeno. Disso resulta que o *lugar*, como um conjunto de objetos, pode ser o mesmo, mas não como significação, uma vez que qualquer lugar sofre a influência do jogo de forças que o atinge. A cultura possui uma espacialidade que é por ela construída, e que também a constrói. Na preservação de bens culturais – considerando-se o sentido amplo, como *identificação* (pesquisa), como *proteção legal* (o Tombo e o Registro) e valorização (o uso e a fruição social) – a fruição social é menos fácil de ser alcançada, justamente pelo jogo de forças referido.

O *lugar*, este ponto geográfico, só pode ser apreendido a partir da sua *localização*, no sentido que lhe atribuiu Milton Santos (2014), efetuando-se uma periodização e uma fragmentação. É a

relação entre as coisas que permite chegar ao conhecimento, aos fenómenos concretos, sendo que estas relações estão imersas num sistema organizado segundo o modo de produção hegemónico, manifestado à escala local, à qual se adaptam os seus elementos (Santos, 2014; Melhaço & Prouse, 2017).

Na presente pesquisa, optou-se pela fragmentação do lugar, o Campeche, partir das *Pessoas*, das *Instituições*, das *empresas*, do *Meio ambiente*, e da *Sociedade Civil Organizada*, elementos tanto mais intercambiáveis quanto mais complexa é a sociedade. A análise destes elementos é que permitiu apreender a especificidade do lugar, como *território usado* (Santos, 2014; Melhaço & Prouse, 2017). E, tratando-se de um estudo inserido no campo patrimonial, o lugar foi também tomado como dotado de três dimensões complementares, como *artefato*, *campo de forças*, e *representação*, para, desta forma, apreender o património cultural como *fato social*, e como objeto de análise a partir do presente (Meneses, 2009; Santos, 2014).

A investigação empírica, orientada pelo paradigma qualitativo, seguiu o entendimento de que é preciso compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas ações para descobrir o sentido das ações humanas. Esta orientação concretizou-se por meio da observação participante combinada com inquérito por entrevistas em profundidade e semi-estruturadas, tendo sido o campo de estudo estruturado no decorrer da investigação, e o quadro de análise surgido progressivamente no recorrente questionamento dos dados, efetuando-se no decurso e no final da investigação (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2012; Lune & Berg, 2017). O ponto de vista dos sujeitos envolvidos com a cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina, e com os processos de patrimonialização de bens imateriais, foram centrais. A interação com o mundo empírico foi constante, desde a concepção do projeto.

Estrutura da Tese

A presente tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Revisão da literatura sobre Patrimonialização e Turismo*, discute conceptualmente o património cultural e o turismo. O segundo, que se designa *Referenciais teórico-metodológicos e investigação empírica*, apresenta a fundamentação teórico-metodológica e o percurso da investigação empírica. O terceiro, *Aspetos históricos, sociodemográficos, geográficos e ambientais de Florianópolis e do Campeche*, procede à localização do lugar onde foi realizado o estudo, à escala estadual, municipal e mais aprofundadamente local, insistindo nas principais características, como sejam, o sistema cultural do interior da Ilha de Santa Catarina, em especial a pesca artesanal da tainha na sua relação com o

turismo e o património cultural. Por seu turno, o quarto capítulo *Patrimonialização, processos identitários e turismo na Ilha de Santa Catarina: resultados da investigação*, apresenta os resultados da investigação, e propõe linhas de ação para políticas de salvaguarda do património cultural imaterial associadas à visitação, nos termos do Turismo de Base Comunitária e na perspectiva de um Plano de Salvaguarda para o bem registrado no Campeche, *i.e.*, a Pesca Artesanal da Tainha.

No momento de realização deste estudo, um fenómeno de ordem mundial acometeu os povos do planeta. O turismo esteve no centro da questão e foi por ele radicalmente afetado. Hoje só é possível conjecturar sobre a pandemia da Covid-19 porque ainda a vivemos. Sendo assim, este estudo precisou de ser repensado e parte das entrevistas que seriam realizadas presencialmente, aconteceram à distância.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009), refletindo sobre a palavra *crise*, ponderou que não deve ter necessariamente uma conotação negativa, pois o seu núcleo (distinguir, separar, selecionar, escolher) pode ser uma oportunidade de renovação. A realização desta pesquisa reiterou o entendimento da necessidade de nos movermos na direção dos critérios ambientais e sociais quando se está a pensar o desenvolvimento das comunidades. Esta transformação é uma renovação que se quer urgente, e para a qual os princípios que regem a salvaguarda do património cultural e do Turismo de Base Comunitária podem contribuir. Neste sentido, o presente estudo pretende ser tornado público não apenas para a comunidade académica, onde foi delineado, mas onde possa ser instrumento teórico para a ação daquelas organizações da sociedade civil que compreendem a preservação do património cultural no seu sentido amplo. Tal significa que deve ser encarado como uma oportunidade de promover igualdade social, pois, do nosso ponto de vista, é isso que se estará a promover se os detentores de bens culturais lograrem aceder a este conhecimento e, conforme ensinou Canclini (1993), terem a opção de viver *a* sua cultura, como também de viver *da* sua cultura.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISMO



Fonte: Fotografia *Engenho De Farinha Seu Miguel e Dona Tita*, tirada e cedida por Mathias de Barcelos, em junho de 2018.

Este capítulo, de perfil mais teórico, trata da relação que se estabelece entre cultura e turismo, desde a segunda metade do século XX, quando as viagens se transformaram num importante segmento de mercado à escala mundial. Partindo da ideia de que a patrimonialização de bens culturais acompanhou este fenómeno, e passou a integrar os processos de produção social do espaço, é realizada a revisão da literatura especializada sobre Património Cultural, Turismo Cultural e formas não hegemónicas da realização de actividades turísticas, especialmente o Turismo de Base Comunitária.

As questões conceituais relativas ao espaço e à cultura fundamentaram-se principalmente nas ideias de Milton Santos, Henri Lefebvre, Terry Eagleton, Raymond Williams e Manuela Carneiro da Cunha. No que se refere ao Património Cultural e aos processos de patrimonialização, foram usadas principalmente as perspectivas de Nestor Garcia Canclini, Llorenç Prats e de Ulpiano Bezerra de Meneses. É concretizada, por último, uma análise dos resultados de pesquisa específica sobre património cultural imaterial, no período que se segue após a Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a proteção dos bens imateriais, em 2003.

1.1 - Evolução dos conceitos de Cultura e de Património Cultural

O modo como a sociedade é concebida e vivida pelas pessoas, na sua dimensão material, produtiva e simbólica, na interação com o modo de produção hegemónico, é como o termo *cultura* é compreendido na presente pesquisa. Não sendo um segmento privilegiado e compartimentado da vida social, diz respeito a significações, valores e símbolos, concretamente inseridos na vida social (Harvey, 2008; Meneses, 1999; Willians, 2001; Santos, 2014). Importa insistir que o termo *cultura* é polissémico. Originário do latim *colere*, significando *habitar*, originou os termos *colônia* e *colono*. Também significava *adorar*, cujo sentido foi preservado em *culto*, homenagem de carácter religioso e, ainda, cultivar, significando *cuidar*, aplicado tanto à agricultura quanto ao cuidar dos animais. Este último sentido perdurou até ao século XVI, e estendeu-se ao cuidado com as coisas do espírito e da mente (Cevasco, 2003).

No século XVIII, o termo passou a ser utilizado como substantivo abstrato, designando um processo de aperfeiçoamento geral do espírito, tanto na esfera pessoal quanto social, no mesmo sentido em que era usado o termo *civilização*. Durante o Romantismo, afastou-se deste seu correlato, uma vez que a *civilização* começava a vincular-se à estrutura social resultante da Revolução Industrial e passava a ter uma conotação imperialista (Eagleton, 2005). No decorrer do século XIX, o termo *cultura* transformou-se para denotar tanto uma reação quanto uma crítica às transformações da sociedade, que se organizava sob o modo de produção capitalista. Passou a existir uma tradição inglesa de debate sobre a qualidade da vida social, e sob diferentes pontos de vista foi assumido um discurso de crítica à sociedade industrial.

Na tradição inglesa, que Raymond Williams localiza entre 1780 e 1950 (Eagleton, 2005), o *status quo* era questionado, em prol de uma sociedade mais orgânica, mas, com o tempo, essa posição foi-se assumindo como uma nostalgia de um passado perdido, e como asserção da cultura como um domínio separado das relações reais e materiais, *i.e.*, como uma abstração. Como abstração, não questiona quem são os sujeitos que definem os valores sociais, e carece da militância que viria a caracterizar o projeto da *New Left* (Cevasco, 2003). A *New Left* foi um movimento que reuniu diversos intelectuais britânicos interessados em novas formas de pensar e de fazer política, e cujos membros principais estavam ligados ao Partido Comunista Britânico, até 1956, quando este vínculo se desfez para a maioria deles, entre outras coisas, pelas práticas estalinistas (Cevasco, 2003).

Nos anos de 1950, Raymond Williams (1958), um dos expoentes da *New Left*, propôs a ideia de que a cultura é de todos, e, portanto, não existe uma classe, ou um grupo de pessoas cuja tarefa seja criar significados e valores para serem impostos a outros grupos e classes. A pesquisa de Williams

evidenciava a sua origem no movimento social. Interessava-se pelo que é marginal, pelo que não interessa ao dominante, e tinha na prática analítica um primeiro passo para a ação política. O movimento tinha como objetivo pensar novas bases para a mudança, na direção de uma sociedade mais justa e a sua temática de abordagem mais duradoura foi a da cultura, na perspectiva do marxismo ocidental. Uma geração de intelectuais dedicou-se a pensar a sociedade que se estruturou tendo por base o capitalismo, e direcionando-se mais para a dimensão cultural, em vez da dimensão económica e política. Esta geração lidava com as dificuldades de tecer alianças com movimentos de massa, e com a proliferação dos meios de comunicação massificados, dois fenómenos que amalgamam as dimensões cultural, política e económica da vida. Para Williams (1958), este momento indicava o que viria a se transformar na nossa *Era da Cultura*, no sentido de um tempo em que predominam os meios massificados de comunicação, e em que o conflito se desvia do político para o cultural (Cevasco, 2003).

Ainda na mesma década de 1950, Williams observou, em Inglaterra, como a palavra *cultura* passava a concentrar os debates após a Segunda Guerra Mundial, e como, nesse processo, o significado do termo *distinção social* cedeu lugar ao sentido antropológico *modo de vida*.

Para os membros da *New Left*, a *cultura* era um processo central na organização da sociedade e um campo de luta social e política. Os intelectuais do movimento compreendiam os meios de comunicação massificados como uma instituição política poderosa, que seleciona, enfatiza e exclui temas a partir de interesses particulares, sendo a expansão dos meios de comunicação uma característica da sociedade após os anos de 1960 e à escala mundial (Cevasco, 2003).

O que naquela metade de século apenas se configurava, foi acentuado e confirmado com o tempo. A sociedade atual está amparada por sofisticados meios de comunicação e informação e melhores meios de transporte para bens e pessoas. Por seu turno, o momento exige, tal como há mais de meio século, repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural, pois, hoje, o sentido não pode estar estritamente limitado a um espaço físico, à contiguidade e ao contato pessoal. A noção de totalidade na perspectiva lefebvriana subsidia esta compreensão transescalar, que vai da escala do lugar à escala mundial, bem como a compreensão dialética da relação forma, função e estrutura. Tomando a totalidade como central para o próprio ato humano de conhecer, como uma referência estruturante para a teorização, Lefebvre tratou-a como totalidade social, as suas relações com a totalidade físico-natural e biológica (Gupta, 2000; Volochko, 2019).

Nesta segunda metade do século XX, emergiu a fase denominada por Harvey de *acumulação flexível* (2008). Esta fase do capitalismo caracterizou-se por mudanças rápidas das nas linhas de produção, exploração dos menores diferenciais de custo de mão-de-obra e de matéria-prima. Esta fase

não significa, como afirmaram alguns autores (Habermas, 1987; Offe, 1989; Gorz, 1992, citado por Teixeira, 2009), que houve uma mudança essencial. A estrutura social não se alterou, pois foram mantidos os elementos principais, tais como a acumulação ampliada como fim em si, o trabalho alienado e o fetichismo da mercadoria (Teixeira, 2009). Desta forma, o projeto social da *New Left* permanece atual e a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista segue produzindo desigualdades de condições.

Mais de um século cobre o processo de discussão sobre os direitos culturais. O processo iniciou-se com a promulgação da Constituição Política dos Estados Mexicanos em 1917, que previu direitos sociais pela primeira vez, incluindo a instrução como um direito cultural. Seguiu-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, que inspirou os textos de constituições em variados países (Carvalho, 2018, citado por Cunha Filho, Botelho, Severino, 2018). No início do século XXI, a Declaração Universal para a Diversidade Cultural de 2001 enfocou a liberdade de escolha para exercer práticas culturais. Entretanto, o compromisso selado entre os Estados Membros da UNESCO de esclarecimento quanto aos conteúdos dos direitos culturais demonstra que falta ainda um consenso quanto ao que seriam *direitos culturais* (Carvalho, 2018, citado por Cunha Filho, Botelho & Severino, 2018). No presente estudo, considera-se o que estava já na DUDH, que incluiu (para além do direito à educação formal, já afirmado na Constituição mexicana em 1917) o direito a participar livremente na vida cultural da comunidade, a fruir as artes e a participar no progresso científico dos seus benefícios. Acresce ainda a ideia de que os direitos culturais que podem ser materializados ou violados inserem-se em três campos: o das artes, o da memória coletiva e o do fluxo dos saberes, fazeres e viveres (Cunha Filho, Botelho & Severino, 2018). Daí depreende-se - com a noção de totalidade, que obriga à compreensão da parte em relação com o todo - que tais direitos pressupõem a existência de outros, conforme ficou claro em 1985, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. A declaração emanada desta Conferência afirmava que este acesso dependia da eliminação das desigualdades sociais, mas dos anos de 1980 até à atualidade, as desigualdades continuaram a crescer (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1985; UNESCO, 2005, 2016; Guimarães, 2008). Este crescimento da desigualdade denuncia a insustentabilidade da ideia de desenvolvimento sustentável, na formação económico-social capitalista, especialmente na sua forma globalizada. Entretanto, considerando que é preciso ter a sustentabilidade como princípio, pode-se tomá-la como aquela que é capaz de promover o aumento dos níveis de bem-estar social e a redução das desigualdades sociais (Guimarães, 2008), por ser convergente com o conceito de direitos humanos. Desta forma vai-se além do enunciado no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), publicado em 1987, e atualmente incorporado amplamente por diversos agentes sociais, ligados aos

discursos de ambientalistas, governo e empresários, como *o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades* (Vizeu, Meneguetti & Seifert, 2012).

Naqueles mesmos anos de 1960 em que a *New Left* realizava o debate cultural, surgiram as primeiras críticas e reavaliações no campo preservacionista, que se acentuaram na década seguinte, trazendo novas questões teóricas. A compreensão deste momento pressupõe uma breve retomada da ideia de património cultural na perspectiva histórica.

A ideia de preservação do património cultural está relacionada com a Revolução Francesa, e, esta, com a construção das culturas nacionais. No século XIX, o que era histórico, artístico e nacional foi convertido em testemunho, documento, e, assim, obras de arte, monumentos, edificações passaram a ser preservados, para legitimar a nação, a posse de um território e também de uma cultura (Nigro, 2001). O património era então considerado fonte de valor inquestionável, e afirmou-se como o lugar da ideologia dos setores sociais dominantes. O cuidado com o património somente poderia estar a cargo de especialistas, e assim se constituíram as instituições oficiais de preservação (Canclini, 1993; Nigro, 2001).

Os conceitos disponíveis estavam então ligados aos *especialistas no passado*, restauradores, historiadores e arqueólogos. As discussões tinham uma natureza conservacionista e eram insuficientes para dar conta de novas redes conceituais que estavam emergindo, especialmente nos campos do turismo, do desenvolvimento urbano, da mercantilização e da comunicação de massas. Estes agentes destes novos campos eram vistos como adversários e as questões daí oriundas eram vistas como alheias ao campo patrimonial. Para Canclini (1993), aí residiria justamente a problemática do património, nas relações sociais que efectivamente o condicionam. O debate de então, manifesto tanto na legislação quanto nas declarações de organismos nacionais e internacionais (Canclini falava tendo por base o México) abordava três aspetos. Um deles seria a extensão do património para além das heranças, das *expressões mortas*, na direção de bens atuais, novos artesanatos, novos conhecimentos, novas línguas. Outro aspeto, seria a inclusão nas políticas patrimoniais da questão das relações dos bens patrimoniais com as necessidades contemporâneas da maioria da população. Um último aspeto do debate seria o reconhecimento de que o património de um país, de um povo, não está formado apenas pelos bens de uma minoria hegemónica, composto por palácios, pirâmides, representações da cultura material da aristocracia, mas pelo que produz a cultura popular. As reflexões de Canclini são contemporâneas de avanços importantes no campo patrimonial, pois nesse momento já havia a Declaração do México, de 1985, que definiu *cultura* para além das artes e das letras, incluindo modos de vida, direitos fundamentais, sistema de valores, tradições e crenças, e afirmava a diversidade

cultural, a dimensão cultural do desenvolvimento, o direito de todos ao acesso aos bens culturais (ICOMOS, 1985). Já havia acontecido também a Convenção de Paris, em 1989, que se pronunciou sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (UNESCO, 1989). Entretanto, diversas outras ações eram necessárias, entre as quais, a promulgação de leis e a ampliação do conceito de património cultural, na direção da sua democratização (Canclini, 1993). Já se sentia, desde os anos de 1960, a necessidade da legislação patrimonial, assim como do financiamento, das medidas administrativas, dos métodos de preservação e salvamento de bens culturais, as sanções, as reparações, as recompensas, do assessoramento e dos programas educacionais (ONU, 1968).

A partir dos três aspetos referenciados, que movimentavam o debate nos anos iniciais da segunda metade do século XX, Canclini (1993) destacou cinco questões que, no seu ponto de vista, careciam de debate. Ainda que tenham transcorrido quase três décadas entre estas reflexões e que se tenha avançado no campo patrimonial, na nossa perspetiva, estes pontos permanecem importantes, justamente por encerrarem questões estruturais que não se alteraram significativamente.

Primeiramente, a relação entre o património cultural e a desigualdade social, no sentido de que a eleição dos bens culturais não transcende o facto de que as pessoas se apropriam diferentemente deles, assim como ocorre com outros bens, como a educação, a saúde e a habitação. Mesmo nos países como o México, em que se confere legitimidade a todas as formas de organização e simbologia da vida social, existe uma hierarquia. A arte é mais valorizada do que o artesanato, assim como a medicina científica é mais do que a popular, e a cultura escrita, mais do que a oral.

Pode-se relacionar a esta questão o entendimento de que qualquer identidade é uma construção social, além de que é algo dinâmico, ainda que com razoável grau de perduração no tempo. Disso resulta que toda a identidade é uma versão identitária, dentre outras possíveis, e que coexistem (Prats, 2006). O que predomina é a preservação das identidades dos setores dominantes da sociedade, ainda que o debate que data da segunda metade do século XX e que culmina na proteção do património imaterial se tenha assumido como avanço na direção da democratização, pela inclusão de grupos minoritários e das suas identidades (Meneses, 2009).

O uso social que se dá ao património é outra questão elencada por Canclini (1993, 2019), e diz respeito ao facto de que o campo do património é um campo de disputas, de natureza económica, política, simbólica, onde atuam agentes classificados segundo o lugar social que ocupam, tais como o Setor Produtivo, o Estado e os Movimentos Sociais. Para o autor, da interação entre estes agentes resultam as contradições deste campo de ação.

A necessidade de acumulação económica e de reprodução da força de trabalho rege a atuação do Setor Produtivo, e, via de regra, o resultado é a exploração indiscriminada do meio ambiente e

social, visível no setor imobiliário, no transporte privado, no turismo (para citar exemplos significativos) em detrimento dos bens culturais e do interesse da maioria da população. Destacam-se dois aspetos. Primeiro, o facto de que a inexistência de programas públicos (que seria da competência de outro dos agentes, o Estado), que definem o sentido do património e que regulam o desenvolvimento económico, com foco nos interesses gerais, resulta em ações mais destrutivas por parte do Setor Produtivo. Segundo, que a ação do Setor Produtivo não pode ser associada sempre à deterioração do património, pois, por vezes, alguns grupos privados associam o valor simbólico de bens culturais ao incremento económico. É o caso de algumas imobiliárias que se interessam pela preservação de bairros antigos pela possibilidade de valorização dos imóveis. Também é com determinadas empresas turísticas que preservam cenograficamente edifícios antigos, alterando sua funcionalidade para que atenda às suas finalidades de recepção de visitantes (Canclini, 1993). Nestes casos, a preservação do património material é o meio para o desenvolvimento de uma actividade económica privada.

A mercantilização talvez produza efeitos mais ambivalentes em bens populares tradicionais do que em outros, o que mereceria outro olhar por parte dos críticos da comercialização destes bens, que se desviam desta ambiguidade e optam simplesmente pela denúncia da deterioração dos valores simbólicos. Desta forma, não se considera o fato, inegável para Canclini (1993), de que para muitos povos tradicionais, indígenas e camponeses, a venda de artesanato é a única possibilidade de permanecerem nas suas comunidades e de reativarem as suas tradições produtivas e culturais. Assim, no fenómeno da ativação económica desses bens, atuam duas forças: a da possibilidade de deterioração e a da reafirmação cultural (Arantes, 2004; Prats, 2006). Para Canclini (1993, 2019), seria ineficaz uma política de apoio ao artesanato que apenas tivesse como foco o resgate e a conservação de técnicas e estilos tradicionais, assim como no caso do património urbano. É fundamental que se enfrente a crise estrutural das grandes cidades e a injustiça que sofrem os menos favorecidos, e uma intervenção efetiva para o desenvolvimento pressupõe uma política cultural combinada com transformações socioeconómicas (Canclini, 1993, 2019).

O Estado também tem uma relação ambivalente com o património, uma vez que, por um lado, o promove como elemento integrador da nacionalidade, e por outro, ao fazê-lo, como no caso do México, constrói uma identidade nacional a partir de um reportório unificado. Este reportório extrai do passado, elementos de etnias diversas, uniformizando o património e estendendo-o, por vezes, a culturas que nunca tiveram experiência com estas manifestações, *convertendo realidades locais em abstrações político-culturais, em símbolos de uma identidade nacional em que se diluem particularidades e conflitos* (Canclini, 1993, p. 21).

Quanto aos Movimentos Sociais, estes teriam ligado a questão da preservação do património à condição de tarefa não prioritária, ainda que importante. Canclini (1993), localiza o interesse por parte de setores por ele denominados *progressistas, de esquerda*. Tal interesse teria sido suscitado pela depredação ambiental, a expansão demográfica, assim como pela forte e desorganizada urbanização. Este autor localiza esta mudança em relação ao património em algumas classes médias e populares, e identifica três eixos de debate: a questão patrimonial não é responsabilidade exclusiva do Estado. O Estado não vinculará o património às necessidades atuais e cotidianas da população se esta não se mobilizar e a apropriação coletiva do património somente se efetivará se forem criadas as condições materiais e simbólicas para que todas as camadas sociais possam compartilhá-lo e encontrar sentido no mesmo. Para Canclini (1993, 2019), a questão do património transpôs o âmbito de intervenção dos profissionais tradicionalmente responsáveis pela sua proteção e também o âmbito de atuação do Estado, pois, ainda que permaneçam importantes as questões relativas à preservação e à defesa, o desafio (no momento em que escrevia, e nos nossos dias) está nos usos sociais do património. É neste aspeto que se devem concentrar os esforços de investigação, de reconceitualização e de políticas culturais.

A finalidade da preservação do património, outra das questões apresentadas por Canclini (1993) alicerça-se em quatro paradigmas político culturais. O *tradicionalismo substancialista* fundamenta-se na ideia de que os bens culturais têm um valor intrínseco e que a sua forma é o que importa, não sendo tido em conta o seu uso atual. Trata-se de guardar a essência, o modelo estético e simbólico, para que sejam testemunhos de um passado glorioso no qual não interferem as mudanças sociais. Integram esta ideia de património os bens representativos de acontecimentos alçados à condição de importantes para a história culta e ficam fora os bens que documentam a vida das classes populares. Os outros três paradigmas estão vinculados aos três agentes anteriormente citados: o Estado, o Setor Produtivo e os Movimentos Sociais. O Capital procura a valorização económica, sendo bastante atuantes os setores imobiliário e turístico, para os quais interessa um modelo de restauração cuja estética pode ser caracterizada como exibicionista e direcionada para a espetacularização, convertendo os bens em *shows* de luz e som, e este seria o paradigma *mercantilista*.

A preservação do património cultural baseada na ideia de restaurar e conservar os bens que possam exaltar a nacionalidade, simbolizando coesão social e grandeza, é a motivação do Estado. Tal posicionamento é denominado por Canclini (1993) como *conservacionista* e *monumentalista*. Considera-se tal concepção como próxima do primeiro dos paradigmas apresentados pelo autor.

O paradigma *participacionista* é o que advoga que as ações relativas ao património devem se encaminhar a partir das necessidades sociais consideradas globalmente. Nesta compreensão, as

funções ligadas ao valor intrínseco, mercadológico e à capacidade de legitimação da nacionalidade seriam subordinadas às necessidades sociais. Desta forma, estaria afastado o risco do que acontece em determinadas cidades ou bairros antigos, que se converteram em *ciudades-museus, ilustraciones históricas de estructuras y formas que quedarán sin función, o ciudades para snobs, áreas apropiadas por una élite de artistas, intelectuales, burgueses y sobre todos os especuladores, que venenosos conjuntos urbanos un modo de subrayar distinción* (Bohigas, 1969, citado por Canclini, 1993, p. 24). Aqui é que se poderia questionar a validade da preservação promovida pelo Setor Produtivo, uma vez que pode estar associada a processos de exclusão, a denominada *revitalização*, que via de regra ocorre em centros históricos, e que expulsa do lugar os moradores ou frequentadores que não interessam ao empreendimento imobiliário ou turístico, ou a ambos, pois muitas vezes são empreendimentos comuns aos dois setores.

A relação que se estabelece entre o património e a indústria cultural é central a partir da segunda metade do século XX e hoje manifesta-se sob outras formas, além das citadas por Canclini nos anos de 1980. À televisão, ao rádio, ao vídeo cassete, ao toca-disco, acrescentaríamos hoje a rede mundial de computadores e uma gama de aplicativos de comunicação instantânea, em especial os telefones celulares. Com as tecnologias da informação e da comunicação, pessoas que nunca tinham ido, por exemplo, a um museu, convivem com o seu conteúdo dentro de suas casas, pela televisão. Como é que os meios de comunicação poderiam ser usados a favor da consciência patrimonial? Quais seriam os limites da ressemantização realizada pela indústria da comunicação sobre as culturas tradicionais? Como conciliar uma legislação para os meios de comunicação ao intervirem junto dos temas patrimoniais, com os direitos à livre informação, e como estes últimos se relacionam com os direitos dos detentores dos bens culturais tradicionais, tais como os povos indígenas? (Canclini, 2019).

Para Canclini (1993, 2019), tais questões demonstram a necessidade de ampliar tanto o campo de problemas quanto o âmbito disciplinar em que se localiza o património, assim como a necessidade de uma maior interação entre os campos da Antropologia, da Sociologia e da Comunicação. E, embora a ampliação do conceito de património cultural ocorrida nos anos de 1980 se tenha revelado um enorme avanço, subsiste a lacuna no que se refere aos bens não tradicionais. Referindo-se à ação do Estado (um dos agentes atuantes no campo patrimonial), Canclini (1993) destaca que este não se ocupa do mercado simbólico de massas, deixado a cargo de outro dos agentes, como o Setor Produtivo. Esta não é uma questão menor, uma vez que investigações realizadas à época, nos Estados Unidos da América do Norte, em países europeus e em alguns países latino-americanos apontaram para o facto de que os gastos domésticos vêm se concentrando em *máquinas culturais*, em detrimento de gastos com cinema, teatro, musicais, ou seja, eventos que se

realizam fora de casa. Assim, esta indústria cultural doméstica só cresce, eficazmente, em termos comerciais e simbólicos, e o Estado fica à margem do fenómeno. Canclini (1993) atribuiu esta resistência, em parte, ao temor em enfrentar o Capital que monopoliza o setor, e, em parte, pela crença de que a cultura erudita e tradicional somente perde quando se aproxima da cultura de massas. Acaba concluindo que deve concentrar-se em preservar e resgatar os bens que são testemunhos de tempos melhores, em que não havia, ou havia em menor escala, o crescimento urbano e a indústria cultural. Para o autor, esta posição não se sustenta, por ser contraditória, uma vez que o que hoje é tradicional é resultado de sucessivas adaptações ao meio e às distintas organizações sociais. Na perspectiva de Williams (1980, citado por Canclini, 1993 e por Eagleton, 2005), convivem nas cidades o que é arcaico (o que pertence ao passado e é reconhecido por especialistas), o que é residual (o que se formou no passado, mas está vivo atualmente, com outras funções) e o que é emergente (novos significados, valores e práticas). O Estado deve intervir não somente no arcaico e no residual, mas a partir de três critérios: a compreensão segundo a qual a preservação do património não pode ser tomada como mais importante do que as pessoas que dele necessitam para viver; as soluções devem perseguir o equilíbrio entre as tradições, os artesãos e as exigências da modernidade. Por seu turno, as políticas patrimoniais devem ser definidas de forma a garantir a participação de produtores e consumidores.

A valoração estética e filosófica do património, a última das questões, é, para Canclini (1993), o aspeto em que se manifesta mais agudamente a crise da forma tradicional de pensar os bens culturais. No centro da questão está o critério da autenticidade, largamente evocado, seja em *marketing* turístico, seja nos folhetos oficiais, e, de acordo com o autor, inadequado, na bibliografia sobre o património. A inadequação do critério de autenticidade é dada pelas condições atuais de circulação e consumo, que não permitem o que em outros tempos seria possível, ou seja, o mito da originalidade na arte, no artesanato e no património cultural tradicional.

Desde 1936, quando Benjamin publicou *A Obra de Arte na Época de sua Reprodutividade Técnica*, o que era distante, irrepetível, o que somente poderia ser contemplado pela peregrinação até o bem, não mais existe, pois o *original* é transformado pela repetição massiva (Benjamin, 1973, citado por Canclini, 1993). Aqui, duas questões importam: primeiramente, é preciso lembrar que um bem não era *autêntico* no seu tempo, quando foi criado, produzido, usado; foi transformado em autêntico depois. E, é preciso considerar que o desejo de se aproximar, espacial e humanamente das coisas é uma aspiração e uma tendência histórica global, um desejo de afastar a elitização que resultou do enclausuramento dos originais em museus e mansões (Canclini, 1993; 2019).

Por outro lado, pode-se pensar na questão da trivialização e do aniquilamento dos significados mais profundos dos objetos fabricados em série, tal qual o artesanato fabricado de forma massiva nos destinos turísticos consagrados, como as reproduções e as lembranças para turistas (Arias, 2010).

Ainda quanto à questão da autenticidade, as mudanças na produção têm o seu correlato no consumo. Como exemplo, o caso do artesanato, que costuma trazer em cada peça a inscrição *feito em necessária* para atestar o prestígio social que busca o turista, que dele se vale para provar que esteve em tais lugares, importando menos o sentido dos objetos. Pois bem, a inscrição, que teria a função de comprovar a autenticidade do objeto, atesta, ao contrário, a sua inautenticidade, já que, se autêntico fosse, não necessitaria de tal inscrição. Um jarro confeccionado para ser usado em determinado povoado não precisa dizer nada sobre si, não precisaria dizer que foi feito ali, como ocorre com estas recordações de viagens (Araias, 2010).

Desde a Convenção da UNESCO, em 2003, que a política cultural tem por tarefa destacar, não os objetos autênticos, pois o património imaterial está em constante transformação, mas sim os representativos de certos modos de vida e concepção do mundo para determinados grupos sociais (Choay, 2001; Vianna & Teixeira, 2008). Importam mais os processos do que os objetos, sendo que, nestes, interessa menos a sua capacidade de permanecerem puros. Assim como o conhecimento científico não reflete a vida, a restauração e a museologia não logram abolir a distância entre a representação e a realidade. Ambas são metalinguagem.

A cultura como categoria analítica homogeneiza a cultura vernácula, ao estender a todos, *o que, de outro ponto de vista, é uma vasta rede de direitos heterogêneos* (Cunha, 2017, p. 362). Na mesma direção, Bhabha (1998) problematiza a formação dos sujeitos no que denomina de *entre-lugares*, no que ultrapassa, excede a soma das partes da diferença, que se expressa, geralmente como raça, classe social, género, etc. Também, de que modo são formuladas estratégias de representação em comunidades que, ainda que portadoras de histórias comuns de privação e de discriminação, podem não compartilhar valores, significados e prioridades, e, deste modo, pode haver conflitos, antagonismos e, até situações incomensuráveis. Para Boas (1940, p. 30, citado por Eagleton, 2005), coexiste nos grupos, mesmo entre aqueles considerados mais aparentemente primitivos, uma heterogeneidade de valores, concretizados em hábitos, pensamentos e ações.

Pode-se, a partir das abordagens de Cunha e Bhabha, aproximar as duas categorias, *i.e.*, metalinguagem e entre-lugares, problematizando o que ocorre quando a cultura como metalinguagem contamina e é também contaminada por aquilo de que fala, ou seja, a cultura vernácula? Quais são os efeitos da reflexividade e qual a sua relação com processos de patrimonialização? (Cunha, 2017).

1.1.1 - O património cultural a partir do último quartel do século XX: a dimensão imaterial nas políticas patrimoniais

Do nosso ponto de vista, foi a inserção da dimensão imaterial do património cultural que introduziu as mudanças mais significativas no campo patrimonial, à escala mundial, com a aprovação pela UNESCO da Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003 e, no Brasil, com a Constituição Federal de 1988.

É pertinente a discussão relativa ao valor do património cultural ou, por outras palavras, a constituição do património. Concorde-se com Meneses (2009), para quem o património é, acima de tudo, um fato social, determinado pelas relações sociais. Tal perspectiva insere-se no campo das Ciências Sociais, mas, até à década de 1980, não se refletia nos órgãos de preservação. Sendo o património algo que se faz nas relações em sociedade, são as pessoas (os fruidores, os consumidores, os detentores dos bens culturais) que produzem o valor do que pode, ou não, ser reconhecido pelo Estado (Meneses, 2009). Assim, valor e avaliação são duas dimensões diferentes do património, que, em algumas situações, caminham separadamente. Para pensar sobre a avaliação, Meneses (2009) propõe a identificação de componentes ou referências do valor cultural, sendo os principais os valores cognitivos, formais (estéticos, perceptivos), afetivos, pragmáticos e éticos. Na nossa pesquisa, propõe-se partir destes componentes para pensar a questão colocada por Cunha (2017) acerca da cultura vernácula e *cultura* como categoria analítica.

Ressalvando que o património deve ser tratado de forma unificada, sem distinção entre as categorias material, imaterial, natural, histórico e arquitetónico, tais componentes são mobilizadas conforme se apresentam as diferentes situações.

Os valores *cognitivos* dominam quando o bem em questão é tratado como documento, capaz de responder, como suporte empírico, a perguntas do observador interessado em produzir informações ligadas às questões técnicas, sociais e económicas (Meneses, 2009). Os valores *formais* são também denominados *estéticos* ou *perceptivos*. Importa ressaltar que o termo estético não está sendo colocado no sentido do belo, mas, justamente, do sensorial. O valor *estético* domina quando a presença de determinados objetos, a percepção de algum odor, a audição de uma música, o ato de estar em algum lugar, ou participar numa manifestação (puxar a rede num *lanço* da pesca artesanal da tainha, por exemplo, ou remar numa canoa de garapuvu para capturá-las) promove, sensorialmente, o encontro do indivíduo com o mundo, sendo que estas sensações são alimentadas pela memória e outras experiências. Importa não olvidar que a estética é uma mediação que nos faz humanos (Meneses, 2009). Os valores *afetivos* são categorizados por Meneses (2009) no domínio da Memória, mais que

no domínio da História, e lembra que História e Memória não coincidem, muito embora sejam, por muitas vezes, tratados como iguais, ou, pelo menos, como duas faces da mesma moeda. Os valores afetivos são caracterizados pela carga simbólica e subjetiva de que são compostos, como o sentimento de pertencimento e de identidade. Os valores *pragmáticos* são valores de uso, mas qualificados. Novamente, o exemplo da pesca artesanal da tainha, da qual se ocupa esta investigação, recorda que a prática da pesca deve continuar. Deseja-se a sua preservação, mas a canoa deve ser movida a remo, sendo, portanto, um uso qualificado. Os valores *éticos* são os que se referem às interações sociais. A referência é o lugar do outro, o direito à cultura como direito à diferença, somente legítima se é capaz de dialogar e produzir transformações mútuas (Meneses, 2009). Neste sentido, pode-se pensar na questão da polaridade que os sujeitos desta investigação manifestam ao referirem-se a si mesmos como *nativos*, em relação aos demais, aos *de fora*, tema que necessita de problematização e acautelamento quanto aos usos dos termos *cultura* e *património* como símbolos que homogeneizam, pois o sentido pretendido é o que se abre para a coexistência, para a pluralidade de modos de vida e de diversas temporalidades, que Milton Santos (2005) denominou *rugosidades*.

Ao problematizar os processos de salvaguarda do património imaterial, aproximamo-nos de um tema recente, uma vez que os mecanismos de proteção dos bens imateriais se efetivaram a partir dos anos de 2000, ao passo que a preservação do património material aconteceu há mais tempo. No Brasil, por exemplo, data dos anos de 1930.

Uma busca no Portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), recortando o período entre 2003 e 2019 (ou seja, desde a Convenção da UNESCO até ao ano em que se realizou a análise) e usando a expressão *intangible cultural heritage* encontrámos 2.353 publicações, ao passo que *cultural heritage* revelou 65.561 publicações.

As publicações que tratam sobre o tema do património cultural, a partir da segunda metade do século XX, às escalas internacional e nacional, e que formaram a base conceitual apresentada neste primeiro capítulo, estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
INTERNACIONAL			
1993	Nestor Garcia Canclini	Los Usos Sociales Del Patrimonio Cultural	O património cultural é condicionado pelas relações sociais, é resultado da interação entre o Setor Produtivo, o Estado e os Movimentos Sociais; a partir da segunda metade do século XX impõe-se a relação com a indústria cultural. Há três aspetos importantes: (1) a extensão do património para além das heranças, das <i>expressões mortas</i> , na direção de bens atuais; (2) relação dos bens patrimoniais com as necessidades contemporâneas da maioria da população; (3) o reconhecimento da cultura popular como património de um país, para além dos bens de uma minoria hegemónica.
2003	Elsa Peralta	O mar por tradição: o património e a construção das imagens no turismo	O elemento determinante do património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade; a conversão de objetos e de fenómenos sociais em património é uma construção e tem uma dimensão utilitária inerente, simbólica, política e económica, sendo esta última a dimensão mais explicitamente utilitária e muito relacionada com o mercado turístico. Estas dimensões estão relacionadas, predominando a política, já que a ativação patrimonial compete ao Estado.
2004	Barbara Kirshenblatt-Gimblett	Intangible heritage as metacultural production	O património deve estar no centro da reflexão sobre o destino das sociedades atuais, a partir de uma dimensão antropológica da construção de cidades e da vida urbana; o património não pressupõe valorização incondicional, e como relíquia, curiosidade, passadismo.
2006	François Hartog	Tempo e Património	O património é uma maneira de viver as rupturas, reconhecê-las e reduzi-las, elegê-las, produzindo semióforos. O crescimento patrimonial contemporâneo difere dos precedentes pela rapidez da sua extensão, multiplicidade das suas manifestações e do seu carácter fortemente presentista. O passado atrai mais do que a história; a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património (continuação)

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
2006	Llorenç Prats	La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias	As ativações patrimoniais e o conceito de património exprimem e sacralizam os discursos identitários, ligados aos interesses que quem está no poder; a vinculação do património ao turismo equivale à sua introdução no mercado e produz mudanças qualitativas nas ativações, produz a realidade como espetáculo, também pelos meios de comunicação. As ativações patrimoniais e o próprio turismo fazem parte dos ingredientes com os quais se constrói e reconstrói a identidade, o que não é um problema porque património não é identidade.
2009	Nathalie Heinrich	La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère	O valor do património constrói-se no encontro entre as propriedades objetais dos elementos submetidos ao julgamento e os recursos dos atores destinados a julgar; o valor não está inteiramente nos objetos e nem inteiramente nas representações dos sujeitos, sendo eminentemente culturais e, portanto, relativos. Não é o objeto que faz o património, é a "função patrimonial" que faz de um qualquer objeto um bem patrimonial.
2011	Lucas Lixinski	Selecting Heritage: The Interplay of Art, Politics and Identity	A mercantilização do património pode tornar-se numa ferramenta a favor dos grupos envolvidos, pode atribuir poder a esses grupos. Por outro lado, o Estado também pode fazer uso desse processo de mercantilização para exercer controlo sobre os significados a serem atribuídos a tal património, acabando por desprovê-los de conteúdo político.
2012	Francesca Cominelli e Xavier Greffe	Intangible cultural heritage: Safeguarding for creativity	A transformação é algo inerente ao património imaterial, e esta transformação pode de dar na direção dos princípios do desenvolvimento sustentável; as comunidades e os seus patrimónios, devem incorporar-se no sistema capitalista e na sua agenda, inovando-a de maneira criativa e conciliadora.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património (continuação)

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
2013	Rosemary J. Coombe	Managing cultural heritage as neoliberal governmentality. Heritage Regimes and the State	A intermediação de especialistas nos processos de patrimonialização para traduzirem as prioridades governamentais está ligada à governabilidade neoliberal e gera dependência e formas frágeis de autoridade nas comunidades detentoras dos bens culturais; resulta no domínio da ideologia de mercado em relação à preservação do património, bem como na concessão de valores patrimoniais com o fim de gerar retornos económicos.
2013	Lourdes Arizpe	Singularity and micro-regional strategies in intangible cultural heritage	É necessária a intermediação de especialistas nos processos de patrimonialização; há necessidade de formar e empoderar um corpo técnico especializado para implementar e gerir as medidas de salvaguarda do património imaterial; é necessária uma entidade internacional para unir as Organizações Não Governamentais que atuam neste campo.
2018	ValdimarHasfstein	Making Intangible Heritage. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO	A construção do conceito é dirigida para a intervenção social, ao invés da descrição de um fenómeno social, mas a sua efetividade é questionável; é contraditória a padronização discursiva num universo de práticas e contextos culturais diversos; a salvaguarda é uma construção acerca da qual cabem ponderações sobre os sujeitos a quem se destina.
2019	Nestor Garcia Canclini	Política cultural: conceito, trajetória e reflexões	A hegemonia das novas formas de consumo cultural possibilitadas pelas tecnologias da informação e da comunicação agudizam a importância das políticas culturais de democracia cultural, possibilitando o acesso da população aos meios de produção da cultura.
BRASIL			
2004	Antonio A. Arantes	O património cultural e a sustentabilidade de sua salvaguarda	Na relação entre património e o mercado global não há somente a criação de homogeneidades, mas estímulo à criação e à circulação de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e diferença.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património (continuação)

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
2008	Leticia C. R. Vianna e João Gabriel L. C. Teixeira	Património imaterial, performance e identidade	O património imaterial está em constante transformação. A autenticidade é algo inapreensível, impossível de ser estabelecido; as ações de criação, expressão e comunicação, são fugazes e autênticas porque são únicas. O registo (sonoro, visual, literário) não é o fato cultural em si, mas a sua reprodução técnica e que pode servir como referência para outras <i>performances</i> culturais, igual e necessariamente únicas, mesmo que parecidas e pertencentes a uma mesma tradição.
2009	Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses	O Campo do Património Cultural: uma revisão de premissas	A centralidade do património está nos seus usos sociais, e não nos usos culturais, que privilegiam as representações e eliminam as práticas, e quando o simbólico substitui as condições de produção e de reprodução da vida. Há oposição entre a lógica da cultura, fundada na produção de sentido e na comunicação e a lógica de mercado, fundada na instrumentalização da cultura com finalidade de obtenção de lucro. O direito à cultura é o direito à diferença, direito que é legítimo quando promove diálogo e transformações mútuas.
2011	Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Bens culturais e sua proteção jurídica	Na preservação de bens culturais o bem deve ser localizável, reconhecível e publicamente tido como bem cultural preservável; os cidadãos têm direitos de visualização, informação, conservação, ao mesmo tempo em que passam a ter obrigações para com o bem. A ameaça que sofre o património cultural é fruto da mesma ação predatória que destrói a natureza, num mundo que necessita de produzir cada vez mais e em menor tempo.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património (continuação)

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
2015	José Reginaldo Santos Gonçalves	Os limites do património (2007). O mal estar no património: identidade, tempo e destruição (2015)	A inflação da categoria "património cultural", sobretudo depois dos patrimónios intangíveis gera o risco da trivialização do seu potencial descritivo e analítico, e riscos políticos, a eliminação da sua força como instrumento de luta pelo reconhecimento público de grupos e de indivíduos. Entre as categorias que permeiam a noção de património cultural após os anos de 1980 estão a de identidade e a de perda, pressupondo atenção às práticas de preservação e de destruição.
2016	Morena Roberto Levy Salama	Comprometidos com seu passado	Predomínio atual da valorização de um passado injustiçado que merece respeito e compensação por ter sobrevivido às intempéries históricas e compor a diversidade cultural da humanidade; catalogação sintética das tradições culturais “boas”, tradições culturais éticas”, principalmente em relação aos animais e ao meio ambiente. A salvaguarda ligada à potencialização do turismo é a medida mais comum neste meio e pode significar a descaracterização completa do bem, com a transformação do património imaterial em mercadoria turística ou de consumo cultural.
2017	Marcia Chuva	Possíveis narrativas sobre duas décadas de património de 1982 a 2002	Não há divisão conceitual entre património material e imaterial; a noção de paisagem cultural (UNESCO) pode superar esta dicotomia, pela ênfase na relação entre os seres humanos e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de património imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um património cultural integral.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Quadro 1 – Principais autores e respetivos resultados ligados ao Património (conclusão)

Data de Publicação	Autores	Título da publicação	Principais resultados (parte dos textos são transcrições diretas das obras dos autores)
2017	Maria Cecília Londres Fonseca	A Salvaguarda do património cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios	A dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida do que conhecida, raramente é levada em conta no planeamento urbano, e pode confrontar interesses como a valorização do solo como mercadoria. O reconhecimento, apoio e divulgação dos bens das comunidades tradicionais podem trazer benefícios, mas também efeitos danosos. O predomínio do interesse pelo potencial do bem como espetáculo pode se sobrepor aos valores que justificam o seu Registro. A certificação por parte do legislativo, promove a banalização, mas o Registro tem promovido a cidadania.
2018	Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses	O Património cultural e a guinada da constituição de 1988: a casa de Chico Mendes	O principal avanço nos anos 1980, concretizado na Constituição Federal de 1988 não foi o reconhecimento da dimensão imaterial dos bens culturais, mas o protagonismo dos detentores do património na ativação patrimonial.
2019	Márcia Sant'Anna	A cidade- atração: o património como insumo para o turismo	Uma integração positiva das abordagens de salvaguarda relativas às dimensões material e imaterial deve avaliar os impactes dos atuais programas de recuperação e requalificação urbana na vida das populações locais e nas actividades existentes, pois já foi feita a crítica às políticas de preservação que articularam a conservação e o uso do património de cidades e sítios urbanos tombados ao desenvolvimento do turismo.

Fonte: Elaboração própria tendo por base os autores consultados.

Evidencia-se nas ideias dos autores selecionados para este quadro teórico a continuidade do debate instaurado na segunda metade do século, pela proximidade que então se inaugurava, entre património cultural e turismo, na perspetiva do desenvolvimento, e no contexto da industrialização, do surgimento das novas tecnologias, do crescimento económico e da urbanização. Este debate se deu maioritariamente no âmbito da UNESCO e se tornou público na forma de Recomendações, Declarações e Convenções, principalmente a partir dos anos 1980. A direção que tomou a política patrimonial a partir deste momento, ou seja, a direção da democratização da cultura, está presente tanto entre os autores brasileiros quanto entre os internacionais, assim como estão outras questões centrais, como a virada paradigmática para os detentores dos bens culturais, o carácter dinâmico do património imaterial, e a impossibilidade da ideia de autenticidade. A relação com o mercado, com a indústria cultural, e especialmente com o turismo é, para a maioria dos autores, central e controversa; se a maioria aponta problemas como a trivialização, a espetacularização, e portanto, a perda dos significados que justamente geraram o seu reconhecimento por parte do Estado, ao mesmo tempo, se admite que a valorização dos bens culturais das classes sociais menos privilegiadas (porque é preciso ressaltar que é destas classes que se fala ao se tratar do património cultural imaterial) pode gerar mais cidadania. A ideia inicial de se traçar um comparativo entre autores nacionais e internacionais não se efetivou; inferimos que o motivo é que, o Brasil esteve ativamente presente no debate internacional, tendo inclusive promulgado o seu Decreto 3551/2000 antes da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial da UNESCO (2003).

1.1.2 - A preservação do património cultural no Brasil e em Santa Catarina

O Brasil participou no debate sobre a preservação do património cultural da segunda metade do século XX. Conforme se verá a seguir, este debate já estava em curso e contemplou os aspetos destacados por Canclini (1993), na direção da democratização do tema, os quais relembremos agora. Primeiro, considerar o património como algo além das heranças e do que já existiu um dia, para então (e este seria um segundo aspeto) poder relacioná-lo com as necessidades contemporâneas da maioria e efetivar esta relação em políticas patrimoniais, e, por fim, ir além da preservação da cultura dos segmentos sociais privilegiados e preservar também a cultura popular.

A história da proteção ao património no Brasil deve ser contada a partir de iniciativas estaduais, uma vez que a preservação da memória nacional está ligada aos Institutos Históricos que surgiram nos primeiros anos do século XX.

O acervo de bens culturais da Bahia e de Pernambuco desenharam o contexto no qual estes Estados criaram os primeiros órgãos regionais de proteção ao patrimônio histórico, tendo sido pioneiro o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1917 (Gonçalves, 2011).

Além da Bahia e de Pernambuco, o Paraná criou o Conselho Superior de Proteção ao Patrimônio Cultural Paranaense, em 1935. Houve também a tentativa do Estado de São Paulo de criar um órgão com esta finalidade, interrompida pelos acontecimentos ligados ao Golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo (Gonçalves, 2011).

Em termos nacionais, a proteção do patrimônio realizou-se por atos do Governo Federal. Em 1933, Getúlio Vargas elevou a cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, à categoria de Monumento Nacional por meio de um decreto. No ano seguinte, novamente por decreto, foi organizada a Inspeção de Monumentos Nacionais (Fernandes, 2010). Nesse momento, a Constituição Republicana de 1934, no seu artigo 148, consagrou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, delegando à União, aos Estados e aos Municípios o favorecimento do desenvolvimento das artes, das letras, ciências, e da cultura em geral, a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico brasileiro, assim como o dever de prestar assistência ao trabalhador intelectual (Brasil, 1934).

Na década de 1930, a pontualidade das ações de proteção do patrimônio cultural deu lugar à efetividade, por meio de atos do Poder Executivo (Torelly, 2012). O ministro da Educação, Gustavo Capanema, delegou ao escritor modernista Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto para a preservação do patrimônio nacional. Este anteprojeto fundamentou o Decreto nº 25, que criou o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois transformado em Instituto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Torelly, 2012).

As ideias modernistas definiram a noção de patrimônio cultural e a formulação de uma política de preservação já na direção da sua democratização, pelo menos em tese. Neste momento, buscou-se a feição mestiça do Brasil, indígena, cabocla, caipira, valorizando um passado até então desprezado em prol de padrões europeus (Torelly, 2012).

Entretanto, para alguns autores (*e.g.*, Fernandes, 2010; Nogueira, 2014; Santos, 2018), o Decreto-Lei nº 25 não incorporou as ideias de Mário de Andrade. Pelo contrário, distanciou delas em prol de interesses e concepções de um setor da classe intelectual brasileira. O SPHAN instituiu o tombamento como instrumento de salvaguarda, e privilegiou determinados bens culturais vinculados às camadas sociais mais privilegiadas, assim como um estilo arquitetônico, o Barroco (Fernandes, 2010).

Em Santa Catarina, desde os anos de 1930, o patrimônio cultural foi objeto de proteção por parte do órgão federal responsável, o IPHAN, mas apenas onze bens foram tombados, o que é pouco,

se comparado com outros Estados. Estes tombamentos privilegiaram a arquitetura herdada da colonização portuguesa e foram resultado exclusivamente da intervenção do IPHAN em Santa Catarina (na época denominado SPHAN). No que se refere à responsabilidade estadual, desde pelo menos a década de 1960 que se estudavam projetos de proteção do Patrimônio Cultural Estadual (Gonçalves, 2011). A Lei 2975/1961 delegou no Departamento de Cultura a promoção, o incentivo e o patrocínio de atividades culturais relativas às Ciências, Letras e Artes, bem como a orientação e a fiscalização de subvenções, auxílios e prêmios e a proteção de obras e documentos de valor artístico, literário e histórico.

Mas a primeira normalização específica da proteção do Patrimônio Cultural em Santa Catarina data do final dos anos de 1970 e surge com a Lei Ordinária 5056 de 22 de agosto de 1978 (Alesc, 1961 e 1978). Entre 1974 e 2006 foram tombados 299 bens. Embora já se tivesse instaurado o debate sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural, Santa Catarina priorizou construções ligadas ao Estado e à Igreja, muito recuadas no tempo e de caráter monumental. A perspectiva da arquitetura prevaleceu, em detrimento da histórica, assim como prevaleceu o privilégio de determinados grupos sociais, por meio da preservação da sua memória. Tratou-se de proteger *o talento construtivo de gerações de imigrantes e seus descendentes, cujo acervo, dada sua abrangência e qualidade, garantiria a singularidade e a relevância catarinense no cenário brasileiro do patrimônio* (Gonçalves, 2011, pp. 8 e 9). Desta forma, produziram-se e disseminaram-se narrativas históricas sobre Santa Catarina, destacando determinadas regiões e grupos, dividindo geograficamente o Estado em regiões de ocupação açoriana, italiana e alemã e, em menor grau, polonesa e ucraniana, o que resultou no esquecimento de outros grupos sociais (Gonçalves, 2011).

A situação descrita era a que vivia o Brasil, e não apenas Santa Catarina, pois, mesmo que se tenham desenvolvido importantes trabalhos no âmbito das ciências humanas, não houve a incorporação do legado cultural das múltiplas etnias que compõem o Brasil. Isso só viria a emergir a partir dos anos de 1970, quando se fortaleceu o debate em torno do patrimônio, como acontecia em outros países (Nogueira, 2014; Fonseca, 2017).

Nos anos de 1970 havia a percepção de que o patrimônio cultural ia além do edificado e do representativo da herança lusa. Era necessário abranger a diversidade cultural do País, em especial as culturas ameríndia e africana, fortemente presentes no cotidiano e no imaginário nacional (Torelly, 2012; Fonseca, 2017).

A atualização do conceito de cultura tem como marco a Constituição Federal de 1988, que, nos artigos 215 e 216, incluiu a dimensão imaterial do Patrimônio Cultural, explicitando a proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, incorporando o conceito de representatividade e

estabelecendo instrumentos já em uso, como o Inventário e o Tombo, e criando o Registro (Brasil, 1988). Esta ampliação pode ser considerada como uma retomada das ideias modernistas e como um processo que viria a desaguar na proteção ao património imaterial. Para Meneses (2009, 2018), o principal avanço trazido pela Carta Magna foi a transição do Estado para a sociedade, que foi chamada a envolver-se.

A política pública de salvaguarda do património cultural imaterial é considerada exemplar, porque estava em curso desde os anos de 1950, com trabalhos no domínio do folclore e da cultura popular. Estes insistiram na perspetiva de valorização e promoção dos saberes e modos de fazer tradicionais, festas e celebrações, formas de expressão, lugares de produção e reprodução de práticas culturais coletivas, e da transmissão e continuidade para futuras gerações.

O Brasil influenciou diretamente na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, aprovada em 2003 pela UNESCO, sobretudo no domínio da gestão compartilhada entre Estado e detentores de património.

No plano internacional, o património cultural imaterial ficou definido como *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu património cultural*, conforme a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Trata-se de um património transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos, em função do seu ambiente, da sua interação com a natureza e da sua história, gerando, assim, um sentimento de identidade e de continuidade, e contribuindo para a promoção e para o respeito da diversidade cultural e da criatividade humana (Brasil, 1988; UNESCO, 2003; Campos, 2013; IPHAN, 2013).

Importa mencionar o facto de que a polaridade material-imaterial não é uma questão que detenha unanimidade, no sentido de que toda a prática cultural tem como suporte uma dimensão material, sendo verdadeira também a ideia de que todo o bem material tem uma dimensão imaterial. Para Meneses (2009, 2018), não se trata de alterar a nomenclatura, já corrente em termos internacionais, mas de desfazer a polarização. Do nosso ponto de vista, a ideia da materialidade ou da imaterialidade está mais ligada à gestão do património e menos à questão conceitual, sendo, portanto, procedente a colocação de Meneses.

A experiência do Brasil também foi determinante para a criação do Centro Regional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da América Latina e Caribe (CRESPIAL), que reúne 15 países da região (Alencar, 2018).

Nos anos de 1970, foram instituídos o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PHC) e o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) para fomentar o potencial económico e turístico das cidades históricas, o que foi um avanço no contexto de um país que estava sujeito a uma ditadura militar. O CNRC adotou o conceito antropológico de cultura e de referência cultural, permitindo quer a valorização, quer a releitura dos saberes e dos fazeres tradicionais. Destacam-se o artesanato, a cerâmica e a tecelagem, com o conhecimento e o desenvolvimento das cadeias produtivas (Torelly, 2012). O principal objetivo foi conceder às manifestações culturais um carácter dinâmico, processual e também transformador. Estas intervenções por parte do CNRC e de Aloísio Magalhães, seu coordenador, conseguiram ligar aspetos inerentes ao projeto de Mário de Andrade, latentes e esparsamente desenvolvidos até àquela data. Também apontavam para mais amplos e diversos rumos num período em que o Brasil caminhava para a redemocratização, sobressaindo a vontade da população por uma maior participação (Torelly, 2012; Fonseca, 2017).

A democratização no campo patrimonial intensificou-se nos anos de 1980, com o debate em torno da memória e do património, e com o tombamento de bens representativos da diversidade cultural sublinhada na gestão de Aloísio Magalhães, entre 1979 e 1982. Noções de *referência* e *bem cultural*, com suas origens nas formulações de Mário de Andrade, começaram a concretizar-se, uma vez que o conceito de excepcionalidade foi questionado por instituir uma visão unidimensional, que privilegiava a herança cultural das elites e das classes dirigentes, e que subalternizava as restantes manifestações e legados (Marins, 2016; Fonseca, 2017). É o momento em que emergem as ideias sobre a pluralidade da memória, concretizando-se em museus, memoriais, centros de memória, arquivos, memórias de bairros, de partidos, de sindicatos, de igrejas, de grupos sociais e de acervos digitais (Torelly, 2012; Nogueira, 2014; Fonseca, 2017). A noção de património assente no sentido do *bem em si* deu lugar à concepção que considera como centrais os sujeitos detentores desses bens.

No contexto internacional e nacional, a proteção dos bens culturais imateriais é, portanto, um debate que se inicia de forma efetiva na segunda metade do século passado. No Brasil, culmina com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e, doze anos depois, com a promulgação do Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, e internacionalmente, com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, a Declaração sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e com a Convenção do Património Cultural Imaterial, de 2003.

O Decreto 3551 instituiu o Registro de bens culturais imateriais e criou o Programa Nacional do Património Imaterial (PNPI), cujas diretrizes previam o apoio às condições materiais que propiciam a melhoria das condições de vida de produtores e detentores dos bens culturais, assim como a

ampliação da participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais, além da proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco.

Embora se reconheça a importância do reconhecimento dos bens imateriais para a democratização do campo patrimonial, a polaridade material-imaterial levanta a questão de que toda a prática cultural tem como suporte uma dimensão material. Na perspectiva da Geografia, a própria espacialidade, resultante dos processos sociais, é a expressão desta materialidade. Para Chuva (2017), as paisagens culturais, as quais em 1992 a UNESCO passou a chancelar, trazem a noção de um bem patrimonial que agrega aspetos naturais e culturais (Chuva, 2017), assim como a importância do território nos processos de Tombo ou de Registro de bens culturais.

1.2 - Conceito e evolução do Turismo Cultural

O turismo, tal qual o conhecemos, é um fenómeno contemporâneo para o qual não há uma única definição. O glossário da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2021), define-o como um fenómeno social, cultural e económico que envolve o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais, ou comerciais e profissionais. Essas pessoas são apelidadas de visitantes, que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes, e o turismo tem a ver com as suas actividades, algumas das quais envolvem despesas turísticas.

Tribe (1997, p. 641, citado por Kohler & Durand, 2007, p. 2), define turismo como *o conjunto dos fenómenos e das relações que emergem da interação entre regiões emissoras e receptoras, de turistas, empresas fornecedoras, órgãos de governo, comunidades e ambientes*. Do nosso ponto de vista, a definição da OMT é operacional, em termos da criação de dados, os quais interessam ao mercado turístico. A definição de Tribe demonstra o carácter relacional do turismo e explicita a atuação de agentes sociais como o Estado, o Setor Produtivo e a Sociedade Civil Organizada, e dialoga mais com a perspectiva da presente pesquisa.

Numa perspectiva histórica, as viagens foram filosoficamente tratadas como experiências educativas desde a Modernidade: em 1581, por Montaigne, e em 1612 por Bacon (Cunha, 2010). Era com o objetivo de educar-se e divertir-se que a aristocracia britânica viajava no século XVIII. Tais viagens ficaram conhecidas como o *Grand Tour* ou *Tour Inglês*, e são consideradas a origem do turismo. Depois desse momento, o turismo seguiu expandindo-se, mas nunca tanto como a partir dos anos de 1950, quando surgiu realmente um mercado para as viagens, com lugares a transformarem-se em destinos turísticos, e dominando a sua dimensão económica (Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

No fim do século XX, o turismo transformou-se numa das maiores actividades económicas mundiais (Cunha, 2010; Sharpley, 2021).

A sociedade da segunda metade do século XX viveu mudanças profundas relacionadas com as maneiras de experienciação do tempo e do espaço. Neste contexto, o turismo foi significativamente ampliado, como mercadoria e como desejo de consumo, sendo a melhoria nos meios de transporte uma das condições para o seu crescimento, aliada às conquistas trabalhistas, como as férias pagas e o descanso semanal remunerado (Urry, 1999). Nesta ampliação, deve-se considerar que, atualmente, o turismo é uma mercadoria desejada também pelas camadas populares e, via de regra, consumido na forma do denominado *turismo de massas, convencional* ou *hegemónico*.

O turismo de massas é contemporâneo da uniformização do mundo, do que tem sido denominado como *não lugar*, conceito popularizado por Marc Augé em 1998, no momento em que esta uniformização se instalou, com o fenómeno da globalização, também nomeado como *capitalismo tardio* (Jameson, 2001; Maloa, 2019) ou *acumulação flexível* (Harvey, 2008; Muniz, 2019).

O não-lugar contrapõe-se ao lugar antropológico, com significados e relações sociais (Arias, 2010). É aquele lugar onde não estão presentes estes significados. Augé (1998) propôs três grandes grupos de *não-lugares, i.e.*, os espaços de circulação (como os aeroportos e as autopistas), os espaços de consumo (como supermercados e as grandes cadeias hoteleiras) e, por fim, os espaços de comunicação, tais como o cinema (Arias, 2010).

É importante ressaltar que, para Arias (2010), a estandardização dos produtos turísticos não é uma característica específica do turismo, mas do sistema de consumo ocidental. Atualmente estamos sempre no mesmo lugar, porque podemos estar cada vez mais rapidamente em lugares diferentes, tratando-se de um fenómeno denominado por Harvey (2008) como a *compressão do espaço-tempo*, característica da pós-modernidade. Com o objetivo de atrair mais capital, e mais turistas, o tempo e o espaço são estreitados, mesclados e comprimidos (Arias, 2010). Do nosso ponto de vista, esta situação pode ser exemplificada em determinadas propostas turísticas em que se vende a possibilidade de conhecer a Europa em seis dias.

O aumento das viagens turísticas a partir da segunda metade do século XX resultou na necessidade de entendimento sobre o fenómeno do turismo e data desse momento o início da relação da Organização das Nações Unidas (ONU) com o turismo e as adjectivações ao termo *turismo*, principalmente a de Turismo Cultural (Leal, 2008; Pereira, 2012; Sant'Anna 2019).

A OMT define o turismo como um fenómeno multidimensional, sendo uma destas dimensões a cultural, conforme registado no início deste tópico. Entretanto, para Pakman (2014) esta Organização não se propõe estabelecer formulações teóricas sobre turismo, pois os seus propósitos estão mais

ligados à produção de estatísticas e à uniformização de critérios entre os países. É, portanto, a partir das ações da UNESCO que se pode compreender o conceito de Turismo Cultural, uma vez que foi esta organização que chamou a atenção para a ideia da integração entre salvaguarda e turismo. A UNESCO organizou missões e campanhas, como a da Núbia, empreendida entre 1954 e 1964, salvando bens culturais em risco de desaparecimento, o que despertou o interesse dos turistas (Pereira, 2012; Bortolotto, 2015).

Como os países em vias de desenvolvimento não tinham condições de financiar projetos de conservação de bens culturais, foi apresentada a inserção do turismo nos planos de salvaguarda, como uma alternativa de retorno dos investimentos realizados na proteção ao património (Leal, 2008; Pereira, 2012; Bortolotto, 2015; Sant'Anna, 2019).

Em 1964, na 13^a Conferência Geral da UNESCO, foi autorizada a realização de estudos sobre património cultural e turismo para compreender *como* e *se* esta relação contribuiria para a preservação do património monumental e para o desenvolvimento do turismo e de cada país. Na conferência seguinte, em 1966, o turismo já foi apresentado como sendo *cultural* e destacado como um fenómeno que poderia promover o conhecimento recíproco entre os povos, a educação, o desenvolvimento, coincidindo com os objetivos fundamentais da UNESCO, e sendo capaz de financiar a restauração e a conservação de monumentos e lugares de interesse histórico ou artístico, que seriam os principais atrativos turísticos. O Turismo Cultural estava a constituir-se nesse momento, sob os auspícios da UNESCO. A ONU designou 1967 como o ano do Turismo Internacional, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a financiar a assistência técnica ao Turismo Cultural. A cultura e os seus produtos deveriam ser rentáveis e promover o desenvolvimento (Leal, 2008; Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

O que propunham os defensores do Turismo Cultural?

Organismos internacionais, como a OEA e a UNESCO postularam o Turismo Cultural como uma forma *boa* de turismo, que poderia ajudar a combater o turismo de massas. O Turismo Cultural tinha potencial para propiciar um renascimento cultural nas sociedades anfitriãs, na medida em que estimularia nas populações locais um orgulho e interesse pelas suas tradições e pelas ameaçadas pela modernização (Picard, 1996, citado por Richards, 2001).

O Turismo Cultural foi apresentado como o *bom turismo*, por meio de um discurso que exaltava as vantagens económicas e desconsiderava as dificuldades, as desvantagens ou os conflitos que pudessem ocorrer. Era, então, uma alternativa ao turismo convencional, que deixava impactes negativos nos destinos (Leal, 2008; Cousin, 2008, *in* Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

Entretanto, o que os defensores do Turismo Cultural propunham não pode ser considerado como uma alternativa ao turismo massificado, especialmente no que se refere à escala. Pelo contrário, o Turismo Cultural articulava-se com ele e referenciava-se nele, especialmente pelas suas metas grandiosas, e pelas ações necessárias para atingi-las. As propostas consistiam na atração de muitos turistas, o que pressupunha grandes investimentos em infraestruturas básicas e específicas para o turismo (Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

A exploração turística de atrações culturais reforça a noção, presente em autores como Boissevain (1996) e Richards (1996), de que o Turismo Cultural deixou de ser um nicho de mercado, direcionado para uma minoria de elevado estatuto socioeconómico e com elevado nível de instrução, e que se caracteriza atualmente como um segmento do turismo de massas (Kohler e Durand, 2007; Sharpley, 2021). Esta democratização da actividade turística, ou seja, como possibilidade para as várias classes sociais e não apenas as privilegiadas, pode ser considerada como um aspeto positivo da massificação, do conjunto de aspetos negativos, conforme se verá mais adiante.

O Turismo Cultural foi-se estruturando ao mesmo tempo que ia sendo difundido internacionalmente (Leal, 2008; Pereira, 2012). Além da ONU e da UNESCO, é importante citar a Organização dos Estados Americanos (OEA), organização criada para intensificar a colaboração entre os seus Estados Membros, que atualmente são 35, promovendo a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento. O turismo, uma das preocupações da OEA, está bastante ligado ao tema do desenvolvimento, embora assuma também a questão da segurança, no sentido da prevenção a ataques terroristas. Nas Normas de Quito, conferência promovida pela OEA, foi mencionada a Resolução 2 do Conselho Interamericano desta instituição, que preconiza a assistência técnica e a ajuda financeira ao património cultural dos Estados Membros em função do desenvolvimento económico e turístico (OEA, 1967). Para Leal (2008), no Brasil, havia mais interesse da parte do Departamento do Património Histórico e Artístico Nacional (DEPAHN, hoje IPHAN) na parceria com as instituições internacionais por causa da assistência técnica e financeira, do que propriamente na relação com o turismo. Tanto assim que, o termo *Turismo Cultural* é mencionado numa carta do embaixador como *expressão esdrúxula* (Leal, 2008), o que demonstra a novidade que a terminologia apresentava nesse período.

Nos anos de 1950 estava colocada a proposta da tríade técnica-cultura-economia, sem questionamento quanto aos possíveis conflitos que poderiam advir desta relação. Os investimentos em infraestruturas deveriam ser elevados, mas a rentabilidade seria igualmente alta, acreditava-se. Havia inquietações, mas não receio quanto ao turismo de massas, ou ao possível exagero na expectativa de desenvolvimento económico e geração de rendimento. Os perigos do progresso e da modernização

eram considerados, mas não eram associados ao turismo. Até que ocorreram as primeiras experiências e se reconheceu que a actividade turística poderia ser predatória, que ficou marcado na revisão da Carta do ICOMOS, em 1999, na Assembleia Geral no México, que passou a ser apelidada de *Carta Internacional sobre Turismo Cultural: La gestión del turismo em los sitios con patrimonio significativo*. Nela, o Turismo Cultural passou a ser considerado como uma experiência resultante da relação entre o turista e a cultura local. Ampliou o conceito, que passou a contemplar a paisagem, os sítios naturais, as comunidades na sua relação cotidiana com os bens culturais, assim como a cultura de modo geral.

O que na Carta ficou ressaltado foi a preocupação com os perigos de um turismo excessivo, mal planeado ou não sustentável, e a afirmação de que a conservação de bens culturais e o turismo têm finalidades distintas. Desta forma, o Turismo Cultural teria que propor a conciliação entre a conservação e o turismo. Trata-se de um posicionamento bastante diverso do que o que havia nos anos de 1960, quando a UNESCO exaltava as vantagens económicas que poderiam advir da visitação a monumentos e sítios, e, quando, conforme já mencionado, a inexperiência dava lugar à crença. Nos anos de 1960 e de 1970, o desenvolvimento era a meta do Turismo Cultural. Era também uma crença, já que o ineditismo da proposta não contava com experiências que pudessem fundamentá-la, e, muito menos, contrapô-la (Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

Se o papel da cultura como força do bem na sociedade esteve presente nas abordagens do turismo entre as décadas de 1960 e de 1980, nos anos de 1990 já se destacava a crítica. A modernização era então vista como *invasão*. Temia-se que as manifestações e práticas culturais tradicionais fossem perdidas para sempre, principalmente nos países em desenvolvimento. Se as pessoas se envolvessem na economia de mercado tenderiam a abandonar os seus estilos de vida tradicionais. Mas, se esta invasão não podia ser evitada, deveria ser orientada para servir a cultura, e não para destruí-la. O consumo da cultura pelos turistas poderia resultar na sua conservação e no orgulho da população local, e, desta forma, as receitas turísticas estariam fornecendo o financiamento necessário para que isso se efetivasse (Richards, 2001).

O crescimento do número de museus e o desenvolvimento da proteção aos monumentos sublinham a crescente centralidade da cultura e das atrações culturais nas sociedades modernas. De acordo com Richards (2001), no fim do século XX existiam aproximadamente 200.000 monumentos protegidos na União Europeia (UE) e 2,5 milhões de edifícios de interesse histórico. Milhões de visitantes acorrem aos museus europeus e norte-americanos, e, ainda, a atrações como a *Torre Eiffel* ou o Coliseu de Roma, que passaram a representar culturas inteiras, não apenas para turistas, mas para os próprios lugares, por serem elementos importantes da identidade nacional (Richards, 2001).

Entretanto, coloca-se a questão da *unificação*, no sentido de que se expande o património para grupos sociais que historicamente nunca tiveram relação com ele, diluindo particularidades e conflitos (Canclini, 1993).

Para além do grande interesse pelos atrativos culturais citados, para Richards (2001), a importância do património como atração cultural pode ser constatada pelo apoio à restauração de bens culturais e pela existência de pesquisas sobre o tema. O apoio da UE à restauração de edifícios históricos e a designação da Capital Europeia da Cultura, em cada ano, não apenas para o turismo, mas para a conservação do património cultural, são bons exemplos. A própria existência de uma rede internacional de instituições de ensino superior que pesquisam e ensinam nas áreas de turismo e lazer, como a Associação Europeia de Educação em Turismo e Lazer (ATLAS), demonstra o lugar que o turismo ocupa.

Na década de 1990, a ATLAS realizou o Projeto de Pesquisa em Turismo Cultural Europeu, para fornecer informações básicas sobre a escala e a natureza do Turismo Cultural na UE. O Projeto foi financiado pela Comissão Europeia, órgão executivo da UE responsável pelas decisões estratégicas e políticas, e, num segundo momento, expandiu-se para incluir a Europa Central e Oriental. A expansão teve por objetivos não apenas o alargamento da área geográfica da pesquisa, mas a necessidade de compreender as motivações do Turismo Cultural. Para além da análise do Turismo Cultural em cada um dos então 12 Estados-Membros da UE, a pesquisa debruçou-se sobre a relação entre turistas e atrações culturais específicas. Os resultados foram duas publicações cujo conteúdo pretendeu explicar as razões pelas quais a cultura tomou a importância que hoje tem como atrativo turístico, e examinar o desenvolvimento, a gestão e o *marketing* de atrações culturais (Richards, 2001).

Conforme já foi exposto, o interesse de organismos internacionais na relação entre património e turismo a partir dos anos de 1950 está expresso em diversos documentos (UNESCO, 1956, 1963, 1964, 1966, 1968, 1969, 1972, 1985, 1996; OEA, 1967, 1974; ICOMOS, 1976, 1999). Os bens culturais e a sua conservação ganharam visibilidade neste contexto, e o turismo passou a ser apoiado pela UNESCO e denominado como *Turismo Cultural*, compondo, assim, a tríade *conservação-planeamento-turismo* difundida nos países em vias de desenvolvimento (Pereira, 2012; Sant'Anna, 2019).

Outros demonstrativos da centralidade da cultura são a instituição da Década Mundial da UNESCO para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), com ênfase no desenvolvimento económico e promoção da identidade e da diversidade cultural, e na conservação da natureza. Com o *Tratado de Maastricht*, em 1991, a UE insistiu em que a cultura deveria ser considerada em todas as áreas

políticas, assim como foi com o desenvolvimento sustentável, e que o Turismo Cultural devia tornar-se o meio para apoiar a cultura.

Richards (2001) ressaltou o facto de que as atrações culturais não atraem apenas visitantes, mas também investimentos para as cidades onde se localizam. As atrações como as salas de concertos, os museus e os teatros são um fator de orgulho para as cidades, e consideradas como vitais para o desenvolvimento cultural urbano. Na Europa, ocorre que as cidades sejam *festivalizadas* (sendo esta uma ideia atribuída a Van Elderen), ou seja, a transformação (temporária) da cidade num espaço simbólico específico no qual o público está sob o feitiço de um padrão de consumo cultural específico (Richards, 2001; Devesa, Báez & Figueroa, 2012). Alguns autores, tais como, Moya Kneafsey (2001, p. 123), advogam, por exemplo, que esse processo está diretamente alinhado com a própria proposta do que é o turismo de festival, e o processo de comodificação serve apenas para esvaziar a formação e a afirmação de comunidades tradicionais num processo bem próximo de uma canibalização cultural (Root, 1996) onde os elementos são totalmente apropriados e dotados de outros significados e sentidos.

Muitas vezes os equipamentos culturais não se sustentam e necessitam de turistas para mantê-los, e isso torna-se uma tarefa imposta às cidades, que se tornaram muito caras para serem sustentadas somente pelos moradores. Não são apenas as cidades o lugar de consumo cultural, onde ocorre o feitiço de um padrão de consumo cultural específico, mas, também, as áreas rurais estão a constituir-se como tais. Na Europa, essas áreas tornaram-se locais importantes de consumo de turismo e de lazer, refletindo a procura da classe média pelo autêntico, pelo passado rural já perdido, pela possibilidade da recriação desse passado, encenado para os turistas (Gastal, 1999; Richards, 2001; Devesa, Báez & Figueroa, 2012).

O Conselho de Turismo da Irlanda dava, nos anos de 1990, instruções explícitas aos agricultores sobre como criar uma atmosfera rural, tentando que a produção moderna interfira o mínimo possível nos desejos dos turistas, e possa, então, confirmar o país e o povo que estes procuram, *i.e.*, um país predominantemente rural, uma vida lenta e antiquada, que é a representação da Irlanda rural (Carroll, 1995; Kneafsey, 1994, citada por Richards, 2001).

Picard estudou o caso de Bali e menciona a doutrina do Turismo Cultural na Indonésia, onde a cultura balinesa foi confiada à indústria do turismo. Para ser aceitável, o turismo teve de se tornar cultural, pois isso confere-lhe atributos da cultura, afasta a ameaça da destruição e aproxima a ideia de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve ser comercializável para os turistas (Picard, 1996, citado por Richard, 2001). Ainda que não seja possível afirmar que especificamente na Irlanda ou em Bali as coisas ainda se passem como descrevemos, a mercantilização de paisagens rurais para o consumo

turístico tem sido uma realidade, e tema de diversos estudos académicos (*e.g.*, Kneafsey, 2001; Garrod, Wornell & Youell, 2006; Everett, 2012; Ikonen, 2016; Kordel, 2016 e Eimermann, 2016, citados por Panzer-Krause, 2020). Na nossa perspetiva, compreende-se a transformação destes espaços para o turismo pela raridade, pela excepcionalidade que representam no mundo atual, absolutamente urbano. É a oportunidade de uma volta ao passado, ainda que cenográfica. Para Hobsbawn (1995), o processo de urbanização, e especificamente uma das suas consequências, a morte do campesinato, foi a transformação mais impressionante, de longo alcance e que isolou para sempre o mundo do passado. Acrescente-se a este processo a velocidade das transformações que as novas tecnologias desencadearam, e o risco de perda das referências dos povos, frente ao cosmopolitismo.

No Brasil, no momento em que estamos a redigir a presente tese (ano de 2021), o Ministério da Cultura está subordinado ao Ministério do Turismo, conforme se detalhará mais adiante. Mesmo que exista a histórica relação entre cultura e turismo, do nosso ponto de vista, é relevante mencionar as preocupações do ICOMOS, explicitada na Carta Internacional do Turismo Cultural, na qual afirmava a irreversibilidade da relação entre património e turismo, destacava o potencial de conflito entre ambos os campos, salientando o objectivo primário da gestão do património, como seja, a comunicação do seu significado e a sua conservação, face aos objetivos turísticos, que são eminentemente económicos (ICOMOS, 1999).

Na América Latina, nas cidades com centros históricos coloniais, nos sítios arqueológicos, e em determinadas paisagens valorizadas pela sua riqueza natural ou cultural, surgem propostas de todo o tipo, partindo de governos municipais, estaduais ou nacionais, ou num arranjo entre todas estas instâncias, para a promoção turística, e sempre acompanhado de ideias de desenvolvimento e de entrada de divisas (Fernandéz, 2017). Vários países tiveram os seus centros históricos revitalizados, e orientados principalmente para o turismo, como em Salvador, São Paulo e Recife, no Brasil, e na Argentina, os bairros de Almagro e Palermo Viejo (Barretto, 2016). Por seu turno, no Equador, o centro histórico de Quito, e no Uruguai, a Colónia de Sacramento são bons exemplos (Barretto, 2016).

Conforme mencionado anteriormente, a partir da segunda metade do século XX a UNESCO passou a intervir junto dos países em vias de desenvolvimento, estando entre estes, os latino-americanos, nos quais o planeamento relativo ao património mundial refletia a relação entre o campo patrimonial e o campo turístico. Depois das primeiras experiências, a partir dos anos de 1980 e de 1990, este planeamento incluiu a questão da sustentabilidade e continuou preconizando a relação entre património cultural e turismo.

O objetivo número dois do Plano de Ação para o Património Mundial na América Latina e no Caribe 2014-2024 é o de garantir a conservação eficaz dos bens do Património Mundial. Tem como uma das suas ações o desenvolvimento de ferramentas para a integração do turismo sustentável para atingir este objetivo (UNESCO, 2014).

O processo de transformação de funções de determinados espaços e construções, oriundos de tempos pretéritos, é denominado como *refuncionalização*, mas, quando é definido por determinados modelos de planeamento, recebe outras denominações, como *revitalização urbana*, da qual a cidade espanhola de Barcelona foi precursora. Para Sotrati (2015), a valorização de áreas degradadas dotadas de património e a sua refuncionalização direcionada para o turismo, para a cultura, para o comércio, os negócios e a residência, recebe nomes como *rehabilitation* (nos EUA), *rehabilitacion* (em França) e *rehabilitación* (em Espanha). Sotratti (2015) aponta o património como elemento central da *refuncionalização*, que sofre manutenção e modernização para cumprir novos usos, estando entre estes, principalmente o turismo. Entretanto, como o termo *revitalização urbana* denota exclusão dos grupos que até então ocupavam as áreas, tem sido preterido, a favor do termo *requalificação*, em projetos e ações mais recentes cujo foco é a humanização e o controlo do sistema de exclusão.

O México é um dos países em que esta ideia mais se desenvolveu, em que se destacam, por exemplo, o Programa de Povos Mágicos e das Cidades Coloniais. Para Fernández tem havido, no México, uma convivência cordial entre turismo e património (Fernández, 2017).

No Brasil, a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, considerou de interesse turístico os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico e as manifestações culturais ou etnológicas, bem como os locais onde ocorriam, e delegou à Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) e ao IPHAN, entre outras entidades, a tarefa de assegurar a proteção e a valorização do património.

Em 1971, o II Encontro de Governadores para preservação do património histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil publicou o Compromisso de Salvador, no qual recomendava ações para o desenvolvimento da indústria do turismo com atenção especial para os planos que contemplassem a valorização e a preservação do património natural e cultural protegido por lei. Também, que se incentivasse a hospedagem em imóveis tombados.

Em 2019, o IPHAN e a Organização das Cidades Brasileiras Património Mundial (OCBPM) realizaram o Seminário Internacional sobre o Potencial Económico do Património na sua dimensão turística e o 6º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Património Mundial, onde foi debatido o potencial da cultura para a sustentabilidade económica e social.

A relação entre turismo e cultura fica evidente na própria estrutura estatal brasileira. Compõem o Ministério do Turismo o Conselho Nacional de Políticas Culturais, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura, e a Secretaria Especial de Cultura, sendo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) uma entidade vinculada a esta última Secretaria.

Em janeiro de 2019, com a extinção do Ministério da Cultura pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro, foi criada a Secretaria Especial da Cultura, e alocada inicialmente ao Ministério da Cidadania. A Secretaria foi transferida em novembro do mesmo ano para o Ministério do Turismo, o que significa, do nosso ponto de vista, um retrocesso, pois tira a cultura do campo das realizações e transformações, reduzindo-a ao campo da mercadoria turística. Esta Secretaria tem na sua composição entidades responsáveis pela cultura, como o próprio IPHAN, o mais importante órgão de proteção do patrimônio cultural do país. Neste contexto, o IPHAN tem recebido dirigentes cuja qualificação e atuação não se coadunam com a finalidade da instituição e apontam justamente para a comercialização da cultura (Hickenbick, Carrelas, Schemes & Remoaldo, 2021).

Na primeira década do século XXI, o Ministério do Turismo do Brasil (MTUR) destacava a importância da segmentação do setor turístico para o objetivo maior do turismo, que seria contribuir para melhorar as condições de vida no país e para a promoção e preservação da cultura. O Turismo Cultural seria um desses segmentos. Esta posição do Ministério pode ser considerada como um alinhamento do país com as concepções de organismos internacionais, que preconizavam a importância do turismo para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento. Conforme foi referenciado anteriormente, nos anos de 1960 o Brasil recebeu missões da UNESCO com este objetivo.

Assim como ocorreu no âmbito internacional, o Ministério, por meio dos seus representantes, criticou a forma como o turismo explorou os lugares transformados em destinos turísticos, de forma danosa no que diz respeito ao patrimônio cultural, seja pela falta de recursos especializados, seja pela visitação descontrolada, resultando em desrespeito pela identidade cultural e em imposição de padrões culturais (MTUR, 2006). Nesta avaliação, argumentou-se pelo redirecionamento das políticas públicas para a subordinação do uso turístico aos pressupostos do respeito e à valorização das identidades locais, da manutenção e do uso cotidiano do patrimônio. De acordo com o MTUR (2006) havia já experiências baseadas nestes pressupostos, que estavam indo além do respeito e da valorização, resgatando práticas culturais esquecidas e, como consequência, fazendo com que algumas comunidades tivessem orgulho do seu modo de vida e da sua história. Em relação à transformação do patrimônio cultural em bem de consumo, o MTUR posicionou-se no sentido de alertar para as possíveis

críticas, as quais deveriam ser rebatidas com o argumento da realização da actividade turística de forma responsável, baseada nos pressupostos mencionados anteriormente (MTUR, 2006). Mais recentemente, entre as concepções publicadas pelo MTUR, está a valorização do património, mas, a perspectiva das comunidades detentoras não é considerada.

O envolvimento da comunidade tem como resultados, do ponto de vista do MTUR, a disponibilização de informação sobre o lugar, que terá como consequência a valorização do património. Por meio do Turismo Cultural, a comunidade poderá cobrar dos turistas respeito pela sua cultura (MTUR, 2018). Mas, não é mencionado no documento publicado sobre o envolvimento das pessoas no lugar com a gestão da actividade turística ou sobre a distribuição dos benefícios económicos que daí resultam. Da mesma forma, quando trata da comercialização dos produtos, orienta para que se defina com clareza as formas, por exemplo, sessão diretamente ofertados pelos próprios empresários ou gestores dos atrativos turísticos culturais ou por intermédio de agências e operadores de turismo. Quando o tema é o cuidado com o risco de tornar tudo um espetáculo, com esvaziamento de significado, a orientação é para o contributo de historiadores e antropólogos. O MTUR (2018) destaca a importância da realização de pesquisa sobre o perfil, as motivações e os interesses dos turistas para a elaboração de produtos turísticos. O sujeito apontado para elaborar estes produtos turísticos é o *empresário* (MTUR, 2018). Não se encontra do documento do MTUR, do nosso ponto de vista, a intencionalidade direccionada para o protagonismo das comunidades recetoras, e, em se tratando da relação entre o património cultural imaterial e o turismo, esta é uma questão central. Concordamos com Canclini (1993) que, mais do que o produto, importa o processo que vivem as comunidades detentoras de bens culturais. Preocupámo-nos, na presente tese, com questões teóricas relacionadas com o tipo de actividade turística que se considera como passível de ser realizada em consonância com a salvaguarda do património cultural imaterial.

Estudos específicos sobre património cultural imaterial e turismo, às escalas nacional e internacional, foram diagnosticados na biblioteca virtual *Portal CAPES* e no buscador *Google Scholar*. No Portal CAPES, a busca restringiu os resultados usando o filtro *periódicos revisados por pares*. Em ambos foram utilizadas as palavras *Intangible Cultural Heritage and Tourism*, e o período específico de 2003-2019. Esta delimitação corresponde ao tempo decorrido entre a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, sob os auspícios da UNESCO, e a realização da nossa pesquisa.

O conteúdo dos resumos e dos títulos foi analisado a partir da categorização por temas (Bardin, 2018). Um dos temas integra o rol de aspetos levantados por Canclini (1993) e Meneses (2009), e está entre os assumidos como relevantes na nossa investigação, ou seja, a relação dos bens patrimoniais com as necessidades sociais. Outro tema diz respeito ao protagonismo das comunidades

detentoras dos bens culturais e onde podem desenvolver-se actividades turísticas, relacionando-se diretamente com uma especificidade da preservação dos bens imateriais e do Turismo de Base Comunitária (TBC). Depois da pré-análise (momento em que se procedeu à primeira leitura do material) decidiu-se pela utilização de três expressões que considerámos promissoras: *sustentável*, *comunidade* e *participação*.

A análise quantitativa, através da frequência dos registos (Bardin, 2018), revelou 37 registos para *sustentável*, 21 para *comunidade* e 5 para *participação*. A seguir, foram qualificados verificando o contexto das expressões. *Sustentável* adjectiva maioritariamente o termo *desenvolvimento*, seguido de *turismo* (e derivados), e, em menor número, registados apenas uma vez cada, os termos *preservação*, *abordagem*, *uso*, *forma*, *relação*, *futuro*, *salvaguarda* e *arquitetura*.

Procurou-se também o termo derivado de *sustentável*, *sustentabilidade*, e foram encontrados oito registos. Do termo derivado de *comunidade*, *comunitário*, foram encontrados seis registos, e do termo *participação*, cinco registos. Não foi encontrado qualquer registo para termos derivados (participativa/participativos/participativo), assim como para o termo *protagonismo*.

Quadro 2 - Património Cultural Imaterial e Turismo: Busca Portal CAPES e *Google Scholar* entre 2003 e 2019 (*Intangible Cultural Heritage and Tourism*)

Análise quantitativa no Portal CAPES e no <i>Google Scholar</i> entre 2003 e 2019	
Temas	Frequência
Sustentável (e derivados)	45 registos
Comunidade (e derivados)	27 registos
Participação (e derivados)	05 registos

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados para a questão da *sustentabilidade* revelaram uma intensidade na frequência, corroborando a relevância que o tema adquiriu nos estudos e nas propostas na área do turismo. O desenvolvimento sustentável, aqui compreendido como aquele cuja ética tem os objetivos económicos de crescimento subordinados às leis que regem os sistemas naturais e aos critérios de respeito pela dignidade humana (Guimarães, 2008), relaciona-se com a abordagem do cultural que preconiza a centralidade das pessoas e as suas necessidades nas políticas culturais, assim como se relaciona com os princípios do TBC. Já a questão da participação da comunidade em propostas de preservação de bens culturais imateriais ou projetos de turismo não foi ressaltada no material analisado. Considera-se significativa a ausência/raridade (Bardin, 2018) do termo *protagonismo*, pois pode indicar uma fragilidade que tem sido apontada seja no campo do património cultural imaterial, seja no campo do

turismo, se este último estiver relacionado a propostas que tenham a preservação como central, como o TBC. Do nosso ponto de vista, a ausência das comunidades destaca uma contradição, pois tem como consequência a não concretização da sustentabilidade, tão acentuadamente marcada no material pesquisado. Esta limitação está relacionada aos usos sociais dos bens culturais, pois, na perspectiva que adotamos nesta pesquisa, as pessoas não acessam igualmente aos direitos culturais, conforme já mencionado; o conteúdo existencial do patrimônio cultural, vinculado ao universo do cotidiano e do trabalho é que importa, em detrimento de práticas que neste âmbito o tomem como algo a parte. Assim, consideramos que a ausência das comunidades na pesquisa acima referida pode estar relacionada a que as pessoas não vislumbram em que o envolvimento poderia lhes ser vantajoso, uma vez que, questões centrais como as territoriais, por exemplo, dificilmente se alcançam.

Somos de opinião de que o espaço deve ser compreendido na relação entre valor de uso e valor de troca. Quando se discute a preservação de espaços, urbanos ou rurais, discute-se a preservação dos valores de uso, pois, se os espaços forem somente transformados em mercadoria, a sua apropriação e o seu uso será subordinado apenas ao mercado, na lógica capitalista, segundo a qual os lugares devem estar inseridos no mundo globalizado, como as metrópoles. Assim, os lugares mais antigos tornam-se obstáculos para o seu “crescimento” e, por isso, devem ser liquidados ou substituídos.

A preservação do patrimônio edificado e da memória é contrária a esta lógica, e vai na direção daquilo que Milton Santos (2005) defendia, quando analisava a importância da permanência das rugosidades na produção do espaço urbano. As rugosidades são as heranças espaciais produzidas num determinado período histórico, de um determinado modo de produção desse período, e, por isso, possuem características sociais e culturais específicas. Desta forma, quanto mais rugosidades, mais fácil será a leitura da construção da paisagem através dos diferentes períodos e modos de produção (Figueiredo, 2013).

Do nosso ponto de vista, o território objeto de estudo desta tese apresenta algumas rugosidades, tais como o Parque Cultural do Campeche (PACUCA), que, sendo uma área relativamente grande, situada num lugar extremamente valorizado como o Campeche, conforme se verá no capítulo 3, pode ser compreendida, pelo Setor Produtivo, em especial o setor imobiliário, como uma inadequação, assim, como os próprios ranchos de pesca.

Para Lefévre (2001), o lugar é uma obra que se opõe ao valor apenas de troca, pois a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O lugar tem referenciais para evocar o passado e recuperar a identidade social no presente, no sentido da criação de espaços de sociabilidade que recordam os

mitos fundadores de uma coletividade. Preservar significa uma resistência ao processo de expropriação que as forças económicas efetuam sistematicamente sobre determinados espaços.

Conforme afirmam Meneses (1999, 2018) e Canclini (1993), autores cujas ideias fundamentaram este tópico, o património cultural não pode ser compreendido como uma esfera à parte da vida cotidiana e de trabalho. Apesar dos acordos e decisões resultantes de inúmeros encontros internacionais, envolvendo governos de muitos países, a insustentabilidade social e ambiental aumentou (ICOMOS, UNESCO, Guimarães, 2008). Para reverter esta tendência, seria necessário colocar o ser humano no centro de interesse, tomando o crescimento económico como um meio e não como um fim, pois o fim deve ser a proteção da qualidade de vida das gerações atuais e futuras. O desenvolvimento será sustentável se ligado a uma ética em que os objetivos económicos de crescimento forem subordinados às leis que regem os sistemas naturais e aos critérios de respeito da dignidade humana (Guimarães, 2008). Esta perspetiva é convergente com as ideias de Direitos Humanos declarados na Carta dos Direitos Humanos de 1948, que devem ser consideradas para as políticas públicas no campo patrimonial. Entretanto, concordamos com Salama (2016) e Lixinski (2011) no que diz respeito ao fato de que as políticas patrimoniais participacionistas não incentivam o envolvimento das comunidades em questões mais amplas, como o acesso à terra, que justamente afetam a viabilidade dos patrimónios. As lutas pelo património mostram (e devem fazê-lo) questões políticas subjacentes mais profundas, em especial porque, via de regra, o património imaterial está ligado a minorias sociais. A relação entre património cultural e o mercado, em especial o turismo, ao mesmo tempo que pode fazer com que as comunidades tenham mais poder, pode fazer com que seus bens culturais sejam esvaziados de significado e despolitizados, privilegiando as representações em detrimento das práticas e das condições de produção e reprodução da vida.

Da mesma forma que o Estado foi chamado a intervir na economia, para compensar as disfunções do intercâmbio livre (Teixeira, 2009), foi também chamado para intervir nas ações da iniciativa privada que afetam diretamente o património cultural, por meio do que convencionou-se chamar de *política pública*. Assim, passaram a existir as instituições de proteção do património e incentivo à cultura, que intervêm por meio de instrumentos legais e incentivos, sejam financeiros, sejam de gestão.

Numa outra perspetiva, as políticas públicas assumem-se também como mercantilização da cultura, na medida em que se efetivam com a criação de novas atrações, a partir de iniciativas do Estado e do Setor Produtivo. Estas inserem-se em estratégias amplas de desenvolvimento económico e de revitalização urbana (que, não raramente, promove a exclusão de populações que *não interessam* à proposta), conforme mencionado no início da presente tese, com relação à construção de imagens de

idades, regiões ou países. Desse ponto de vista, as políticas públicas estão incluídas na lógica do mercado, não podendo ser consideradas como algo à parte (Volkerling, 1996, citado por Köhler & Durand, 2007). As políticas públicas reafirmam o *status quo*, pois atuam como limitadoras e não como questionadoras (Lefebvre, citado por Carlos, 2020).

A leitura do espaço como produto, condição e obra da realização da vida humana (Carlos, 1994) revela um ganhador, e não se trata das pequenas comunidades, das construções dos povos tradicionais ou dos artesãos. Nas cidades, predominam as realizações do capital imobiliário e concretizam-se modos de vida que não admitem reminiscências de tempos pretéritos, ou, rugosidades, como defendido por Santos (2014). Para Lefebvre (1970), o imobiliário suplantou o industrial e deslocou a mais-valia da produção de bens menos duráveis para os duráveis, os imóveis. O espaço urbano é vendido em parcelas, como casas, terrenos, edifícios, ou, como um todo, pelo *marketing* e pelo mercado imobiliário (Carlos, 1994).

A agricultura e a indústria, que permitiram a acumulação de capital entre o momento da Revolução Industrial e a segunda metade do século XX, cedem lugar ao urbano. Para Lefebvre (1986), *urbano* não designa cidade ou vida na cidade, mas, nasce da explosão da cidade, dos problemas da deterioração da vida urbana. Para alguns estudiosos, a obra de Lefebvre foi vulgarizada, no sentido de que o seu significado utópico foi desconsiderado (Carlos, 1994; Volochko, 2019), reduzido ao presente. A concretização das suas ideias foi vinculada às políticas públicas, desconsiderando o facto de que o projeto Lefebvrino opera na relação do possível-impossível, na procura pela superação das contradições do presente na perspetiva do futuro, ou seja, de outro futuro que repense a lógica do *habitat*, que constitui a homogeneidade, que está subjugado ao valor de troca, em detrimento do valor de uso, e a ideia do crescimento, imposta pelo capitalismo - na direção do *habitar*. O *habitar* seria uma prática milenar, na qual os indivíduos se apropriam do espaço para realização da sua vida, um tempo absolutamente humano. O *habitat* foi instaurado de cima para baixo, institucional e mercadologicamente, negando o *habitar* (Lefebvre, 1970, 1973).

A cidade que se constitui como negócio, segrega. A renovação de determinadas áreas, por exemplo, faz-se com a transferência de populações não mais condizentes com os lugares renovados (Carlos, 2020), conforme já mencionado acerca do termo *revitalização urbana*.

1.3 - A Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Florianópolis e em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) esteve vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte até 2019, quando esta Secretaria foi extinta. Atualmente está vinculada ao Gabinete do Governador do Estado (Alesc, 2018, 2019). Em Florianópolis, a estrutura organizacional municipal não vincula a cultura ao turismo, mas a Lei Orgânica do Município recomenda o estímulo ao turismo integrado no ambiente natural e nos valores culturais.

O Plano Nacional de Cultura (PCN) atribui ao poder público a articulação de políticas públicas, entre as quais as de turismo, sendo este setor uma das fontes para a monitorização do Índice de Competitividade do Turismo Nacional. A meta 10 do PCN prevê o aumento de 15% dos impactos de aspetos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros e tem como estratégia a promoção do Turismo Cultural sustentável, aliado à preservação patrimonial e ambiental, e à dinamização económica e fomento das cadeias produtivas da cultura.

Para o eixo do património cultural as estratégias do Plano Estadual de Cultura incluem a realização de actividades culturais, educacionais, turísticas e ambientais para a valorização e difusão do património cultural.

Uma das 24 metas previstas no Plano Municipal de Cultura que devem ser alcançadas até 2023 preconiza o aumento em 30% do impacto dos aspetos culturais no índice de competitividade turística de Florianópolis. Trata-se de uma meta audaciosa, inclusive se comparada com a meta do Plano Nacional.

Desde os anos de 1930, o património cultural Catarinense foi objeto de proteção por parte do órgão federal responsável. Poucos bens foram tombados, quando se compara com outros Estados. Embora já se estudasse, pelo menos desde a década de 1960, a proteção do Património Cultural Estadual estes tombamentos privilegiavam a arquitetura herdada da colonização portuguesa e foram resultado da atuação, exclusivamente, do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Santa Catarina, na época denominado SPHAN (Gonçalves, 2011). No quadro abaixo estão demonstrados os bens cujos processos levaram ao tombamento.

Quadro 3- Proteção do Patrimônio Material em Florianópolis – Âmbito Federal

Bem Cultural	Ano do processo
Fortaleza Santa Cruz Anhatomirim Florianópolis SC	1938
Fortaleza Santo Antônio de Ratonés	1938
Fortaleza São José da Ponta Grossa	1938
Forte Santana	1938
Forte de Santa Bárbara	1981
Casa à Rua Saldanha Marinho, nº 3, onde nasceu Victor Meirelles	1944
Prédio na Rua Conselheiro Mafra, que foi sede da antiga Alfândega e da Delegacia da Receita Federal	1974
Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, assim distribuída: as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis - SC; as peças em exposição no Museu Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense)	1984
Casa rural na Costeira do Ribeirão da Ilha	1985
Ponte Hercílio Luz	1985
Pintura " Vista da Baía Sul" / Victor Meirelles	1985
Ilha do Campeche: sítio arqueológico e paisagístico	1998

Fonte: Elaboração própria a partir de Lista dos bens tombados e Processos em Andamento (IPHAN, 2021).

Em Santa Catarina, a Lei nº 2975/1961 delegou ao Departamento de Cultura a competência de promover, incentivar e patrocinar actividades culturais relativas às Ciências, Letras e Artes, bem como orientar e fiscalizar subvenções, auxílios e prêmios, e a proteção de obras e documentos de valor artístico, literário e histórico. Mas a primeira normalização específica da proteção ao Patrimônio Cultural em Santa Catarina data do final dos anos de 1970, e surgiu com a Lei Ordinária nº 5056, de 22 de agosto de 1978 (ALESC, 1961, 1978).

Os primeiros tombamentos aconteceram a partir de 1983 e entre 1974 e 2006 foram tombados 299 bens (FCC, 2021). Embora já se tivesse instaurado o debate sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural, Santa Catarina priorizou construções ligadas ao Estado e à Igreja, muito recuadas no tempo e de caráter monumental. A perspectiva da arquitetura prevaleceu, em detrimento da histórica, assim como prevaleceu o privilégio de determinados grupos sociais, por meio da preservação da sua memória. Tratou-se de proteger o talento de gerações de imigrantes e também dos seus descendentes, cujo acervo (em termos quantitativos e qualitativos) era singular e de destacar

Santa Catarina no âmbito do património brasileiro (Gonçalves, 2011). Desta forma, produziram-se e disseminaram-se narrativas históricas sobre Santa Catarina, sobressaindo determinadas regiões e grupos, dividindo geograficamente o Estado em regiões de ocupação açoriana, italiana e alemã e, em menor grau, ocupação polonesa e ucraniana, o que resultou no esquecimento de outros grupos sociais (Gonçalves, 2011).

O Sistema Estadual de Cultura (SIEC) foi instituído em 2018 com a finalidade de promover o exercício dos direitos culturais e o desenvolvimento humano. O SIEC tem como um dos seus instrumentos o Plano Estadual de Cultura (PEC), que tem entre as suas diretrizes o reconhecimento, a promoção e a proteção da diversidade cultural, a preservação, a salvaguarda e a valorização do património cultural, assim como a promoção de políticas públicas para a valorização e a sustentabilidade das comunidades nos seus territórios (ALESC, 2018a).

É da competência do Poder Executivo Estadual, da iniciativa da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR) e da execução da FCC (Fundação Catarinense de Cultura), a preservação do património cultural Catarinense, incluindo os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, os acervos, as coleções, as paisagens culturais, as línguas maternas, os sítios pré-históricos e as obras de arte portadoras de referência de valores, identidades, ações e memórias de diferentes grupos formadores da sociedade. Entre os seis eixos que definem estratégias a ações do PECA, está a preservação, a proteção legal, a conservação e a restauração do património cultural material e imaterial, móvel e imóvel e o património paisagístico, como fator de identidade, reconhecimento e desenvolvimento socioeconómico (ALESC, 2018a).

No que concerne aos bens imateriais, as políticas de proteção em Santa Catarina e em Florianópolis foram elaboradas com base no Decreto nº 3.551/2000 e no PNPI, assim como ocorreu em diversos Estados e Municípios do país (Alencar, 2016).

A legislação que trata do património imaterial em Santa Catarina surgiu em 2004 com o Decreto nº 2.504/2004, que prevê a criação de um Programa Estadual do Património Imaterial, previsto para o ano de 2020. Depois do primeiro bem registado em 2006, somente em 2017 voltaram a acontecer os processos, havendo sete bens registados e três processos em andamento, até 2019 (Hickenbick, Carrelas, Schemes, Remoaldo, 2021). O Programa acima citado ainda não foi implantado pela FCC.

Além do incremento nos processos de salvaguarda, na fase que se iniciou em 2017, pode-se perceber uma mudança no que se refere à concentração de ações em torno das mesmas etnias privilegiadas (Gonçalves, 2011). Percebe-se alguma diversificação quanto aos bens salvaguardados ou em processo de salvaguarda, tais como, a Procissão do Senhor Jesus dos Passos, a Festa do Divino

Espírito Santo do Centro de Florianópolis, a Pesca com Auxílio de Botos, a Pesca Artesanal da Tainha com Canoas de um Pau Só, a Pesca Artesanal da Tainha no Campeche, o Queijo Artesanal Serrano, a Dança do Catumbi e o Queijo Diamante. Esta salvaguarda contempla modos de vida dos pescadores, do povo da serra Catarinense e de comunidades afrodescendentes.

Em Florianópolis, a proteção ao património cultural imaterial foi regulamentada em 2008, e embora este património tenha sido referenciado em legislação anterior, como em todo o Brasil, durante muito tempo a atenção relativamente ao património cultural limitou-se aos bens tangíveis. A primeira lei a tratar do tema e Florianópolis data de 1974, e segue na mesma direção do texto nacional. Nesta lei, o património histórico e artístico do Município de Florianópolis está constituído por bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos notáveis, e por seu valor cultural. O texto inclui os monumentos naturais, os sítios e paisagens dotados de aparência digna de ser notada. A Lei instituiu o tombamento, afirmando que os bens tombados pela União e pelo Estado serão também pelo Município, de ofício, ou seja, um processo realizado pelos servidores técnicos, sem a participação da sociedade. Neste momento foi criado o Serviço do Património Histórico, Artístico e Natural do Município, vinculado à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social.

Na década seguinte, foram isentos de pagamento de impostos prediais território urbano ou imóveis comprovadamente históricos ou culturais, e foram tombados diversos conjuntos urbanos no centro da cidade. Nos anos de 1990, os políticos municipais passaram a dar incentivos fiscais para áreas culturais, como a de acervo, de património histórico e cultural, museus e centros culturais (PMF, 1974, 1982, 1986, 1991). Em 1985, a preservação patrimonial urbana foi incluída no planeamento urbano de Florianópolis. A legislação permitiu a delimitação de Áreas de Preservação Cultural (APC), e, em 1993, efetuou a recuperação do casario tombado nos anos de 1980. O Instituto do Património Urbano de Florianópolis (IPUF) e o Serviço do Património Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN), setor do IPUF, trataram o património cultural como *atrativo cultural* e incluíram o património imaterial entre as três categorias existentes, sendo as outras duas o património arqueológico (APC3) e o património de natureza material (APC1). O património imaterial ficou relacionado com a APC4, onde se encontram os Locais de Memória e áreas de Interesse de Cidadão, aos quais estão vinculados lugares onde ocorreram fatos de valor histórico ou onde acontecem actividades que incorporam valores intangíveis materializados no espaço. Tais áreas devem ser objeto de inventário elaborado pelo SEPHAN.

Dados de 2012 do IPUF informam a existência de 10 conjuntos tombados na área central de Florianópolis, e tombamentos isolados. Estão protegidos também núcleos históricos do interior da ilha,

sendo aproximadamente 500 edificações preservadas no âmbito municipal. Assim, há aproximadamente uma década, o IPUF estimava que 60% destes bens estevam em bom estado de conservação, 30% em estado razoável e 10% em estado precário (IPUF, 2012). Não encontramos dados atualizados, e, entrando em contato com a instituição, recebemos a resposta de que não há outros dados, pois o trabalho de atualização está ainda em andamento.

A proteção do património cultural imaterial em Santa Catarina e em Florianópolis, é mais recente, conforme foi mencionado e será um tema a detalhar no capítulo 4 desta tese.

1.4 - O Turismo de Base Comunitária e as suas características

O turismo como actividade económica e como importante setor do mercado, que passou a ser praticado no final do século XIX, predominantemente em áreas urbanas, foi facilitado pela tecnologia de então e pelo setor de transportes, assim como pelas transformações nas relações trabalhistas. Esta actividade cresceu significativamente a partir da segunda metade do século XX, surgindo, nas últimas décadas críticas ao esgotamento dos recursos dos destinos, aos impactes negativos sobre a natureza e sobre a cultura. Esta reação pode ser pensada a partir da perspectiva de três agentes que intervêm no campo patrimonial: o Estado, a Sociedade Civil Organizada, e o Setor Produtivo.

Os impactes provocados pela atuação do Setor Produtivo acabam, contraditoriamente, por promover a repulsa da procura, a desqualificação dos sítios turísticos e, deste modo, de investimentos e ganhos. Da parte da Sociedade Civil Organizada, ressalta-se o entendimento segundo o qual, de forma geral, o turismo convencional não tem significado uma melhoria na vida das comunidades menos privilegiadas, que vivem em áreas onde este setor se desenvolve. Tal acontece, pois, os moradores não participam dos benefícios que advêm da chegada de visitantes e sofrem as consequências de empreendimentos particulares e de políticas centradas na atração de investimentos que não os têm em consideração. No máximo, estas populações figuram como cenário da *cultura local*. Contraditoriamente, a articulação do campo patrimonial (e aqui atua o Estado) com o setor turístico, principalmente a partir do final dos anos de 1960 e início dos de 1970, passou a ser definida como agregadora de valor económico dos bens e das áreas onde se situam (Gonçalves, 2016), e como potencial de desenvolvimento (Salama, 2016). O vínculo entre bens culturais e turismo evidencia-se, internacional e nacionalmente, em documentos oficiais, na estrutura estatal e em estudos académicos (Peralta, 2003; Castro & Tavares, 2016; Trindade Jr, 2008; Bertoncetto, 2010; Cruz, 2012).

Diversas iniciativas com propostas alternativas ao turismo hegemónico surgiram nos anos de 1980, primeiramente nos espaços rurais. Tais iniciativas foram diversamente denominadas,

destacando-se: Turismo Solidário, Turismo Intercultural, Turismo de Natureza, Ecoturismo, Turismo de Proximidade, Turismo de Memória e de História, Turismo de Valores, Turismo Rural Comunitário, Turismo de Base Local, e a denominação de Turismo de Base Comunitária (Zaoual, 2008; Irving, 2009, Maldonado, 2009). Esta última designação enquadra-se na nossa pesquisa.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) tem as suas origens na crítica do turismo como mercadoria acessível a cada vez mais pessoas e aos impactes socioambientais nos destinos. Também, no questionamento do turismo como gerador de emprego e rendimentos, uma vez que os salários pagos neste mercado são, via de regra, degradantes, beneficiando os que empresariam as actividades de grande porte. É, ainda, uma reacção às políticas centradas na atracção de investimentos que não têm em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais (Parente & Guzzatti, 2017).

O TBC, como forma de organização do turismo, expandiu-se para áreas litorais e espaços urbanos, e, comumente, ocorre onde habitam comunidades que têm sofrido com ameaças tais como o turismo, a especulação imobiliária, e restrições legalmente impostas às suas práticas tradicionais. Por exemplo, os caiçaras, povo que se fixou no litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, vivendo da produção local para bens de subsistência, principalmente farinha de mandioca, cachaça, peixes e outros frutos do mar. Hoje os caiçaras vivem a ameaça da sobrepesca e restrições a práticas agrícolas ou extrativistas, em áreas estabelecidas como Unidades de Conservação de proteção integral (Silva *et al.*, 2016). As populações faveladas, em condições de marginalização ou de desigualdade social, também têm se constituído como lugares propícios ao desenvolvimento de práticas de TBC, amparadas na ideia de que é um caminho para uma tomada de consciência, pela apropriação de aspetos históricos, culturais e naturais, e pela organização associativista ou cooperativada. Pelo processo de identificação deste potencial cultural e natural, que gera a valorização desse legado, pode-se chegar a uma proposta de TBC (Silva *et al.*, 2016). Desta forma, o turismo é uma consequência da valorização do lugar, da organização dos sujeitos coletivos, da proteção dos bens culturais e naturais.

O TBC não é considerado como mais um dos segmentos do mercado turístico (Sansolo & Bursztyn, 2009; Fabrino, 2013; Sampaio *et al.*, 2014). Esta ideia está fundamentada no fato de que o turismo é uma actividade complementar às actividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades para geração de rendimentos, pois, justamente o modo de vida local, ancorado nas tradições, é o atrativo (MTUR, 2010; Sampaio *et al.*, 2008; Sampaio & Coriolano, 2014; MTUR, 2010, in Holanda, 2016).

Apesar da diversidade de conceitos e abordagens do TBC, identificam-se características comuns nas iniciativas, tais como igualdade, educação, proteção ambiental e cultural, e o caráter endógeno das iniciativas (Giampiccoli & Mtapuri, 2017).

O elemento que distingue e caracteriza um empreendimento de base local é, em primeiro lugar, de natureza política, pois trata-se do protagonismo local sustentado pela propriedade e pelo controlo da actividade turística. São ainda características fundamentais o compromisso com a conservação dos recursos naturais e culturais do lugar, o desenvolvimento social e económico da comunidade e a expectativa de que para o turista a experiência esteja vinculada ao lugar e ao cotidiano da comunidade.

Assim como *cultura*, *comunidade* é um conceito polissémico. Para Brandão, o termo *comunidade* pode ser aplicado em pelo menos quatro situações: a comunidade primitiva, autóctone, confrontada com o colonizador; a comunidade típica, fronteiriça, lugar dos pobres, expropriáveis, resistentes; a comunidade de exclusão (em geral habitantes coletivos das grandes cidades, migrantes, desalojados, pobres); a comunidade de adesão (formada por pessoas que se unem em torno de uma causa, criando uma unidade de ação social. Seja “*anterior, contemporânea ou posterior ‘à chegada do estranho’*, a comunidade é o como se pode fazer frente ao capital, ao poder exterior, ao mercado, à sociedade de massa e à mídia” (Brandão & Borges, 2014, p. 3), sendo a possibilidade de reação ao hegemónico e excludente. Nesta direção, o sentido de *comunitário* ultrapassa a ideia de comunidades de baixos rendimentos ou de comunidades tradicionais e alcança o sentido de comum, de coletivo, *i.e.*, um processo que favoreça a qualidade de vida, a inclusão social, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (Irving, 2009).

O TBC assume-se como uma proposta de desenvolvimento local, apoiada em bases endógenas, que pode ser pensada a partir de diversos segmentos turísticos. Entretanto, do lado do Setor Produtivo, passou a existir o interesse por experiências menos convencionais, acompanhando e promovendo o interesse por roteiros alternativos. Por este motivo, o TBC é, muitas vezes, equivocadamente identificado com Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Étnico, e, mais recentemente, com Turismo de Experiência.

Em termos de escala espacial é importante destacar que, no Brasil, o TBC tem acontecido em pequenas comunidades, aldeias, vilas litorâneas, rurais ou urbanas, em áreas protegidas, Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Ambiental, Parques Nacionais e Estaduais e Reservas. Em decorrência disso, vem sendo protagonizado pelas populações tradicionais (camponeses, ribeirinhos, pescadores, representantes das culturas indígena e quilombola) e moradores de bairros populares, morros e favelas (Bartholo, 2009; Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2010).

A sua principal característica não está ligada aos atrativos, mas aos recursos naturais e culturais, que devem ser cuidados e protegidos, e à forma de organização das actividades. Mesmo que os principais atrativos de um destino sejam, por exemplo, culturais, e que a proteção deste património esteja entre os objetivos do empreendimento, sem o envolvimento da comunidade, não se trata de TBC. Considerando esta característica principal, é relevante questionar relativamente ao papel dos moradores: o que é a participação? Como ocorre? Há consenso sobre em que níveis se deve realizar?

Para Bordenave (1994), a participação deve ser compreendida nas suas duas dimensões, que são complementares. A dimensão afetiva, pois as pessoas participam porque sentem prazer nisso, e a dimensão instrumental, pois as pessoas participam porque é mais eficaz (Bordenave, 1994). Em termos operacionais, pode acontecer por meio de consultas, informações, sugestões, delegação, autogestão, ou, ainda, cogestão. A tipologia desenvolvida por Bordenave (1994) foi utilizada por Gómez *et al.* (2016), para analisar o grau de participação de cinco comunidades Cearenses envolvidas com o TBC.

Foram identificados os seguintes tipos de participação:

Informação - menor grau de participação quando os dirigentes informam a decisão já tomada;

Consulta facultativa - os dirigentes podem, se quiserem e quando quiserem, consultar os membros do grupo;

Consulta obrigatória - os membros precisam de ser consultados, mas a decisão pertence aos dirigentes;

Elaboração/recomendação - os membros elaboram propostas e recomendam medidas que podem ser aceites ou não;

Cogestão - a gestão do grupo é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade;

Delegação - há autonomia dos membros para a tomada de decisões;

Autogestão - o grupo determina os seus objetivos, escolhe os seus meios e estabelece os controlos sem interferência de uma autoridade externa.

Esta tipologia revela diferentes níveis de participação, da informação até à autogestão. Neste estudo (que teve carácter preliminar), os autores ressaltaram o fortalecimento da participação e o empoderamento dos membros locais. Nesse sentido, consideram que a participação, por si só, pode ser considerada como benefício (Demo, 1988, *in* Gómez *et al.*, 2016). Os autores destacam ainda a presença de agentes indutores externos na maior parte dos projetos estudados, também constatado por diversos autores em outros casos (Goodwin, Santilli, 2009; Zapata *et al.*, 2011, *in* Gómez, 2016).

No campo patrimonial, mais especificamente no que se refere ao património cultural imaterial, a questão da participação é condição *sine qua non* para a instauração de processos de patrimonialização. Nos estudos dedicados a esta questão, têm sido propostas tipologias, que se assemelham às que descrevemos (Salama, 2016). Na nossa perspectiva, esta é uma questão desafiadora. Veja-se, a este respeito, os resultados apresentados no Quadro 2 (sub-item 1.2), em que a análise de conteúdo apontou para o menor número de termos relativos à participação. Os resultados oriundos de uma análise quantitativa (pela frequência dos termos), ganham significado tendo por base a nossa própria experiência no terreno, conforme se irá confirmar nos resultados desta investigação.

Nesta direção, Ballesteros (2017) reafirmou que, em diferentes graus, há sempre interferência externa, devido à conhecida dificuldade de desenvolvimento e sustentabilidade dos projetos sem assessoria, formação ou financiamento. Assim, reconhece-se o protagonismo da comunidade local como elemento central do TBC, ao mesmo tempo que se afirma a necessidade da sua presença, em grande parte das iniciativas, de ONG e universidades, para a realização do planeamento, estruturação e operação da actividade turística (Sansolo & Bursztyn, 2010; Sampaio *et al.*, 2014; Coriolano, 2012; Fabrino, 2013; Holanda, 2016).

O entendimento do TBC como uma forma de organização do turismo alicerçada na organização em prol da melhoria das condições de vida do lugar, que procura, para além da actividade turística, direitos cidadãos básicos, como educação, saúde, habitação, saneamento básico, transporte, aproxima-se bastante das práticas da Economia Solidária, do Associativismo e do Cooperativismo.

Para Silva *et al.* (2016), ainda que o turismo comunitário favoreça a valorização e o fortalecimento da identidade local e possa significar a geração de emprego e de rendimentos para grupos marginalizados, e seja uma alternativa para as comunidades de baixo rendimento se inserirem na actividade turística, podem ocorrer os impactes comuns do turismo convencional. Tal pode ocorrer já que há o risco de que seja entendido como um nicho de mercado e não como uma nova forma de organização e gestão da actividade.

Holanda (2016) chama a atenção sobre a disseminação da lógica da organização de mercado e das práticas de gestão empresarial para a administração pública e para o terceiro setor que vem ocorrendo nas três últimas décadas, impondo gradualmente a lógica fundada nos interesses pessoais, na busca do lucro e da acumulação. Tal situação acentuou-se a partir dos anos de 1980, quando as organizações económicas, que já existiam antes da era industrial, mas não tinham lugar central na sociedade, terem o seu espaço cada vez mais ampliado (Chanlat, 1999, citado por Holanda, 2016). O TBC não escapa dessa realidade, sendo impelido a adotar práticas características do mundo empresarial, subordinadas a critérios de eficiência e competitividade, pressupostos estes, muitas vezes,

distantes dos objetivos das comunidades tradicionais que lidam com aspetos mais substantivos da vida organizada.

No diagnóstico que tem sido apresentado na literatura nacional e internacional acerca dos problemas enfrentados pelas propostas de TBC, o acesso ao mercado, a comercialização dos roteiros e a governança são apontados como os principais fatores que têm levado as iniciativas ao colapso (Maldonado, 2009; MTUR, 2010; Mielke, 2013; Fabrino, 2013). Este diagnóstico acaba por fundamentar a preconização da lógica empresarial para os empreendimentos. Ao destacar-se a característica de contraposição à lógica de mercado que é, ao menos em tese, inerente ao TBC, discorda-se da adequação do TBC à gestão empresarial. A base para o desenvolvimento de tais iniciativas é, em muitos casos, a Sociedade Civil Organizada, as lutas por terra, pela preservação ambiental ou pelo direito ao modo de vida tradicional. Tais lutas unem comunidades e formam a base para o desenvolvimento de *um outro turismo* (Holanda, 2016). Assim, a autora não considera possível esta adequação, e propõe a venda direta, sem a intermediação de operadoras de turismo. Concordando neste aspeto com outros autores (*e.g.*, Bursztyn & Bartholo, 2012; Silva *et al.*, 2016) propõe a potencialização da divulgação *boca a boca* e para a divulgação dos empreendimentos. Tal divulgação seria realizada por meio de redes sociais e por e-mail, direcionada para grupos sociais sensíveis às temáticas socioambientais e de economia solidária, assim como participantes do movimento *Slow Food*, do Fórum Social Mundial, que configuram um público potencial das iniciativas de TBC, visto que comungam de valores semelhantes e não pautados estritamente pela lógica económica. Esta posição está presente nas discussões da Rede TBC Floripa, na qual participamos desde 2019, em Florianópolis, e é considerada um dos desafios apontados pelos sujeitos que participam de projetos de TBC.

Quanto à formação da comunidade, questiona-se a oferta de cursos de capacitação em gestão empresarial, ideia fundamentada no objetivo de preparar as comunidades para serem competentes e inserirem-se no concorrido mercado turístico, podendo atrair turistas e atender às exigências de editais públicos de captação de recursos. Destacam-se as más condições de trabalho no mercado turístico, caracterizado pela sazonalidade, pela baixa qualificação e remuneração (quando comparado com outros setores da economia), e uma maior jornada semanal (Marreto; Tamanini; Silva, 2004, citados por Holanda, 2016) para questionar a sua imposição a comunidades que sobrevivem de modos de vida tradicionais (Holanda, 2016).

1.5 - O Turismo de Base Comunitária na América Latina e no Brasil

Há registo de projetos de Turismo Comunitário na Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Equador, Bolívia, Peru, Brasil. Também existem diversas redes, associações e federações nestes países latino-americanos (Maldonado, 2010). Fora da América Latina, há registo de projetos de TBC em países como Turquia, Nova Zelândia, Vietname, Canadá e Israel (Sansolo & Bursztyn, 2010).

De acordo com Ballesteros (2017), atualmente já existe uma significativa legislação, nacional e internacional sobre o que o autor denomina como Turismo de Base Local (TBL). Entretanto, a existência de regulamentação não deve levar à pressuposição de que, as experiências efetivas de TBC, sejam homogêneas (Ballesteros, 2017). Mas, mesmo com a grande diversidade de experiências neste tipo de organização do turismo é possível antever os princípios básicos que têm fundamentado políticas públicas para o turismo comunitário. Tais princípios estão relacionados com a sustentabilidade ambiental, que pode auxiliar na proteção, na vinculação direta com a comunidade, que pode receber os benefícios da actividade turística, sendo, portanto, um fator de desenvolvimento social.

No Brasil, o atual Plano Nacional do Turismo faz menção à condução das actividades turísticas como “*promotoras da equalização de oportunidades, da equidade, da solidariedade e do exercício da cidadania e na perspectiva da inclusão*” e a isso denomina *turismo social, ou turismo local* (Brasil, MTUR, 2015, p. 128).

Entretanto, foi no decénio de 2003-2013 que se registou o maior número de ações, projetos, debates e publicações sobre o TBC, tendo sido fundamental a atuação do então recém criado, Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, que promoveu o fomento de experiências e publicações sobre o tema.

No edital da chamada pública de seleção de projetos de TBC, publicado no Diário oficial da União em 2008, face à diversidade de conceitos e de experiências que se autodenominavam TBC, o MTUR privilegiou o critério *protagonismo local*, ao contemplar “*iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes*” (Silva, 2010, p. 5).

Deste período, permanecem ativos o Projeto Bagagem, criado em 2002, e a Rede Brasileira de Turismo Solidário (TURISOL), criada em 2003 (Sampaio *et al.*, 2012; Torres & Guzatti, 2017).

Neste mesmo período, em 2008, surgiu uma publicação do MTUR com orientações sobre o Turismo Cultural, segundo a qual, cabe à comunidade local o papel de revelar aspetos ainda não registados ou que não constam na história oficial, pois a vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local. O

envolvimento da comunidade tem como resultados, do ponto de vista do MTUR, a disponibilidade de informação sobre o lugar, que compreenderá a valorização do património. A sua promoção por meio do Turismo Cultural, poderá ser repassada para os turistas, e cobrar destes, respeito pelo património (MTUR, 2018). Nada é dito sobre o envolvimento das pessoas no lugar com a gestão da actividade turística ou da distribuição dos benefícios económicos resultantes.

No entendimento do MTUR, a realização do Turismo Cultural pressupõe o estabelecimento de parcerias e deve envolver vários *stakeholders*. Os agentes culturais do setor público e privado, os órgãos oficiais de cultura, as associações de artesãos, os produtores culturais, os artistas, os grupos folclóricos, os gestores de museus e centros culturais, os mestres do saber e representantes de comunidades, os empresários do setor cultural e os órgãos de planeamento e obras urbanas e as instituições de ensino são os que devem ser considerados.

Considerando o contexto socioeconómico e de exploração do turismo no Brasil e na América Latina, historicamente marcados pela degradação ambiental e cultural, a abordagem do TBC é coerente (Botelho, 2018). Neste sentido, Coriolano (2009) afirma que no Nordeste brasileiro as populações tradicionais recusam o turismo, que instala hotéis de luxo de bandeiras internacionais. As populações lutam contra o setor imobiliário, desejando manter os seus territórios com as suas práticas tradicionais. O TBC cumpre o objetivo de dar visibilidade a esta luta (Coriolano, 2009, citada por Botelho, 2018).

Sampaio *et al.* (2014) estudaram experiências de turismo comunitário no Brasil, no Chile e na Costa Rica. O estudo verificou a frequência do apoio de gestão e financeiro de ONG e Universidades. A organização associativista e ou cooperativada, o protagonismo ou a concomitância de ações de proteção do património natural ou cultural com actividades de visitaçao apontaram para a *intenção premeditada de promover a actividade turística, mesmo se identificados com as modalidades tradicionais de turismo: turismo cultural, ecoturismo e agroturismo* (Sampaio *et al.*, 2014, p. 55). O estudo verificou, ainda, a grande incidência de TBC em comunidades distantes do perímetro urbano, sendo que este fato pode ser abordado sob, pelo menos, dois pontos de vista: estar distante da cidade pode ser uma dificuldade de acesso, ou, ser, justamente, um dos atrativos do empreendimento comunitário. A melhoria no acesso, ao mesmo tempo em que pode trazer conforto e rapidez aos moradores, pode trazer os impactes do turismo de massas. O estudo rejeita a ideia do TBC como mais uma actividade económica nos moldes convencionais, uma vez que a geração de trabalho e de rendimento não pode ocorrer de qualquer forma, e, sim, na perspectiva de uma resignificação da relação entre desenvolvimento e meio ambiente (Machado, 2007; Catão, 2014; Rodrigues, 2014, *in* Mano, 2017). Do ponto de vista da experiência dos visitantes, o TBC pode significar uma tomada de

consciência no sentido de confirmar que existem alternativas ao modo de vida urbano, material e consumista.

Um outro aspeto a ser destacado é quanto ao perfil do público do TBC, que costuma ser constituído por estudantes, professores, pesquisadores (*e.g.*, Bursztyn & Bartholo, 2012; Silva *et al.*, 2016). Conforme já mencionado, a maioria dos projetos de Turismo Comunitário tem o apoio de ONG e Universidades, que trazem também os visitantes que são, muitas vezes, alunos das instituições. São o que se pode denominar de *visitantes conscientes*, que desejam tomar contato com temas relacionados com a preservação da natureza e, ao mesmo tempo, com a conservação de modos de vida tradicionais (Sampaio *et al.*, 2014).

Quanto ao perfil dos anfitriões, na mesma direção da caracterização dos *visitantes conscientes*, e do ponto de vista da cultura, estes podem ser descritos como os que vivem a cultura como categoria vernácula. Nos termos de Cunha (2017) como vivência, ou seja, como esquemas interiorizados que organizam as percepções e ações das pessoas, garantindo um certo grau de comunicação entre os grupos. Mas, estes anfitriões vivem a cultura também como categoria analítica, como metalinguagem e como reflexividade (Cunha, 2017).

No momento em que se organizava este capítulo, em 2020, o Brasil vivia a pandemia mundial da COVID-19 e a consequente situação de isolamento social, que abalou as estruturas sociais sob vários aspetos. O setor do turismo está no centro deste contexto, seja como difusor do vírus, seja como um dos setores que sentiu mais rapidamente os efeitos do isolamento social, ou como o que obrigatoriamente terá que revisar práticas e conceitos após o fim do isolamento social. O TBC começou a de destacar, por ser visto como uma das possibilidades para o setor.

Foi neste contexto que ganhou força a formação de uma rede de TBC em Florianópolis, iniciada em 2019, durante a qual se pode ter a percepção da relevância dos temas abordados neste tópico, principalmente os princípios e as diretrizes desta forma de organização do turismo. Entretanto, considera-se que quaisquer propostas que estejam ou que vierem a acontecer não podem prescindir da reflexão sobre o desenvolvimento histórico e geográfico do turismo, que produz a mercantilização dos lugares.

Desta forma, conforme restou claro neste *item*, esta investigação assume a perspectiva do TBC como uma forma de organização comunitária, que tem na visitação, prioritariamente de moradores, um dos seus aspetos, não se configurando como um segmento do setor turístico, porque a sua perspectiva é a de não atuar dentro da lógica da mercadoria.

Não há práticas sociais que ocorram fora da sociedade capitalista. Um projeto de TBC estará ao mesmo tempo na contramão de práticas sociais fundamentadas na mercadoria e, também, imerso

nelas, pois é fato que, estando num contexto capitalista, os projetos TBC tratam da venda de mercadorias. Entretanto, se no momento da sua realização, o valor de troca, que é uma das dimensões da mercadoria, é o que se destaca, uma vez que existirá o uso do dinheiro para a sua realização, na concepção do projeto deverá se sobrepor o valor de uso, ou seja, que o lugar (e os bens culturais que a ele pertencem) seja um bom lugar para a comunidade, e que possa tornar-se melhor a partir do projeto. Aqui refere-se ao que Michel de Certeau coloca como possibilidade de que resistências individuais possam construir compreensões distintas de espaço, tempo e dinheiro (Dosse, 2013), e que Sampaio apresenta como o desafio de se *preservar a lógica comunitária das experiências de turismo comunitário sem perder sua dinâmica própria na ocasião que se inserem na economia de mercado* (Sampaio *et al.*, 2014, p. 1).

O TBC pode orientar-se pelo que, para Henri Lefebvre, seria a autodeterminação (da classe operária), assumir o controlo do desenvolvimento, autogestão. E autogestão seria a forma mais radical de democracia, na qual os envolvidos tomam em suas mãos o rumo do coletivo, sendo sujeitos da sua história. A autogestão engendra práticas sociais renovadas, nas quais o desenvolvimento de um indivíduo permite o florescimento de outros; tais práticas se afastam do lazer passivo, transformam os espaços sociais, mas também os sujeitos envolvidos. As propostas de TBC e de salvaguarda de património cultural imaterial podem ser pequenas *utopias concretas*, no sentido de que podem trazer o sentido improdutivo do espaço, pois não há acumulação, mas tempo de uso, sociabilidade não económica, espaço-tempo do corpo não mercantilizado, práticas socioespaciais não mercantilizadas, uma centelha. Um caminhar no sentido do direito à cidade que não é redutível à normatização jurídica, ou à acessibilidade, mas no sentido político da transformação social (Monte-Mór, 2017; Carlos, 2017). Esta seria a dimensão utópica do direito à cidade, de Lefebvre, conforme mencionado no tópico 1.2 deste capítulo.

1.6 - Notas conclusivas

Este capítulo apresentou o debate que se instaurou a partir da segunda metade do século XX, à escala internacional, e do qual o Brasil fez parte. Acompanhando a evolução das discussões, e tendo como referência o que se tinha em termos de preservação patrimonial, observa-se a centralidade da perspectiva da democratização. Consideramos que esta perspectiva só pode ser compreendida a partir da forte urbanização que ocorre neste momento, e que segue acentuando-se, a ponto de tornar-se difícil pensar modos de vida que se desenvolvam fora deste contexto, pois, mesmo as pessoas que vivem e moram em áreas rurais, são significativamente afetadas pelo modo de vida urbano, e, em maior

ou menor grau, estão sob a lógica urbana, o que significa dizer, o predomínio da economia de mercado. E é este predomínio que faz com que as populações tradicionais percam território. Como exemplo, as populações que até os anos 1950, aproximadamente, vivam no litoral, junto ao mar, como os pescadores artesanais, e que venderam suas moradias e ranchos de pesca, pois o dinheiro lhes pareceu mais importante que a terra e o mar.

Neste sentido, a democratização no campo patrimonial surgiu no debate internacional na forma da proteção ao modo de vida destas populações, por meio de documentos como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001 e, por fim, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003, todos no âmbito da UNESCO.

O que estes documentos trazem como novidade e mudança paradigmática, é a condição da participação dos grupos detentores dos bens culturais imateriais para que os processos de reconhecimento se efetivem, o que não acontecia até então. Outro ponto importante é a afirmação da necessidade de valorizar a diversidade cultural, e o direito que algumas populações teriam de viver suas vidas em uma lógica diversa da que predomina na formação económica e social predominante, estruturada sob o modo de produção capitalista.

De sua parte, o turismo afirmou-se como importante actividade económica também na segunda metade do século XX e integrou as discussões e encaminhamentos relativos ao património cultural. Foi o momento em que surgiu o *turismo cultural*. Com o passar do tempo, a ideia propagada por importantes instituições, como a UNESCO, o ICOMOS e a OEA, de que a visita dos bens culturais (turismo cultural) traria benefícios, leia-se, desenvolvimento, principalmente aos países menos desenvolvidos cedeu lugar à crítica, emergindo o Turismo de Base Comunitária. Assim, tanto a preservação do património quanto as experiências de turismo comunitário seriam campos aliados na defesa destas populações. Mas, o que merece reflexão é o fato de que a participação destes grupos nas propostas é algo difícil de ser alcançado, conforme revelou a revisão da literatura realizada.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA



Fonte: Fotografia *Puxada de Rede Lanço de Tainha*, tirada e cedida por Mathias de Barcelos em junho de 2019.

O presente capítulo apresenta a abordagem geográfica dos fenómenos sociais estudados a partir do caso do *Projeto Tekoá Pirá* e do espaço como categoria analítica. Descreve o percurso da investigação empírica realizada, que assume os pressupostos da investigação qualitativa. Integra ainda este capítulo a *localização* do Campeche, a partir de uma periodização, cujo principal elemento balizador é a urbanização que foi mais notória na segunda metade do século XX, acentuando-se a partir dos anos de 1990. Este processo de urbanização consolidou-se nos últimos dez anos, definindo como forças sociais hegemónicas as que intervêm no contexto da globalização e na perspetiva da defesa da competitividade da cidade como condição para a melhoria da qualidade de vida da população.

2.1 - A abordagem do tema na perspetiva geográfica

A interacção natureza-ser humano-cultura está subjacente ao objeto de estudo da Geografia Humana. A temática cultural está enraizada na investigação geográfica, desde longa data. Os geógrafos alemães desenvolveram a noção de *paisagem cultural* para responder à interacção entre elementos naturais e humanos, da mesma forma que, nos anos de 1920, Carl Sauer o fez, compreendendo esta interacção como *paisagem humanizada* (Henriques, 2001; Denevan & Mathewson, 2009).

Nos anos de 1960, a Geografia assumida como *Humanística*, direcionou-se para o conhecimento do mundo a partir das percepções das pessoas, destacando-se Yi-FuTuan, Armand Frémont, David Lowenthal e Anne Buttimer (Henriques, 2001). A Geografia passou a interessar-se pelos elementos simbólicos, pelos sentidos que as pessoas atribuem aos lugares, pelos referenciais que enraizam os sujeitos no território e permitem que aconteça o processo de pertencimento (Gomes, 2018). A abordagem geográfica centrou-se, então, nos processos de identidade, sejam individuais, quando estão ligados à experiência de uma só pessoa, sejam coletivos, quando são partilhados por um grupo (Henriques, 2001).

Nos anos de 1980, a Nova Geografia Cultural passou a abordar a cultura em articulação com as relações sociais. Esta perspetiva ficou expressa, por exemplo, em estudos de género, na hegemonia cultural exercida por determinados grupos sobre outros, em grupos urbanos específicos (como *punks* e *rappers*) e na relação entre Geografia e consumo (Henriques, 2001). Essa aproximação das ciências sociais teve outro aspeto relevante, que foi a renovação nos estudos da paisagem, perspetivada agora pelo comprometimento político e ideológico da representação da paisagem, ideia segundo a qual não existem representações neutras (Henriques, 2001).

Na última década do século XX, a Geografia passou a preocupar-se com as conexões entre cultura e economia, procurando a compreensão da relação entre cultura local e desenvolvimento, considerando a pertinência de elementos exteriores à actividade económica como importantes para ambientes inovadores (Henriques, 2001). Neste sentido, fixou-se a ideia de que as organizações sociais, igrejas, sindicatos, escolas e associações interagem com os elementos económicos e conferem-lhes características específicas. Estas últimas são diferentes das características que estes mesmos elementos económicos teriam noutro lugar, sendo esta uma questão central nas teorias de desenvolvimento (Henriques, 2001).

Por outro lado, a Geografia tem analisado a valorização dos territórios por meio das actividades culturais como recursos. A cultura como produto tem sido considerada central nas economias desenvolvidas, como uma nova fase do capitalismo, com uma maior preocupação na produção e no consumo de signos do que de mercadorias (Harvey, 2008; Featherstone, 1991, *in* Henriques, 2001, p. 163; Braiddt, 2010). Em Portugal, esta tendência foi estudada por Fortuna (2002) por meio do que o autor denominou de *ciclos de governação política das cidades*. Na sua perspetiva o país vivia no início do século XXI o ciclo da *europaização*, que pode ser assumido como uma estratégia de modernização pela cultura. Neste ciclo, Fortuna (2001) descreveu a participação dos cidadãos como condicionada pelos efeitos da globalização e o espaço público como aquele em que ocorre a estetização do consumo e a massificação. Por seu turno, destacou o planeamento e as imagens identitárias da cidade, como

sujeitos à lógica do mercado e à colonização do espaço público urbano (Fortuna, 2002). Na época, o autor citava a Europália, a Lisboa'94, o Festival dos Cem Dias, a Expo'98 e a Porto Capital Europeia da Cultura 2001 (Fortuna, 2002). Mais recentemente, Fortuna (2020) abordou a seleção patrimonial que alicerça o turismo, a qual considera elitista, orientada pela força de instituições poderosas e pelo mercado (Fortuna, 2020).

Na mesma direção, Coombe (2013) sobressai o domínio da ideologia de mercado na preservação do património, assim como o predomínio das prioridades governamentais, ligadas à governabilidade neoliberal. Esta perspetiva remete-nos para o caso do Campeche, objeto do presente estudo, que tem a sua principal avenida denominada como *Pequeno Príncipe*. Esta nomeação faz referência à obra do escritor francês Antoine de Saint Exupéry, autor da obra homónima, e que fez voos regulares para o Campeche pela Aeropostale, nos anos de 1920, tendo convivido com os seus pescadores. Numa das entrevistas que fundamentaram a Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche, realizadas entre março e abril de 2021 (usadas na presente investigação como fonte primária) um dos participantes criticou esta nomeação, mencionando que uma avenida tão importante poderia ter tido o nome de um pescador (Quadro 7, linha 7). Outro sujeito, neste caso um guia de turismo, revelou que para os roteiros turísticos, o nome da Avenida é interessante. Do nosso ponto de vista, seria preciso ponderar sobre as muitas concessões de valores patrimoniais feitas em nome de possíveis ou potenciais ganhos económicos, e em torno de que, os eventos culturais podem dinamizar as economias locais. No que diz respeito à Europa, é o caso do projeto Capital Europeia da Cultura, que existe desde meados dos anos de 1980, e que promove a melhoria da imagem da cidade junto dos próprios habitantes, reforçando a sua autoestima, já que este é, justamente um dos objetivos do projeto (Remoaldo & Ribeiro, 2017). Também Cominelli & Greffe (2012) consideram positivo o alinhamento das comunidades e dos bens culturais de maneira criativa e conciliadora do sistema capitalista, em especial na sua relação com o turismo. Outros autores entendem que, conforme foi apresentado no capítulo 1, a necessidade de turistas está ligada ao facto de que, muitas vezes, os equipamentos culturais presentes nas cidades não se sustentam em termos económicos (Gastal, 1999; Richards, 2001; Devesa, Báez & Figueroa, 2012).

Em termos de aspetos importantes das abordagens geográficas descritas nos parágrafos anteriores, na nossa pesquisa optou-se pela abordagem dos fenómenos sociais a partir da categoria *espaço*, na perspetiva de Milton Santos (2005). Para o autor, os autores pós-modernos que afirmam o fim do espaço estão equivocados (Santos, 2005; Melhaço & Prouse, 2017). Neste entendimento, os processos sociais, representativos de uma sociedade ganham, num dado momento, a inteira significação quando se corporificam, o que equivale a dizer que o espaço é essencialmente social. Da

mesma forma, a *cultura* deve ser compreendida como um processo composto tanto pelas condições do meio quanto pelo *construir* e *fazer* do ser humano (Fonseca, 2017). Para Santos (2005), não se podia falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais, mas de formação socioespacial (Santos, 2005).

O espaço é uma instância (uma parte, um domínio) da sociedade, assim como o são a económica e a institucional. O todo social é resultado da imbricação destas instâncias. Quando se aborda o conceito de espaço, este contém e é contido pelas outras instâncias. Assim, neste estudo, o *contexto* é compreendido como *a trama das instâncias que o constituem*. Estas instâncias são qualificadas pela cultura, que institui sentidos, significados e valores. Reitera-se que a *cultura*, assim compreendida, se contrapõe à cultura como produto, que se realiza entre produtores culturais e consumidores de produtos culturais, equipamentos, instituições, espaços, organismos e mercados (Meneses, 2009, 2018).

O contexto elabora-se nesta trama de formas culturais, económicas e espaciais. Estas formas adquirem diferentes significados segundo os diferentes momentos, e conforme a sua localização. A forma é, então, do tipo *forma-conteúdo*. Os processos sociais efetivam-se em funções (às quais as ações são inerentes), que se realizam através de formas. Estas formas, mesmo que não sejam originalmente geográficas, adquirem obrigatoriamente uma expressão territorial.

A *Localização* é compreendida como um feixe de forças sociais sobre um lugar, o que resulta no facto de que o *lugar*, como um conjunto de objetos, pode ser o mesmo, mas como significação não, pois sofre a influência do jogo de forças que o atinge, está imerso num campo de forças (Meneses, 2007). Este elemento geográfico, o *lugar*, só pode ser apreendido a partir da sua *localização*, o que pressupõe uma periodização. Cada lugar desempenha um papel no processo produtivo, ao qual a hierarquia entre lugares está ligada.

Além da periodização, a análise do espaço exige a sua fragmentação, o que pode ser feito a partir de uma variedade de critérios, dentre os quais se elege o critério da sua divisão em elementos. Os elementos são as *Pessoas*, compreendidas como trabalhadores e como fração de uma população. Esta fração deve ser classificada conforme a idade, o sexo, a escolaridade, etc. Por seu turno, as *Instituições* do Estado são responsáveis pelas normas e legitimação. As *Empresas* (que representam o Mercado) são produtoras de bens e de serviços, classificadas como individuais, coletivas, nacionais, internacionais, etc. O *Meio Ambiente* é uma dimensão da sociedade que é constantemente modificada pelas pessoas e pelo trabalho, que se materializa em habitações, plantações, caminhos, uma vez que, conforme registado antes, o meio é cultural, uma vez que a *cultura* é um processo do qual não se separa o meio e o *fazer* humano. Na nossa investigação incluiu-se o elemento apelidado de *Sociedade*

Civil Organizada (Shiraschi Neto, 2007). Justifica-se esta inclusão pela importância que adquire nos processos de patrimonialização, desde a Convenção da UNESCO de 2003, que trata da salvaguarda do património cultural imaterial (Arizpe, 2013; Coombe, 2013).

Estes elementos são articulados, intercambiáveis e redutíveis entre si, ocorrendo mais acentuadamente quanto mais complexa é a sociedade, podendo um elemento estar ligado a outro. No Brasil tem ocorrido um grande incentivo ao empreendedorismo e muitos guias de turismo têm-se assumido como pequenos empreendedores. Assim, uma pessoa que tem um Cadastro de Pessoa Física (CPF), também intervém na sociedade como empresa, constando no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Ou, ainda, empresas por instituições, como no caso das grandes corporações, que muitas vezes passam a intervir de forma concorrente ou paralela ao Estado. No caso do presente estudo, ressalta-se a prestação dos guias de turismo, que cumprem papéis sociais ora ligados ao Setor Produtivo, ora interveem nas comunidades, junto à Sociedade Civil Organizada, conforme se verá no capítulo 3. Tal situação implica que a compreensão do espaço como totalidade se impõe de forma mais evidente conforme se vai tornando mais complexa a sociedade.

Os elementos do espaço são submetidos a variações quantitativas e qualitativas e devem, portanto, ser considerados como variáveis (*variável* e *elemento* têm aqui o mesmo significado), pois mudam de valor no processo histórico. A especificidade do lugar deve ser entendida pela valorização específica de cada variável, ressaltando-se a condição perecível de cada variável, visto que ela pode alterar-se, uma vez que o seu valor não lhe é inerente, mas depende do seu papel no conjunto. Propondo um exemplo relacionado com o tema da nossa pesquisa, pode-se considerar que os pescadores artesanais e os agentes de turismo podem ter oportunidades e papéis sociais diferentes conforme o lugar onde vivem, conforme se articulem nesse lugar outras variáveis, como Empresas, Estado e Sociedade Civil Organizada. Cada fração (especificidade, classificação) de um elemento exerce uma função diferente e diferentes relações com outras frações de outros elementos. Ao considerar a população como um todo, as empresas como um todo, por exemplo, não se estará a ter em consideração essas múltiplas possibilidades de interação. É a especificidade do lugar que permite tomá-lo como espaço concreto. Portanto, não é possível estudar as relações de forma bilateral, mas somente por meio do movimento do conjunto.

Cada lugar tem uma combinação de variáveis de diferentes idades e graus de modernidade que podem ser aferidas dentro do sistema como um todo. Este sistema pode ser local, nacional ou internacional. Ressalta-se que, cada variável liga-se a outras, e esta organização ocorre por meio de instrumentos diversos, regulados de forma a privilegiar determinados agentes sociais. Pode se

configurar como local ou em escalas espaciais mais amplas, na medida em que se complexificam as relações económicas, de modo que o menor dos lugares tem hoje relações diretas com outros lugares, de onde lhe vem uma diversidade de coisas, de matéria-prima, de capital, de recursos diversos e de normas. Deste modo, (...) *o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local* (Santos, 2014, p. 25).

Se forem analisados separadamente, os factos são abstrações (Santos, 2014; Melhaço & Prouse, 2017). É a relação entre as coisas que permite chegar ao conhecimento, pois a condição concreta dos fenómenos está nas relações. O mesmo se aplica ao conjunto, se for visto como uma amálgama indefinida, e se para o seu entendimento não se lança mão da separação dos seus elementos. Isto significa que há um sistema, sendo este sistema organizado segundo o modo de produção hegemónico, manifestado à escala local em questão, à qual se adaptam os seus elementos. Então, o sistema local é um elemento do sistema maior. Por exemplo, as condições atuais da pesca artesanal (elemento) só podem ser compreendidas na relação com a pesca industrial (sistema). Ao mesmo tempo, cada elemento é ele próprio também um sistema. Usando o mesmo exemplo, a pesca artesanal (sistema) deve ser compreendida na relação com a prática de desportos náuticos (elementos). Esta é a complexidade do espaço como sistema, no sentido de que está formado por estruturas que se inter-relacionam. Cada estrutura evolui conforme o espaço total evolui, ao mesmo tempo que a evolução do espaço total está submetida à evolução de cada estrutura (Santos, 2014; Melhaço & Prouse, 2017). Por outro lado, o espaço está a evoluir permanentemente, segundo três princípios (Santos, 2014): 1- o princípio da ação externa, assumindo-se como uma evolução exógena; 2- o intercâmbio entre subsistemas, assumindo-se como uma evolução endógena; 3- uma evolução particular de cada parte tomada isoladamente. O primeiro princípio, a evolução exógena, funciona como um detonador, com repercussões diferentes segundo o sistema em que se encaixou (Santos, 2014).

O espaço total, não compreensível empiricamente, é o real, e as suas frações, concretas porque apreensíveis empiricamente, são abstrações, na medida em que só podem ser compreendidas relativamente à totalidade em que se inserem.

Na nossa pesquisa, a análise espacial, a partir dos elementos propostos (pessoas, instituições, empresas, meio ambiente e sociedade civil organizada), incluiu a perspetiva do campo patrimonial, considerando três dimensões complementares do lugar (como *artefacto*, como *campo de forças*, e

como *representação*), para, desta forma, apreender o património cultural como *facto social* (Meneses, 2007, 2018).

A cultura possui uma espacialidade e o património constitui-se a partir, por exemplo, de concepções de valor sobre determinadas frações do lugar, bairros, praças ou de construções individuais, edificações e monumentos (Castro & Tavares, 2016). Por outras palavras, a cultura é o território, no sentido que lhe confere Santos (2005), como *território usado*, que, no nosso estudo, denomina-se *lugar*, uma vez que foi considerado como objeto de análise a partir do presente, e não do passado (presente já terminado), lugar que está em vias de se fazer, para que se possa surpreender o processo, as tendências, vislumbrar o futuro possível, e informar a ação necessária (Santos, 2014).

No *lugar* onde estão os bens culturais, compreendidos como artefactos (a cidade, para Meneses) estão as formas, que, por sua vez, foram construídas nas relações sociais, em contextos de conflitos de interesse, ideias, sentimentos, *i.e.*, o *campo de força*. Em combinação com estas duas dimensões, há que considerar uma outra, a da representação, não como facto mental, mas integrada na vida social, passando pelo mundo sensorial, situado na dimensão física do lugar. É aí que os significados são instituídos, se entendemos, tal como Meneses (2007, 2018), que estes não estão dados *a priori*, sendo, conforme já foi ressaltado neste estudo, fruto de escolhas, que, muitas vezes, geram conflitos. Assim, compreende-se a inter-relação das três dimensões destacadas, e, mais do que isso, se considerarmos a preservação no seu sentido amplo (*proteção legal*- Tombamento e Registro; *identificação* - pesquisa e documentação e *valorização* - uso e fruição social) compreende-se por que a valorização é o grande desafio. É esta a situação vivida pelos sujeitos desta pesquisa, nativos da Ilha de Santa Catarina, e, em especial, os pescadores artesanais.

O lugar (território usado) tem atualmente uma existência *transnacional*, pois há uma interdependência universal dos lugares, assim como anteriormente existia o Estado-Nação em termos político-jurídicos. Entretanto, não se deve considerar este aspeto de forma absoluta, sem restrições, pois como antes, hoje há brechas, e estas estão no domínio da contiguidade, em contraposição à ideia de rede. Para Santos (2005), as situações de contiguidades são horizontais, as de rede, verticais. As *horizontalidades* materializam-se em ações de lugares vizinhos, enquanto as *verticalidades*, em ações de pontos distantes. As duas operações são simultâneas, ocorrem no lugar, mas são funcionalidades diferentes. O lugar é a arena da oposição entre o mercado (que singulariza) e a sociedade civil (que generaliza).

O *item* seguinte apresenta uma breve *localização* do Campeche, que será aprofundada no capítulo 3.

2.2 - A localização do Campeche

Na segunda metade do século XX, Florianópolis passou por profundas transformações, sendo que a construção civil foi um dos seus principais suportes económicos. A década de 1950 foi a década da grande transformação demográfica, não só da capital, mas de muitas cidades catarinenses e brasileiras, que acompanharam o fenómeno mundial da urbanização (Peluso, 1986). Foi o momento da expansão do capital industrial e das grandes cidades, amparado pelas teorias desenvolvimentistas para as quais o êxito económico e o progresso ocorreriam tendo por base a industrialização e a urbanização (Rocha, 2011).

De acordo com esta perspectiva, os factores limitantes do desenvolvimento deveriam ser minimizados. A agricultura era considerada um desses factores, no sentido de que a produção deveria aumentar para alimentar os trabalhadores, que eram antes gente do campo, e que acorriam às cidades para trabalharem nas indústrias. Em síntese, houve a substituição das técnicas convencionais por outras mais sofisticadas, que libertaram trabalhadores para as cidades e aumentaram a produtividade. Com o aumento da produção houve necessidade da mesma ser escoada, tendo sido um factor determinante para a abertura e melhoria das estradas no início dos anos de 1970 (Rocha, 2011). Estes factores (*e.g.* industrialização, urbanização, melhoria no setor de transportes) foram elementos fundamentais no processo de expansão do turismo como fenómeno mundial, conforme apontado no capítulo 1 da presente tese.

No que se refere à pesca artesanal, o Estado brasileiro, seja em governos ditatoriais ou democráticos, tem estimulado um modo de produção e de vida específico e urbano, e consolidado a indústria pesqueira em detrimento da artesanal (Oliveira & Silva, 2012). Tal estímulo tem conduzido ao desaparecimento de um modo de vida tradicional, fundado em bases produtivas comunitárias. Em águas catarinenses, verificou-se, nos anos de 1980, uma queda significativa na produção da pesca artesanal, um declínio que foi acompanhado do aumento da percentagem de capturas no setor da pesca industrial, em relação ao total da produção pesqueira (Rebouças, Filardi & Vieira, 2006).

Nessa década, a taxa de urbanização acentuou-se e Florianópolis começou a se tornar numa das cidades do Brasil que tinha no turismo uma actividade importante, dentro do processo conhecido como globalização e no contexto de uma economia neoliberal (Vidal & Ferreira, 2007; Conceição, 2014).

O turismo explorou as áreas naturais da Ilha, que se transformaram em balneários, e as encostas e as periferias foram sendo ocupadas pelos mais pobres, e nesses balneários, o processo de urbanização foi intenso, provocando alterações significativas no comportamento do ilhéu (Lago, 1996).

Esse momento pode ser descrito como aquele em que ocorreu uma evolução exógena do espaço, quando os lugares se transformam a partir de determinações ligadas ao grande capital, à grande indústria (Santos, 2005, 2014).

A partir dos anos de 1970, o Distrito do Campeche, situado no Sul da Ilha de Santa Catarina, que apresentava características semiurbanas e semirurais, passou por um processo de valorização que se acentuou nos anos de 1980. Atualmente, o Campeche é um Distrito supervalorizado, conhecido como um lugar onde moram pessoas de classe média alta (Daniel, 2018) e conta com uma população de 30.028 habitantes (IBGE, 2010). O censo do IBGE que seria realizado em 2020 foi cancelado devido à pandemia de Covid-19 e a previsão é que seja realizado somente em 2022. No entanto, o IBGE calcula a estimativa da população nos municípios em cada ano. A estimativa para Florianópolis em 2021 foi de 516.524 pessoas (IBGE, 2021). Considerando que o Distrito do Campeche possa ter crescido em proporção similar ao município, entre os anos de 2010 e de 2021, pode-se estimar que a sua população seja atualmente de cerca de 37 mil pessoas. Sendo assim, pode ter havido um acréscimo de cerca de 7 mil moradores nos últimos dez anos.

A pesca, hoje denominada *artesanal*, existe na Praia do Campeche desde, pelo menos, há 100 anos, e foi a base do sustento das famílias até à fase descrita antes, quando o lugar mudou significativamente (Hickenbick & Schemes, 2020).

Simultaneamente aos processos de urbanização, ocorreram os processos de resistência às mudanças provocadas por ela, expressos em movimentos em prol da cultura local, do meio ambiente e das tradições, sendo muitos deles protagonizados, justamente, pelos novos moradores, que detalharemos no capítulo 3 da presente tese.

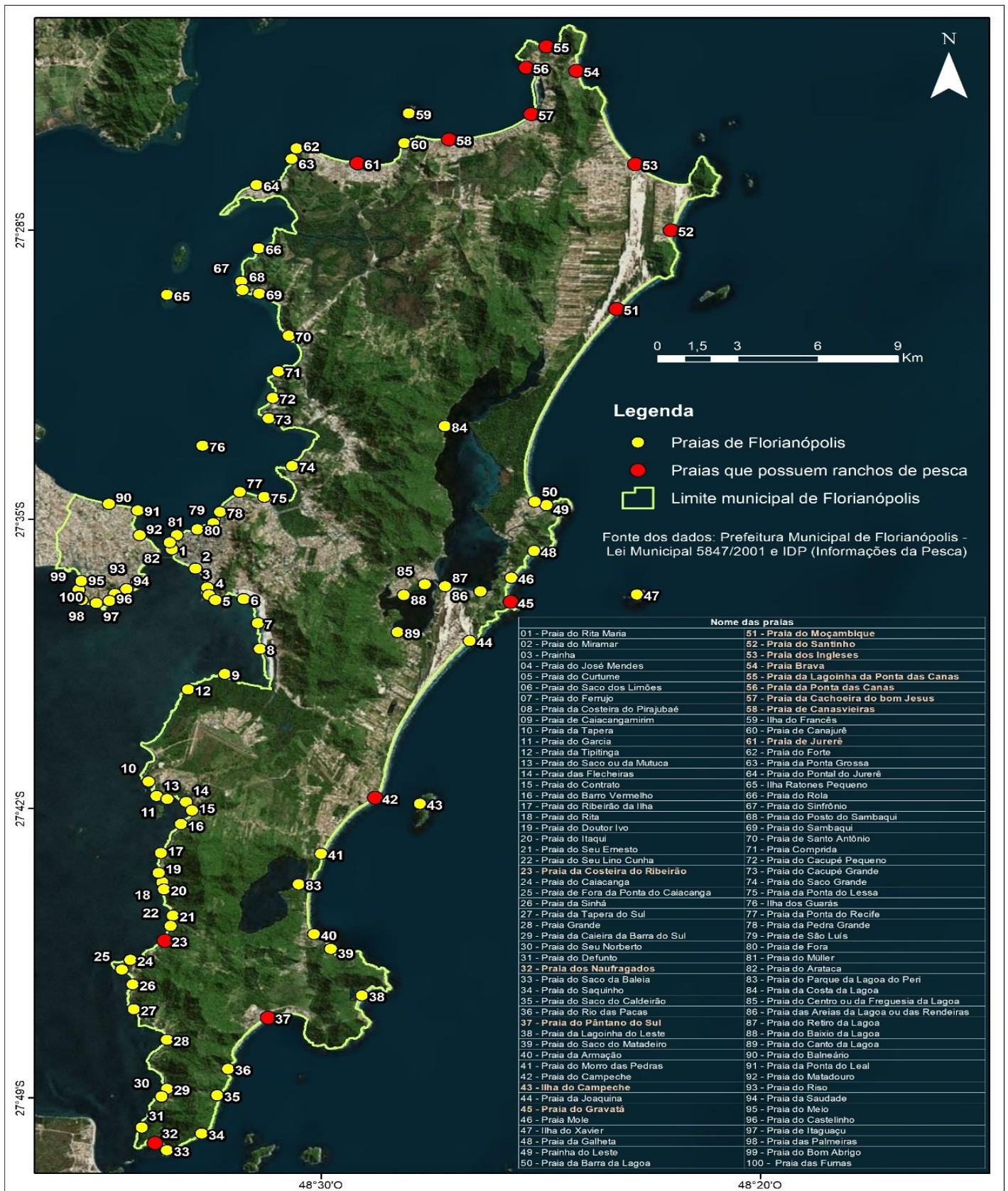
A Ilha do Campeche integra o território tradicional da pesca artesanal (Hickenbick & Schemes, 2020). A pesquisa realizada para a solicitação do Registro da pesca artesanal da Tainha como património cultural de Santa Catarina verificou que até aproximadamente à segunda metade do século XX os pescadores acampavam na Ilha para realizarem actividades da pesca. De acordo com um dos pescadores mais antigos do lugar, utilizavam ranchos rústicos construídos com o fim de abrigá-los durante esta estadia (Hickenbick & Schemes, 2020). Os ranchos são construções rústicas destinadas a abrigar as canoas, os apetrechos de pesca, tais como, redes e remos, e os próprios pescadores, que permanecem nos ranchos durante a actividade da pesca, apenas retornando para as suas casas ao anoitecer.

Atualmente, a Ilha é um lugar maioritariamente turístico, que recebe 60 mil pessoas durante a temporada de verão (IPHAN, 2019; Quadro 6, linha 1), ainda que a direção do Instituto da Ilha do

Campeche, responsável pela gestão da Ilha, tenha admitido que esse número de pessoas cause danos ambientais (Quadro 6, linha 1).

A existência de organizações da sociedade civil, que intervêm em prol da cultura e do meio ambiente, e, em especial, da Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC), criada em 1998, é um dos motivos pelos quais o *Projeto Tekoá Pirá* se iniciou no Campeche em 2017. A APESAC possuía 15 associados, no momento da elaboração do presente texto (finais de 2021) e foi fundamental para que os ranchos de pesca tenham continuado a existir, o que não ocorreu noutros lugares da Ilha de Santa Catarina. Atualmente, as praias da Ilha de Santa Catarina que possuem ranchos permanentes de pesca da tainha com canoas a remo são 14: Campeche, Santinho, Jurerê, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Lagoinha do Norte, Praia Brava, Praia dos Ingleses, Gravatá, Moçambique, Pântano do Sul, Naufragados e Ponta da Caiacanga (Costeira do Ribeirão). A Figura 2 mostra a localização de todas as praias de Florianópolis com destaque para as que possuem ranchos de pesca permanentes.

Figura 2- Localização das praias de Florianópolis com ranchos permanentes de pesca da tainha com canoas a remo



Fonte: Elaboração da autora em conjunto com Heloisa de Campos Lalane.

Esta informação foi obtida através da Associação Informações da Pesca (IDP), um coletivo informal, organizado pelo filho de um pescador artesanal, que comercializa produtos para a pesca, como bonés e camisetas para proteção solar, e está disponível nos *mass media* do Projeto *Tekoá Pirá*. Consideramos importante destacar que os órgãos ligados à pesca artesanal e ao património cultural de Florianópolis, como a Colônia de Pescadores Z-11, a Superintendência da Pesca, Aquicultura e Maricultura e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) informaram por contato telefónico e por e-mail, não dispõem destas informações. Tal situação exemplifica o caso da pesca artesanal, diversas vezes mencionada como uma prática que não obtém atenção dos órgãos públicos. Sendo assim, o reconhecimento da diversidade cultural está relacionado com a organização de grupos que se mobilizam para exigir este reconhecimento (Shiraishi Neto, 2007).

Neste campo de forças, onde operam os setores turístico e imobiliário, há também o Projeto *Tekoá Pirá*, uma organização da sociedade civil. O Projeto é composto por cinco cidadãos que intervêm de forma direta e permanente. Este número aumenta para dez quando se consideram os que se envolvem em ações pontuais, ou seja, não estão presentes em todas as reuniões, não estão envolvidos na elaboração de documentos relativos à organização do Projeto, mas são, por exemplo, académicos interessados nas ações do Projeto. Há ainda outros que integram a equipa de execução dos editais aos quais o Projeto *Tekoá Pirá* submete propostas. São parceiros ligados à Associação Amigos do PACUCA, justamente para dar resposta aos desafios enfrentados pela pesca artesanal e para defender o território tradicional, principalmente nas questões ligadas a empreendimentos imobiliários destinados às classes sociais mais elevadas. Estas classes têm procurado áreas naturais preservadas e normalmente essas áreas são ocupadas por populações tradicionais, tais como os pescadores artesanais (Mombelli, 2010, citada por Southgate, 2010).

2.3 - A investigação empírica

Os referenciais teórico-metodológicos da presente investigação enquadram-se no paradigma qualitativo, que teve um marco no revolucionário trabalho de Malinowski, publicado em 1922 (Malinowski, 2018). Foi no início do século XX que este autor combinou a observação participante e a entrevista semiestruturada como forma de teorizar sobre o meio cultural e sobre o sentido que os humanos dão à sua vida.

A abordagem qualitativa de um objeto de estudo denota o entendimento, por parte do pesquisador, de que é preciso compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas ações. Por outras palavras, é preciso considerar o ponto de vista dos sujeitos investigados, pois o

conhecimento nas ciências sociais deve se basear na descoberta do significado das ações humanas (Aróstegui, 2006).

O mundo social, diferentemente do mundo natural, que parece ser mais estável, está a sofrer contínuas alterações, sendo que dois sujeitos têm interpretações diferentes sobre o mesmo mundo, ou, o mesmo indivíduo, em tempos diferentes da sua vida, pode mudar a sua perspectiva sobre o mesmo. As técnicas qualitativas surgiram para investigar sobre a componente social, ao operar com significados, conceitos, definições, características, metáforas, símbolos, e descrições dos elementos do mundo por parte dos sujeitos.

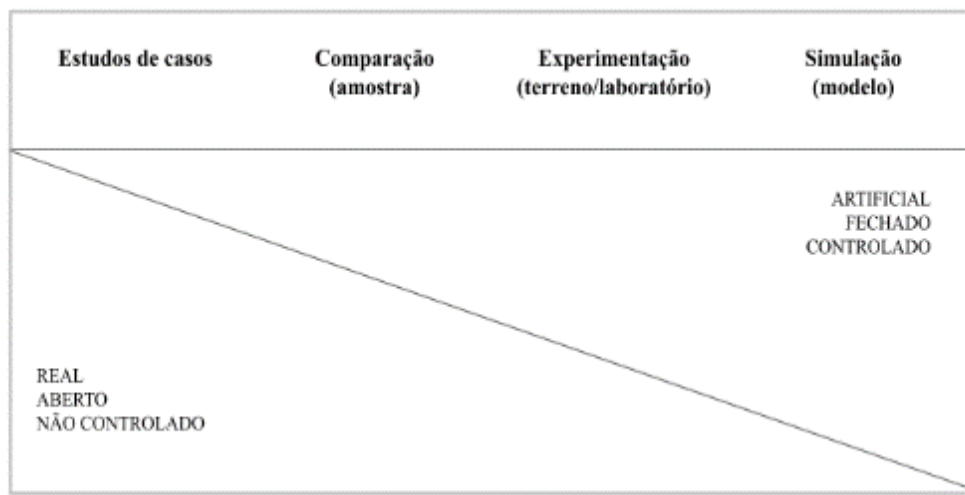
Não sustentamos o argumento segundo o qual as investigações qualitativas são imprecisas, uma vez que a imprecisão está no objeto (o mundo social), e não no processo de pesquisa. Pelo contrário, uma investigação de natureza qualitativa deve procurar alcançar um grau de precisão de tal forma que, investigações posteriores que examinem o mesmo fenómeno possam usá-la como referência (Lune & Berg, 2017). Uma investigação qualitativa poderá ser referência se forem observados os critérios da objetividade, da validade e da fidelidade, que conferem ao conhecimento obtido o carácter de cientificidade.

Nas pesquisas qualitativas o critério da *objetividade* refere-se à interface com o mundo empírico, o qual impõe a sua própria resistência a concepções que lhe dizem respeito (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2012). A *fidelidade* dos resultados nas investigações de cariz qualitativo decorre da persistência das operações. Na presente investigação, esta persistência efetivou-se por meio das entrevistas exploratórias, seguidas pela operação de retorno ao campo.

A operação mencionada, juntamente com a leitura e análise dos documentos selecionados e da observação participante descreve a dinâmica da pesquisa. Mais do que isso, o paradigma qualitativo preconiza que se tome em linha de conta a perspectiva dos próprios sujeitos da investigação, sendo esta atitude própria e específica destas abordagens (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2012). Conforme é demonstrado na Figura 4, foi constante a interacção com parte significativa dos sujeitos, e instrumentalizada pelo diário de campo, as entrevistas exploratórias e a análise documental, o que permitiu a triangulação de fontes e métodos e a obtenção de respostas recorrentes. Num momento posterior a esta fase exploratória, realizámos, uma segunda vez, trabalho de campo, tendo-se procedido à confirmação ou refutação das respostas obtidas na fase exploratória. Neste momento, as inferências que foram possíveis pelas operações de análise das fontes, conforme mencionado antes, foram submetidas à apreciação dos sujeitos principais, para considerar a sua perspectiva, conforme se verá no capítulo 3.

Quanto ao critério de *validade* remete para a correcção da interpretação, e ocorre a partir da preocupação por parte do investigador em ligar inferencialmente os factos que são alvo do estudo e os conceitos que o fundamentam, sendo esta validade denominada como *teórica*. Esta operação pode ser verificada no Quadro 9. De Bruyne *et al.* (1975) propõem uma modelização que demonstra este *continuum* que está resumido na Figura 3.

Figura 3 - *Continuum* dos modos de investigação

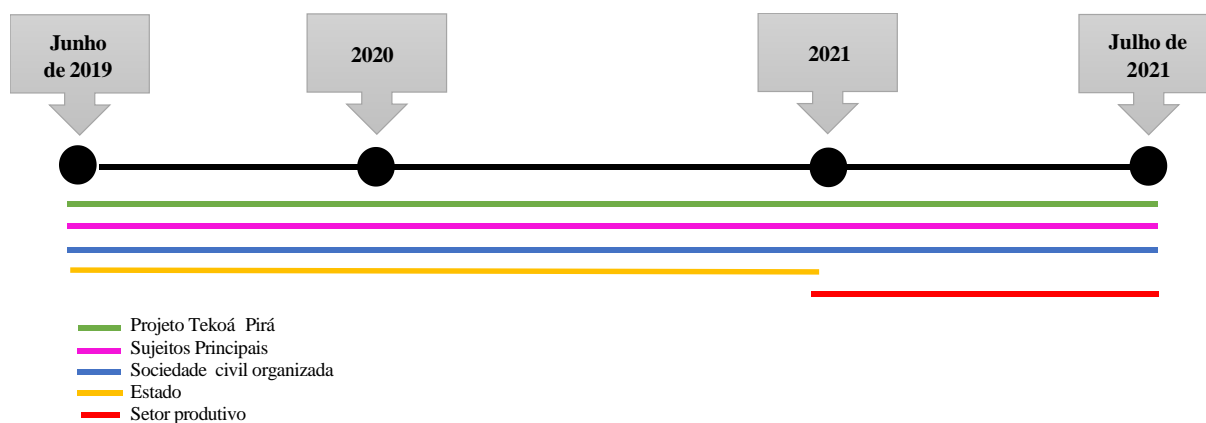


Fonte: De Bruyne *et al.*, 1975, *in* Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (2012).

A nossa interacção com o mundo empírico foi constante desde a concepção do projeto, uma vez que a motivação para a pesquisa esteve diretamente relacionada com a participação da autora no *Projeto Tekoá Pirá*. Assim, a definição da posição da investigadora no *continuum da observação*, caracterizou-se pela intensidade de interacção, predominando a observação participante (de tipo ativa/contínua), conforme a perspectiva de Erikson (1986, *in* Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2012). A Figura 4 demonstra o *continuum* da relação entre pesquisadora e sujeitos, em termos de tempo de interacção no desenvolvimento da investigação empírica, revelando também o nível de envolvimento. A linha verde representa o tempo de interacção com o Projeto *Tekoá Pirá*, que ocorreu durante o tempo da nossa investigação. A linha cor-de-rosa representa a interacção com os sujeitos principais, que inclui os participantes do Projeto *Tekoá Pirá* e amplia para outros seis, totalizando oito sujeitos. A linha azul representa a interacção com outros coletivos ligados ao Campeche (Projeto *Tekoá Pirá*, APESAC e AMOCAM). A linha amarela representa a investigação junto do Estado, nomeadamente das instituições

responsáveis pela preservação do património existentes em Florianópolis. Finalmente, a linha de cor vermelha representa a interacção com o Setor Produtivo.

Figura 4 - *Continuum* do modo de Observação (ativa/contínua)



Fonte: Elaboração própria.

O campo de estudo foi estruturado no decorrer da investigação e o quadro de análise surgiu progressivamente no recorrente questionar dos dados, efetuando-se no decurso e no final da investigação (Lessard-Hébert, 2012; Lune & Berg, 2017; Minayo, 2018). Os dados foram obtidos por meio da triangulação de métodos e de dados, como forma de validação da pesquisa (Lessard-Hébert, 2012). Foram usadas as entrevistas semiestruturadas, a observação, principalmente a participante, e a análise documental.

O envolvimento viabilizado pela observação ativa e contínua definiu o sentido do estudo, e, no processo, definiu os sujeitos principais, representativos da população que se quis compreender, que se denominam como *nativos* da Ilha de Santa Catarina, e que viveram a sua transformação acentuada no último quartel do século XX e início do século XXI.

2.3.1 - A problematização, as questões da investigação e os objetivos

Para Nopes (2015), o processo de expansão económica vivido em Florianópolis, que passou de uma economia de subsistência para uma economia do turismo, levou à degradação patrimonial, cultural e natural. A partir dos anos de 1960, factos como a construção da rodovia federal BR 101, a abertura ou a pavimentação de rodovias estaduais, a construção da nova ponte e da avenida Beira Mar Norte, a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - em 1960), e a instalação de outras

instituições públicas, como a Eletrosul (em 1977), contribuíram para a degradação do meio ambiente e da cultura locais, assim como para a promoção da cidade como atrativo, seja para turistas, seja para novos residentes (Cafrune, 2009). Partilhamos da perspectiva de Ferreti (2019), que se torna necessário pensar uma rede de espaços protegidos para a Ilha de Santa Catarina, para delinear um planeamento compatível com o crescimento urbano e com uma estruturação da própria paisagem. Existe a necessidade de criar novos espaços de proteção no sul da Ilha de Santa Catarina, precisamente onde foi desenvolvida a presente investigação (Ferreti, 2019).

Em Florianópolis, dois setores interrelacionados, o turístico e o imobiliário, contribuíram para o processo que se acentuou a partir dos anos de 1980, com a difusão da ideia de que Florianópolis prosperaria através do desenvolvimento das indústrias do turismo e da alta tecnologia.

O turismo, os negócios imobiliários e a instalação de instituições públicas resultaram na atração de novos residentes, ao mesmo tempo em que estes incentivaram também o crescimento destes setores. Trata-se de grupos sociais de estatuto socioeconómico médio e alto, que têm possibilidade de aceder aos territórios planos e centrais, assim como às praias da orla marítima, ao passo em que os antigos residentes vão vendendo as suas terras, com as suas casas modestas, cedendo lugar às segundas residências, ou a casas para alugar para os turistas no período de verão. Por seu turno, os antigos residentes passaram a residir em áreas menos valorizadas da cidade (Cafrune, 2009; Nopes, 2015).

No Campeche, a relação entre estes setores expressou-se na fixação de população ligada às instituições de ensino, professores e pessoas vindas de outros lugares do Brasil e mesmo de fora do país. Um número significativo destes moradores caracteriza-se pelo interesse na preservação ambiental e cultural, está organizado em associações e tem intervindo em prol desta preservação.

Na evolução que se operou na Ilha de Santa Catarina, de forma geral, e no Campeche, em particular, os factores exógenos parecem ter predominado. A vinda de população de outros lugares e de muitos turistas provocou mudanças que atingiram uma fração da população que aqui vivia, nomeadamente o *nativo*, nesta investigação, morador do interior da Ilha. Passaram a coexistir o interesse pela preservação, o sentimento de dever para com o lugar, por parte de nativos e de novos moradores e a descaracterização do lugar. Esta última foi consequência da chegada de população e turistas. Um aspeto relevante foi a alteração na função das formas preexistentes no momento em que aconteceu a valorização imobiliária e turística do Campeche. Por exemplo, a praia que até esse momento era lugar de pesca, passou a ser lugar de banhistas e praticantes de desportos náuticos, passando a não ser mais possível a realização do arrastão de verão, um tipo de pesca muito praticada até então.

Tais formas de vida estão, muitas vezes, ligadas a tradições praticadas por populações minoritárias, que vivem, ou tentam viver, de acordo com costumes que remetem para uma determinada *natividade*, nas palavras destes *nativos* (conforme será apresentado no capítulo 4) praticando relações sociais que podem ser consideradas *sobreviventes*. Tal forma de vida contrapõe-se ao desenvolvimento referido por Latouche (1994) e é a expressão do desejo de afirmação identitária. O Projeto *Tekoá Pirá* é uma das expressões deste desejo, de um grupo que hoje configura-se como minoria na Ilha de Santa Catarina e no Campeche. O Projeto realiza-se no Campeche e pretende dar visibilidade ao modo de ser do nativo da Ilha de Santa Catarina. Tem desenvolvido ações em torno do modo de vida tradicional da Ilha por meio da salvaguarda do património cultural e do desenvolvimento de roteiros culturais. Os roteiros culturais do Projeto *Tekoá Pirá* são temáticos, e realizam-se em torno do modo de vida ligado à pesca artesanal e à agricultura, ou seja, em torno do que era a vida até proximamente aos anos de 1980. Estes roteiros são considerados pelas protagonistas, do Projeto, Gisele Silvia Ramos e Roberta de Paula Bráz, sujeitos principais deste estudo, como representativos da *identidade* da Ilha de Santa Catarina.

Esta investigação debruçou-se sobre a relação entre património cultural imaterial, processos identitários e turismo, a partir do caso do Projeto *Tekoá Pirá*. Conforme já ressaltado, a população minoritária do Campeche, que pode ser considerada como tendo um razoável grau de organização em prol da cultura e do meio ambiente, vive, no entanto, num lugar significativamente modificado. A pesca artesanal da tainha é uma das práticas culturais sobreviventes e está materializada na existência dos ranchos de pesca junto ao mar e no período da safra, entre Maio e Julho de cada ano, enfrentando, ano a ano, diversos desafios. Conforme se verá no capítulo 4, estes ranchos já foram construções provisórias ou até precárias, sem paredes, com tetos de palha, e hoje, por vários motivos, tais como os roubos e a própria função dos ranchos, que não são rústicos como outrora. No Campeche, possuem água canalizada (encanada), luz elétrica e eletrodomésticos, como geladeiras, e são ainda adornados com fotografias dos pescadores, das canoas e das pescarias e puxadas de rede na praia.

Concordamos com Prats (1998) e com Meneses (2009), segundo os quais há versões de identidade que coexistem, que se complementam ou se opõem. O património cultural, neste caso a pesca artesanal da tainha, reconhecido como tal pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), por meio do Projeto *Tekoá Pirá*, representa simbolicamente uma destas versões identitárias.

Foi delineado, como objetivo geral, analisar a relação entre processos de patrimonialização, processos de identidade e visitação, a partir do caso do Projeto *Tekoá Pirá*. Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina, e para tanto, foram propostos os objetivos específicos:

1- Apreender os sentidos do *ser nativo*, declarados pelos sujeitos da investigação, especialmente as protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, bem como as necessidades sociais relacionadas com esta identidade;

2- Evidenciar a expressão territorial da identidade nativa e dos bens culturais localizados no Campeche;

3- Analisar o processo de afirmação da identidade cultural *nativa* nas ações do Projeto *Tekoá Pirá*;

4- Caracterizar a atuação do Estado, do Setor Produtivo e da Sociedade Civil Organizada no domínio patrimonial e em relação com o turismo;

5- Delinear uma proposta para a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial representativo da identidade *nativa* e promotora da fruição social das práticas culturais tradicionais.

2.3.2 - Os sujeitos, as técnicas de recolha de informações, as fontes e a análise dos dados

Para a compreensão do todo, procedeu-se à sua fragmentação, por meio da seleção das seguintes variáveis, relacionadas entre si, tais como, as *Instituições*, o *Setor Produtivo* e a *Sociedade Civil Organizada*, conforme explicitado no tópico 2.1 do presente capítulo.

2.3.2.1 - Os sujeitos

A Figura 4 confirma o acompanhamento que fizemos, durante três anos, dos sujeitos ligados ao Projeto *Tekoá Pirá*. Foi realizada observação, na maioria das vezes participante, dado o envolvimento da pesquisadora no Projeto *Tekoá Pirá*.

Foram considerados sujeitos principais da pesquisa os *nativos* da Ilha de Santa Catarina que se declaram portadores de identidade nativa da Ilha, tendo sido este o critério primordial da seleção. Estes sujeitos representam, principalmente, a *Sociedade Civil Organizada*, mas representam também o *Setor Produtivo*, uma vez que três deles intervêm como empreendedores no setor de turismo, especificamente como Guias de Turismo. Estes sujeitos estão registados nos Quadro 4 e Quadro 5.

A *Sociedade Civil Organizada* foi representada por lideranças comunitárias ligadas a coletivos formais e informais, e associações locais, como sejam, o Projeto *Tekoá Pirá*, a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC), a Associação dos Amigos do Parque Comunitário do Campeche (AAP - PACUCA) e o Grupo TBC Sul.

Os sujeitos foram categorizados em *principais* e *secundários* em função do nível de escuta, que foi determinado, por sua vez, pelo nível de envolvimento com a investigação. Tal procedimento resultou na seleção de oito pessoas, a quem se aplicou um inquérito por entrevista semiestruturada. Quando foi atingido o *ponto de saturação*, retomámos uma nova fase de entrevistas, momento em que os resultados parciais foram submetidos à confirmação dos sujeitos.

Os guiões de entrevista usados podem ser consultados nos Anexos deste estudo. Resumem-se no Quadro 4 algumas características sociodemográficas dos inquiridos.

Quadro 4 – Características sociodemográficas dos sujeitos principais inquiridos

Identificação	Data de nascimento	Profissão/Ocupação	Escolaridade	Representatividade
Ataide Silva	1957	Bancário/Surfista/Aposentado/ Líder Comunitário	Ensino Superior Incompleto	Sociedade Civil Organizada/Associação Amigos do PACUCA
Valter Chagas	1957	Aposentado/Líder Comunitário/Pescador	Ensino Médio	SCO/APESAC
Ademir Damasco	1954	Construtor/Documentarista/ Surfista	Ensino Médio	Sociedade Civil Organizada/Associação de Surf do Campeche
Pedro Aparício	1965	Aposentado/Locação de casas/Pescador	Ensino Médio	Sociedade Civil Organizada/APESAC
Gisele Silvia Ramos	1979	Guia de Turismo/TBC	Ensino Médio	Sociedade Civil Organizada/Setor Produtivo/Projeto <i>Tekoá Pirá</i>
Camila Pires	1975	Guia de Turismo	Ensino Médio	Sociedade Civil Organizada/Grupo TBC SUL Setor Produtivo
Roberta de Paula Brás	1997	Guia de Turismo/TBC	Ensino Médio	Sociedade Civil Organizada Setor Produtivo/Projeto <i>Tekoá Pirá</i>
Kelvin Elias	1991	Administrador/Pescador	Ensino Superior	Sociedade Civil Organizada/ Associação de Pescadores (APESAC)

Fonte: Elaboração própria.

No decorrer do processo de pesquisa foram-se delineando os critérios para a seleção dos oito sujeitos principais:

- A condição de *nativo* da Ilha de Santa Catarina;
- O facto de ter vivido a transformação da Ilha de Santa Catarina;
- A relação com as actividades tradicionais da Ilha de Santa Catarina, com o sistema cultural pesca-roça.

Os sujeitos secundários foram ouvidos apenas uma vez, em entrevistas semiestruturadas.

O Estado foi representado pelas três instituições responsáveis pela salvaguarda do património cultural imaterial, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, nomeadamente a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além destas instituições, também foi selecionada uma docente da área do património cultural (com experiência em Registro de bens culturais) de uma instituição educacional (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC). O IFSC foi considerado como representante do Estado, por meio de duas servidoras, que integraram o processo de Registro da pesca artesanal da tainha, e cujo do ponto de vista pôde ser apreendido nas reuniões, por meio da análise documental e da observação participante.

O *Setor Produtivo* foi representado por cinco agentes sociais, sendo que, entre estes, duas são as sócias na agência *Floripa Nativa*, sendo também as protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá* e guias de turismo. O outro agente social é uma guia de turismo, ligada ao Grupo TBC Sul. Estes três agentes intervêm na Rede TBC Floripa, criada em 2019. Representa também o Setor Produtivo o proprietário de um empreendimento rural, o *Engenho Vale Encantado*, onde é realizada visitação, maioritariamente de moradores e estudantes. Por fim, compôs o rol de sujeitos entrevistados para a apreensão do Setor Produtivo o proprietário da agência de turismo *Descubra Floripa*, que é também guia de turismo. Estes dois últimos agentes sociais não têm relação com o TBC.

Parte destes sujeitos integra o conjunto de sujeitos principais desta investigação, conforme registado nos Quadro 4 e Quadro 5. Esta situação exemplifica o imbricar de papéis sociais, afirmado por Santos (2014). Todos os sujeitos intervêm no Sul da Ilha de Santa Catarina, com exceção de um deles (Quadro 5), intervêm exclusiva ou predominantemente nos serviços (actividades terciárias), nomeadamente no turismo, ainda que, conforme já mencionado, a visitação esteja ligada a residentes e ao TBC. Optámos por apelidar de *actividade primária* ou *secundária*, e não de *setor*, pois na presente investigação foi usado o termo *setor* relativamente ao processo produtivo como um todo. Assim, seguimos a já clássica proposta de Colin Clark (1940), na qual os setores *primário* (agricultura,

pecuária e extração vegetal, animal e mineral), *secundário* (indústria e segmentos da construção civil) e *terciário* (serviços), mas, por uma questão de clareza textual, apelidamos de *actividades* (Quadro 5).

Quadro 5 – Identificação dos sujeitos secundários

Identificação	Representatividade
Rodrigo Rosa - Fundação Catarinense de Cultura	Instituição ligada ao património
Josete Sandrini - Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Instituição ligada ao património
Lucas Cimbaluk - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional	Instituição ligada ao património
Janice Gonçalves - Universidade do estado de Santa Catarina	Instituição educacional
Diego Murilo dos Santos – Empreendimento rural ligado à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina, Empreendimento <i>Engenho Vale Encantado</i>	Setor Produtivo (Actividades Terciárias) Intervenção no Sul da Ilha de Santa Catarina
Gisele Silvia Ramos - Guia de turismo, TBC (Projeto <i>Tekoá Pirá</i>); Agência <i>Floripa Nativa</i>	Setor Produtivo (Actividades Terciárias) Intervenção no Sul da Ilha de Santa Catarina
Camila Pires - Guia de Turismo, TBC (Grupo TBC Sul)	Setor Produtivo (Actividades Terciárias) Intervenção no Sul da Ilha de Santa Catarina
Gilberto Bernardes Medeiros Junior – Guia de Turismo; Agência <i>Descubra Floripa</i>	Setor Produtivo (Actividades Terciárias) Intervenção na Ilha de Santa Catarina
Roberta de Paula Bráz - Guia de turismo, TBC (Projeto <i>Tekoá Pirá</i>); Agência <i>Floripa Nativa</i>	Setor Produtivo (Actividades Terciárias) Intervenção no Sul da Ilha de Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, entre os sujeitos principais, a representatividade da *Sociedade Civil Organizada*, devido ao facto de representarmos o IFSC como instituição apoiante do Projeto *Tekoá Pirá*, resultando em significativa proximidade e facilidade, seja para entrevistas, seja de acesso a documentos produzidos no contexto do Projeto.

2.3.2.2 - As técnicas de recolha de informação e as fontes utilizadas

As técnicas usadas na nossa investigação de recolha de informação foram as seguintes:

- Análise documental;
- Observação participante;
- Diário de Campo;
- Registo fotográfico;
- Inquérito por entrevista semiestruturada.

Há aspetos aos quais podemos aceder por meio da observação, que permite o acompanhamento das vivências, e que dificilmente são verbalizados nas entrevistas. Entende-se que esta imersão no terreno põe em evidência determinadas questões que podem orientar os inquéritos (Léssard-Hébert *et al.*, 2012). Na presente investigação, a observação não apenas serviu para orientar os inquéritos, mas para complementá-los.

Começamos por mencionar que a observação de tipo participante, em que o pesquisador se junta à situação (Remoaldo, 2008), foi muito relevante e acompanhou todo o processo de investigação. Neste tipo de observação, há um intervalo de tempo entre a observação, e o seu registo, sendo uma observação retrospectiva, uma recriação por parte do pesquisador, materializada no diário de campo (Winkin, 1998). Assim, no ano de 2019, a observação de reuniões e de roteiros culturais no ano de 2019 ocorreu desta forma, fazendo-se anotações durante o evento observado, e posteriormente, recriando o ocorrido num texto posterior, ao qual se somaram outros elementos, tais como fotografias, comunicações via e-mail, etc. Desta forma, o Diário de Campo assumiu a função de arquivo privado, uma vez que, por exemplo, nas reuniões com a APESAC, quando houve o encaminhamento de documentos para órgãos públicos, tais como ofícios, ou mesmo comunicações por *e-mail*, estes foram anexados às notas.

Consideramos relevante ressaltar que, no momento em que aconteceu o isolamento social, em função da pandemia da COVID-19, as reuniões passaram a acontecer de forma virtual pelo *Google Meet*. Estas foram gravadas e foi possível rever o seu conteúdo, sendo possível ter no nosso Diário de Campo transcrições de trechos considerados significativos. Não se quer com isso dizer que inexista a componente da recriação, própria das notas de campo, mas que foi possível uma descrição mais minuciosa dos eventos.

Concorda-se com Heidrich (2016), para quem o levantamento de informação pressupõe dispêndio de tempo e que o registo deve ser contínuo, para que se possa assinalar aspetos relevantes e impressões, que podem levar a indagações e a reflexões.

Winkin (1998) atribuiu três funções principais ao Diário de Campo:

- 1- a função emotiva, uma vez que são registados sentimentos sobre a experiência no campo, bem como aspetos da sua relação com os sujeitos as pessoas; neste sentido, o diário é de natureza privada;
- 2- a função empírica, pois muitos elementos são registados, mesmo o que parece ser insignificante;
- 3- a função reflexiva e analítica, que pode propiciar chaves interpretativas no fim da investigação empírica.

As funções atribuídas ao Diário de Campo por Winkin (1998) correspondem ao papel que cumpriu esta técnica na presente investigação. Entretanto, do nosso ponto de vista, a terceira função está relacionada não apenas com a parte final da investigação, mas com todo o processo.

O Diário de Campo deste estudo é composto pela observação das situações seguidamente descritas e também demonstradas no Quadro 6.

-Reuniões, presenciais e à distância (estas últimas por vídeo-chamadas através do *Google Meet*);

-Lives, Rodas de Conversa promovidas pelo Projeto *Tekoá Pirá*;

-Eventos presenciais e à distância (estes últimos por vídeo-chamadas através do *Google Meet*);

-Roteiro Cultural do Projeto *Tekoá Pirá*;

-Momentos presenciais diversos no Campeche, em situações de trabalho, de estudo e de lazer.

No que se refere ao registo fotográfico, foram usadas imagens cedidas pelos autores para a presente investigação; a maior parte pertence ao arquivo do Projeto *Tekoá Pirá*, pois regista o processo de patrimonialização da pesca artesanal da tainha no Campeche e nos seus diferentes momentos. A seleção destas imagens teve por objetivo dar a conhecer o lugar onde se realiza a pesca da tainha e o Projeto *Tekoá Pirá*. Teve ainda a intenção de mostrar os agentes e as forças sociais que se exercem no lugar, para além do texto verbal, usando também o texto imagético.

Quadro 6 – Fontes primárias usadas na investigação – o exemplo do Diário de Campo

Número	Situação	Tipo	Data
1	Reuniões: Conselho Municipal de Políticas Culturais, Setorial do Patrimônio e VIII, Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis; Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC); Associação dos Amigos da PACUCA; Projeto <i>Tekoá Pirá</i> , IPHAN; FCC Rede TBC Floripa Grupo TBC SUL	Participante	2018-2019-2020-2021
2	Eventos: Certificação da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina, durante a Missa de Abertura da Safra da Tainha de Santa Catarina (1/05/2019) Apresentação do processo de Registro em aula do Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (18/09/2019)	Participante	2019
3	Momentos diversos no Campeche	Participante	2019-2020-2021
4	Roteiro cultural Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	Não participante	18/11/2019
5	Lives Rodas de Conversa Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	Participante	Agosto de 2020
6	Evento: Lançamento da Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche	Participante	Julho de 2021

Fonte: elaboração própria.

Além da observação participante, procedemos à análise documental. Os documentos selecionados tiveram duas origens. Uma delas, a vivência da autora, docente da área de patrimônio cultural, protagonista no processo de Registro da pesca artesanal da tainha no Campeche. O conjunto é composto, fundamentalmente, por documentos gerados na execução do projeto de extensão *Tekoá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina*, e do projeto de pesquisa para o Registro da pesca artesanal da tainha, que ocorreram de forma concomitante, entre 2018 e 2019.

A outra origem dos documentos selecionados corresponde ao período entre 2020 e 2021. Integra o rol de documentos a proposta de realização do Mapeamento do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche – Cartografia Social, para o edital estadual da FCC Elisabete Anderle 2020, bem como o mapa que resultou da execução da proposta.

Conforme mencionado por diversas vezes, o presente estudo caracterizou-se pelo envolvimento da pesquisadora com o tema, de diversas formas: como professora das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, como integrante dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no IFSC, como parte das equipas das propostas submetidas e contempladas com o Prémio Elisabete Anderle, da FCC e, 2020 e em 2021, e como representante formal do IFSC no Projeto. Este envolvimento ocorreu, na sua maior parte já no contexto de investigação durante os anos de 2019, de 2020 e de 2021. Assim, as entrevistas realizadas na Cartografia Social em 2021 também integraram o conjunto documental, pois foram consideradas significativas no longo processo de escuta que caracterizou a presente investigação, e tratadas como fontes secundárias.

A seleção destas entrevistas como documentos fundamentou-se em dois pontos. Os entrevistados não estavam envolvidos com a Sociedade Civil Organizada, característica comum aos sujeitos principais desta investigação, e eram mais idosos. Considerou-se que estes depoimentos estariam caracterizados pela não intencionalidade, possivelmente presente nas narrativas e nas ações dos sujeitos principais, que, por serem líderes, do campo da cultura tradicional e do património, notadamente um campo de disputas (Meneses, 2009), consideram uma finalidade para o seu testemunho para além dos objetivos da pesquisa (Aróstegui, 2006). Este entendimento fundamentou-se na observação e nas entrevistas exploratórias, que, nos primeiros meses de 2021, já estavam a acontecer, conforme demonstra o Quadro 7.

O segundo ponto está relacionado com dois factos. O primeiro reporta-se ao acesso a estes sujeitos. Trata-se de pessoas idosas, que via de regra não se sentem à vontade para dar entrevistas, e o Brasil vivia um momento crítico da pandemia da COVID-19, o que dificultou o trabalho de campo de forma geral. O segundo facto relaciona-se com parte da equipa da execução da Cartografia Social, ter conhecimento de que as questões que orientaram as entrevistas contemplavam temas de interesse para a presente investigação. O grande tema foi o modo de vida tradicional da Ilha de Santa Catarina, numa abordagem do sistema *pesca e roça*, ao qual estavam ligados outros temas, como sejam, a pesca da tainha, o território da pesca e da roça, as festas e a religião, a transformação da Ilha de Santa Catarina após os anos de 1990, o turismo, e as perspetivas para o futuro. Na nossa investigação foram considerados os relatos sobre os temas relativos à identidade nativa e à expressão territorial desta identidade, ligados aos objetivos específicos 1 e 2.

Quadro 7 – Fontes secundárias usadas na investigação – o caso do Conjunto Documental

Número	Fonte-Teor	Origem	Data
1	Atas de reuniões da equipa do Projeto de Extensão <i>Tekoá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina – 2 atas</i>	Arquivos da Pesquisadora	2018
2	Proposta submetida ao edital de extensão do IFSC, <i>Tekoá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina</i>	Arquivos da Pesquisadora	2018
3	Atas de reuniões da equipa de Pesquisa do Registro da pesca artesanal da tainha no Campeche como património cultural de Santa Catarina – 8 atas	Arquivos da Pesquisadora	2018
4	Atas de reuniões com Projeto <i>Tekoá Pirá</i> , a APESAC e o Grupo TBC Sul – 13 atas	Arquivos da Pesquisadora	2019-2020/2021
5	Manifesto e Regulamento da Comunidade <i>Tekoá Pirá</i>	Arquivos da Pesquisadora	2020
6	Portfólio e currículo do Projeto <i>Tekoá Pirá</i> e da Associação Amigos do PACUCA	Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	2021
7	Entrevistas realizadas no Mapeamento do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche (Cartografia Social)	Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	2021
8	Plano de Salvaguarda da Pesca Artesanal da Tainha	Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	2021
9	Orientações para a solicitação de Registro de bens imateriais da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	Arquivos da Pesquisadora	2019
10	Editais de Apoio ao Património Cultural no âmbito estadual: Elisabete Anderle Editais de Apoio ao Património Cultural no âmbito federal: Prémio Rodrigo Melo Franco	Arquivos da Pesquisadora	2019, 2020, 2021
11	Atas de reuniões do Programa de Extensão Património Cultural e Turismo – Portaria do Reitor N° 3208, de 29 de outubro de 2021 – 3 atas	Arquivos da Pesquisadora	2021
12	Mapa do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche (Cartografia Social)	https://www.facebook.com/projetotekoapira/	2021

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas (tendo por base o consentimento informado) e posteriormente transcritas para confirmação e autorização por parte dos sujeitos. Num primeiro momento, entre 2019 e 2020, as entrevistas foram exploratórias, combinadas com a observação participante, gerando as notas registadas no Diário de Campo. Estas duas técnicas de investigação permitiram a saturação dos dados, momento em que ocorreu a percepção por parte da investigadora de uma tendência de repetição nas respostas obtidas nas entrevistas (Remoaldo, 2008), bem como nos comportamentos observados e registados no Diário de Campo. A partir daí foi possível elaborar as categoriais de análise, articuladas com os objetivos específicos e os pressupostos teóricos, conforme demonstra o Quadro 9.

Num segundo momento houve o aprofundamento desta escuta, denominado como *retorno ao campo*, que permitiu a validação dos dados junto dos sujeitos principais (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2012). Desta forma, as questões propostas aos entrevistados estão relacionadas com os resultados obtidos nas primeiras entrevistas.

Quadro 8 - Fontes Primárias usadas na investigação – o caso do inquérito por entrevista semiestruturada

Número	Tipo	Tipo/Forma de Captação/ Suporte	Entrevistado (s)	Data
1	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio Captado com gravador digital	Rodrigo Rosa-Fundação Catarinense de Cultura	25-09-2019
2	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio Captado com gravador digital	Lucas Cimbaluk-Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional	25-10-2019
3	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio Captado com gravador digital	Josete Sandrini-Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	04-11-2019
4	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo Google Meet	Gisele Silvia Ramos Roberta de Paula Bráz Nativas/Guias de Turismo Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	15-04-2020
5	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Diego Murilo Santos Nativo/empreendedor ligado a cultura tradicional de Ilha de Santa Catarina	20-04-2020

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 - Fontes Primárias usadas na investigação – o caso do inquirido por entrevista semiestruturada (continuação)

Número	Tipo	Tipo/Forma de Captação/ Suporte	Entrevistado (s)	Data
6	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo Google Meet	Ademir Damasco Nativo/surfista/Documentarista ligado à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina	26-04-2020
7	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados com <i>Google Meet</i>	Gisele Silvia Ramos Roberta de Paula Bráz Nativas/Guias de Turismo Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	26-07-2020
8	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Ataide Silva Nativo/Surfista/Associação Amigos do PACUCA/Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	18-12-2020
9	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Camila Pires Nativa/Guia de Turismo	07-08-2020
10	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Pedro Aparício Inácio Nativo/pescador Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	27-11-2020
11	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados com <i>Google Meet</i>	Valter Chagas Nativo/pescador Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	27-11-2020
12	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Kelvin Elias Nativo/pescador Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	28-11-2020
13	Entrevista semiestruturada exploratória	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Janice Gonçalves	14-12-2020
14	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Camila Pires Nativa/Guia de Turismo/Grupo TBC Sul	06-11-2021

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 - Fontes Primárias usadas na investigação – o caso do inquérito por entrevista semiestruturada (conclusão)

Número	Tipo	Tipo/Forma de Captação/ Suporte	Entrevistado (s)	Data
15	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados com <i>Google Meet</i>	Gisele Silvia Ramos Roberta de Paula Bráz Nativas/Guias de Turismo Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	06-11-2021
16	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio Captado com gravador digital	Ademir Damasco Nativo/Surfista/Documentarista ligado à cultura da Ilha de Santa Catarina	08-11-2021
17	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados pelo <i>google meet</i>	Kelvin Elias Nativo/Pescador Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	08-11-2021
18	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Valter Chagas Nativo/Pescador Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	11-11-2021
19	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Ataide Silva Nativo/Surfista/ Associação Amigos do PACUCA/Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC)	15-11-2021
20	Entrevista semiestruturada Retorno ao campo	Áudio e vídeo captados pelo <i>Google Meet</i>	Gisele Silvia. Ramos Roberta de Paula Bráz Nativas/Guias de Turismo Projeto <i>Tekoá Pirá</i>	15-11-2021

Fonte: Elaboração própria.

2.3.2.3 - A crítica das fontes

Concorda-se com Aróstegui (2006) para quem o agrupamento da informação, como seja, a categorização, é essencial em qualquer pesquisa (Aróstegui, 2006). Nesta investigação foi usada a análise de conteúdo nos resultados obtidos com os inquéritos por entrevista aos sujeitos principais, captando-se o conteúdo manifesto e latente, em relação com os objetivos da pesquisa e tendo em consideração os significados atribuídos pelos sujeitos. Foi realizada uma categorização por

desmembramento em unidades temáticas semelhantes, segundo o critério semântico (Bardin, 2018), conforme pode ser confirmado no Quadro 79. Este procedimento incluiu as entrevistas realizadas durante a Cartografia Social, consideradas nesta investigação como fontes secundárias (Bardin, 2018).

De forma geral, a crítica das fontes foi realizada em quatro momentos, sendo o primeiro a leitura prévia do material, sem proceder à categorização e sem estabelecer vínculo teórico. Num segundo momento, a leitura realizou-se a partir de categorias estabelecidas *a priori*, antes da relação com a teoria, para em seguida, num terceiro momento, estabelecer categorias definidas *a posteriori*, definindo vínculos teóricos, conforme demonstra o Quadro 9.

Quadro 9 - Demonstrativo da análise de conteúdo das fontes principais, por categoria temática e por objetivo específico

Objetivo Específico	Pressupostos Teóricos	Categorias	Fontes principais
Apreender os sentidos do <i>ser nativo</i> , declarados pelos sujeitos da investigação, especialmente as protagonistas do Projeto <i>Tekoá Pirá</i> , bem como as necessidades sociais relacionadas com esta identidade.	Apropriação de termos oriundos das metrópoles colonizadoras para fundamentar lutas populares. Metacultura e cultura vernácula. Interculturalidade: construção a partir de experiências de submissão e subalternização (Cunha, 2017) Finalidade da preservação patrimonial (Canclini, 1993; Prats, 2006; Meneses, 2009).	Anterioridade Interioridade Interculturalidade Memória Manutenção Recuperação- Visibilização	Primárias: entrevistas semiestruturadas Secundárias: documentos (entrevistas semiestruturadas realizadas na Cartografia Social e no Registro).
Evidenciar a expressão territorial da identidade nativa no Campeche.	Rugosidade espacial (Santos, 2014).	Funções remanescentes Funções reminiscentes	Primárias: entrevistas semiestruturadas Notas do Diário de Campo; Secundárias: documentos (entrevistas semiestruturadas realizadas na Cartografia Social e no Registro).

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9 - Demonstrativo da análise de conteúdo das fontes principais, por categoria temática e por objetivo específico (continuação)

Objetivo Específico	Pressupostos Teóricos	Categorias	Fontes principais
<p>Analisar o processo de afirmação da identidade cultural <i>nativa</i> nas ações do Projeto <i>Tekoá Pirá</i>.</p>	<p>Finalidade da preservação patrimonial (Canclini, 1993; Meneses, 2009). Preservação em sentido amplo (Meneses). Valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos (Meneses, 2009).</p>	<p>Memória Manutenção Recuperação Visibilidade</p>	<p>Primárias: Notas do Diário de Campo. Secundárias: documentos (Regulamento e Manifesto da Comunidade Tekoá, Plano de Salvaguarda da Pesca Artesanal da Tainha, editais, atas de reuniões).</p>
<p>Caracterizar a atuação do Estado, do Setor Produtivo e da Sociedade Civil Organizada no domínio patrimonial e em relação ao turismo.</p>	<p>Imbricamento de agentes sociais, complexidade social (Santos, 2014). Tradições culturais para venda no mercado turístico, sem outro motivo para existir (Ouriques, 2005) Dimensão utilitária inerente do património (Peralta, 2003). Ativação económica de bens patrimoniais pelos detentores; Espetacularização do património (Canclini, 1993, 2003). Consumo turístico patrimonial como restituição patrimonial; ativação patrimonial clássica e ativação patrimonial mercantilizada (Prats, 2006). Intermediação especializada como estratégia da governabilidade neoliberal para inserção da ideologia de mercado em detrimento da preservação do património (Coombe, 2013). É necessária a intermediação de especialistas nos processos de patrimonialização (Areizpe, 2013).</p>	<p>Consumo turístico patrimonial como restituição</p>	<p>Primárias: entrevistas semiestruturadas e notas de Diário de Campo. Secundárias: Documentos (atas de reuniões).</p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9- Demonstrativo da análise de conteúdo das fontes principais, por categoria temática e por objetivo específico (conclusão)

Objetivo Específico	Pressupostos Teóricos	Categorias	Fontes principais
<p>Delinear uma proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade <i>nativa</i> e promotora da fruição social das práticas culturais tradicionais.</p>	<p>Intermediação especializada como estratégia da governabilidade neoliberal para inserção da ideologia de mercado em detrimento da preservação do património (Coombe, 2013).</p> <p>É necessária a intermediação de especialistas nos processos de patrimonialização (Areizpe, 2013).</p> <p>Ativação económica de bens patrimoniais pelos detentores; Espetacularização do património (Canclini, 1993, 2003).</p> <p>Consumo turístico patrimonial como restituição patrimonial; ativação patrimonial clássica e ativação patrimonial mercantilizada (Prats, 2006).</p>	<p>Consumo turístico patrimonial como restituição.</p> <p>Intermediação especializada.</p>	<p>Resultados da investigação.</p>

Fonte: Elaboração própria.

2.4- Notas conclusivas

A nossa investigação relaciona-se com uma pesquisa maioritariamente qualitativa, alicerçada na observação participante e no inquérito por entrevista semiestruturada centrando-se na patrimonialização da pesca artesanal da tainha no Campeche.

A pesquisa empírica caracterizou-se pela intensidade da observação participante, ativa e contínua, que definiu o sentido do estudo, e no processo foram definidos oito sujeitos principais, representativos da população nativa da Ilha de Santa Catarina, que viveu a transformação do lugar, acentuada no último quartel do século XX e início do século XXI. Como sujeitos principais, tivemos representantes do Estado, em especial das instituições responsáveis pela proteção do património cultural, e do Setor Produtivos, sobretudo guias de turismo.

As técnicas usadas na nossa investigação de recolha de informação foram, além da observação participante, que já citámos, a análise documental, o diário de campo, o registo fotográfico e o inquérito por entrevista semiestruturada. Sobre o inquérito, é importante ressaltar que foi realizado em dois momentos, sendo o primeiro caracterizado pelas entrevistas exploratórias, e o segundo, pelo retorno ao campo e com a realização de entrevistas mais estruturadas.

Como fontes secundárias foram usados documentos, em especial os que foram gerados no Projeto *Tekoá Pirá*.

Acreditamos que os procedimentos metodológicos apresentados no presente capítulo permitiram atingir os objetivos propostos para esta investigação e que se afiguram como diversificados, contribuindo para uma análise mais holística da temática que nos propusemos analisar.

CAPÍTULO 3- ASPETOS HISTÓRICOS, SOCIODEMOGRÁFICOS, GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DE FLORIANÓPOLIS E DO CAMPECHE



Fonte: Fotografia *Canoa Carrochinha* tirada e cedida por Mathias de Barcelos, em junho de 2019.

Este capítulo apresenta aspetos históricos, sociais e naturais do Distrito do Campeche, no contexto de Florianópolis. Trata, ainda, do património cultural e do turismo no lugar, a partir de dois bens patrimonializados: a Ilha do Campeche e a Pesca Artesanal da Tainha. Teve por base literatura especializada e a pesquisa empírica, tendo sido usadas fontes primárias, como sejam, entrevistas e observação no terreno, registada em notas no Diário de Campo. Entre as fontes secundárias, destacam-se documentos relativos ao processo de patrimonialização da pesca artesanal da tainha no Campeche como património cultural de Santa Catarina, e entrevistas realizadas no processo de mapeamento do território tradicional da pesca artesanal no Campeche, a Cartografia Social. Optou-se por usar narrativas das entrevistas (sempre com a fonte em *itálico*), indicando o quadro onde a fonte está registada, no capítulo 2 do estudo.

3.1 - Florianópolis: aspetos históricos

De acordo com os registos arqueológicos, a Ilha de Santa Catarina é povoada há aproximadamente 6 mil anos, e, devido à sua posição geográfica e às suas baías de águas calmas, foi procurada pelos navegadores dos anos de 1500 que seguiam para o Rio da Prata, como porto seguro para abastecer os navios de víveres. Na Ilha, esses navegadores encontraram os Guarani, a quem apelidaram *Carijó*, e para quem a Ilha era *Meiembipe*. Este nome tem sido traduzido como *montanha* ou *elevação ao longo do mar, terra comprida*, pelo que se observa da terra firme ao contemplar as

montanhas que dominam a Ilha. Os Carijó eram agricultores, que plantavam milho, algodão, amendoim, mandioca, fumo e erva-mate e, principalmente, pescadores (Santos, 1995).

O contacto entre navegadores e nativos, inicialmente amistoso, tornou-se conflituoso, resultando na morte, escravidão ou fuga dos Guarani para o interior. Estimados em cerca de cem mil no litoral Catarinense, foram praticamente extintos, interiorizaram-se, e só a partir da década de 1970, com a crescente devastação da Floresta Atlântica, os Guarani passaram a acampar nas margens das rodovias (Meliá, 1988; Taunay, 1930, *in* Brighenti, 2010). O reconhecimento dos seus direitos, constantemente ameaçados, está relacionado com a Constituição de 1988 e mobilizações do movimento indígena e dos seus aliados. Em 2010 (segundo o IBGE, 2010) viviam 1.028 indígenas em Florianópolis (Brighenti, 2010).

Em 1673, na Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis, foi fundada a Póvoa de Nossa Senhora do Desterro, facto que esteve relacionado com o extermínio dos Guarani, pois, como aconteceu em diversos lugares do Brasil, o seu fundador foi Francisco Dias Velho, um bandeirante, aprisionador de índios.

A partir de 1748, devido às constantes invasões, principalmente pelos espanhóis, a Ilha de Santa Catarina foi fortificada, o que significou algum aumento populacional, e depois foi povoada por casais açorianos e madeirenses (Bastos, 2013). Tal propocionou o desenvolvimento da agricultura e da indústria manufatureira de algodão e linho (Pauli, 1987; Gerlach, 2010; Nopes, 2015). Foram fundadas as freguesias de Santo Antônio de Lisboa, Nossa Senhora das Necessidades e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, onde se localiza o Campeche.

Entre 1746 e 1796 foram fundadas cinco armações baleeiras no litoral de Santa Catarina, sendo uma em Florianópolis. A instalação das armações representou um incremento populacional, inclusive de escravos africanos. Essa fração da população foi considerada, por muito tempo, insignificante na Ilha e invisibilizada na literatura científica (Mamigonian & Vidal, 2013). Prevalece a ideia de que, tendo o povoamento da região ocorrido tardiamente em relação a outros lugares do país, esteve reprimido o tráfico de escravos pelas normas que antecederam a abolição em 1888, e, principalmente, pelos ingleses, interessados em consumidores, que não era o caso dos escravos. Entretanto, há registros de que a Ilha de Santa Catarina contava, em 1810, com 12.471 habitantes, distribuídos pelas suas quatro freguesias, sendo que, destes, 295 eram escravos ou ex-escravos, correspondendo a 29% da população (Mamigonian & Vidal, 2013).

A partir de meados do século XX, estudos sobre padrões demográficos desenvolvidos por pesquisadores europeus e americanos sobre as populações dos seus países resultaram no conhecimento da população mais humilde da sociedade, entre o quais, homens e mulheres africanos e

os seus descendentes (Wagner, 2004). Um desses estudos aponta para um período de grande afluxo de escravos na Ilha, entre as duas últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do século XIX (Wagner, 2004). Este foi o momento em que houve a inserção de produtos ilhéus no mercado colonial de alimentos, principalmente a farinha de mandioca. Para Mamigonian & Vidal (2013), a Ilha deve ser incluída no Atlântico Negro, uma história partilhada pelas Américas, pela Europa e pela África.

Em 1823, Desterro tornou-se Capital da Província de Santa Catarina. Com a Proclamação da República em 1889 e a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto, em 1894 houve a mudança do nome da cidade para Florianópolis (Pauli, 1987).

A questão da homenagem ao Marechal é controversa, e há quem se recuse a escrever o nome *Florianópolis*. A ideia de um plebiscito para rever a denominação surge ainda, por vezes, nas redes sociais, e há quem se recuse a escrever o nome da cidade, optando por Nossa Senhora do Desterro, ou por Ilha de Santa Catarina (Dison, 2014).

Ainda no século XIX, foram fundadas as freguesias de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, de São João Batista do Rio Vermelho, de São Francisco de Paula de Canasvieiras e da Santíssima Trindade, e vieram os alemães, italianos, sírios, gregos e libaneses, imigrantes que compuseram a população da região (Pereira, Cabral, 1979; Pauli, 1987; Nopes, 2015). Conforme já mencionado, somente nos últimos anos a população indígena e afrodescendente tem recebido a atenção dos pesquisadores, confrontando as ideias sobre uma superioridade do habitante da região, *essencialmente ariano*, considerado um tipo superior e perfeito (Várzea, 1900) quanto com autores que, após 1948, ano do Primeiro Congresso Catarinense de História, destacaram a identidade açoriana na Ilha de Santa Catarina (Flores, 2000). Esta identidade fundamenta estudos sobre o desenvolvimento de Florianópolis, uma vez que a fase inicial está relacionada diretamente com a vinda dos açorianos, momento em que diversos costumes, hoje tidos como tradicionais, se instalaram, numa dinâmica de alinhamento com o que já existia. Sobressai o fabrico de cerâmica, as técnicas de pesca, o artesanato (como a renda de bilro), as festas e folgedos (como o boi de mamão) e os eventos de caráter religioso, como o Divino Espírito Santo. Importante ressaltar a questão da língua, que resultou num modo de falar característico.

Uma segunda fase, nos anos de 1880, relaciona-se com o incremento das construções, a instalação do mercado público municipal e do telégrafo, que passa a ligar Desterro ao mundo. Uma terceira fase está relacionada com o século XX, e será tratada no tópico seguinte.

3.1.1 - Florianópolis no século XX: aspetos sociodemográficos, geográficos e ambientais

A terceira fase da cidade de Florianópolis, no início do século XX, está ligada ao advento da Primeira Guerra Mundial, que movimentou o porto da cidade, a construção civil e as obras públicas, como a maternidade, diversos estabelecimentos de ensino, o abastecimento de água, importantes alterações no traçado urbano, com o surgimento de avenidas e, fundamentalmente, a construção da primeira ligação terrestre entre a Ilha e o Continente, a Ponte Hercílio Luz. Nestas primeiras duas décadas do século, Florianópolis tinha uma população urbana mais significativa do que a rural, e, neste contexto, actividades, até então muito importantes, foram sendo substituídas, sejam comerciais e produtivas, sejam eventos sociais a ela ligados. A farinha de mandioca, por exemplo, foi sendo substituída pela farinha vinda do Continente, produzida em engenhos mecanizados. Outro exemplo é a Festa da Laranja, que foi perdendo o seu significado, pelo declínio da sua produção na Ilha (Pereira, 1978).

Nesse momento, o porto do Desterro foi o mais importante de Santa Catarina, proporcionando o surgimento de uma abastada camada social de comerciantes, armadores e agenciadores de navios, assim como de hotéis, estalagens, pensões, restaurantes e um comércio ambulante nas ruas centrais (Cabral, 1979). Depois, as actividades portuárias diminuíram, devido a vários fatores, principalmente a crescente importância do transporte rodoviário, culminando com a conclusão da BR-101 em 1970, e, em seguida, da Ponte Colombo Salles (Mapa 1). As embarcações de transporte internacional de cargas aumentou, inviabilizando a entrada no porto, não podem ser consideradas um fator principal, pois, se o porto fosse mais dinâmico, e estivesse diretamente ligado às regiões exportadoras, poderiam ter-se executado obras de dragagem e de manutenção de canal de acesso (Vidal & Ferreira, 2007; Conceição, 2014; Nopes, 2015).

O porto deixou de existir nos anos 1970. Soterrado pelos aterros, teve a sua memória também soterrada, e, hoje, poucas pessoas sabem que Florianópolis já foi uma cidade portuária. A conclusão da BR 101, conforme já citado, foi o ponto crucial para a integração dos vales atlânticos e a urbanização que a partir daí se acentuou, assim como incrementou o turismo. Esta é a quarta fase de modernização identificada por Pereira (1978), quando os serviços de iluminação e água encanada se ampliaram dos espaços públicos para as residências, modificando significativamente o cotidiano. Chegaram os eletrodomésticos, como refrigeradores e fogões. Aqui cabe uma ressalva: entre estes eletrodomésticos não se encontrava, ainda, um cujo impacte nas tarefas domésticas foi considerado por Hobsbawm (1988, 1995) fundamental para a emancipação feminina. Estamos a falar da máquina

de lavar roupa. A sua ausência na Ilha de Santa Catarina fez permanecer uma ocupação antiga, a das lavadeiras. A rodovia, que hoje leva à Lagoa da Conceição, um dos mais conhecidos lugares turísticos, era onde, até ao início dos anos de 1980, moravam muitas das mulheres que lavavam a roupa das famílias mais abastadas (Quadro 7, linha 7).

Dessa fase, entre os anos 1960 e 1970, fazem parte a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de diversas empresas, o que significou a expansão de bairros da Ilha e do Continente e provocou mudanças que atingiram todos os recantos da Ilha, com a chegada de muitas pessoas, principalmente das regiões Sul e Sudeste, conforme se demonstra no Quadro 10.

Quadro 10 - População de Florianópolis – Naturalidade e Migração

Naturalidade em relação ao município de Florianópolis	Número de pessoas	Porcentagem em relação ao total da população
Natural	203.433	48,29%
Não natural	217.807	51,71%

Fonte: IBGE (2010).

Quadro 11 - População residente em Florianópolis por região de nascimento

Região de nascimento	Número de pessoas	Porcentagem em relação ao total da população
Nascidos na região Norte	2.220	0,53%
Nascidos na região Nordeste	8.081	1,92%
Nascidos na região Centro-Oeste	4.568	1,08%
Nascidos na região Sudeste	31.448	7,47%
Nascidos na região Sul	369.101	87,62%
Nascidos na região Estrangeiro	4.622	1,10%
Sem especificação	1.200	0,28%
Total da população residente	421.240	100%

Fonte: IBGE (2010).

3.1.2 - Florianópolis a partir dos anos 1990: intensificação da relação com o turismo

A partir dos anos de 1990, Florianópolis intensificou a sua inserção no mercado do turismo. Silveira & Rodrigues, a partir de dados do IBGE, registaram o aumento da visitação turística em Florianópolis entre 2007 e 2012, que teria passado de 780,583 mil para 1,55 milhão, sendo que a urbanização turística foi uma das consequências deste incremento na visitação (Silveira & Rodrigues, 2015).

Outro eixo económico de Florianópolis é o tecnológico, que tem sido relacionado com o empreendedorismo. Florianópolis lidera o *ranking* como *referência nacional de ambiente de negócios*, seguida por São Paulo (SP), Vitória (ES), Curitiba (PR), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE) e Fortaleza (CE), sendo a capital com melhores condições para atuais e futuros empreendedores (Batucho, 2014; Convention Bureau, 2020). Conforme já mencionado, na década de 1990, Florianópolis inseriu-se na lógica das cidades competitivas, movimento que transcende os limites do Brasil, uma vez que engloba outras cidades latino-americanas, especialmente no que se refere ao mercado imobiliário, promovendo o processo conhecido como gentrificação, referido no capítulo 1 desta tese (Rizzo, 2013; Brittes, 2017).

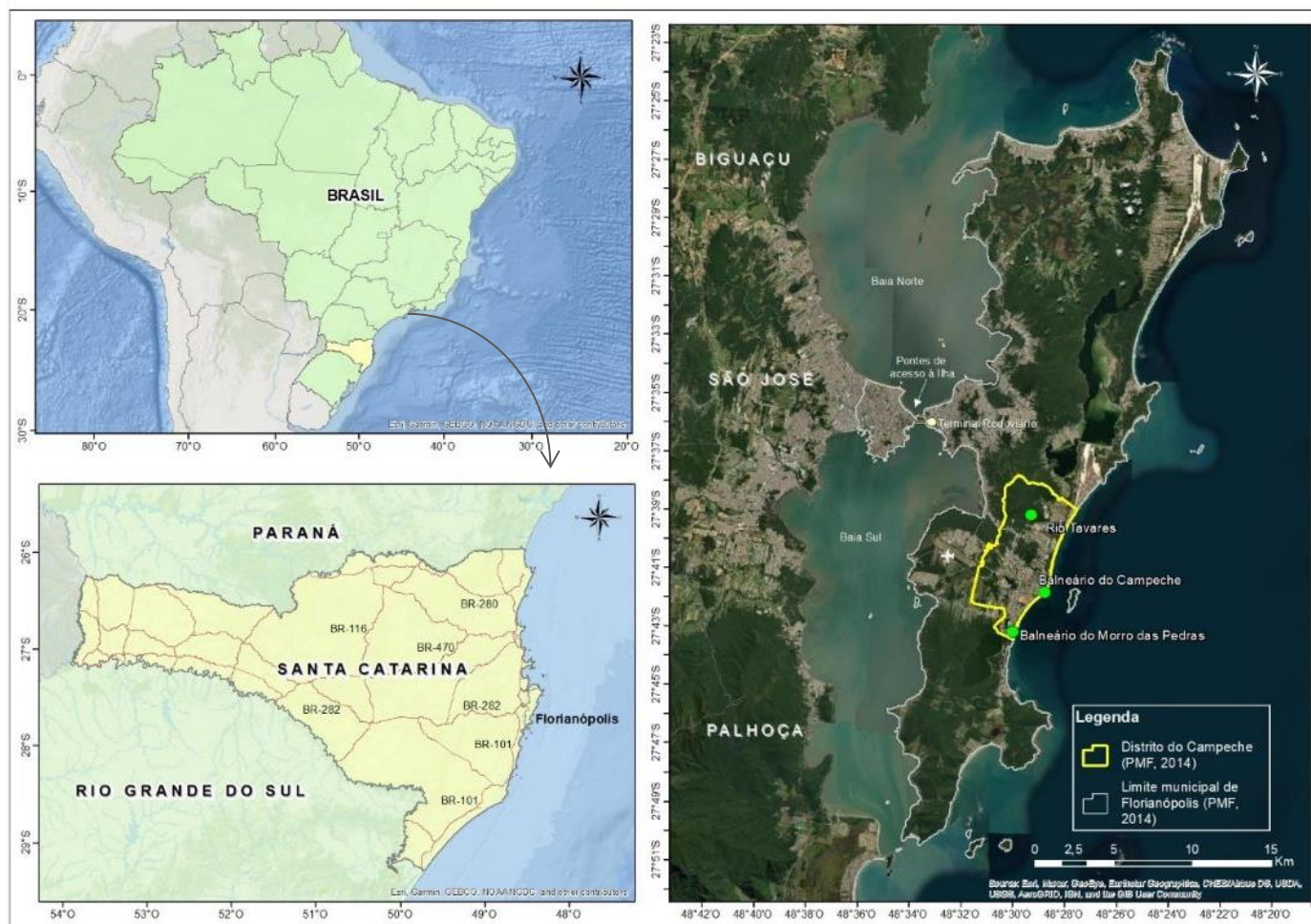
Florianópolis possui 97% do seu território na parte insular, a Ilha de Santa Catarina, onde se desenvolve o Projeto *Tekoá Pirá*, e 3% na parte continental. A ligação entre a Ilha e o Continente, era realizada antes pelo mar. Desde 1926 é feita pelas pontes, que atualmente são três: a Ponte Hercílio Luz, de 1926, a Ponte Colombo Salles, de 1975, e a Ponte Pedro Ivo, de 1991 (Figura 5). A capital tem 674,844 quilómetros quadrados de área territorial (IBGE, 2019) e uma população estimada em 508.826 pessoas em 2020 (IBGE,2010), sendo o segundo município mais populoso do Estado, com uma densidade demográfica de 623,68 hab/km², classificando-se como uma cidade de porte médio (IBGE, 2010).

A Ilha de Santa Catarina tem formato alongado, com uma costa de 172 km bastante recortada, que contorna os 54 km de comprimento e 18 km de largura. A cidade soma 434 km² divididos entre ilha e continente, e está localizada entre os paralelos de 27°23' e 27°50' de latitude sul e os meridianos de 48°25' e 48°35' de longitude a oeste do meridiano de Greenwich (GMT). Florianópolis segue o horário de Brasília, estando 3 horas atrasada em relação ao GMT.

O processo de sedimentação costeira, relacionado com a variação do nível do mar durante o período geológico Quaternário, originou lagoas costeiras – a Lagoa da Conceição e a Lagoa do Peri – que integram, juntamente com outros acidentes geográficos como morros, praias, rios, pontas,

costões, dunas, promontórios, ilhotas adjacentes, a reputação de *paraíso natural* da Ilha de Santa Catarina (FCFFC, 2008).

Figura 5 – Localização de Florianópolis e do Distrito do Campeche



Fonte: Elaboração da autora da presente tese em conjunto com Heloisa de Campos Lalane.

À fama de *paraíso natural* soma-se a reputação de cidade com elevada qualidade de vida. De acordo com o IBGE, em 2018, o florianopolitano recebia um salário médio mensal de 4.8 salários-mínimos, e a cidade tinha 63,9% de pessoas a exercer uma profissão. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava o primeiro lugar entre os 295 municípios, no que concerne a dois aspectos: o salário médio e a ocupação profissional. Quando comparada com as restantes cidades brasileiras, ficava na posição 13 de 5570 e 19 de 5570, respectivamente. Considerando os domicílios com rendimentos mensais até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 24,6% da população nessas condições, o que a colocava na posição 209 de 295 do conjunto de cidades do Estado e na posição 5328 de 5570, do conjunto de cidades do Brasil. De reputação semelhante goza o Campeche,

conforme será detalhado mais adiante. Tais dados ajudam a compreender o grande número de turistas que chegam, principalmente no verão, bem como o aumento populacional das últimas décadas de Florianópolis e a sua área conurbada (IBGE, 2020).

Quadro 12 - População de Florianópolis – área de conurbação (1960 a 2000)

Municípios	1960	1970	1980	1991	2000
Biguaçu	22.487	15.337	21.441	34.063	48.077
Florianópolis	98.520	138.337	187.880	255.390	342.315
Palhoça	27.946	20.652	38.023	68.430	102.742
São José	31.696	42.535	87.822	139.493	173.559
ACF	180.649	216.861	335.166	497.376	666.693

Legenda: ACF (Área Conurbada de Florianópolis)

Fonte: IBGE (2010).

Florianópolis tem 27,19% do seu território em Unidades de Conservação, espaços com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos. Na parte insular são 42% em Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme Santiago *et al.* (2008). Entretanto, é importante ressaltar que a Ilha sofre diretamente os efeitos de um processo de ocupação irregular, de construções inadequadas, encerramento de canais de drenagem, alteração no solo com excesso de impermeabilização e crescimento da ocupação (Bueno, 2003).

3.2 - Campeche, um lugar no Sul da Ilha: aspetos históricos, sociodemográficos, geográficos e ambientais

3.2.1 - Aspetos históricos e sociodemográficos

O Distrito do Campeche foi criado em 1995, e a sua área de 35,32 Km² resultou dos Distritos do Ribeirão da Ilha - mais especificamente a localidade do Morro das Pedras - e da Lagoa da Conceição (Viganico, 2004). É formado pelos balneários do Campeche e do Morro das Pedras e pela localidade do Rio Tavares, e conta com uma população de 30.028 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010 (Lenzi & Cazetta, 2017).

Figura 6 - Localização do Distrito do Campeche



Fonte: Elaboração da autora da presente tese em conjunto com Heloisa de Campos Lalane tendo por base as delimitações territoriais do IBGE e da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Até 1860, a praia do Campeche era popularmente conhecida como *Praia do Mandu* (Pereira, 2004). A partir daí, passou a denominar-se *do Campeche* ou *das Areias do Campeche*. Segundo antigos moradores (Daniel, 2018), o local tinha diversos outros nomes, como Pontal, Mato Dentro e Campo Retiro. Com a instalação do campo de aviação (primeiro aeroporto de Florianópolis) da Compagnie Générale Aéropostale (C.G.A.), posteriormente denominada *Air France*, nas primeiras décadas do século XX, os franceses passaram a referir-se ao local como *Campo do Campeche*, significando *Campo de Peixe* (Daniel, 2018).

Nos anos de 1960 e de 1970, período descrito no tópico anterior, o Campeche foi incluído nos projetos centrados nos setores turístico e tecnológico.

O Campeche apresentava até então características semi-urbanas determinadas pela presença de famílias rurais açorianas que o povoaram por volta de 1880 e que se dedicavam a actividades agrícolas, pesqueiras e artesanais, com um modo de vida marcado pelas práticas de subsistência.

Da leitura do livro de Hugo Adriano Daniel, que é nativo do Campeche, professor de História e de família de pescadores, e ainda membro da Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC), depreende-se o que foi o lugar antes e pouco depois da chegada da energia elétrica, das estradas, da água encanada e da televisão. O lugar como era quando *Florianópolis era uma cidade tão silenciosa que do Campeche se ouvia a sirene do navio dando o alerta de chegada ou partida no Porto da Estação Central* (Daniel, 2018, p. 33). Entre o Campeche e o centro da cidade havia 15 quilómetros, mas talvez parecesse menos, pois o silêncio aproximava. A distância permanece a mesma, mas o trânsito de veículos, principalmente no verão, aumenta o tempo na estrada e parece induzir que o trajeto é mais longo.

Para entender o que eram os dias naqueles tempos, pode-se pensar no dia a dia de então: acordar antes do sol nascer na Sexta-Feira Santa, tomar um banho de mar e colher marcela; trocar terras por juntas de boi e vacas leiteiras; pescar (robalo, tainha, corvinota, abrótea, siri, camarão); plantar (batata doce, feijão, abóbora, milho, banana, mandioca, melancia, café e cana-de-açúcar); colher a baga da noga (semente da noqueira) para fazer sabão; alumiar a casa e seus afazeres à luz de pombocas a querosene (lâmparas rústicas); produzir farinha de mandioca e açúcar nos engenhos; jogar o capote (em duplas, raspar metade da mandioca e deitar a outra metade para o parceiro raspar); comprar nas vendas e marcar na caderneta; usar tamancos; acostumar-se com o som dos carros de boi; dormir em colchões e travesseiros de marcela; cozinhar em fogão a lenha, usando achas ou picolés de madeira; vender ovos, hortaliças para o *pombeiro*, que passava de porta em porta ou revender no mercado público na cidade; não ter banheiro dentro de casa, nem água encanada e nem televisão (podia-se assistir aos programas televisivos na venda ou no vizinho); contar com a solidariedade dos raríssimos moradores mais abastados, transportando doentes e gestantes nos seus automóveis; ir à escola (talvez) e, depois, à roça ou à pesca (de certeza), para ajudar no sustento da família; ir à Festa do Divino; benzer os mortos com água benta e galho de pitangueira; tomar chá de folha de laranjeira nos velórios; morar em casa sem cercas...

3.2.2 - Aspectos geográficos e ambientais

A planície do Campeche tem 55 quilômetros quadrados de área. O seu solo é arenoso, que retém a água das chuvas, o que permite recarga do manancial subterrâneo que, ao aflorar, forma banhados, veredas, pântanos, lagoas, arroios, que servem de berçário de aves locais e migratórias. A região é rica em Mata Atlântica e está cercada por quatro Unidades de Conservação, tal como o Parque das Dunas, do qual faz parte a Lagoa da Chica, o Parque da Lagoa Pequena, o Maciço da Costeira e o Parque Municipal da Lagoa do Peri (Souza, Barbosa & Burgos, 2003).

Figura 7 – Relevo da Planície do Campeche



Fonte: Elaboração pela autora da presente tese em conjunto com Heloisa de Campos Lalane.

3.2.2.1 - Campeche nos anos de 1990: a organização dos moradores em prol da preservação cultural e ambiental

As características descritas no tópico anterior compõem a *identidade nativa* declarada pelos sujeitos desta investigação (ver capítulo 4, objetivo específico 1), bem como ajudam a compreender o movimento dos moradores contra o projeto do Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis (IPUF), elaborado em 1989. Neste projeto estava previsto um Parque Tecnológico e 450 mil habitantes para o Campeche, muito mais do que a população de 255.390 habitantes, com a qual contava Florianópolis no início da década de 1990.

O Plano de Desenvolvimento da Planície Entre Mares, Campeche e Região, propunha uma cidade direcionada para o turismo (Amarante, 2014), bastante diferente do que gostariam os moradores, que lutaram contra a proposta naquele momento, organizados no *Movimento Campeche Qualidade de Vida* (MCQV).

O MCQV apresentou um plano alternativo para a região, que deveria valorizar as peculiaridades culturais e históricas do local, tais como o artesanato (facilitando e viabilizando a comercialização). O Campo de Aviação, deveria ser destinado para actividades culturais e de lazer da comunidade e, ainda, a criação de espaços de memória ou pequenos museus e incentivo às actividades típicas, festividades e folclore (Vigânico, 2004). Importante ressaltar que os integrantes do MCQV eram, na sua maioria, os novos moradores e não os *nativos*. Entre estes últimos, que viveram o lugar descrito no livro de Daniel (2018), estavam principalmente aqueles que tiveram acesso à escola e, até ao ensino superior (Quadro 7, linha 7).

A expectativa contida no Plano do IPUF era criar mais de 20 mil empregos com a implantação do Parque Tecnológico do Campeche, além dos postos de trabalho que surgiriam com os hotéis, as pousadas, os campos de golfe, os autódromos e outros equipamentos ligados a um turismo para pessoas de elevado poder económico. Para Rizzo (2013), este processo esteve fundamentado no modelo de cidade competitiva, que se desenvolveu no Brasil no final dos anos de 1990, e que estabeleceu o plano diretor como instrumento básico da política urbana e para o cumprimento da função social da propriedade. Instituiu como novidade a participação popular, mas, o que realmente se efetivou foi a prática na qual os setores hegemónicos são considerados nas decisões de órgãos públicos (Rizzo, 2013).

Na opinião de Amarante (2014), a comunidade local compreendia a expansão imobiliária como parte do crescimento da cidade, mas questionava a forma como acontecia. Esse questionamento pode

ser verificado no depoimento colhido nas entrevistas para Cartografia Social, *aqui no Campeche, a gente embarga uma e tem mais dez, a prefeitura não dá conta porque não incentiva a fiscalização. Temos muito mais pessoas trabalhando no licenciamento do que na fiscalização de obras irregulares em áreas de preservação permanente. Os setores que cuidam das Unidades de Conservação não têm as pessoas necessárias. A gente vive num eterno marketing. A sustentabilidade está na boca de todos os especuladores “o nosso empreendimento é sustentável”, quando a gente sabe que não é. Impõe-se ao poder público o dever de proteger o meio ambiente. A Constituição não fala em destruir, fala em proteger, e o que a gente vê é um empenho em destruir o mínimo que nos resta* (Quadro7, linha 7).

Atualmente, o Campeche é conhecido como um lugar onde moram pessoas de classe média-alta. Passou a ser uma região supervalorizada, atraindo moradores de várias partes do Estado, do País e até do exterior (Daniel, 2018). Entretanto, de acordo com Amora (1996), entre os anos de 1980 e de 1990, a concentração maior por classe de rendimento era entre um e dois salários-mínimos, seguida pela faixa que corresponde a entre dois e quatro salários, e, depois, as pessoas que recebiam até um salário-mínimo. Em bem menor número estavam os que recebiam mais de seis salários-mínimos, e, desta forma, a maioria da população local, apesar de ser razoavelmente instruída, não tinha rendimentos significativos (Amora, 1996). Assim, pode-se inferir que a chegada da classe média-alta ocorreu de forma mais significativa após este período. O baixo valor dos terrenos nas duas últimas décadas do século XX pode explicar tanto a chegada de novos moradores com rendimentos médios e baixos, quanto o descontrolo na ocupação, com construções clandestinas sobre dunas, estabelecimento de novos moradores sem rendimento e sem condições para sobreviverem, entre outros inúmeros exemplos (Amarante, 2014).

A maioria das pessoas que foram morar no bairro era de Florianópolis e os demais oriundos de outras cidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, seguindo a tendência de Florianópolis como um todo (Amarante, 2014), conforme demonstra o Quadro 11. No que se refere à escolaridade, a pesquisa aponta para um nível significativamente elevado de instrução entre os adultos. A questão da participação comunitária é controversa, pois, se os dados da pesquisadora Amora (1996) referem um nível baixo, outros atestam uma mobilização significativa, desde os anos de 1980, pelo menos na oposição ao Plano do IPUF (Prefeitura Municipal de Florianópolis, PMF, 1985). Esta oposição resultou na criação da Associação de Surf, na criação do próprio MCQV, na realização de reuniões e de seminários, na elaboração de documentos e na judicialização da questão do Plano do IPUF. É importante ressaltar que, apesar do conflito que se estabeleceu entre o IPUF e o MCQV, os dois agentes concordavam sobre os problemas que mais se destacavam então, como o aumento abusivo e

constante dos desmatamentos, o excessivo parcelamento ilimitado do solo, a acelerada e desordenada ocupação urbana, a destruição dos recursos naturais disponíveis, a inviabilização de qualquer planeamento futuro para a área, a ocupação de áreas não edificáveis, colocando em risco todo o ecossistema da região, assim como a contaminação dos lençóis freáticos que abastecem a população (Steffens, 2008) e as ocupações irregulares de dunas, comprometendo os aquíferos (Bento, 2004).

Conforme já citado, a partir dos anos 2000 o Campeche atraiu investimentos imobiliários para a classe média-alta, sendo que o *marketing* imobiliário teve um papel fundamental neste processo, nomeadamente na venda de imóveis para um perfil específico de moradores, apoiado em elementos como acessibilidade, proximidade ao centro de comércio e serviços e ao mar, belezas paisagísticas, segurança, especialmente nos condomínios fechados. A execução da Via Expressa e do aterro, que permitiram a sua construção na década de 1990, a criação da terceira faixa na Geral do Rio Tavares no ano de 2000 e o Elevado do Rio Tavares, em 2019, contribuíram para a valorização imobiliária do sul da Ilha.

3.3 - O sistema cultural do interior da Ilha de Santa Catarina: o olhar dos nativos e dos pescadores sobre o Campeche de ontem e de hoje

A pesca artesanal da tainha no Campeche será descrita no capítulo 4 desta tese. Neste tópico, tratou-se de ouvir os *nativos*, sujeitos da investigação, não apenas sobre a pesca da tainha, mas sobre a pesca artesanal de forma geral. Ao ouvi-los, apreende-se um sistema cultural. Refere-se a vida do interior da Ilha de Santa Catarina, fundamentada na roça e na pesca, conforme assinalado na definição do *ser nativo* (capítulo 4), e da qual é possível acercar-se por meio da literatura especializada e da literatura artística, conforme se verá mais adiante.

Nos depoimentos sobre o Campeche de outros tempos, evidencia-se a fartura de peixes e a quantidade de roças, todas as casas tinham a sua (Quadro 7, linha 7); *Meu pai pescava, então a gente sempre tinha peixe, dava para os amigos. O dia em que eu entrei numa peixaria para comprar peixe, foi uma coisa surreal!* (Quadro 8, linha 9), ao mesmo tempo em que aparece a instabilidade, *a pesca é uma lotaria. Às vezes dá muito, às vezes não dá nada. E, no inverno, é mais complicado. No verão tem tudo que é peixe* (Quadro 8, linha 10).

Diversos peixes de água doce e salgada são mencionados, além de crustáceos, moluscos, como cará, tatuira, berbigão, pescados ou extraídos segundo variadas técnicas de pesca- espinhel, tarrafa e pandorga. Eram, juntamente com a farinha e os legumes e frutas dos quintais, a base da

alimentação cotidiana. Além do que vinha do mar, havia a caça de pequenos mamíferos, aves e répteis (tatu, gambá, sabiá, aracuã e jacaré) e o que vinha das roças existentes na maioria das casas de família (melancia, feijão, milho, mandioca e café). Fica evidente a participação das crianças, jovens e mulheres em todas estas actividades de subsistência, mediada pela necessidade: *a gente não matava para brincar, matava para comer*, assim como a parceria no uso das terras, o sistema de *terço*: *Quem não tinha terra, dizia: vou plantar nessa parte do teu terreno, e depois te dou o terço. E plantava, funcionava assim* (Quadro 7, linha 7).

Ao falarem atualmente sobre a pesca, relatam dificuldades que giram em torno do avanço da pesca industrial, da prática dos desportos náuticos e do grande número de veraniantes na areia, o que dificulta a saída da canoa e a puxada de rede: *como tem muito surfista na praia do Campeche, desde as 6 horas manhã, já tem escolinha de surf até de noite. Então, olha a dificuldade para pescar! No tempo do meu pai, tu não podias jogar uma estiva na areia porque espantava o peixe, e hoje, essa massa de gente* (Quadro 8, linha 7).

Os pescadores nascidos nos anos de 1950 e de 1960 já não vivem da pesca. Trabalhavam e trabalham no serviço público, em actividades ligadas ao turismo, como o aluguer de casas e a construção civil e os seus filhos, por sua vez, não se envolvem na pesca, situação com a qual os pais estão de acordo, sob o argumento de que hoje *não dá mais para viver da pesca* (Quadro 7, linha 7).

Quanto à roça, as dificuldades estão diretamente relacionadas ao zonamento estabelecido pelo Plano Diretor, que proíbe plantações em áreas em que tradicionalmente se cultivava. Tal fato evidencia a perda de espaço.

Os folgedos, como o boi de mamão, também carecem de espaço, e manifesta-se o desejo de ter um espaço específico para guardar os materiais e realizar a brincadeira, que outrora ocorria nas ruas. O desejo deste espaço já era sinalizado nos anos de 1990, momento de intervenção do MCQV.

No que diz respeito aos espaços naturais, os relatos tanto dos entrevistados para esta pesquisa (as fontes primárias, registadas no quadro 6) quanto dos entrevistados para a Cartografia Social (as fontes secundárias, registadas no quadro 7) evidenciam a preocupação que se iniciou nos anos de 1970 e de 1980, primeiramente com a invasão do Morro das Pedras (os *combros*), que resultou na criação da Associação de *Surf*Amantes da Natureza (ASAN), da AMOCAM, formada por *nativos* e novos moradores, e da Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC): *quando um corretor vende um apartamento dizendo que atrás existe um corredor de dunas preservado, é por causa de nós, que fomos ameaçados. Arriscamos nossa vida na luta pela preservação do território* (Quadro 8, linha 8).

Estas organizações denunciam a ocupação dos espaços pelo setor imobiliário, pelas *pessoas poderosas*, de setores do governo, que têm dinheiro, e que conseguem instalar-se em áreas de preservação, ao passo que os antigos moradores perderam os seus lugares, de ranchos de canoas e bares junto à praia, e as próprias moradias. Para eles, os nativos estão escondidos, quase invisíveis, e *se não balançarem os braços* (Quadro 8, linha4), ninguém os percebe.

Não apenas as actividades económicas diretamente ligadas à subsistência, mas, também, aquelas às quais os *nativos* se referem como a sua *tradição*, inserem-se hoje nas actividades denominadas de *culturais*. Isso ocorre porque tais actividades não integram mais o cotidiano, como outrora. As novenas, as procissões e os terços, eram, também, lugares de namoro, ocasiões aguardadas ansiosamente por jovens, adultos e velhos, pois reuniam crença, devoção, obrigação, diversão e encontro social. Da mesma forma, as farinhadas tinham esta dupla função, económica e social. Na escuta dos sujeitos, ressaltam-se os pormenores do fim do sistema da roça e da pesca, desaparecido em função do reordenamento da cidade relativamente ao turismo. Hoje, netos de antigos donos de engenho vêem a reativação destes estabelecimentos, como empreendimentos destinados à visitação, como uma forma de manter-se ligados à sua terra e ao modo de vida que conheceram, e, assim, preservar a *identidade nativa*. A farinhada é um evento que se realiza hoje em dia, com contratações, divulgação nas redes sociais e contributo financeiro dos participantes. A seguinte narrativa confirma o que retratámos.

A confecção, que é a Farinhada, que eu acho que é a atividade mais requisitada, é feita em dois períodos: num final de semana em junho e num outro em julho. São duas edições, dois eventos. A Farinhada sempre acontece em 3 dias, sexta, sábado e domingo. Esse ano a gente teve algo anormal, a pandemia, que modificou um pouquinho o formato da Farinhada. No fim, a gente só pode convidar as pessoas próximas da família, poucas pessoas. Mas, nas edições anteriores, a gente teve uma proposta de abrir para a comunidade, um convite. Então fizemos um convite aberto pensando sempre na contribuição espontânea das pessoas que fossem visitar. Contratámos a banda de Terno de Reis, aqui do Campeche e o grupo Gente da Terra, um grupo tradicional conhecido aqui na Ilha. Fizemos um formato de evento, a Farinhada, agregando outras atividades que talvez fossem de interesse para quem tivesse buscando a Farinhada. Daí percebemos como é difícil conseguir ter um retorno, essa contribuição espontânea. No fim, a gente acabou tendo um grande prejuízo financeiro. Pensamos que as pessoas seriam solidárias com a atividade, e, no fim, a gente teve um grande prejuízo. Então, temos repensado outro modelo para abrir para a comunidade. Sabemos que existe um romantismo muito grande em relação à Farinhada em si, porque as pessoas pensam na Farinhada, mas não pensam em toda a logística que a envolve (Quadro 8, linha 5).

O que separa a Farinhada do século XXI e da que ocorria até aos anos de 1960 e de 1980 (e, com menos frequência, até aos anos de 1990), é muito mais do que algumas dezenas de anos. É um

modo de vida, um sistema cultural, que, conforme já registado, foi suplantado por outro, o que pode ser compreendido, não apenas através da literatura especializada, mas a partir da arte literária, em especial da obra dos catarinenses Várzea e D' Eça. Ao cruzar os seus escritos, que são *memórias e testemunhos* (D' Eça, 2003), *quadros da vida rústica catarinense* (Várzea, 2003) e as narrativas dos sujeitos da presente investigação, chega-se a aproximações e a distanciamentos. As aproximações são as que hoje estes sujeitos reivindicam como direito à memória, como preservação da sua *identidade*. Os distanciamentos remetem para o cotidiano em Florianópolis, uma capital de Estado, turística, uma cidade que seguiu o paradigma das cidades competitivas dos anos de 1990 (Rizzo, 2013).

Com Várzea, pode-se conhecer pormenores de uma Farinhada, com a *algazarra expansiva e a doce alegria bem ganha de uma rude tarefa acabada* (Várzea, 2003, p. 39). Esta rude tarefa eram os quinhentos alqueires da mandioca plantada num final de século XIX e que reunia as moças do engenho e outras parentes nas tarefas de raspar, peneirar, preparar os beijus, onde *o engenho de fôrnalha acesa, bulhando de alegria, farinha para todo o ano, e onde explodiam as castas risadas das raparigas, que atravessavam aos pulos, com as saias ao vento, a claridade viva da porta, e brincava-se a cabra-cega* (Várzea, 2003, p. 73). Hoje, já não é possível plantar os quinhentos alqueires de mandioca mencionados por Várzea, pois:

Hoje, temos uma área de 220 mil metros quadrados, sendo essa área classificada como área de APL-Encosta, Área de Preservação Limitada em Encosta. E aí, dentro do zonamento, essa área não permite nenhuma atividade agrícola e pecuária. Então, infelizmente, a gente tem engenho de farinha, mas não podemos plantar mandioca nesse terreno. E era um terreno que, há 50 anos atrás, era roça predominante. As encostas eram muito utilizadas para a agricultura e inverteu-se esse processo. Hoje, a planície é muito valorizada e as encostas são áreas com restrições ambientais. Então, para a gente, a maior dificuldade é isso. Que o zonamento não nos permite, não dá viabilidade para manter essa atividade rural que nós executamos. E aí começam as dificuldades, porque a gente começa a perceber que as entidades públicas talvez não valorizem, e não dão subsídio para que as pessoas continuem dentro dos seus territórios mantendo as suas atividades tradicionais. Eu acho que o zonamento é, de alguma forma, um grande abafador desse processo cultural que envolve a farinha, não só a Farinhada, mas também os alambiques, que na nossa região no Sertão Ribeirão, os alambiques tradicionais estão tendo bastante dificuldade, porque criaram uma área de parque no território deles, e, dentro dessa área de parque, não se pode mais plantar cana de açúcar. Então eles não podem mais produzir a matéria prima e aí inviabiliza tu comprares a matéria-prima fora para poder produzir dentro desse espaço. Além de ficar caro, não tem sentido. E aí, eu pondero: porque é que as famílias tradicionais agricultoras, que mais preservaram os seus territórios, têm áreas grandes dentro do terreno? Porque são pessoas que realmente vivem da agricultura, então a terra era para plantar mesmo. E são as pessoas que mais vêm pagando a conta desse crescimento desordenado que virou. Sabemos também que existia a questão da vigilância sanitária, que, de alguma forma, impediu a manutenção das atividades tradicionais, porque as exigências foram abafando a produção artesanal.

Enfim, as dificuldades são várias, mas a gente percebe que existe uma intenção política, que abafa cada vez mais, e talvez não tenha tanto interesse em manter preservadas as zonas rurais dentro desse território (Quadro 8, linha 5).

Em meados do século XX, com o esforço estrutural para consolidar a função administrativa de Florianópolis, a elevação da concorrência produtiva e comercial, assim como fatores limitantes da própria forma de organização das unidades produtivas familiares (Bastos, 2000), a pequena produção mercantil açoriana entrou em crise. A pesca artesanal passou por um processo de decadência produtiva ao se confrontar com a exploração capitalista, marcada pela produção em larga escala, pela percepção de investimentos de capitais concentrados, incentivos fiscais, subsídios públicos, assim como pela incorporação de tecnologias.

Ainda que a segunda metade do século XX tenha sido o momento do incremento e da consolidação da pesca industrial, antes disso a carência dos pescadores era testemunhada nos primeiros anos do século: *cruzes, quem pode comer peixe, de caro! Nem mesmo a manjuva ou a savelha!* (D' Eça, 2003, p. 39).

O afastamento das novas gerações da actividade pesqueira artesanal está relacionado com a falta de incentivo por parte dos órgãos públicos, refletindo-se na perspectiva das famílias: *ô meu filho, sai dessa vida, a pesca não dá nada!* (Quadro 7, linha 7).

Com D' Eça, aproximámo-nos da vida dos pescadores da primeira metade do século XX, e compreende-se o sentimento citado do pescador, bem como o de outro que, ao saber da intenção de reativar o seu antigo engenho para receber visitantes, moradores e turistas, se colocou contra a ideia, alegando que havia naquele espaço muito sofrimento, muita memória de carências, e não era lugar de festa (Quadro 7, linha 3). Em *Homens e Algas*, D' Eça conta sobre os pescadores que conheceu, habitando ranchos gretados, morrendo, alguns, de doença em casa, mas a maioria das tormentas do mar. Vidas amargas que se desenvolveram nas doces paisagens da Ilha de Santa Catarina:

(...) vi o pescador assalariado, mourejando em redes alheias, ganhando a sua ração de peixe e dois mil e quinhentos por pescaria; o pescador que trabalha para a mulher e os filhos e come quando o tempo é bom ou quando o Ludovino não lhe fecha a conta do caderno (...), o pescador de cuja vida a tormenta dispõe como uma coisa qualquer (...) eu os vi assim, revestidos do seu heroísmo anônimo, das suas desesperanças sem remédio e da sua miséria inevitável, encharcados pelo orvalho da noite ou com os olhos cheios de terra numa dobra de praia (D' Eça, 2003, p. 14 e 15).

O afastamento referido anteriormente, ressurgiu novamente, ligado não apenas à vida, mas também à morte. Nos tempos descritos por Várzea e D' Eça, a morte no mar era quase certa, ainda que indesejável. No Campeche da segunda metade do século XX, tal situação era incomum, conforme

relato: *a morte do irmão do Hugo, enrolado na rede de pesca, foi uma comoção, aquilo foi... ninguém esquecia! Depois, a minha mãe dizia: não vão pro mar!* (Quadro 7, linha 7).

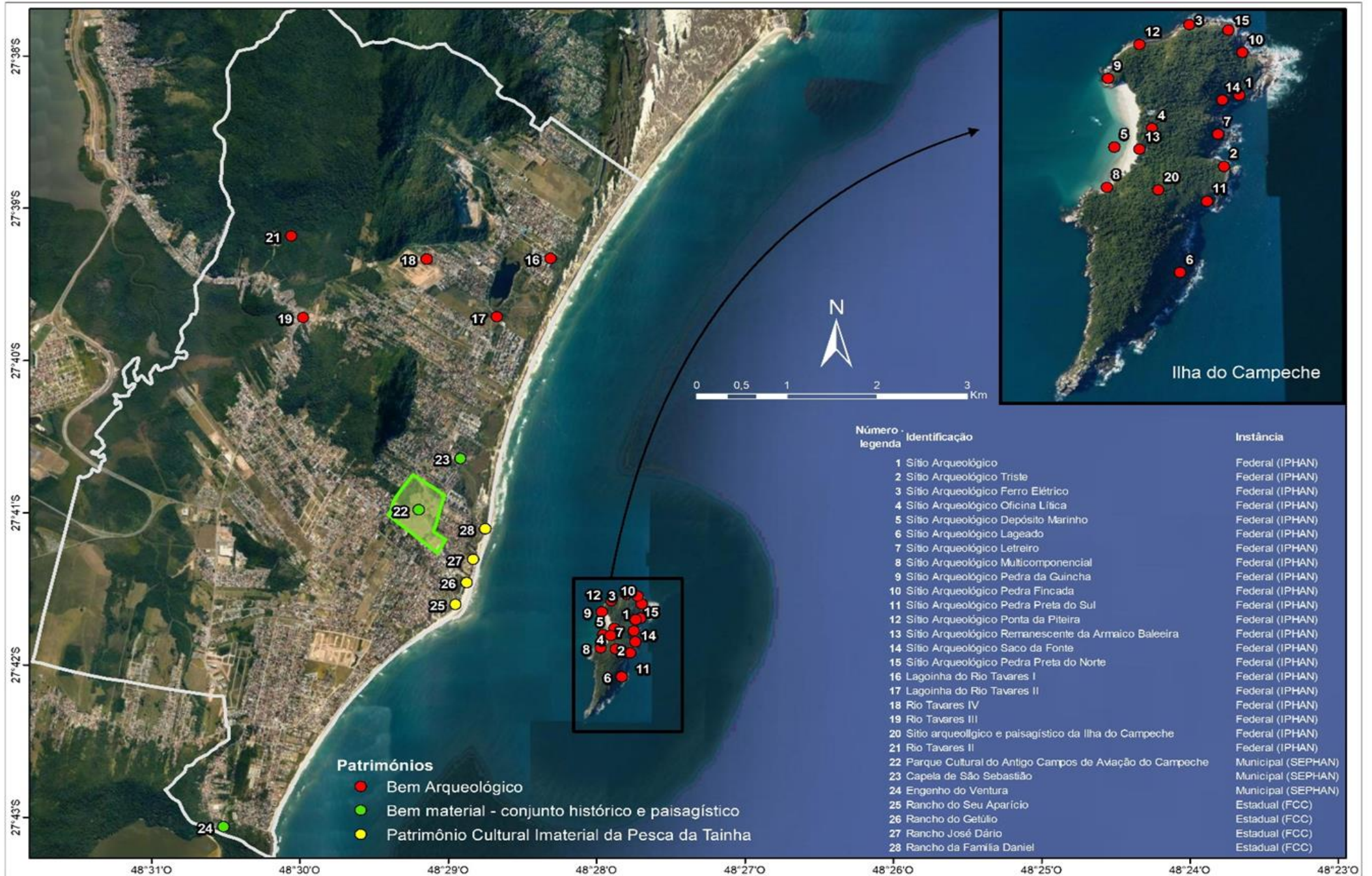
A Pesca Artesanal da Tainha no Campeche foi registrada como patrimônio cultural de Santa Catarina, em 2019, como atividade de resistência, e não de subsistência, comercial ou econômica. Atualmente, a pesca é exercida por filhos e netos dos pescadores que pescavam para sobreviver na primeira metade do século XX. Entre eles, há também novos moradores, os *de fora*, que se ambientaram entre os pescadores, e vivem a rotina dos ranchos, durante a pesca da tainha. Conforme já citado, os pescadores de hoje são funcionários públicos, a maioria aposentada, ou mantém atividades ligadas ao turismo. Há, como se verá no capítulo 4, uma preocupação com a continuidade da pesca e ações de cativação das novas gerações.

3.4 - Patrimônio Cultural e Turismo no Campeche

O Campeche possui, até ao presente, três bens materiais tombados, sendo um federal e dois municipais: a Ilha do Campeche, o conjunto histórico e paisagístico do antigo campo de pouso do Campeche e a Capela de São Sebastião (Chamas, 2008; IPUF, 2012). Quanto aos bens imateriais, há um reconhecido, à escala estadual, que é a Pesca Artesanal da Tainha.

A Ilha do Campeche é um dos mais importantes atrativos turísticos de Florianópolis e representa, de forma significativa, a relação entre patrimônio cultural e turismo. A Ilha é tombada como sítio arqueológico e paisagístico e contém a maior concentração de gravuras rupestres e oficinas líticas em apenas um sítio, de todo o litoral brasileiro (IPHAN, 2021). A Pesca Artesanal da Tainha no Campeche, registrada em 2019, está também relacionada com o turismo. Nos tópicos seguintes são abordados aspectos destes dois bens patrimonializados, na sua relação com o turismo. Na Figura 8 está referenciado o patrimônio do Campeche.

Figura 8 - Localização do Patrimônio do Campeche



Fonte: Elaboração pela autora da presente tese com participação de Heloisa de Campos Lalane.

3.4.1 - A Ilha do Campeche

A Ilha do Campeche está localizada na porção sudeste da Ilha de SC e possui uma forma alongada norte-sul similar à Ilha de SC. Tem uma única praia de 400 metros, rodeada de costões rochosos no resto do seu perímetro. A Ilha dista um quilómetro e meio da praia do Campeche (Figura 8).

Os registos mais antigos, de povos não identificados que viveram ou passaram pela Ilha, são os diversos sítios situados no costão e a sua quantidade e qualidade foram argumentos centrais para o tombamento, assim como as oficinas líticas. Boiteux registava, em 1915, o uso da Ilha como depósito de óleo de baleias (há ruínas deste período no interior do sítio) indicando, também, posterior uso agrícola. Estas condições favoráveis também são confirmadas por Virgílio Várzea, numa obra publicada em 1900, onde o autor menciona o bom ancoradouro e a farura de peixes que fazia com que fosse visitado no inverno pelas canoas de pescaria da Armação e lugares próximos. Os pescadores faziam uso da ilha do Campeche e, até à primeira metade do século XX, lá permaneciam e tinham os seus ranchos de pesca. Não havia um número fixo, provavelmente algo entre 3 e 5 e nos intervalos da pesca, os pescadores plantavam mandioca, aipim, feijão, batata doce e milho (Chamas, 2008).

No momento do tombamento, em 1998, já existia uma visitação turística consolidada, com barcos, escunas e botes desembarcando turistas, criando várias situações preocupantes. Ocorria a ocupação por parte da Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche (ACOMPECHE) e da empresa pesqueira Pioneira da Costa. Havia, também, dois restaurantes, tendo sido um deles demolido por ordem do Ministério Público, por estar em área de restinga. Além disso, havia animais, como os quatis, introduzidos pela ACOMPECHE, assim como problemas com resíduos sólidos e fossas sépticas. Mencionando uma situação de turismo de sol e mar, impactante, os ocupantes da Ilha, assim como os guias, procuraram o IPHAN para solicitar o tombamento, uma vez que, apesar dos sítios arqueológicos serem protegidos por lei, havia uma situação de risco, pois não havia fiscalização (Chamas, 2020).

Após o tombamento, iniciou-se um trabalho de identificação de problemas, necessidades e o desenhar de soluções, cujo caminho foi o estabelecimento de Termos de Ajuste de Conduta (TAC), a partir de 2003.

Naqueles primeiros anos de tombamento assistiu-se ao não cumprimento do TAC, que os vários agentes turísticos ignoravam. Muitas agências de turismo chegavam em novembro de cada ano, exploravam intensamente o turismo e iam-se embora depois do carnaval (Chamas, 2020).

Em 2009, o IPHAN realizou um estudo de capacidade de suporte e publicou uma portaria normalizando o uso da Ilha. Foi um estudo preliminar que não abarcou todas as premissas importantes, mas conseguiu proibir o acampamento na Ilha, que produzia impactes uma vez que o ato de montar as tendas significa remexer o solo, e não havia, ainda, um estudo de impacte ambiental.

Assim, após o tombamento, a gestão do IPHAN passou a negociar o tipo de visitação. O maior número de embarques ficou a cargo dos pescadores da Armação, pois foi reconhecida a sua ligação histórica com a Ilha. Os restantes pontos de embarque, o Campeche e a Barra da Lagoa, ficaram com cotas menores.

A visitação tem-se intensificado nas últimas décadas. Nos anos de 1990 o período de visitação localizava-se entre janeiro e fevereiro e posteriormente passou a ser de novembro até à Semana Santa. Atualmente, a Ilha é visitada durante todo o ano. Esta situação gera impactes, pois o necessário trabalho de recuperação, preparação e manutenção dos trilhos e equipamentos tem de ser realizado paralelamente à recepção dos visitantes (Chamas, 2020).

Uma das causas desta intensificação é a divulgação que a Prefeitura Municipal faz da Ilha, como o *Caribe Brasileiro*.

A cultura não é divulgada. Um exemplo é a Ilha do Campeche. É um património arqueológico e paisagístico, mas é vendido como “águas cristalinas, o Caribe Brasileiro. O foco é empresarial, é o que o pessoal procura no momento, e, em Florianópolis, é a Ilha do Campeche, que é o único passeio que bombou aqui. Todos os barcos saíram lotados. É isso que se está vendendo. É uma coisa de moda. Eu não estou no auge, se eu vou viajar para Florianópolis e não for para a Ilha do Campeche! (Quadro 8, linha 4).

Além da questão da divulgação oficial, o depoimento mencionado ainda há o facto de que a dimensão cultural da Ilha não se destaca como atrativo turístico.

Em 2008, a gestão da Ilha passou para a Organização Não Governamental (ONG) Instituto Ilha do Campeche (IIC), que, desde então, administra o ingresso dos 60.000 visitantes que visitam a Ilha durante o verão. O dinheiro gerado pela visitação é reinvestido, estando determinado pelos TAC.

A criação do IIC, assim como a portaria de 2009, são considerados um marco, pois possibilitaram o desenvolvimento de projetos educacionais destinados às escolas públicas do Sul da Ilha, bem como uma exposição sobre a pesca artesanal e a renda de bilro, com o objetivo de tornar visível a cultura dos nativos. De um turismo sem controlo, passou-se para um turismo normalizado,

ainda com problemas, mas com um saldo positivo, quando comparado com o que acontecia antes. O fio condutor é a educação patrimonial e o processo é uma eterna construção (Chamas, 2020).

3.4.2 - A Pesca Artesanal da Tainha

A Pesca Artesanal da Tainha no Campeche vai ser analisada no capítulo 4, assim como a sua relação com o turismo.

A salvaguarda da cultura tradicional da Ilha foi a motivação de alguns membros da comunidade, as protagonistas do *Projeto Tekoá*, para desenvolverem roteiros culturais. Estes roteiros são vistos como resistência, defesa do modo de vida tradicional, ligado à agricultura e à pesca e uma possibilidade de visibilidade do território da pesca da tainha. Mostrar, principalmente aos moradores, e especificamente às crianças, a história do lugar, destacando os engenhos de farinha de mandioca, os caminhos tradicionais e outros locais de memória, é um dos objetivos do Projeto, conduzindo ao Registro da pesca como património cultural de Santa Catarina.

Como ferramenta para a preservação da pesca artesanal e da *identidade nativa*, a visitação pode ser compreendida como valorização, ou seja, fruição do bem, pois se as tradições forem compreendidas pelos visitantes como parte importante do modo de vida do nativo, podem ajudar a criar as condições para a sua continuidade. Pelo facto de serem os visitantes maioritariamente moradores locais, em especial estudantes, poderão intervir localmente em prol das práticas culturais (Quadro 7, linha 3).

Os instrumentos utilizados pelas instituições responsáveis pela salvaguarda do património cultural, tais como, o Tombo e o Registro, integram a fase inicial do processo de preservação. Conforme fica claro, tanto no caso da Ilha quanto no da pesca artesanal, há que construir a preservação, por meio do diálogo dos diversos atores envolvidos ou interessados no bem em questão. O processo da Ilha tem 20 anos, o da pesca, apenas dois e, em comum, os dois têm o facto de existirem num contexto conflituoso, que envolve interesses antagónicos. Pode-se afirmar que os dois casos são representativos da complexidade da relação entre bens culturais e visitação. Existe um conflito entre os dois bens culturais, uma vez que o transporte de visitantes para a Ilha não é desejado pelos pescadores no tempo da safra da tainha e tem acontecendo cada vez mais.

A própria visitação na Ilha tem sido considerada como impactante para a sua preservação, em especial, e contraditoriamente, no momento do isolamento social imposto pela pandemia mundial da COVID-19. De acordo com os *mass media* locais, o número de visitantes e de embarcações

clandestinas que fazem o transporte para a Ilha aumentou muito em 2020 e em 2021 (NSC Notícias, 2021).

Os pescadores artesanais debatem-se anualmente com a questão da Ilha do Campeche, outrora um lugar no qual acampavam para pescar durante dias, conforme registado no capítulo 2 da presente tese. Mas, não é apenas esta a questão que atualmente se impõe como um desafio para a sobrevivência do modo de vida tradicional na Ilha de Santa Catarina. O conflito com o denominado *turismo de sol e mar*, os banhistas das temporadas de verão, e também os praticantes de desportos náuticos, impactam e impedem a pesca artesanal, uma vez que, conforme se constatou nas entrevistas realizadas *a pesca de sustento, de espinhel, que garantia a sobrevivência das famílias era feita o ano todo, e agora, se jogar a linha vai pegar turista* (Quadro 7, linha 7).

Conforme afirma Santos (2005), o novo sempre se impõe, mas não totalmente, pois inscreve-se no espaço onde subsistem as formas de outros tempos, as *rugosidades*, justamente onde se encontra o património cultural.

3.5- Notas conclusivas

Este capítulo apresentou aspetos históricos, sociais e naturais do Distrito do Campeche, no contexto de Florianópolis, e tratou do património cultural e do turismo no lugar, a partir de dois bens patrimonializados, a Ilha do Campeche e, em especial, a pesca artesanal da tainha, tendo por base a literatura especializada e a pesquisa empírica.

Entre os aspetos sociodemográficos, geográficos e ambientais de Florianópolis, demos destaque à configuração que a cidade assumiu a partir da segunda metade do século XX, quando se intensificou a sua inserção no mercado do turismo e no eixo económico da tecnologia, estando este último relacionado com o empreendedorismo. Na década de 1990, Florianópolis inseriu-se na lógica das cidades competitivas, movimento que transcende os limites do Brasil, uma vez que engloba outras cidades latino-americanas, especialmente no que se refere ao mercado imobiliário.

Florianópolis é apresentado como um *paraíso natural* e como uma cidade com elevada qualidade de vida e o Campeche goza de reputação semelhante. Esta imagem é coadunante com o elevado número de turistas que chegam, principalmente no verão, bem como o aumento populacional. Entretanto, mesmo estando 27,19% do seu território em Unidades de Conservação, sendo 42% em Áreas de Preservação Permanente na parte insular, a cidade sofre diretamente com os efeitos de um processo de crescimento e de ocupação irregular.

O Campeche, que até aos anos de 1970 era predominantemente povoado por famílias que se dedicavam a actividades agrícolas, pesqueiras e artesanais, com um modo de vida marcado pelas práticas de subsistência, é hoje conhecido como um lugar onde moram pessoas de classe média-alta. Passou a ser um território supervalorizado, atraindo moradores de várias partes do Estado, do país e até do exterior. A partir dos anos de 2000 o Campeche atraiu investimentos imobiliários direcionados para a classe média-alta, sendo que o *marketing* imobiliário teve um papel fundamental neste processo.

Paralelamente, a Pesca Artesanal da Tainha no Campeche foi registada como património cultural de Santa Catarina em 2019, como resistência a esta nova configuração do lugar. Da mesma forma, a Ilha do Campeche, que é hoje, um dos mais importantes atrativos turísticos de Florianópolis, e representa, de forma significativa, a relação entre património cultural e turismo, foi tombada como sítio arqueológico e paisagístico, com o objetivo de protegê-la da sua inserção no mercado turístico.

A relação entre estes dois bens culturais é complexa e conflituosa, pois os pescadores artesanais que outrora tinham a Ilha do Campeche como um território de pesca, hoje sofrem com o movimento de turistas que impacta a pesca artesanal. É notória a complexidade da questão, porque há quem se beneficie do denominado *turismo de sol e mar*, que predomina em Florianópolis.

As rugosidades (formas de outros tempos) são o resultado de necessidades sociais de parcelas da população, que se organizam e protagonizam a resistência, conforme ficou registado neste capítulo, com um dos movimentos, o Movimento Campeche Qualidade de Vida, que conseguiu transformar o Campeche num símbolo de luta.

CAPÍTULO 4 - PATRIMONIALIZAÇÃO, PROCESSOS IDENTITÁRIOS E TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA: RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO



Fonte: <https://www.instagram.com/projetotekoapira> - acedido em 12/10/2021.

Neste capítulo apresentam-se os principais resultados da investigação, que, partindo da ideia de que a natureza do espaço é social e de que o património cultural é um facto social, usou como referência o processo de patrimonialização de uma prática cultural, reconhecida pelo Estado de Santa Catarina como património dos Catarinenses, *i.e.*, a pesca artesanal da tainha no Campeche. Quanto à forma da apresentação dos resultados, optou-se por usar narrativas das entrevistas (sempre com a fonte em itálico), da observação realizada no terreno (notas do Diário de Campo) e documental, bem como o registo fotográfico. As fontes da pesquisa empírica estão indicadas no texto e remetem para os quadros inseridos no capítulo 2 deste estudo.

4.1 - O desenvolvimento de Florianópolis como capital turística e a população nativa

A abordagem espacial da prática cultural *pesca artesanal da tainha no Campeche* obrigou ao entendimento estrutural do lugar. O sentido de *localizar* é o de procurar as forças sociais que se exercem sobre o lugar (Santos, 2014), e dentre estas forças, o turismo foi central.

A *localização*, que não se confunde com a determinação do lugar (Santos, 2014) pressupõe uma periodização, sem a qual não é possível compreender o lugar. Neste caso, o tempo estudado estende-se dos anos de 1990 à atualidade.

Florianópolis começou a ser pensada como *turística* a partir dos anos de 1950, pelas lideranças de então, preocupadas em manter a Ilha como capital do Estado, e preocupadas também com o seu desenvolvimento, considerado deficitário em comparação com outros municípios (*e.g.*, Joinville). Os dirigentes da época afirmavam que a pesca artesanal e a agricultura de subsistência não conduziam ao desenvolvimento económico (Rizzo, 2013).

Os discursos sobre a vocação turística de Florianópolis orientaram políticas que transformaram a cidade. Na passagem dos anos de 1980 para os de 1990, consolidou-se a ideia da vocação natural para as indústrias do turismo e da tecnologia, então consideradas e apresentadas como *indústrias limpas*, uma vez que já havia algum desenvolvimento desses setores na cidade, principalmente o turismo, com o significativo incremento dos visitantes argentinos (Rizzo, 2013). Surgiram empresas tecnológicas para prestar serviços às estatais de telefones e energia e foi proposta a criação de três parques tecnológicos, o Parque Alfa, no bairro do Saco Grande, o Parque Beta, no Campeche (que não se realizou) e o Parque Gama, destinado à química fina, no município de São José (Rizzo, 2013).

Desta forma, aumentaram as taxas de urbanização e Florianópolis cresceu como uma das cidades turísticas brasileiras, como tantas outras, na perspectiva da economia neoliberal (Assis, 2000; Vidal & Ferreira, 2007; Rizzo, 2013; Conceição, 2014). Os impactes ambientais e sociais deste crescimento de Florianópolis está estudado (Lago, 1996; CECCA, 1996; Assis, 2000; Vidal & Ferreira, Ouriques, 1998, 2005; Pimenta, 2005, 2007; Rizzo, 2013; Conceição, 2014; Nopes, 2015). Outros estudos debruçaram-se sobre temas relativos ao Sul da Ilha e ao Campeche especificamente, abordando também as consequências deste tipo de desenvolvimento em Florianópolis (Souza, Barbosa & Burgos, 2003; Chamas, 2008; Lenzi, Neves, 2003; Vigânico, 2004; Bento, 2004; Pippi, 2004; Steffens, 2008; Carvalho & Mondo, 2010; Freitas, Mexiana & Sartori, 2013; Amarante, 2014; Santos, 2019).

Com o surgimento do Mercosul, em 1991, foi criada a imagem de Florianópolis como capital turística do Mercosul, indicada por uma placa na principal via de acesso a Florianópolis, onde se localiza também a favela Chico Mendes, reurbanizada a partir dos anos de 2000 (Peres, 2000). A Chico Mendes é para Burgos (2007) um exemplo do antagonismo existente em Florianópolis, uma vez que a divulgação oficial apresenta a cidade como detentora de uma ótima qualidade de vida, mas o planeamento urbano está orientado para os interesses do mercado imobiliário e do turismo. Deste

modo, atrai novos moradores e turistas com poder económico compatível com o médio e elevado padrão de vida, ao passo que a realidade de exclusão social permanece, mas de forma camuflada (Burgos, 2007).

Não são apenas os moradores de comunidades como a citada que se ressentem desta situação, mas também os nativos, sujeitos da presente investigação, como resultado da complexidade da sociedade contemporânea, na qual é cada vez maior a intensidade das relações entre o nível local e os restantes níveis. A globalização, que transmuta os lugares, em graus diversos, em sistema-mundo (Santos, 2005), afetou a vida da população nativa. Conforme se verá nos próximos tópicos deste capítulo, este aspecto está significativamente relacionado com a questão da identidade nativa.

Concordamos com Cunha (2017) para quem *cultura* como categoria analítica pode homogeneizar o que a cultura vernácula (vívida) tem como característica, como seja, a heterogeneidade. Assim, ao analisar a cultura da Ilha de Santa Catarina, por meio dos sujeitos selecionados para a presente investigação, acabamos por confrontar dois tipos de sujeitos, conforme se verá nos tópicos seguintes.

4.2 - A identidade nativa declarada pelos sujeitos da investigação

O termo *nativo*, assim como outros, tais como *índio* ou *negro*, estão ligados à colonização e são criações da metrópole. Mas, com o passar do tempo, foram apropriados pelos sujeitos a quem se referem, que mudaram o seu estatuto, de termos preconceituosos para bandeiras de luta e mobilização, sendo esta luta expressão da tomada de consciência da própria cultura (Cunha, 2017).

Os sujeitos principais da presente investigação representam uma parcela da população que se identifica como *nativa*. Procurou-se apreender os sentidos do *ser nativo*, bem como as necessidades sociais relacionadas a esta identidade. Através da decomposição dos textos resultantes das entrevistas, e da observação documental e participativa (Diário de Campo), chegou-se a temas homogéneos e às categorias *Anterioridade*, *Interioridade* e *Interculturalidade*. No texto da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), o termo *interculturalidade* tem o sentido de interação equitativa entre culturas, e não foi o que ocorreu na Ilha de Santa Catarina, num primeiro momento, segundo manifestaram os sujeitos principais do presente estudo. Mas, no decorrer deste processo, houve uma aproximação, especialmente entre uma categoria de nativos (os Nativos Jovens e Lideranças), que conforme se verá mais adiante, possibilitou a construção de expressões

culturais partilhadas por meio do diálogo e do respeito mútuo. Desta forma, assume o termo interculturalidade, no sentido do diálogo entre diferentes, e como categoria de análise.

A análise de 27 entrevistas evidenciou ainda duas categorias de sujeitos, *i.e.*, os nativos mais jovens ou lideranças (NJL) e os nativos idosos (NI). O Quadro 13 revela o que ficou evidenciado quanto à identidade, conforme os significados atribuídos.

Quadro 13 – Significados da identidade nativa de acordo com o tipo de nativo

Categoria	Nativo Jovem/Liderança (NJL)	Nativo Idoso (NI)
a- Anterioridade	Missão/obrigação direitos	Reminiscência
b- Interioridade	Qualidade de vida	Escassez Falta de opção Pobreza
c- Interculturalidade	Desvalorização Valorização Resistência	Desvalorização

Fonte: elaboração própria tendo por base as 27 entrevistas realizadas em 2019, 2020 e 2021.

4.2.1 - A Anterioridade

A anterioridade refere-se à menção aos avós e bisavós que já viviam no lugar. O próprio nascimento dos entrevistados aparece como dimensão simbólica, como um direito mais consistente que eles teriam em relação aos *de fora*. Os que possuem anterioridade teriam, por exemplo, legitimidade para mostrar a Ilha aos turistas. *A gente vê muito gaúcho, muito paulista levando turistas, contando histórias, sem vivência!* São comuns as narrativas como *meu umbigo caiu dentro do rancho, sou filha e neta de pescador!* (Quadro 4, linha 3). Neste aspeto há unanimidade entre os depoimentos dos sujeitos NJL e NI, porém, entre os mais jovens, surge recorrentemente a ideia de *missão*, de *obrigação*, de dar visibilidade ao modo de vida nativo, o que não está presente entre os mais idosos. Entre estes últimos, esta anterioridade surge de uma forma passiva, como lembranças, exteriorizadas em breves relatos de experiências vividas.

Para os nativos mais jovens, nascidos entre os anos de 1970 e de 1990, ou os que são mais velhos, nascidos entre 1950 e 1960, mas que são lideranças, o facto de descenderem de famílias tradicionais (anterioridade) resulta em sentimentos de obrigação para com estes antepassados e uma missão de proteger, de salvaguardar o que restou, ou recuperar o que for possível, daquele modo de

vida, sempre mencionado como *nosso modo de vida*. Em diversas situações, foi possível observar a forte carga de emoção que acompanha a narrativa sobre esta *missão* (Quadro 6, linhas 2, 4, 5 e 6). No depoimento de uma das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, sobre o processo de Registro da pesca artesanal, *era um alívio, cada coisa que a gente descobria e que via que era possível, porque, sinceramente eu confesso que eu duvidava e as pessoas diziam que não ia dar. Foi uma coisa tão certa que [voz de choro] eu nunca poderia desistir disso, de alguma forma fazer aquilo que para mim no real parecia uma missão* (Quadro 8, linha 4).

No que se refere ao entendimento destes nativos segundo o eles devem ou deveriam ter vantagem, ou direitos assegurados, sobre os novos moradores [*Como avalia a relação entre os nativos e os que vieram morar na Ilha (relação entre o nativo e os de fora?*)] , verificou-se que esta vantagem ou benefício está ligada fundamentalmente ao direito à memória. Para eles, *não é justo, não é certo, que uma pessoa de fora, sem vivência*, apresente as coisas da Ilha para os turistas. No Regulamento - Manifesto da Comunidade Tekoá, consta a forma de participação dos *de fora*:

§ 2°. Os projetos e as ações deverão conter obrigatoriamente título, finalidade, proponentes, objetivos, produtos e processos, e público a que se destina.

§ 3°. Após a análise da (s) proposta (s), adotar-se-á como critério de desempate, o (s) projeto(s) cujo (s) proponente (s) preferencialmente possuam a identidade da categoria "nativo", definida pela comunidade Tekoá (Quadro 7, linha 5).

Assim, em caso de necessidade de uma seleção, a vantagem estaria com os nativos. Um outro exemplo é o caso da organização da Parque Cultural do Campeche (PACUCA). Para o presidente da Associação Amigos do PACUCA, não faz sentido que no parque exista um campo de *rugby*, que teria sido uma sugestão de um dos integrantes do coletivo (Quadro 8, linha 9), ou ainda, um espaço para a prática de yoga. Nas narrativas destes sujeitos, *nativo nem sabe o que é isso* (Quadro 8, linha 16).

Evidencia-se o entendimento segundo o qual, *a gente já perdeu tanto, que não dá mais para ceder espaço* (Quadro 8, linha 4). Este entendimento não se destaca entre os nativos mais idosos, porque estes não estão envolvidos em ações em prol da memória. Para estes, a memória é a lembrança do que viveram.

Embora tenha sido recorrente entre os NJL a questão da *missão* de rememorar, dar visibilidade ao modo de vida tradicional, em nome dos seus antepassados, relevou exceções. Um dos mais jovens envolvidos com a pesca, nascido nos anos de 1990, e com um nível de instrução superior, ao refletir o seu tipo de intervenção na APESAC, e também noutros coletivos do Campeche, não mencionou uma missão, mas sim o amor pela Ilha e o respeito pelos avós (Quadro 8, linha 18).

4.2.2 – A Interioridade

No que concerne à interioridade esta está ligada à dimensão material e produtiva da vida na Ilha de Santa Catarina e está sempre marcada pelas duas atividades económicas: a pesca e a roça. Descreve também um cotidiano de muito trabalho nestas duas atividades, que eram as únicas possibilidades até aproximadamente aos anos de 1950.

Não tinha emprego, não tinha nada, meu pai criou onze filhos no espinhel é uma das narrativas (Quadro 7, linha 7). A partir daí muitos dos homens foram trabalhar no serviço público, como militares, funcionários do poder legislativo e outros no comércio. Outra parcela da população embarcava para o Rio Grande, cidade gaúcha portuária do Estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde a pesca era industrial.

Hoje se reclama que tem muito gaúcho aqui, mas antes eram os catarinas que iam para o Rio Grande pescar, para fazer dinheiro e montar casa. Os relatos sobre este cotidiano evidenciam muita carência, inclusive de víveres, *era muita fome, miséria mesmo* (Quadro 7, linha 7). Este aspeto é unânime nos relatos e evidencia outro, ligado ao trabalho das crianças, e à forma como eram tratadas, transparecendo nas narrativas dos sujeitos cuja infância ocorreu entre os a década de 1940 e de 1960. *É levar puxão de orelha, apanhar na cara, tapa, beliscão, pegar boi, largar boi, pegar mandioca na roça, lavar, cevar, levantar de madrugada, tudo isso era trabalho de guri pequeno. A lembrança boa era a panela de batata doce depois de trabalhar* (Quadro 7, linha 7).

As condições desfavoráveis das crianças em relação à ida para a escola também se evidenciam nos relatos. *Não tinha sacola, não tinha roupa nem calçado para ir para a escola.* Mesmo as festas tradicionais ou religiosas, tais como a Festa do Divino, são evidenciadas nos relatos como tendo um aspeto ligado a estas condições precárias de vida. *A gente ficava uma semana sem trocar de roupa, indo de casa em casa, cantando. A intenção era ganhar alguma coisa, farinha, carne seca, roupa e ovo* (Quadro 7, linha 7).

Quanto à dimensão simbólica ligada à pesca e à roça, os que viveram situações como a descrita, via de regra, não compreendem o interesse da geração mais nova, cuja infância ocorreu entre os anos de 1980 e de 2000. Os pais e os avós destes sujeitos mais jovens não demonstram interesse por este cotidiano (ou mesmo saudades) de roça, de pesca, de renda de bilro (trabalho artesanal feminino comum na Ilha de Santa Catarina).

Por seu turno, entre os NJL, a vida no interior da Ilha de Santa Catarina era sinónimo de qualidade de vida, e mesmo de sustentabilidade.

Eles eram sábios. Minha avó não desperdiçava nada, até o pó de café era colocado nas plantas. O que a gente comprava na venda? Só sal, querosene e fósforo! (Quadro 8, linha 5).

O maior contraste que eu tive na minha vida foi entrar numa peixaria e comprar peixe. Eu disse: eu não acredito que eu estou comprando peixe numa peixaria! Foi surreal! Eu sempre comi dos melhores peixes! (Quadro 8, linha 15).

Outro NJL relatou a vida simples, de andar descalço, soltar pipa e recordou que, na escola particular onde estudou, por ter conseguido bolsa de estudos integral, era o único com estes costumes, da pesca, da pipa, de ser queimado de sol (Quadro 8, linha 18). Esta ideia da sustentabilidade da vida dos nativos nas atividades tradicionais, apresenta elementos como: pouca produção de resíduos sólidos e esgoto, rios e lagoas limpos, pouca ou quase nenhuma necessidade de dinheiro, fartura de peixe, espaço na praia para pescar, mesmo durante o verão, possibilidade de morar na praia, mais proximidade entre as pessoas (por ser um tempo em que os novos moradores ainda não haviam chegado, ou porque a sua presença era menor), menos automóveis, e mais espaços naturais (como as dunas, por exemplo) livres de construções.

Entre os NI, evidencia-se, pelo contrário, a vida no interior como a única opção, pois *não tinha emprego nem estudos* (Quadro 7, linha 7). Além disso, as narrativas demonstram não a fartura, mas a carência, não apenas de emprego, de escola, mas de comida, de água encanada e de lazer.

Os nativos, de modo geral, mencionaram os impactos do desligar da vida conhecida, ligada às atividades consideradas pelas forças políticas e económicas como fatores do atraso de Florianópolis (a agricultura e a pesca) e preteridas em prol do desenvolvimento do turismo e da tecnologia. Nas primeiras décadas do século XX, a população urbana já suplantava a rural (rever capítulo 3) e este processo acentuou-se na segunda metade do século. Mas, a questão da vida rural, interiorana e rústica foi ressaltada pelos sujeitos, como ligada à consciência desta vida desde tempos imemoriais, desde o tempo das tataravós.

4.2.3 – A Interculturalidade

Assume-se como a relação com novos moradores, novos nativos e turistas, sendo o mais destacado pelos NJL. Verificou-se que a afirmação da condição de nativo não pode ser compreendida fora desta relação. Pelo contrário, a identidade nativa é fruto dela e revelou-se como a categoria mais profícua. Das três, foi a que reuniu mais registros e a que exigiu a sua organização em quatro subcategorias: desvalorização, vergonha, orgulho e resistência.

Florianópolis é a capital do Estado, o que por si só gera a vinda de um número significativo de novos moradores. A cidade é, no entanto, mais do que isso: é turística. A transformação de Florianópolis numa cidade para ser visitada e considerada como um bom lugar para residir, resultou no facto de que, atualmente, os de fora estão em maior número do que os nascidos na cidade (ver Quadro 11, no capítulo 3). Em relação à interculturalidade, apresentaram-se os desdobramentos: *desvalorização, valorização e resistência*.

4.2.3.1- A Desvalorização

Refere-se ao sentimento de perda de espaço. Os sujeitos mencionaram de forma recorrente um determinado comportamento dos que vieram morar na Ilha de Santa Catarina, cuja intenção seria a de beneficiar com o acolhimento proporcionado pelos nativos.

Os paulistas, os gaúchos chegam, são simpáticos até conseguirem o que querem, comprar terrenos, casas dos nativos. Depois que conseguem, a primeira coisa que fazem é levantar um muro bem alto, botar cachorro e daí acabou a amizade. Os de fora querem mandar (Quadro 7, linha 3).

Mesmo quem afirma que não vivenciou esta situação, concorda e reforça esta forma de ver *os de fora*. São mencionados ainda os tributos municipais e as regras sanitárias como motivos para a perda de propriedades. A venda de propriedades surge com frequência e é apontada como o motivo pelo qual o nativo se define como sendo, antes de tudo, alguém acolhedor, mas muito desconfiado, pois teria sido reiteradamente enganado nas negociações realizadas com os novos moradores. Além disso, a falta de condições financeiras para os nativos manterem os seus imóveis surge também nas narrativas.

O terreno grande tem IPTU muito alto [Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana], daí não dá para pagar e não pode mais ter galinha em casa e gado. Não pode plantar mandioca. A higiene [vigilância sanitária] não deixa. Queriam que o avô colocasse piso no engenho! (Quadro 7, linha 7).

O sentimento de desvalorização está diretamente ligado ao que estes sujeitos perceberam como diferença entre *os de fora* e *eles*.

Não diria vergonha de ser nativo, quer dizer, de ter nascido aqui, mas vergonha de, de repente, não me vestir tão bem como essas pessoas, morar numa casa mais simples, andar descalço, ter menos conhecimento... (Quadro 8, linha 18).

Neste caso, o entrevistado afirmou um sentimento de desvalorização comparativamente com os novos moradores, devido às condições materiais de existência, e neste sentido, reafirma o que se verificou nas entrevistas, de que a vergonha não tem relação com o lugar, mas com o modo de vida ligado à pesca e à roça, caracterizado pela escassez de recursos materiais e de acesso a bens básicos, como a educação. Outro sujeito mencionou as condições económicas dos nativos relativamente aos que chegaram.

É um lance de poder, que a gente sempre tem que calar a boca para outras pessoas mais endinheiradas viverem melhor do que nós. Tirou o nosso espaço, o nosso acesso. Os prédios não são para mim, não são para os nativos. Eu queria muito morar lá na frente da casa do meu vô, se eu tivesse condições de comprar um apartamento lá. Mas não era para ser apartamento, tinha que ser uma casa (Quadro 8, linha 16).

4.2.3.2 – A Valorização

A valorização reporta-se ao *orgulho de ser nativo*, pela ressignificação da anterioridade e da interioridade pelos NJL. Ficou evidenciado na menção ao que estes NJL denominam como *ter a essência do lugar*, sendo esta *essência* caracterizada em termos de anterioridade e de interioridade.

É quem tem tataravós, bisavós, avós, pais nascidos aqui, que viveram da pesca e da roça, que viveu da farinha feita no engenho e do peixe pescado por eles mesmos. É quem pegou estrada de chão e casa sem muro, com galinha e vaca. Quem brincou em cima das canoas, virando cambalhota em varal de rede, acompanhando o pai, e os tios na lida (...) é a pessoa do interior da Ilha, não é quem nasceu e cresceu na cidade! (Quadro 7, linha 5).

O *ser nativo* é, hoje, motivo de orgulho, fruto da resistência à pressão sofrida pela chegada dos *de fora*, e da percepção de que havia valor em ter nascido num lugar onde tantas pessoas queriam visitar ou morar. Ainda que estes nativos vivam *na* cultura, como categoria vernácula (como modo de falar, como cultura alimentar e como lazer), é do facto de viverem *da cultura* (como categoria analítica, como metacultura) que decorrem as ações em prol da preservação. Verifica-se nos depoimentos dos NJL a ideia da recuperação ou da manutenção dos espaços antes maioritariamente ocupados pelos

nativos. O mesmo não se verifica entre os NI. Conforme se verá mais adiante, a memória dos mais idosos regista tempos muito difíceis, de muita carência material, o que pode ajudar a compreender a diferença em relação aos mais jovens e que hoje ocupam posições de liderança.

4.2.3.3 – A Resistência

A resistência à perda de espaço evidenciou-se entre os mais jovens e está ligada ao orgulho que:

foi vindo também com a necessidade de resistir a esta invasão, porque tem muita gente boa. Já faz algum tempo que começou a aceitação dos nativos pelas pessoas de fora, mas tem muita gente que vai tomando o espaço da nossa cultura, se impondo, a até apresentando a Ilha, falando pelo nativo, sem vivência! Nativo é quem sentiu na pele a pressão para mudar, mudar até o jeito de falar! Mas o nativo é o que resistiu, é a pessoa que há algum tempo amadureceu e percebeu que a vida que ele quer é essa, ligada à pesca e à terra, às festas tradicionais! (Quadro 7, linha 5).

Entre os NJL, a resistência materializou-se na organização social civil. Os pescadores criaram a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC). Os moradores criaram a Associação de Moradores do Campeche (AMOCAM). Antes destas duas organizações, ambas dos anos de 1990, foi criada a Associação de Surf Amantes da Natureza (ASAM), quando os surfistas começaram a assistir às primeiras invasões nas dunas no Morro das Pedras (Campeche), no final dos anos de 1970. Foi criado depois o Movimento Ecológico Livre (MEL), ligado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com intervenções mais amplas ligadas à preservação do meio ambiente (Quadro 8, linha 8). O Projeto *Tekoá Pirá*, no qual se insere a autora da presente investigação, foi também organizado nesta linha de ação, conforme se verá ainda neste capítulo.

O Campeche ficou conhecido como um lugar de resistência, com o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) (apresentado no capítulo 3 deste estudo) pela crítica do projeto de urbanização do Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis (IPUF). Mas, embora tenha contado com nativos, em especial os integrantes do MEL, o MCQV foi uma realização predominantemente de novos moradores. Ainda que muitos fossem de Florianópolis, não são os nativos sujeitos da presente investigação. No MCQV, os florianopolitanos eram pessoas ligadas a instituições públicas, com destaque para a UFSC.

Do nosso ponto de vista, a relação com *os de fora*, principalmente os novos moradores, lançou alguns dos nativos, que atualmente são líderes comunitários, na vivência metacultural (Cunha, 2017). Parte dos nativos sujeitos da presente investigação, nomeadamente os mais idosos (os que já

pescaram no tempo em que pescar não era nem escolha e nem lazer, mas uma questão de sobrevivência), vive a cultura invisível, a que se vive cotidianamente, e da qual pouco ou nada se fala. Para eles, os NI, as ações de resistência são uma intromissão negativa da política na pesca.

O patrão em vez de pescar, fica dando entrevista (Quadro 7, linha 7).

(...), tem que tirar a política da pesca! (Quadro 7, linha 7).

Por seu turno, para os NJL, a pesca é uma questão política. A preservação é uma questão política e estes falam muito sobre a sua cultura, muito mais do que a vivem, ou, talvez, do que já viveram.

Eu nunca remei. Não sei remendar uma rede! (Quadro 7, linha 7).

Para um dos NJL, se não houver a atuação da APESAC e de outras instituições, a pesca vai desaparecer. Este sujeito cita o terceiro incêndio do rancho da família Aparício, que para ele, é consequência da valorização territorial do Campeche, da disputa pelo espaço que os ranchos de pesca ocupam.

Se estas associações não ficarem alerta, o rancho não vai ter mais o seu lugar na praia, não vai mais existir. Quando dizem que o incêndio foi disputa entre os pescadores, eu digo: não! A disputa é só no mar, no cerco, fora disso não tem! O que falta para esse pessoal de fora, que brinca 'I love tainha' [menção a uma frase com frequência estampada em camisolas, louças, etc.] é conhecer o que está por detrás do ato de pescar (Quadro 5, linha 12).

Para além da pesca, para os NJL a preservação da natureza é uma questão política. Para eles, nativos que são líderes comunitários, é preciso acionar as instituições que representam as instâncias de decisão, para que a preservação se efetue, conforme se verá no próximo tópico. Uma ação importante e concreta seria o que denominou como *marketing da pesca artesanal*.

Porque quando se fala do pescador, o pessoal atrela a pessoas simples, pobres, que vivem financeiramente da pesca. Olha a roupa deles! E não sabe que a maioria é coronel aposentado, policial e administrador. Quando eu falo de marketing é essa questão da tainha, da pesca artesanal, que sim! Se pode pescar com motor, com barco de alumínio, mas não! A pesca é feita nas canoas de guarapuvu, no remo, porque isso faz parte de uma história. O 'I love tainha' não é o peixe que está sendo vendido na banca com ova ou

sem ova! Não é! É toda essa movimentação que vai muito além do peixe. É a felicidade quando cerca, é a comunidade que se mobiliza na praia para puxar a rede. O pai que mostra a tainha para criança. O peixe é uma das representatividades. Principalmente esse pessoal de fora tem que saber. Eu vejo a pesca artesanal como um produt, e temos que vender, entre aspas, mostrar a importância da pesca artesanal e daí a gente consegue trazer mais pessoas para o nosso lado (Quadro 8/, linha 18).

Para este sujeito, a divulgação é uma ação concreta e fundamental. Ele cita as ações do Projeto *Tekoá Pirá*, nomeadamente, as publicações, a cartografia, a formação dos professores da Rede pública de ensino e o turismo. É um dos mais jovens líderes da APESAC, com formação superior na área da administração de empresas, o que possivelmente alicerça a sua perspectiva sobre a pesca artesanal, como um produto, ainda que não esteja presente a ideia da venda, do comércio, mas sim da divulgação.

Para ele, por exemplo, a importância da relação com o IFSC está no que denomina *escopo técnico*, que agrega informações para além da pesca em si, que *faz a gente sair um pouco da praia e ver que a pesca é mais do que isso, e está fazendo os mais resistentes, os mais velhos um pouco menos resistentes, pode ter certeza!* (Quadro 8, linha 18).

Esta perspectiva que vai além da pesca, está também presente no depoimento de outro dos elementos da presente investigação, Janice Gonçalves, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pesquisadora do património e que teve uma experiência com o processo de Registro de um bem cultural de Florianópolis, certificado pelo IPHAN. Para ela, o acesso à terra é, no caso brasileiro, a questão social mais difícil e a mais fundamental. E muito frequentemente essas ações ligadas ao património imaterial, sobretudo quando lidam com comunidades tradicionais, incidem sobre a questão da propriedade e do acesso à terra ou sobre a exploração de determinados recursos naturais. Para afirmar a perspectiva ampliada da preservação cultural, Janice cita o registro da Arte Kusiwa, dos índios Wajãpiê, que previu o fortalecimento da organização coletiva, entre outras maneiras, com a formação continuada de jovens e adultos.

(...) e aí entra algo importante, de que o facto de aqueles que têm acesso à educação formal geralmente se colocam mais fortemente como guardiães dos bens culturais. Ou seja, não são só os mais antigos, mas as novas gerações que vão se preocupar com a conservação do bem. Não necessariamente apenas as velhas lideranças. Eles vão estar presentes também, tanto jovens como adultos. Com uma formação continuada, garantindo educação escolar diferenciada segundo as diretrizes do MEC. Com pesquisa científica continuada, feita inclusive por aquelas instâncias incluídas no Conselho Consultivo. Com difusão dessas manifestações culturais através de exposições e

documentários. Isso tudo delimita ou compõe o plano de salvaguarda contido naquele dossiê de Registro (Quadro 8, linha 13).

Neste sentido, o que se verificou no presente estudo foi o protagonismo dos sujeitos mais jovens e escolarizados.

A relação da preservação de bens culturais com outros direitos, fica, do nosso ponto de vista, evidenciada no que se considerou como dois momentos da relação com *os de fora*, entre os NJL. Um momento inicial, próximo dos anos de 1990, quando a população de Florianópolis cresceu significativamente (ver capítulo 3), revela o sentimento de desvalorização por parte destes sujeitos, o de sentir-se em desvantagem em relação aos novos moradores. Num dos exemplos, a entrevistada cita o trabalho realizado numa loja num dos *shoppings center* da cidade. Embora o seu trabalho tivesse êxito em termos de venda, de metas e de relacionamento com os clientes, teve como experiência negativa o facto de ter recebido uma orientação para mudar o modo de falar, considerado pela gerente, muito interiorano e de difícil entendimento (Quadro 8, linha 4). Esta é uma situação que denota perda de espaço em termos simbólicos, ligada a valores.

Mas, também em termos de espaço físico, os relatos denotam perda.

Meu vô vendeu todo aquele terreno a troco de nada. Hoje a gente podia morar na praia!

Ou, ainda, o Campeche já teve 42 engenhos ativos. Hoje são 2!

A perda de espaço evidencia-se também para os que permaneceram no lugar, no sentido de que este espaço não pode ser utilizado como outrora,.

Hoje não dá para plantar mandioca. Não dá para ter galinha em casa! (Quadro 7, linha 7).

Um segundo momento na relação entre os nativos e *os de fora* é mais recente e está, do nosso ponto de vista, bastante ligado ao acesso à educação, o que resultou em sentimentos de orgulho. Um dos sujeitos relata que ao ouvir as canções do grupo local *Dazaranha*, para um estudo desenvolvido durante as aulas no IFSC, onde fez o curso Técnico em Guia de Turismo, houve uma transformação e uma retomada da sua *identidade*, aliada à consciência da invisibilidade de determinado modo de vida ilhéu.

(...) eu vi que existia uma riqueza muito grande em ser mané. Existia uma riqueza muito grande de praias, de ecossistema, de tudo. Eu vi a riqueza de comer pirão de peixe. E aí eu vi que, nossa! Mas aonde está isso tudo? É verdade, nós tínhamos isso aí, e cadê agora, barco pesqueiro, conhecido por traineira? Cadê isso tudo? O IFSC é a minha afirmação nesse meio. E agora, mais do que nunca, a minha fincada de estacas, é disso que eu quero viver. É daqui que eu quero tirar o meu sustento. Dessas práticas, de preservar. Onde que eu poderia ser eu e sobreviver do que eu conheço? Onde? Nas empresas que eu trabalhei, na hotelaria? Não, nunca pude! Nunca pude nem falar. No telemarketing você é obrigada a perder o sotaque (...). Hoje, graças a tudo que eu venho estudando, como guia, dentro do turismo, que já faz parte da minha profissão há mais de dez anos, hoje eu estou conseguindo ficar forte aqui no meu mundinho e sobreviver dele. É tudo o que eu quero. Meus projetos dentro da área de guia de turismo. É andar no mato, mesmo. É contar história, parar para ver florzinha, é falar do guarapuvu, da canoa, da pesca, da tainha e da baleia (Quadro 8, linha 15).

Este orgulho está relacionado também ao facto de Florianópolis ter alcançado fama nacional, a partir de fatores, tais como, a projeção nos *media* como cidade com elevada qualidade de vida. Também de ter sido projetada internacionalmente a partir do desporto, com o tenista profissional Guga Kuerten, três vezes campeão mundial em *Roland Garros* nos anos 2000. Ressalta-se que Florianópolis é um destino consagrado pelas suas belezas naturais, pelas suas 42 praias, pois, a partir dos anos de 1990 a cidade passou a sediar festivais de *surf* internacionais.

Floripa é uma surf city. Isso é inegável! (Quadro 8, linha 17).

Por Florianópolis se ter consagrado como uma cidade desejada para morar ou para visitar teve um impacto positivo nos NJL.

(...) se estavam chegando tantas pessoas para visitar e morar aqui, estavam valorizando coisas que talvez nem nós mesmos estávamos dando o devido valor. O orgulho foi vindo também com a necessidade de resistir a esta invasão, porque tem muita gente boa. Já faz algum tempo que começou a aceitação dos nativos pelas pessoas de fora, mas muita gente que vai tomando o espaço da nossa cultura, se impondo, até apresentando a Ilha, falando pelo nativo, sem vivência! Nativo é quem sentiu na pele a pressão para mudar, mudar até o jeito de falar! O nativo é o que resistiu, é a pessoa que há algum tempo amadureceu e percebeu que a vida que ele quer é essa, ligada à pesca e à terra, e às festas tradicionais.

Hoje o que mais ressalta é orgulho de ser nativo, é como se essa terra fosse o único lugar que existisse para se viver. O único onde se pode ser feliz e de onde nunca se quis e nunca se quer sair. É ter muito amor e muito orgulho pela terra onde nasceu, pela cultura e pela beleza que ela tem e, por isso, lutar pela preservação. E quem vem para cá acaba

adquirindo esse orgulho. É quase como nós. Não é igual, mas é quase! (Quadro 7, linha 5).

Este sentimento de orgulho resultou também, entre os sujeitos NJL, em ações de resistência, que sentem e que denominam como *invasão*. Por este motivo estão, neste estudo, categorizados como líderes.

Entre os NI estão presentes os sentimentos de desvalorização, de perda de espaço e de desvantagem em relação *aos de fora*, mas não se verificou a presença da valorização, do orgulho ou da resistência. Um dos NJL revelou a seguinte narrativa.

Eles se incomodaram com os novos moradores, mas foram se encolhendo. O meu pai, por exemplo, foi embora do Campeche. O meu vô não gosta mais de ir na praia. Ele ia todo o dia!

Mais do que isso, há entre os NI, em especial entre as mulheres, algumas críticas a alguns aspectos do modo de vida tradicional.

As mulheres não podia ir na praia quando tinha pesca de tainha e se estivesse grávida! Eu já fui enxotada da praia! (Quadro 7, linha 7).

Estes sujeitos NI não exaltam a sua natividade, como os NJL, que afirmam que os que nasceram na Ilha, que têm antepassados nativos e que viveram no interior e não na cidade é que *tem a essência da Ilha*, o termo *essência* é usado por eles no sentido de ser fundamental.

Esta *identidade nativa* na qual se movem os sujeitos do presente estudo é minoritária em Florianópolis e está alicerçada em ações de resistência, conforme se verá a seguir.

Entretanto, *identidade* é um termo que deve ser usado sempre no plural, pois outros agentes sociais também se sentem representantes da *essência* da Ilha, conforme demonstra a notícia jornalística sobre um evento realizado no norte da Ilha no ano de 2021.

Durante oito dias a Praia Mole recebeu um evento que comprovou a vocação da Ilha para *beach parties* pé na areia. Com a parceria da bandeira internacional Selina, que agora assina a operação do charmoso hotel em frente à Mole, atrações nacionais e internacionais reuniram público de todas as idades que, conectado com a natureza do local, deu um *show* de preservação e cuidado com o meio ambiente. Aprovado por quem já estava com saudade dos eventos à beira mar ao melhor estilo raiz de Floripa, o Surf Festival contou com a parceria das marcas The Search House, Lay Back Park, Casa Flutuar e Bosque 55 numa maratona de felicidade que já deixou saudade. Teve pés

descalço, aulão de altinha, campeonato de *surf*, show internacional e aclamadas atrações locais num evento onde as pessoas levavam seu copo de casa, não deixavam lixo no chão e alguns ainda chegavam de barco, via Lagoa da Conceição, desembarcando no charmoso Selina, rede de hospitalidade de bandeira internacional que agora assina a operação do icônico hotel à frente da Mole. O Surf Festival, que aconteceu de 27 de dezembro a 5 de janeiro no acesso principal da Mole, captou a essência de Floripa desde suas parcerias, onde algumas das oito festas – todas com início ao pôr do sol, – tiveram assinatura do The Search House, Lay Back Park, Casa Flutuar e Bosque 55, ícones do novo movimento de entretenimento do Sul e Leste da Ilha. Muita gente relembrou nos dias de Surf Festival os tempos áureos dos grandes shows e eventos em Floripa tendo o mar como cenário, já uma geração inteira que não conhecia a pegada mais beach style raiz da capital, provou e aprovou.

(Disponível em <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/surf-festival-reviveu-a-floripa-raiz/>)

O texto que reproduzimos é um exemplo do modo de vida que predomina em Florianópolis, ligado ao desporto, em especial aos desportos náuticos, à afirmação de Florianópolis como uma *surf city* e é o que se pode observar na praia do Campeche, conforme se verá no tópico 4.4.

Consideramos relevante retomar o conceito de comunidade tradicional, apresentado no capítulo 1 (Brandão & Leal, 2012; Brandão & Borges, 2014), pois a questão mostrou mais importância entre os entrevistados do que podíamos supor aquando da elaboração do referido capítulo, onde a mencionámos pela primeira vez. A recorrente menção ao termo nos resultados da nossa investigação justifica esta retoma. A questão não é fácil e para Santos (2005), o próprio termo *tradicional* é ambíguo e de difícil aplicabilidade. Na mesma direção, Cunha (2017), afirma que se optarmos por definir as comunidades tradicionais pela sua distância do mercado, será muito difícil encontrá-las hoje em dia. Para Brandão & Borges (2014), as comunidades tradicionais não são, tal como as sociedades primitivas (ou tribais), anteriores às cidades, mas existem na relação com o modo de vida urbano.

Diferentemente das primitivas, que são autossuficientes ou totais, porque a totalidade da sua vida se resolve no interior dela mesma, as comunidades tradicionais são parciais, pois, mesmo que estejam isoladas ou à margem de bens e serviços urbanos, existem na relação com o mercado, que tudo atravessa (Santos, 2014). Servem-se da cidade e servem a cidade (Brandão & Leal, 2012). A comunidade tradicional é sempre associada ao mundo rural, seja nos estudos pioneiros sobre o tema, à escala internacional, seja no Brasil. Ela é cada vez mais rara, no seu estado mais puro, por isso se estuda o *tradicional no complexo*, caracterizado pela venda de trabalho, permanente ou ocasional, à cidade, pela compra de bens de consumo, entre outros elementos (Brandão & Borges, 2014). Do nosso ponto de vista, também pelo desejo e necessidade destes bens. A tradição está associada ao mundo rural e às condições materiais de produção e reprodução da vida, que se podem exemplificar

por atividades, tais como pesca, roça, artesanato, trabalhos na cidade, migração sazonal de homens e mulheres para locais de trabalho. Tal ocorre para viabilizar a unidade familiar e a própria comunidade tradicional (Brandão & Borges, 2014), como a pesca no Rio Grande, no Estado vizinho, que foi a realidade de muitos pescadores de Florianópolis. Para além desta materialidade, há que se considerar aspetos como as relações sociais, fundadas na autoridade interna, seja individual, de um pai ou um avô, seja plural, um conselho, um clã, que define destinos na comunidade (Brandão & Leal, 2012). É importante ressaltar as relações intergeracionais, que se referem à aprendizagem que se transmite dos mais velhos para os mais jovens. Este é um dos critérios assumidos pelas instituições patrimoniais para o Registro dos bens culturais imateriais.

Partindo destes elementos, é possível inferir que os pescadores artesanais do Campeche não se constituem como comunidades tradicionais. Entretanto, sobressai a função da memória como elemento balizador da afirmação da tradição entre os sujeitos da pesquisa, nomeadamente os categorizados como Nativos Jovens e Lideranças. Estes sujeitos alicerçam a sua afirmação como comunidade tradicional no passado, conforme explicitado antes, na anterioridade, e na interioridade, e na prática de uma das atividades mais representativas, a pesca artesanal da tainha.

As comunidades tradicionais têm em comum uma história de baixo impacte ambiental e pela menor relação com o mercado que mantinham outrora. Era assim no Campeche, o *que a gente comprava na venda? Fósforo, querosene e sal!* (Quadro 8, linha 20), lembrado frequentemente pelas protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*.

As comunidades tradicionais, nos anos de 1990, assumiam-se como grupo social comprometido com a preservação ambiental para manter o seu território (Cunha, 2017). É um compromisso de comunidades que são consideradas provedoras de serviços ambientais, pois o seu modo de vida de baixo impacte, permite que a natureza forneça produtos como alimentos, remédios naturais, fibras, água, etc. Garante ainda o controlo do clima, os ciclos da chuva e a fertilidade dos solos. As comunidades tradicionais geram externalidades positivas, pois produzem biodiversidade, como um subproduto do seu modo de vida. As externalidades são produtos que resultam de uma atividade do produtor e que podem ser livremente consumidos por outros (Cunha, 2017).

Na sociedade complexa, as comunidades tradicionais assumem-se como uma resistência ao poder exterior, ao mercado e aos *mass media*, em favor de relações mais centradas em pessoas do que em trocas mercantis (Brandão & Borges, 2014). Ao mesmo tempo, estão envolvidas com o mercado. O envolvimento das comunidades tradicionais em projetos conservacionistas tem decorrido, maioritariamente, por iniciativa de instituições, governamentais ou não, e mesmo quando parte das

próprias comunidades, esta relação é fundamental, pela necessidade de angariar recursos e de obter capacidade técnica (Cunha, 2017).

A *comunidade tradicional*, na origem do termo, passou de entrave ao progresso, que era até aos anos de 1980, a presença militante a favor da preservação ambiental e cultural (Cunha, 2107). Os nativos entrevistados na nossa investigação consideram-se como uma comunidade tradicional, sendo este entendimento ligado à resistência e à perda de espaço.

Acho que podemos dizer que somos os novos tradicionais (Quadro 8, linha 20).

Também ligado a estratégias, como os roteiros culturais, no contexto do Turismo de Base Comunitária.

As comunidades tradicionais podem ser recursos para o turismo, que não é só praia! Um guia pode levar para os ranchos, para a Lagoa da Chica! (Quadro 4, linha 3).

Esta comunidade é tradicional quando deseja manter e quando vive as suas atividades tradicionais, de forma exemplar. É a isso que se referem quando afirmam o seguinte.

A pesca artesanal tem que ser feita com a força do braço do pescador, para dar chance para a tainha escapar (Quadro 7, linha 3).

Por isso não pode ter motor na canoa, para ser sustentável. A pesca da tainha revive a coletividade, pois a atividade exige a cooperação e revive o tempo em que os ensinamentos eram passados dos mais velhos para os mais jovens. Seria, talvez a possibilidade invocada por Thompson (1998) da redescoberta de uma *consciência dos costumes* sob novas formas, mas onde novamente as gerações aprendessem umas com as outras. Assim, a tradição está amparada na anterioridade e na interioridade, mas, sobretudo na resistência à lógica urbana, da pressa, da obsolescência de tudo, que impede o diálogo entre as gerações, que impede a aprendizagem a que Thompson se refere. No caso da pesca da tainha, ainda que esta aprendizagem necessite atualmente de ser organizada sob novas formas, em cursos para novos remeiros, por exemplo, e ainda que os que aprendem possam ser novos moradores, e não somente pessoas do círculo familiar, os mais velhos têm muito que ensinar. E é esta uma finalidade da preservação do património cultural, *i.e.*, promover o equilíbrio entre o desenvolvimento da técnica e da ciência e as relações humanas.

Se o pescador da tainha aqui do Campeche é uma comunidade tradicional? Eu digo que sim, porque ele quer ser tradicional, tá lutando para manter a tradição! (Quadro 8, linha 17).

Manter a tradição é uma necessidade deste grupo social, conforme se verá no tópico seguinte.

4.3 - Necessidades sociais ligadas à identidade nativa

4.3.1 - Percepção das principais necessidades sociais

As necessidades sociais ligadas à identidade nativa manifestadas pelos sujeitos deste estudo, na perspectiva dos usos sociais do património, ou seja, da finalidade da preservação, foram categorizadas em *memória*, *manutenção*, *recuperação* e *visibilidade*. Compreende-se que esta última categoria, a visibilidade, corresponde ao que no campo patrimonial fica registado como *promoção* ou *difusão*, mas optou-se por um termo que foi recorrentemente afirmado pelos sujeitos da investigação, em especial pelas protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*.

Quadro 14 - Necessidades Sociais ligadas à Identidade Nativa

Categoria	Nativos Jovens/Lideranças (NJL)	Nativos Idosos (NI)
Memória	Presente	Presente
Manutenção	Presente	Ausente
Recuperação	Presente	Ausente
Visibilização	Presente	Ausente

Fonte: elaboração própria tendo por base a finalidade da preservação do património cultural, tendo por base Canclini (1993) e Meneses (2009).

A memória, o direito à memória, destaca-se entre os NJL. A Cartografia Social, por exemplo, para um dos pescadores (NJL) *almeja uma coisa que sempre quisemos, o registo do nosso lugar* (Quadro 7, linha 7). Conforme se confirmará ainda neste capítulo, entre as ações do Projeto *Tekoá Pirá*, destacam-se as que se dedicam ao registo e à narrativa do passado. Os roteiros culturais, atividade central do Projeto, fundamentam-se nas narrativas sobre o passado. O próprio Registro da pesca como património cultural de Santa Catarina, é uma ação fundada no desejo de memória. Conforme já mencionado no capítulo 1, nas ações de preservação do património, a dimensão da identificação (a pesquisa sobre o bem recuperando dados de história e de memória) é central, e está entre as mais realizadas, não apenas no Brasil, mas também à escala internacional. Da mesma forma,

a Cartografia, que se efetiva nas ações de recolha de depoimentos dos mais velhos de uma comunidade, embora a dimensão do presente esteja também entre os seus objetivos, o passado é o que mais se destaca.

A gente não ia sossegar enquanto não conseguisse fazer o Registro. Fazer alguma coisa. Eu acredito que é até uma missão e que a gente foi escolhida para dar visibilidade a essa cultura. Que a gente tinha como missão de vida dar visibilidade. Então para nós, se eu morresse no outro dia [choro], foi um dos dias mais felizes da minha vida. Foi o dia da entrega do certificado [voz embargada]. A gente viu que abriu muitas oportunidades. O universo foi ligando outras pessoas e foi crescendo [pausa e choro] e quando a gente se aposentar, sei lá, que alguma coisa aconteça com a pesca artesanal. Vai estar num livro, escrito, aí sim, ela foi eternizada para mim (Quadro 8, linha 4).

Por seu turno, para outro sujeito, NI:

Cartografia é bom, mas vai ficar só na lembrança, porque não tem mais mão de obra para pesca (Quadro 7, linha 7).

Conforme já mencionado, entre os mais velhos acontece que muitas vezes nem compreendem o interesse dos nativos mais jovens.

Porquê este interesse pelas coisas antigas. Eles estavam bem desacreditados de tudo e eles próprios não davam valor para essa cultura. Tanto que quando a gente começou a fazer as entrevistas, eu lembro que a gente fazia as perguntas e eles perguntavam porque a gente queria saber disso e quem ia querer saber dessas histórias (Quadro 8, linha 4).

Para outro NJL, com frequência é mais fácil ser compreendido na questão da preservação cultural por gente de fora do que pelos nativos.

(...) os nativos não pensam num ângulo maior do que o dia a dia. No meu caso, eu vivi a vida difícil dos Ratores nos anos de 1960, de onde eu saí nos anos de 1970, e podia ser hoje como eles, porque lá não tinha condições, mas com 10 ou 11 anos, morando na Trindade, convivi com amigos que gostavam de cinema, de música. O meio me moldou e me trouxe para a arte e para a cultura. As pessoas viajam um pouco com isso de coisas antigas: quem é que tem saudade do tempo em que não tinha água, luz e farmácia? Quem viveu isso não vai curtir o que a gente quer. Ele quer asfalto, calçada, prédio bonito para ele olhar! O cara está sofrendo há 50 anos! Viu nascer 10 filhos e morrer 4, de vermes, de lombriga, de febre! Isso aqui para ele é coisa boa! Quem veio de fora trouxe uma vida melhor para ele! (Quadro 8, linha 17).

As ações ligadas à memória atravessam, para estes NJL, todas as outras e são por eles compreendidas também como *manutenção* e *recuperação*.

A gente abre o olho das pessoas, porque a gente mostra, denúncia, com crônicas, filmes, fotos...daí tem outras pessoas que fazem, que vão lá na prefeitura, mandam memorando, entram com ações na justiça. São pessoas que têm um respaldo político que eu não tenho. A Associação de Moradores do Campeche faz isso e nos representa a todos. Quando alguém vem falar comigo alguma coisa, eu digo pra falar com as associações. Por isso eu digo que eu faço tudo, manutenção, recuperação, visibilidade, porque eu mostro. Porque daqui a pouco, só o que tu vais ter é o que eu filmo. Porque cada prédio que surge mata um boi-de-mamão, mata um terno-de-reis, porque as pessoas que faziam vão embora, porque não tem política pública, porque os de fora que são a maioria os vão engolir (Quadro 8, linha 17).

4.3.2 – A Manutenção

A manutenção evidencia-se, entre os líderes, como o interesse pelos instrumentos legais de preservação, tais como o Tombo e o Registro. Na entrevista que realizámos, o NJL afirmou o seguinte.

O Campo Aviação e o Morro do Lampião foram tombados. As dunas da Ilha foram tombadas, assim como a Ilha do Campeche. Não custa tombar o espaço oceânico, isso vai evitar verticalizar. Essa sempre foi a luta do Campeche, botando obstáculo para o mal, para isso não virar um Balneário Camboriú [cidade turística do litoral norte do Estado, extremamente urbanizada] Algumas dunas nós perdemos. Hoje tem casas em cima e o vigia fica acanhado de ir. As pessoas não sabem a importância do vigia. E quem invadiu as dunas não foram os pobres, os ricos compravam vinte barracos e fizeram casas bacanas! (Quadro 7, linha 7).

Para alguns dos NI, não há futuro para a pesca.

Pesca no Campeche? Sem futuro! O futuro da pesca é muito triste, hoje é tudo cativoiro [criação de peixes]. Hoje tem a poluição, tem pesca predatória... não dá nada e eu também acho errado que a tainha venha cá desovar. Vem ovada e daí matam quantos filhotes? Cada tainha ovada tem 3 milhões de filhotes! (Quadro 7, linha 7).

Em termos cronológicos, no Campeche o património natural foi o primeiro a ser alvo de ações de preservação, conforme descrito no *item* 4.2. Por exemplo, a recuperação das dunas também é fator de visibilidade da cultura nativa, pois são consideradas como suporte material para contar a história da pesca da tainha, já que foram os lugares dos *vigias*, pessoas responsáveis por avistar a manta do peixe e avisar para saírem as canoas para a captura.

Figura 9 – Vigia da pesca artesanal da tainha



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos. Praia do Pântano do Sul em junho de 2020.

4.3.3 - A Recuperação

A recuperação de lugares alterados, degradados pelo *progresso*, está presente, mas parece ser algo muito distante e quase impossível de alcançar, segund a narrativa de um líder comunitário.

Recuperar o Rio do Noca? Isso é algo que ultrapassa o próprio Rio. Teria que ser uma ação muito mais abrangente, ligada à nascente (Quadro 7, linha 7).

Para outro, só seria possível evoluir na preservação e recuperar áreas degradadas com ações radicais. Estas ações estão diretamente relacionadas com a capacidade de suporte da Ilha, e ligadas ao turismo.

Mas acontece o inverso, pois o poder público está chamando as pessoas, incentivando a que venham. Mas pode? É uma Ilha! É devastador! No final do verão o prefeito vai dizer que Floripa encheu, que teve empego para todo o mundo. Ele não liga que o cara vai ficar 3 horas numa fila, que não tem mais como surfar no Campeche, de tanta gente nas ondas! (Quadro 8, linha 17).

Para este sujeito, rever a ideia de que o turismo tem que ser central em Florianópolis, seria benéfico para a recuperação.

A gente foi invadido e é invadido todo o verão. Turista é predador. Chega aqui e não respeita, não quer nem saber, por isso na França dizem que não gostam de turista! E em muita gente que engrossa esse coro comigo. Não dou nem 3 ou 4 anos e vai fechar a

Ilha. Vai elitizar? Mas se for para preservar, para recuperar, está valendo! Eu não vejo outra maneira! (Quadro 8, linha 17).

4.3.4 - A Visibilidade

Para os NJL a ideia da preservação evidencia-se fortemente como visibilidade, como narrativa de um modo de vida do passado para contar para os visitantes. Está ligada ao turismo. Na *media* social do Projeto *Tekoá Pirá* lê-se *conhecer para preservar!* (Quadro 7/6).

Na mesma direção outro sujeito expressou a seguinte narrativa.

No Plano Diretor a gente defendeu o turismo que preserva a cultura dos engenhos, dos ranchos, da pesca, da renda de bilro, do nosso termo de reis. É difícil porque esse capital selvagem não consegue ver que pode haver progresso com preservação. O turismo tem que ser preparado juntamente com o meio ambiente. Onde é verde é turismo, onde as dunas estão livres é turismo. Não adianta colocar uma fileira de prédios na restinga que o turista vai correr dali! (Quadro 7, linha 7).

O património cultural tem dado suporte às narrativas da memória deste modo de vida, como é o caso dos roteiros culturais do Projeto *Tekoá Pirá*, das publicações impressas e virtuais nas redes sociais, pois a cultura que se quer visível é justamente a que está ligada ao modo de vida que vigorava no interior da Ilha de Santa Catarina, antes de a cidade se direcionar para o turismo e, mais recentemente, para a área tecnológica (Figura 10).

As entrevistas realizadas evidenciaram a importância concedida pelos NJL às ações categorizadas como visibilidade, ao mesmo tempo que apontaram para a ideia de que estas ações são as que são possíveis, ao contrário do que ocorre com as ações de manutenção e de recuperação. Estas últimas são de mais difícil execução, uma vez que enfrentam forças sociais que estão contra a preservação, sendo uma delas o próprio turismo, devido à forma como é praticado em Florianópolis.

Figura 10 - Roteiro Cultural com Crianças



Fonte: Fotografia do Engenho da Família Bráz, Campeche, tirada e cedida por Gisele Sílvia Ramos em maio de 2019.

O objetivo de apreender a identidade nativa dos sujeitos do presente estudo, bem como as necessidades sociais ligadas a esta identidade obteve como principais resultados a verificação da existência de dois tipos de sujeitos, os nativos que são, ou mais jovens ou líderes (os NJL) e os mais idosos (os NI). Os NI conservam a memória do modo de vida tradicional da Ilha de Santa Catarina na forma de lembranças, sem que isso se configure como necessidade de agir para preservar, seja, conservando, recuperando ou dando visibilidade às formas e objetos que davam vida à tradição. Estes sujeitos vivem a cultura tradicional, na sua alimentação, da qual não deixou de fazer a parte a farinha, o pirão, o peixe. Também no modo de falar característico, assim como em algumas atividades de lazer e de natureza religiosa. Quanto aos homens, praticam a pesca, de tarrafa ou de espinhel, e atividades relacionadas, como o remendo de redes. Do nosso ponto de vista, os NI vivem a cultura vernácula, a *cultura sem aspas* (Cunha, 2017), porque a vivem simplesmente, sem pensar quanto, como, ou até quando a vivem ou viverão. Desta forma, o seu sentimento para com os *de fora*, é menos tocado pelo desejo de reparação, quando comparado com o que se verifica no grupo dos NJL. Isso não significa que não percebam e que não falem, quando provocados, sobre a perda de espaço, sobre a desvalorização do seu modo de vida.

A *identidade nativa* dos NJL é uma produção da metacultura, pois estes sujeitos vivem a cultura, da forma possível nos dias atuais, na alimentação, no modo de falar, no lazer, na religiosidade, mas, principalmente, vivem *da* cultura. Os NJL fizeram do seu modo de vida uma *missão de vida*. Passaram de usufruidores de determinadas formas e objetos, a agentes da sua preservação e fizeram disso uma atividade laboral. Podemos considerá-los como trabalhadores da cultura. Esse entendimento

é partilhado com instituições responsáveis pela preservação do património cultural, tanto assim que a APESAC foi contemplada com o Prémio Aldir Blanc de Apoio às Culturas, no Edital Trajetórias, da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 2020. O Projeto *Tekoá Pirá* estava, no momento da elaboração do presente texto (finais do ano de 2021) realizando a sua inscrição e a da Associação Amigos do PACUCA na edição 2021 do mesmo prémio. Parte significativa das ações ligadas à identidade nativa está relacionada com o património e as relações sociais que o condicionam. Assim, os sujeitos principais nesta investigação denominados nativos mais jovens e líderes, vivem maioritariamente a sua cultura sob a forma de eventos, formações, publicações, mais do que a vivem cotidianamente. Usando outras palavras, sobressai a metacultura em detrimento da cultura vernácula. E são estas hoje as suas necessidades sociais, a visibilidade de um modo de vida a ser preservado em algumas *ilhas de memória*, dentro da Ilha de Santa Catarina, dentro da Florianópolis da tecnologia, do turismo, do *surf*, dos megaeventos e dos megaempreendimentos imobiliários.

4.4 - A expressão territorial da identidade nativa no Campeche

Um dos objetivos específicos do presente estudo é o de evidenciar a expressão territorial da identidade nativa no Campeche, a partir da visão dos próprios nativos. Tais evidências são as formas remanescentes (rugosidades) presentes e potenciais para a realização da pesca artesanal da tainha, em especial, e da cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina, em geral, nas suas dimensões material, produtiva e simbólica. Este aspeto da investigação fundamentou-se em dois projetos desenvolvidos pelo Projeto *Tekoá Pirá*: o *Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Património Cultural de Santa Catarina* e a *Cartografia Social do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche*, realizados entre 2019 e em 2021. Além dos resultados que foram publicados por nós (Hickenbick & Schemes, 2020; APESAC, 2021), foram usadas as entrevistas.

4.4.1 - A pesca artesanal da tainha no Campeche

As pesquisas de Mussolini (1980) desenvolvidas nos anos de 1940, constataram que o imenso litoral brasileiro abrigava elementos culturais e sociais comuns, que se explicava pelas influências comuns que sofreram estas áreas, as primeiras a serem povoadas aquando da colonização europeia. A autora registou que, embora o litoral fosse mais povoado do que o interior, apenas três grandes centros existiam: Rio de Janeiro, Bahia e Recife. Nos restantes mais pequenos núcleos, pescava-se e plantava-

se para a subsistência e enviava-se a pequena produção, composta por peixe, farinha de mandioca e café, para centros maiores em torno dos quais gravitavam. Para a autora, a impressão era de decadência e era como se ali se vivesse das sobras de outrora.

No que se refere à pesca, do século XVII ao XIX, somente a pesca da baleia (bastante desenvolvida da Bahia para o Sul, e muito em Santa Catarina) era importante, porque estava inserida no comércio nacional dos produtos de exportação. Quanto às outras pescas, eram invisíveis, consideradas insignificantes. Entretanto, nesta época foi consolidada toda uma tradição da pequena pesca costeira que, no momento em que escrevia Mussolini, nos anos de 1940 e de 1950, conservava muito os seus ingredientes portugueses e indígenas (Mussolini, 1980).

Quanto à tainha, é denominador comum na cultura litorânea, e *tem atrás de si toda uma série de práticas tradicionais que ilustram o tipo de organização da pesca caracteristicamente local* (Mussolini, 1980, p. 234).

Fez-se esta introdução para em seguida ponderar sobre dois aspetos. Primeiramente, a longa data da marginalização do pequeno pescador, hoje denominado *artesanal*, para diferenciá-lo do pescador industrial, para também opor esta pequena pesca à de maior vulto, realizada em barcos motorizados, dispendendo de equipamentos dispendiosos e assalariando trabalhadores (Mussolini, 1980). Othon d' Eça (2013) também registou a vida deste pescador, o pescador de Florianópolis, no mesmo momento, na primeira metade do século XX.

(...) comecei então a me preocupar com o homem que ia à pesca, apesar de fatigado, doente e mal-nutrido, porque os filhos careciam comer. E vi o pescador assalariado, mourejando em redes alheias, ganhando a sua ração de peixe e dois mil e quinhentos por pescaria; o pescador que trabalha para si e para a mulher e os filhos e come quando o tempo é bom ou quando o Ludovino não lhe fecha o caderno (D' Eça, 2013, p. 14).

O outro aspeto diz respeito à mudança nas condições e vida dos pescadores e ao fator responsável por esta mudança, a pesca industrial, que será tratado no tópico 4.4.2. Realizaremos, a seguir, uma descrição da pesca da tainha no Campeche.

Tainha é a denominação conferida a uma gama de espécies da família *Mugilidae*, pertencentes ao género *Mugil* (Ribas, 2016). O habitante local que acredita ser um “tesouro particular” está equivocado. Diferentes espécies de tainha podem ser encontradas ao longo de toda a costa brasileira, bem como em oceanos de todo o mundo (tanto em águas costeiras tropicais como temperadas, excetuando ambientes polares). Em função disso, são peixes amplamente empregados na alimentação

ao longo da história, relatadas inclusive na dieta do antigo império romano, no Mediterrâneo (Ribas, 2016). Mas para os nativos, o peixe é especial em determinado ponto do litoral de Santa Catarina.

E vou contar uma coisa: tainha só é boa de Laguna até Itapema, e essa frente aqui. Tainha tem no mundo inteiro, mas não é um peixe apreciado, tem no Irão, no Iraque, no Canadá, em tudo que é lugar, mas só é boa aqui. O peixe faz o curso, sai de uma baía, em que ele está comendo folhas, pretinho, fica com a barriga pretinha, fica amarguentinha. Quando sai da boca da barra que pega o oceano, ela se purifica, começa a comer uns crilzinho, vai comendo aquelas espuminhas e vai perdendo aquele pretume, aquele gosto, limpando ela. Fica essa carne branquinha, saborosa, gordura com banha branca dentro ... é só esse pedaço aqui, depois ela emagrece, quando chega ao Rio, já fica meio oleosa... na Austrália, pega de rede, mas não é apreciada... (Quadro 8, linha 6).

A pesca é uma prática que ocorre há cerca de seis mil anos no litoral de Santa Catarina, e a pesca da tainha, especificamente, há, pelo menos, quinhentos anos (Hickenbick e Schemes, 2020). No Campeche há registos desde o século XIX (Hickenbick e Schemes, 2020). Na narrativa dos pescadores mais antigos, as primeiras canoas no Campeche surgiram nos anos trinta do século XX (Hickenbick e Schemes, 2020).

4.4.2 - A pesca artesanal no Campeche como prática cultural

No Campeche a pesca da tainha apresenta peculiaridades em relação a outros locais e tem-se afigurado como uma manifestação significativa para os Catarinenses. Caracteriza-se por elementos histórico-culturais que contribuem para a formação da sua identidade. Está entre os bens mais citados para os quais os Catarinenses gostariam de proteção e também é um dos que são mencionados por alunos, nativos ou não, em aulas cujo tema é cultura ou património (Quadro 6, linha 1).

Entre os meses de maio e julho envolvem-se diretamente cerca de 180 pessoas na pesca artesanal da tainha, nas quatro parselhas de pesca existentes, além das aproximadamente 400 pessoas indiretamente envolvidas, quando o peixe chega à praia (Hickenbick & Schemes, 2020). A Praia do Campeche, por situar-se em mar aberto, apresenta a formação de fortes ondas, acarretando muitas correntes de repuxos. Essas correntes deixam o fundo do mar muito esburacado dificultando a captura dos cardumes de tainhas que quando perceberem que estão cercadas procuram saltar ou nadar paralelamente à areia, na tentativa de encontrar um espaço de fuga entre a chumbada da rede e o fundo do mar (Hickenbick & Schemes, 2020).

Os pescadores da comunidade organizam-se e mantêm-se em atividade para a pesca da tainha, não apenas nos meses da safra, como também nos meses que a antecedem. A transmissão da técnica da pesca artesanal da tainha era feita de pai para filho ou também de avós para netos. Geralmente as crianças de 10 anos já acompanhavam os seus pais e avós, exercendo atividades como: levar o café para o patrão na praia, enrolar o cabo da rede e até mesmo puxar a rede (Hickenbick & Schemes, 2020).). Participavam, desde essa idade, da partilha. Recebiam meio quinhão pela atividade exercida (Hickenbick & Schemes, 2020). E dependendo do seu desempenho na atividade, iam alcançando outras funções que exigiam mais conhecimento da atividade da pesca como ser Camarada, Remeiro, Chumbeiro e Patrão. O envolvimento da comunidade com o pescado e o significado que é dado às diferentes atividades desenvolvidas em torno da pesca passavam de geração para geração. Importa ressaltar que 74% dos pescadores entrevistados por nós em 2018 afirmaram que aprenderam a pescar com familiares (Hickenbick & Schemes, 2020).

Atualmente, a pesca da tainha é uma prática cultural, cujo objetivo é manter a tradição e cuja sobrevivência é cada vez mais difícil. Desde a segunda metade do século XX, sobretudo com o fomento do setor industrial pesqueiro nos anos de 1960, a sua preservação depende de determinadas condições materiais, tais como a manutenção dos ranchos de pesca (Hickenbick & Schemes, 2020).

No Campeche, esta pesca da tainha é uma atividade que envolve basicamente homens, apesar da presença feminina nos ranchos e do movimento na comunidade em torno da atividade. As mulheres são denominadas *gaivotas*, quando se envolvem na pesca. Todos os indivíduos que estavam nos ranchos de pesca durante os meses de safra, no ano de 2018, entrevistados para a pesquisa que fundamentou o Registro como patrimônio cultural de Santa Catarina, eram homens, o que corrobora as informações da EPAGRI. No seu Boletim Técnico 113, foi afirmado que a pesca artesanal marinha em Santa Catarina é praticada por homens (Hickenbick & Schemes, 2020).

Trata-se de um coletivo majoritariamente adulto, com expressiva participação de idosos. Cerca de 42% dos indivíduos têm entre 61 e 75 anos, enquanto 44% têm entre 46 e 60 anos e 6,5% têm idade inferior a 45 anos e superior a 76 anos. As percentagens apresentadas evidenciam o envelhecimento da comunidade de pesca artesanal no Campeche, aspecto percebido pelos próprios indivíduos da comunidade, sobretudo pelas lideranças. Neste sentido, preocupados com a necessidade de renovação do quadro de pescadores, alguns dos seus líderes desenvolveram estratégias para contornar a situação. Uma das estratégias foi a organização de cursos de “remeiros para a pesca artesanal da tainha”, que já ocorrem há pelo menos quatro anos e que se destinam exclusivamente à

comunidade local. Cerca de 83% dos entrevistados afirmaram pescar há mais de 20 anos (Hickenbick & Schemes, 2020).

A pesca artesanal da tainha significa a possibilidade de relação com a natureza e do viver coletivo, dois aspetos da vida humana cada vez mais escassos e ameaçados. Preservar esta pesca, não mais pela sua dimensão económica (que foi importante na geração que antecedeu a dos pescadores atuais, mas pelo seu valor cultural), é importante para a geração atual. É resistir a esta escassez e a esta ameaça. Os diversos registos em áudio e em vídeo, bem como os documentários já produzidos, disponíveis para consulta na internet há pelo menos uma década, são uma manifestação de interesse por esta resistência e reafirmam que é essencial a preservação de determinados aspectos de modos de vida tradicionais (Hickenbick & Schemes, 2020). Neste sentido, o Registro de bens culturais imateriais associa-se ao que foi destacado na Declaração do México, de 1985, de que a globalização exige políticas complementares nos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação, para que seja possível um equilíbrio entre o progresso técnico e a elevação moral da sociedade (Paoli, 2018).

Para os pescadores do Campeche a pesca da tainha é o tempo de viver o coletivo, de jogar o dominó, de preparar e consertar as redes, de cozinhar no rancho, de fazer o café ainda antes do raiar do sol, no fogão a lenha, de limpar o rancho e de rezar pedindo uma boa safra (Hickenbick & Schemes, 2020).

Figura 11 - Puxada de Rede



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Heloisa de Campos Lalane, durante a pesca da tainha na praia do Campeche em junho de 2021.

De acordo com a maioria dos inquiridos, quando questionados sobre o significado da pesca foram frequentes expressões, tais como tradição, amizade, identidade, diversão, lazer, prazer e felicidade. Cabe destacar que, para apenas 3,9% dos entrevistados a pesca é considerada como fonte de subsistência e/ou complemento de rendimento. Deste modo, pode-se inferir que a relevância cultural sobressai relativamente à económica (Hickenbick & Schemes, 2020). No entanto, para alguns pescadores nativos, especialmente os mais idosos, *não tem mais a tradição. Quem quer fazer força no remo? Os mais jovens não querem. Quem vai querer viver disso?* (Quadro 7, linha 7).

Por outro lado, esta prática vive mudanças significativas como por exemplo, a transformação na forma de transmissão dos conhecimentos, havendo necessidade de aulas para novos remeiros, que já não aprendem com os mais velhos, em família.

A Figura 12 regista os quatro ranchos de pesca que integram a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche, criada em 1998. Há também o rancho de Claudinei José Lopes, que faz parte da Associação Social Cultural Artesanal de Pescadores do Campeche, criada mais recentemente.

Figura 12 – Localização dos Ranchos de Pesca que realizam a pesca artesanal da tainha no Campeche



Fonte: Elaboração da autora da presente tese em conjunto com Heloisa de Campos Lalane.

Os pescadores que hoje mantêm a pesca da tainha são aposentados de diversos serviços, em especial da carreira militar. Para os sujeitos desta investigação, em especial os nativos mais jovens e

líderes, a pesca é uma atividade que está em risco de deixar de existir e, por isso, necessita de proteção, se assim for a vontade de quem a pratica, como é o caso do Campeche. Esta situação atual está diretamente relacionada com a pesca industrial.

Os atuneiros estão com os seus botes infláveis cercando as iscas vivas, as sardinhas no costão. Se retirar a sardinha da beira da praia retira também o peixe, que não vem se não tiver o alimento (Quadro 7, linha 7).

O pescador que fez esta reflexão ressalta ainda os órgãos que deveriam zelar pela pesca artesanal, dada a ligação destes órgãos com os empresários do setor da pesca (Quadro 7, linha 7).

Vista num contexto mais amplo, para além do setor da pesca, é preciso considerar o facto de que Florianópolis é hoje uma cidade ligada a atividades que pouco se aproximam do modo de vida que a pesca artesanal representa, sendo o turismo uma destas atividades. No caso em estudo, os pescadores passaram a trabalhar no turismo, em atividades diversas, alugando casas, transportando turistas, por mar e por terra, trabalhando em restaurantes (por vezes em negócios próprios). Neste contexto, os muitos turistas que frequentam as praias, passam a tomar o lugar das canoas e redes, a tomar o lugar da pesca. Não apenas os turistas, mas também os moradores e os frequentadores das praias (Figura 13).

Figura 13 - Praia do Campeche no verão



Fonte: Jornal do Campeche, 2017. Disponível em <https://www.jornaldocampeche.com.br>

Para alguns que estão *na lida* há muitos anos (*na lida* - forma característica de falar dos pescadores sobre a sua labuta cotidiana na pesca), a pesca é uma atividade em extinção, pois (...) *não*

há novos braços, os jovens preferem apostar em carreiras mais seguras nos centros urbanos, do que se arriscar e se submeter às regras pouco flexíveis da pesca artesanal (Silva, 2018, p. 13).

Segue-se uma narrativa de um dos pescadores entrevistados durante a Cartografoa Social.

A pesca do arrasto de praia não dá muito futuro, porque a pesca da tainha é dois meses e meio. Anchoa, hoje, é pouco peixe na nossa costa, porque os barcos industriais capturam muito. Então, hoje, o arrasto de praia é mais manter a cultura, de manter a tradição, dos nossos antepassados, e quem gosta, então tem que gostar também (Quadro 7, linha 7).

Um dos NJL define o território da pesca atual como muito limitado. Destaca a questão do espaço físico, mas pondera sobre o que considera um aspeto mais importante, a informação, ou a visibilidade, termo recorrentemente usado por eles. Por exemplo, para ele a ideia do balizamento (proposta que resultou da Cartografia Social, de delimitar com faixas - como as que são usadas para os salva-vidas nas praias - a saída das canoas dos ranchos mesmo no verão) é válida, mas há coisas mais importantes, como o conhecimento do que significa a pesca artesanal, que pode minimizar os conflitos, com os surfistas, por exemplo. Para ele, o conhecimento é importante, mesmo considerando que há quem tenha conhecimento, que seja nativo e ainda assim, atue contra a pesca artesanal. Em relação ao balizamento:

Não adianta a gente querer fazer uma ação, se uma outra que antecede esta não tiver sido feita. Vou fazer balizamento, mas...vou fazer no verão? É só para saída da canoa? E se for um cerco, vai pegar uma extensão maior da praia, e daí? Quem está fora do balizamento? Vou ter pessoas na praia com apito, com megafone? Então tem que ser amadurecido porque está ligado a outras questões. Mas eu vejo que hoje estamos num bom momento justamente por conta do escopo técnico, que tem direcionado ações. O espaço da pesca é um espaço com muitas variáveis. São os banhistas, o pessoal que aluga cadeira, a travessia, o surf. É um contexto muito grande, só com um planejamento estratégico a longo prazo, até que tudo isso possa acontecer de forma mais tranquila. Na geração dos meus filhos, dos meus netos, ou talvez não... (Quadro 8, linha 18).

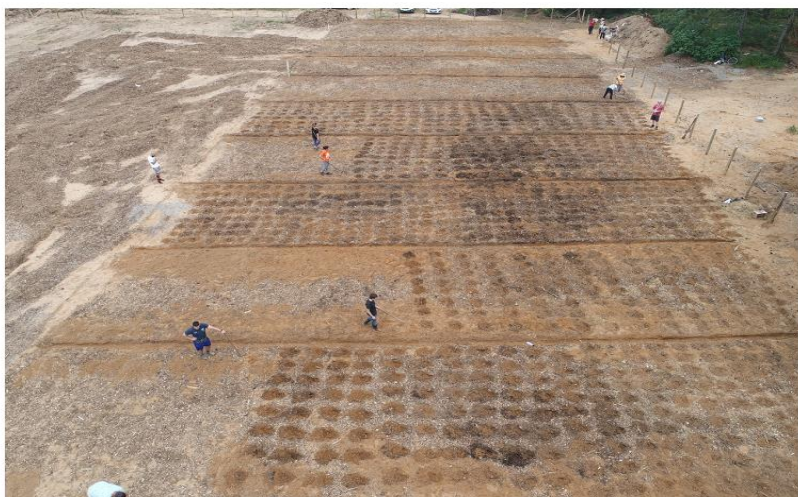
4.4.3 - Lugares ligados à pesca artesanal da tainha e da cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina, no Campeche, do ponto de vista dos nativos

O Campeche pode ser considerado um exemplo e mesmo um símbolo de resistência a determinada forma de urbanização, uma vez que, conforme destacado no capítulo 3, os moradores organizados no Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) obtiveram sucesso quando se

opuseram ao Plano do IPUF que pretendia, entre outras coisas, um grande crescimento populacional para o Campeche.

No antigo Campo de Aviação, do qual os moradores do Campeche se apropriaram após a sua desativação, usando-o para criar gado, plantar mandioca, jogar futebol (Daniel, 2018), identificamos uma ilha de resistência, pois a Associação Amigos do PACUCA intervém no sentido de manter estes usos. O mutirão de preparação da roça de mandioca (Figura 14), realizado em outubro de 2021 pela Associação Amigos do PACUCA contou com a participação da família Andrade, proprietária de um dos poucos engenhos da Ilha de Santa Catarina, que realiza farinhadas, como eventos culturais.

Figura 14 - Mutirão na roça



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Paulo Antonio Callegari, Campeche, em outubro de 2021.

Mas, considera-se que predomina a lógica imposta à Ilha de Santa Catarina, na direção do turismo e dos negócios imobiliários destinados às classes sociais mais privilegiadas, em detrimento da cultura tradicional, caracterizada pela pesca e pela agricultura. Esta foi uma escolha feita pelas lideranças políticas e empresariais de Florianópolis, conforme registado no capítulo 3, por volta dos anos de 1950. Para um dos nativos, *é bonito olhar da praia para a Ilha do Campeche, mas é feio olhar da Ilha para a praia...* Este depoimento faz referência às muitas construções que são a paisagem avistada da Ilha para a praia (Figura 15), em especial o lugar denominado *Novo Campeche*, que outrora continha terrenos da família Chagas, de pescadores, atualmente membros da APESAC e líderes comunitários (Quadro 7, linha 7).



Figura 15 - É feio olhar da Ilha para a praia



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos, da vista da Praia do Campeche, a partir da Ilha do Campeche, em maio de 2019. A frase é de Ciro Miguel Bráz, pescador.








A expressão territorial da cultura tradicional da ilha de Santa Catarina no Campeche, em especial a pesca da tainha, está evidenciada no nosso estudo pelo mapeamento do território tradicional da pesca da tainha no Distrito do Campeche, a Cartografia Social (Anexo 1). Organizámos as formas geográficas em duas categorias, de acordo com as suas funções, ou seja, as remanescentes e as reminiscentes, correspondendo respectivamente à configuração do presente e do passado, conforme evidencia o Quadro 15, ilustrado com imagens do *software* Google Earth.

Quadro 15 - Funções remanescentes e reminiscentes de paisagens do Campeche

Número	Forma-conteúdo	Amostra	Função remanescente	Função reminiscente
1	Dunas		Presença de casas	Avistamento da tainha (Vigia)
2	Acessos à praia		Picos e trilhos para veranistas; novas denominações	Picadas e caminhos para as famílias; denominações ligadas às famílias




Fonte: Elaboração própria tendo por base registos fotográficos da autora da presente tese realizados em outubro de 2021.

Quadro 15 - Funções remanescentes e reminiscentes de paisagens do Campeche (continuação)

Número	Forma-conteúdo	Amostra	Função remanescente	Função reminiscente
3	Mar e praia		Pesca como tradição e passatempo	Pesca-recolha de frutos de mar para subsistência
4	Ranchos		4 ranchos de pesca (paredes, cozinha, banheiro, luz elétrica, água encanada) espaços de guarda de apetrechos e canoas para eventos culturais.	Sem paredes, teto de palha de tiririca ou telha francesa; sem água, luz, banheiro ou cozinha, espaços de guarda de apetrechos e canoas
5	Engenhos de farinha e de açúcar		Dois ativos-eventos	42 engenhos de farinha de mandioca inativos; 2 engenhos de açúcar inativos; uso para subsistência
6	Ilha do Campeche		Turismo	Pesca, roça, pesca da baleia; subsistência
7	Rios e lagoas		Lagoa Pequena, Lagoa da Chica e Rio do Noca: esgoto, assoreamento; desuso	Diversão das crianças; lavagem de tipiti e de roupa; pesca; formação de salva-vidas (Rio do Noca)
8	Campo de aviação		Casa da Aviação Francesa, hangar, torres, pista de pouso e decolagem, 350 mil metros quadrados de área	Parque Cultural do Campeche (PACUCA); 350 mil metros quadrados de área; clube de mães na Casa da Aviação
9	Moradia		Casas altas de alvenaria - edifícios- condomínios	Casas baixas, de madeira, simples, com roça e criação de animais

Fonte: Elaboração própria tendo por base registros fotográficos da autora da presente tese realizados em outubro de 2021.

Quadro 15 - Funções remanescentes e reminiscentes de paisagens do Campeche (conclusão)

Número	Forma-conteúdo	Amostra	Função remanescente	Função reminiscente
10	Pastos, roças, quintais		PACUCA	Nas casas, em áreas comuns
11	Morro do Lampião		Turismo- trilha para a Pedra do Urubu	Lampião de sinalização para os voos noturnos da aviação francesa; roças de feijão, milho, cana-de-açúcar e outros; retirada de lenha para engenhos e casas
12	Fontes de água		inexistentes	Quatro fontes de água - trabalho feminino e infantil (lavagem de roupa e recolha de água para consumo). Exemplo: Lagoa da Chica

Fonte: Elaboração própria tendo por base registos fotográficos da autora da presente tese realizados em outubro de 2021.

Os lugares registados no Quadro 15 estão representados também na Figura 16.

Figura 16 – Paisagens do Campeche



Fonte: Elaboração da autora da presente tese em conjunto com Heloisa de Campos Lalane.

Nas observações realizadas durante a investigação e registadas em notas no Diário de Campo, descrevemos o Campeche do presente. Tais notas são resultado de momentos diversos no lugar, de conversas informais com moradores e de registos fotográficos da autora, bem como de fotografias cedidas por moradores, pelo Projeto *Tekoá Pira*, ou extraídas da *web*.

No que se refere às habitações, por exemplo, para além da descrição dos pescadores nas entrevistas da Cartografia Social, que mencionaram, simplesmente, que hoje em dia as casas são altas e de alvenaria (Linha 9 do Quadro 15), são visíveis residências de estilos diversos, formando um mosaico. As casas mais antigas costumam ser de apenas um andar, sendo de alvenaria ou de madeira e costumam ter um pátio.

No bairro, há muitas ruas estreitas, sem pavimentação e canalização de esgoto. São apelidadas de *servidões*, construídas pela própria população, para terem acesso aos terrenos que foram aos poucos sendo desmembrados, por herança. Geralmente essas servidões têm o nome do antigo dono da terra. A maioria tem escritura de posse e não escritura pública.

É bastante comum a construção de *kitnets* ou de casas maiores de dois andares divididas em pequenos apartamentos, construídos para aluguer. Muitos nativos investiram nesse tipo de negócio, principalmente nas últimas décadas, quando ocorreu a valorização do bairro. Como o preço da terra é muito elevado, há uma tendência para aproveitar toda a extensão do terreno para construção. Num mesmo terreno de cerca de 400 m² pode ter a casa do proprietário, a casa de algum filho e as destinadas ao aluguer (Quadro 6, linha 3).

Sobre esta realidade, um dos sujeitos entrevistados afirmou o seguinte.

O nativo, o pescador que constrói um monte de apartamentinhos, um monte de casinhas, sem infraestrutura, sem lugar pra deixar carro, sem tratamento de esgoto, sem nada, esse cara está sugando a Ilha! A gente fala dos prédios, mas muitas vezes esquece que isso também acontece! (Quadro 8, linha 17).

Figura 17 - Habitações e ruas do Campeche

		
<p>Kitnets construídas para aluguer</p>	<p>Casa com estilo rústico no meio da natureza</p>	<p>Várias construções num mesmo terreno – aproveitamento de espaço</p>
		
<p>Sobrados geminados construído em condomínio</p>	<p>Casa de morador nativo</p>	<p>Servidão estreita com muitos buracos e sem sistema de drenagem</p>
		
<p>Servidão construída sem planeamento e casas sem o devido afastamento da rua</p>	<p>Novas construções em loteamento com escritura pública</p>	<p>Novas construções compostas por pequenos apartamentos</p>
		
<p>Edificações recentes próximas à Avenida Pequeno Príncipe</p>	<p>Casa de estilo rústico</p>	<p>Edifício de dois andares construído recentemente</p>
		
<p>Sobrados geminados construídos em todo o bairro e cada vez mais comuns</p>	<p>Edifício na Avenida Pequeno Príncipe</p>	<p>Casa de morador nativo</p>

Fonte: Elaboração própria tendo por base registos fotográficos da autora realizados em outubro de 2021.

Não é rara a ocupação de áreas de preservação permanente (Figura 18), como margens de lagoas, áreas de dunas e encostas de morro. As obras são feitas sem aprovação da prefeitura e a fiscalização é ineficiente e geralmente só ocorre quando há denúncias (Quadro 6, linha 3).

Figura 18 - Casas em Área de Preservação Permanente



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Heloisa de Campos Lalane, em outubro de 2021.

Esse tipo de ocupação contrasta com os novos loteamentos com ruas largas e acesso a infraestruturas, como esgoto, pavimento, drenagem e iluminação. Tem vindo a crescer a construção de loteamentos planeados. Essas áreas são ocupadas por pessoas de maior poder económico e os lotes são bastante caros. As residências são de alvenaria, desenhadas por arquitetos e precisam cumprir certas regras estabelecidas pela legislação do condomínio. O loteamento Novo Campeche (Figura 19) também contrasta bastante com o resto do bairro, com quarteirões planeados, amplos e do mesmo tamanho.

Figura 19 – O Novo Campeche



Fonte: AMONC - Associação dos Moradores do Novo Campeche. Disponível em <https://www.amonc.com.br/>

Em conversas informais, em diversos momentos, os moradores afirmaram que o Novo Campeche é um dos lugares mais valorizados do bairro, sendo seguido o Plano Diretor. Mas, o Campeche ainda é muito diferente de Jurerê Internacional, onde é importante a imagem da *riqueza* e da competição, com ruas planejadas, onde há casas que poderiam estar em qualquer lugar, porque são objetos que não se conectam ao lugar onde estão, nem ao clima, nem à cultura. São *casas turistas* (designação de outro morador).

No Campeche existem muitas casas rústicas, próximas da natureza. Muitas delas são de surfistas, ex-surfistas e pessoas que passaram a morar no bairro procurando mais tranquilidade e contacto com a natureza. Há uma atmosfera mística e espiritualista muito presente no Campeche. É possível observar no comércio, nas casas de terapias holísticas, nas lojas de artesanato, nos cosméticos naturais, nas pedras e nos cristais. É possível identificar uma inspiração balinesa que compõe essa atmosfera, presente também na arquitetura de algumas edificações. Sobre o único *shopping center* do bairro, uma moradora referiu que o *shopping* se assemelha aos *shoppings* de Kuta em Bali (Indonésia), onde esteve há alguns anos, onde percebe semelhanças na decoração e no conceito de espaço aberto (Figura 20).

Figura 20 - Shopping Seminyak – Bali/ Open Shopping - Campeche



Fonte: Shopping Seminyak (<https://www.thebalibible.com/>); Open Shopping (<https://ibagy.com.br/empreendimento/112216/multi-open-shopping/>)

Esta mesma moradora mencionou que, para ela, o que mais se destaca ultimamente, é a quantidade de sobrados e de pequenos apartamentos construídos num lote de tamanho padrão (400/450 m²). Geralmente são três moradias contíguas ou prédios com quatro apartamentos (dois no rés-do-chão e 2 no primeiro andar). Esses terrenos têm somente escritura de posse, o que não permite o financiamento bancário para comprar as residências construídas. Esse facto torna o valor de venda um pouco mais baixo. Muitas dessas construções são feitas por construtores sem um projeto arquitetónico e de engenharia aprovado. Existem ruas inteiras somente com edificações desse tipo (Quadro 6, linha 3). A fachada desse tipo de construção é sempre atraente e tem se tornado muito comum no Campeche (Figura 21).

Figura 21 - Construções comuns no Campeche



Fonte: Registos fotográficos da autora da presente tese em outubro de 2021.

Apresentamos seguidamente algumas características de um dos lugares que tem tido destacado mais recentemente e cuja denominação, é também recente, *Pico da Cruz*. Trata-se de um vocabulário característico dos surfistas, que provoca reações nos nativos mais jovens e que são líderes, que entendem a designação como um desrespeito à memória e à história do lugar.

Não é riozinho, é o Rio do Noca, e não é pico, e nem é trilha, é picada! A picada que as famílias sempre usaram para irem de uma casa para outra, e para a praia, caminho entre roças (Quadro 7 , linha 7).

Estar na praia do Pico da Cruz, como é hoje conhecida, ou na Picada da Cruz do Padre, como era conhecida há mais ou menos 20 anos, pelos nativos, é estar entre praticantes de ioga, surfistas, muitos aposentados (ainda jovens, saudáveis, praticantes de caminhadas) e atletas. Adentrar as trilhas que levam à praia, numa caminhada se aproximadamente de 10 minutos, é:

- Ouvir uma surfista, na faixa dos 30 e poucos anos mencionar a sua tese de doutorado (concluída) e a sua alternativa de vida, junto à natureza e às ondas, e longe da academia;

- Encontrar famílias de surfistas, pai, mãe, filhos e cães, bem cedo, por volta das 7h da manhã, e encontrá-los novamente, voltando para casa, a pé (moradores), antes do meio-dia...

- Cumprimentar e ser cumprimentada pelos desconhecidos, que caminham nas trilhas;

- Ver placas rústicas, em madeira, pedindo respeito pelo meio ambiente;

Estar na praia é não encontrar vendedores, nem música alta, nem muita gente (pelo menos em 2020 e 2021, por conta da COVID-19) e nem pescadores. Mas, eles, os pescadores, ajudam a impulsionar o mercado imobiliário. A Feelin Imóveis informa no seu site, que a pesca também é uma prática comum no bairro. Entretanto, não estamos falando de quantidade, mas, sim, da pesca artesanal. A comunidade pesqueira até recebeu o Registro de património catarinense em 2019, pela pesca artesanal da tainha, peixe popular em Florianópolis.

O Pico da Cruz. Esta nova denominação irrita alguns nativos, que se ressentem de verem desaparecer os nomes tradicionais. Mas, é forçoso reconhecer que o modo de vida de hoje no Campeche tem por agentes majoritários as pessoas que nem sabem que ali morreu afogado um padre, cujo corpo foi resgatado por pescadores, que não quiseram colocá-lo na canoa, por superstição, e o trouxeram para a praia amarrado no lado da fora da embarcação. Estes novos moradores e mesmo, novos nativos têm também direito de nominar o lugar? (Quadro 6, linha 3).

Figura 22 - Não é pico, e nem é trilha, é picada!



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos, na Picada/Pico da Cruz em junho de 2020.

O espaço que concretiza a pesca artesanal da tainha no Campeche é limitado, conforme evidenciaram as fontes desta investigação, pois conforme Carlos (1994), nas cidades predominam as realizações do capital imobiliário e não admitem as rugosidades (Santos, 2014), a não ser as que possam ser transformadas em mercadoria.

O espaço urbano é vendido em parcelas (as casas, os condomínios, os edifícios) ou como um todo, pelo *marketing* imobiliário. Predomina o valor de troca, em detrimento do valor de uso. Pela memória dos mais antigos é possível aceder ao tempo em que os valores de uso predominavam, como era o caso de um proprietário permitir uma roça ena sua terra, por um conhecido não proprietário, acertando-se a *meia*, ou seja, uma parte da produção seria cedida ao proprietário da terra. Mas, algumas vezes, apenas autorizava o uso (Quadro 8, linha 7). Ainda que houvesse a operação *troca* envolvida, havia laços interpessoais, e a *moeda* não era o dinheiro. No Campeche atual, impera a lógica do crescimento imposta pelo capitalismo e o espaço é vendido a preços elevados.

O património cultural é um facto social e na sua realização intervêm três elementos. O próprio artefacto (a pesca da tainha), o campo de forças onde se insere (a cidade Florianópolis) e o Campeche como lugares transnacionalizados (Santos, 2014), limitando o espaço da realização do artefacto e a representação, *i.e.*, o significado que o artefacto assume para os seus detentores. É este último elemento, o que fundamenta a resistência pela sua continuidade, apesar das adversidades geradas pelo campo de forças. A trama que constitui o contexto em que se insere a pesca artesanal da tainha,

como seja, a sua *localização*, é constituída por componentes económicos, institucionais e também culturais, que lhe conferem valores e significados. Estes significados são diferentes conforme os momentos históricos. A pesca da tainha significou sobrevivência, produção e reprodução da vida material e continua significando sobrevivência, como produção e reprodução identitária.

No próximo tópico, são descritas ações relativas a algumas das formas-conteúdo registadas no Quadro 15, contempladas pelo Projeto.

4.5 - As ações do Projeto *Tekoá Pirá* e a preservação do património cultural

O Projeto *Tekoá Pirá* (doravante denominado apenas Pirá), foi iniciado com a iniciativa de duas alunas do Curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Florianópolis-Continente, do Instituto federal de Santa Catarina (IFSC), em 2016. Foram motivadas pelo interesse pela proteção da cultura tradicional, ou seja, da sua cultura da Ilha de Santa Catarina e em práticas turísticas que pudessem auxiliar na salvaguarda dos seus bens culturais. Um dos objetivos do presente estudo é avaliar a relação das ações do Pirá com a preservação do património cultural. O Pirá integra a Comunidade Tekoá, em cujo Manifesto-Regulamento está explícita a sua natureza, objetivos, escolha da denominação, bem como a relação direta com a preservação patrimonial.

Art. 3º- A Comunidade adota por denominação *Tekoá*, termo de origem guarani, significando *vida em aldeia*, e constitui-se como um coletivo não formal que tem por objetivo realizar atividades relacionadas ao potencial cultural e turístico dos lugares.

Parágrafo Único- A Comunidade terá por objetivo complementar a constituição de acervo documental das suas atividades e materiais de interesse dos campos em que atua.

Art.4º- As atividades relacionadas aos aspectos culturais e turísticos do lugar serão definidas a partir de princípios comuns ao campo patrimonial e ao Turismo de Base Comunitária como a valorização da diversidade, a inclusão social, a distribuição de renda, o desenvolvimento sustentável, a preservação do património natural e cultural e a participação da comunidade (Quadro 7, linha 5).

Em 2017 a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC) e o IFSC solicitaram à Fundação Catarinense de Cultura (FCC) a salvaguarda da pesca artesanal da tainha no Campeche como património cultural. O bem foi registado a 1 de maio de 2019, e desde então, o Pirá tem trabalhado com a APESAC.

As fontes selecionadas para a análise das ações do Pirá (Bardin, 2018) foram consultadas a partir do conceito lato de preservação, considerando as dimensões da identificação, do reconhecimento

e da valorização (Meneses, 2009).

As ações foram analisadas pelas categorias *identificação*, *reconhecimento* e *valorização*. A *identificação* corresponde a ações de pesquisa, inventário, bem como à divulgação dos resultados destas ações. Por seu turno, o *reconhecimento* relaciona-se com as ações de solicitação de Registro e a consequente certificação pelas instituições responsáveis e pelos seus níveis de atuação, no âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional. Por último, a *valorização* corresponde às ações de fruição social do bem em questão, tais como articulação entre os três agentes que intervêm no campo patrimonial, Estado, Setor Produtivo e Sociedade Civil Organizada, criação e fortalecimento dos coletivos envolvidos com o bem cultural em questão, mobilização comunitária, encaminhamento de propostas e solicitação de providências em prol do bem.

Considera-se importante a noção de preservação do património a partir das três dimensões (identificação, pesquisa e valorização), pois não é raro que a última das dimensões, justamente a mais desafiadora, acabe por ficar obscurecida pelas outras duas. No caso do património cultural imaterial, a partir de 2003, com a Convenção da UNESCO, ficou destacada a importância do desenvolvimento de ações após a certificação, o que não ocorria anteriormente, no âmbito da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Popular, de 1989 e da Declaração sobre a Diversidade Cultural, de 2001.

Ressalte-se, entretanto, que as coisas não se passam de forma independente umas das outras, estão, pelo contrário, imbricadas. Por exemplo, o ato de entrevistar ou de recolher depoimentos junto dos pescadores e de outros membros da comunidade, integrando a categoria *identificação*, acaba por ligar-se também à categoria *valorização*. Tal acontece, pois os entrevistados sentem-se acolhidos pelo interesse de outros, e por vezes, vislumbram possibilidades de melhorias para os seus lugares e para suas práticas culturais.

Num segundo momento, procedeu-se à categorização a partir da característica mais ativa da ação, que evidenciou o seu objetivo principal. Seguidamente, destacam-se as principais ações do Pirá, a partir das categorias: *memória*, *manutenção*, *recuperação* e *visibilidade*. Na categoria *memória* estão a recolha e o arquivo de entrevistas e de depoimentos com nativos, para fundamentar o Registro da pesca, assim como o mapeamento do território tradicional (Cartografia Social), a construção e a manutenção dos arquivos do Projeto, a elaboração do dossiê sobre a pesca artesanal da tainha para fins de solicitação de Registro, a publicação do livro sobre a pesca artesanal da tainha como património cultural (Figura 23), a realização da Cartografia Social do território tradicional da pesca artesanal da tainha no distrito do Campeche.

Figura 23 – Livro Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche



Fonte: Fotografia *Livro e Rede*. Lançamento do livro Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina no Rancho de Pesca da Família Aparício, Campeche, a 10 de outubro de 2020. Tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos.

A certificação da pesca da tainha como patrimônio cultural (Registro) e a elaboração do Plano de Salvaguarda, junto da APESAC foi também incluída na categoria *memória*.

Figura 24 - Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos. Entrega do Certificado de Registro da Pesca Artesanal da Tainha no Campeche (Praia do Campeche, em frente ao Rancho da Família Inácio, 1º de maio de 2019) em maio de 2021.

Na categoria *manutenção* estão as ações de acompanhamento da APESAC, através de reuniões periódicas (solicitadas pelo Pirá), a articulação junto do Estado, em especial a FCC, e entre a APESAC e outras organizações sociais, em especial o PACUCA e a AMOCAM. Também o encaminhamento dos resultados da Cartografia Social, junto de diversos órgãos públicos, em especial o Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis (IPUF), a realização de Roteiros Culturais, em especial junto a escolas e a proposta de formação sobre patrimônio cultural e turismo, com insistência na pesca artesanal no Campeche para professores da Rede Pública de Ensino de Florianópolis. Por último, a captação de recursos financeiros em editais públicos, seja exclusivamente para a APESAC, seja para ações a serem realizadas pelo Pirá em prol da pesca artesanal.

Figura 25 - Convite de Cartografia Social



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos, na entrega dos resultados da Cartografia Social para a comunidade, em julho de 2021.

No Quadro 16 estão referidas dez ações do Pirá ligadas às necessidades sociais mencionadas no primeiro *item* do presente capítulo, na análise das características da identidade nativa.

Quadro 16 - Ações do Projeto *Tekoá Pirá* ligadas às necessidades sociais

Número	Ação	Necessidade Social: Memória (M)	Necessidade Social: Manutenção (MA)	Necessidade Social: Recuperação (R)	Necessidade Social: Visibilidade (V)
1	Entrevistas	M			
2	Registro	M			
3	Cartografia Social - Mapeamento	M			
4	Publicação do livro sobre a pesca - resultados do Registro				V
5	Publicação do material da Cartografia Social				V
6	Roteiros Culturais				V
7	Formações				V
8	Plano de Salvaguarda		MA		
9	Acompanhamento APESAC		MA		
10	Articulação interinstitucional		MA		
11	Reconstrução do Rancho da Família Aparício			R	

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se concluir que existe um equilíbrio entre as ações de memória, manutenção e visibilidade. Nas entrevistas realizadas, a necessidade que mais sobressaiu foi a de *dar visibilidade ao nosso modo de vida* (Quadro 8, linhas 7 e 15). Nas linhas 9 e 10 lê-se *roteiros culturais* e *formações*, no plural, pois foram ações realizadas diversas vezes.

Do nosso ponto de vista, as ações do Pirá seguem o que predomina na história da proteção dos bens imateriais. Considera-se que a presença de ações de *manutenção* sugerem um entendimento da preservação do patrimônio para além da tendência para o inventário e para a divulgação, na direção da continuidade do bem cultural. Trata-se de algo que a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial destacou, avançando em relação ao disposto na Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (UNESCO, 1989). Na Recomendação, a preocupação que está explícita é a perda de vigor da cultura tradicional e popular, face à cultura industrializada difundida pelos *mass media*, mas os agentes que se destacam no texto são os que *se ocupam* da cultura tradicional e popular. São evidenciados *empregos para especialistas* em cultura tradicional e as ações

estão direcionadas para arquivos, museus, apresentações diversas, ensino, representação, investigação e compilação. Já na Convenção (UNESCO, 2003), há menção, no texto, a medidas que visem garantir a *viabilidade* do património cultural imaterial e assegurar a participação mais ampla possível dos que criam, mantêm e transmitem este património, associando estes sujeitos à sua gestão.

Conforme registado no início deste tópico, o Pirá teve como motivação a preservação da cultura da Ilha de Santa Catarina, do modo de vida do interior, ligado à pesca e à agricultura. Desde 2017, foram desenvolvidas propostas para esta preservação, a começar pelo Registro da pesca como património cultural de Santa Catarina. Uma das questões de partida do presente estudo estava relacionada com os valores presentes nesta motivação e do conjunto de valores, verificar quais seriam mais importantes para os planos de salvaguarda e para o TBC. Para tanto, partiu-se da proposta de Meneses (2009) para quem o valor de um bem patrimonial não está dado *a priori*, sendo, pelo contrário, um facto social. São as pessoas, os grupos sociais que atribuem o valor aos bens e este valor pode ser compreendido a partir dos seus componentes. Estes valores podem ser cognitivos, se o que se destaca são informações, geralmente históricas sobre o bem. Podem ser formais (ou estéticos), se a relação com o bem é mediada pelos sentidos e afetivos, se ligados à autoimagem e à identidade dos grupos que lhes atribuem valor. Por último, pragmáticos, quando o bem confere qualidades especiais ao seu uso e éticos, diretamente ligados às interações sociais.

Um bem cultural é património se um grupo social lhe atribui valores que fundamentam a sua defesa e a sua proteção. Do nosso ponto de vista, a patrimonialização está próxima da ideia de rugosidade espacial (Santos, 2005), analisada no tópico anterior deste capítulo.

A análise das ações do Pirá confirmou os valores afetivos como os mais importantes, sendo os cognitivos os menos evidentes.

No entanto, uma das ações mais proeminentes, conforme demonstra o Quadro 16, é a que os agentes denominam *dar visibilidade*, ou *passar conhecimento* sobre o bem, neste caso, a pesca da tainha, considerada no sistema pesca-roça. Assim, importa refletir sobre a forma que teria ou deveria ter esta visibilidade, que não passa pela fruição intelectual, mas sim pela afetiva. O que parece evidenciar-se é a necessidade de dar a conhecer os sentimentos de quem viveu o sistema pesca-roça, mais do que o próprio sistema, em termos de conhecimentos históricos. Usando outras palavras, reitera-se a questão de que a patrimonialização de bens culturais imateriais está diretamente relacionada à memória, mais do que à história. E, se assim for, outra questão se coloca, a de que os agentes sociais que estão a agir em prol deste bem cultural serão os últimos com a memória direta do sistema que desejam preservar? Com a continuidade das ações, a médio e longo prazo, outros agentes

terão somente a *memória da memória*. Neste sentido, compreende-se que o que fundamenta e motiva as ações de manutenção, é o entendimento, por parte das protagonistas do Pirá, de que a continuidade do bem cultural e o respeito que desejam para com o seu modo de vida, deve passar pela experiência com o bem, pois os valores afetivos dependem da vivência, não vai fazer sentido *falar do rio, dos peixes, de jogar a tarrafa, se o rio não estiver mais ali! Aqui um dia teve um rio...* (Quadro 8, linhas 7 e 15).

4.6 - A intervenção do Estado, da Sociedade Civil Organizada e do Setor Produtivo no campo patrimonial, em Florianópolis e no Campeche, e a sua relação com o turismo

Para apreender a realidade do campo patrimonial em Florianópolis, e em especial no Campeche, efetuou-se a sua divisão em frações: o Estado, a Sociedade Civil Organizada e o Setor Produtivo. Neste tópico destacar-se-á o Estado, pelos motivos que seguem. Em primeiro lugar, porque se considera que o Estado é um dos principais agentes legitimadores da patrimonialização do espaço urbano (Canclini, 1993; Castro & Tavares, 2016). Outro motivo resulta de o presente estudo já contemplar a ação de outro dos agentes, a Sociedade Civil Organizada (Projeto *Tekoá Pirá*, Associação Amigos do PACUCA e APESAC). Por fim, a abordagem do Setor Produtivo, nomeadamente o turismo recetivo, destacou o papel do Estado neste setor, como principal agente capaz de promover melhorias no setor.

4.6.1 - A intervenção do Estado

Neste tópico é averiguada a perspectiva das instituições responsáveis pela salvaguarda do património cultural imaterial, manifestada na percepção de gestores, no planeamento e no apoio financeiro ao património. Não foi incluída a ação do Poder Legislativo, que vem declarando como *património* alguns bens culturais, sem ter em consideração a pesquisa e a participação dos detentores destes bens. Também é abordada a percepção de elementos de instituições que são parceiras em processos de patrimonialização, nomeadamente a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o IFSC.

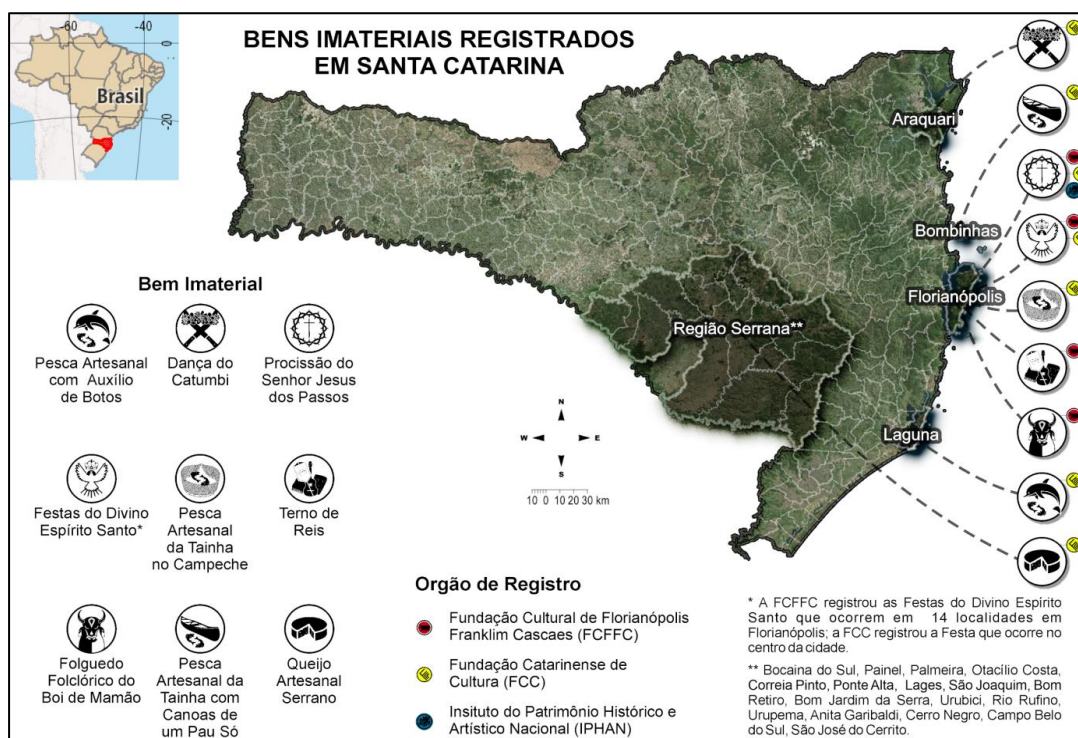
4.6.1.1 - A percepção dos gestores das instituições certificadoras sobre o Registro

Foram realizadas três entrevistas sobre o Registro de bens imateriais e a relação entre patrimônio cultural e turismo, a gestores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e da Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC).

Estando cientes de que os requisitos para a solicitação de Registro não incluem aspectos turísticos (Quadro 7, linha 9) foi perguntado aos gestores sobre *a presença de interesses turísticos nos processos de salvaguarda por parte dos proponentes*, pois tais interesses poderiam ter sido verificados na relação que se estabelece entre instituição e proponente.

Foi considerado o período entre 2000 e 2019, entre o Decreto que instituiu a proteção dos bens imateriais no Brasil e o ano de realização das entrevistas, considerando o período entre 2017 e 2019 como o momento mais ativo dos processos de patrimonialização de bens localizados em Santa Catarina. Em termos de espaço, foram usados os processos de salvaguarda de bens imateriais realizados nas três esferas e localizados em Santa Catarina. A Figura 26 apresenta os bens culturais imateriais registrados no Estado.

Figura 26 - Bens imateriais protegidos em Santa Catarina até 2020



Fonte: Elaboração própria tendo por base as entrevistas realizadas a elementos das instituições responsáveis pelo patrimônio cultural nos níveis municipal, estadual e federal.

Para os três entrevistados, o Registro tem sido efetivo, no sentido de que tem significado de elevação da autoestima, de valorização e de aprofundamento da relação com o património. O gestor da FCC destacou o seguinte.

As ações de salvaguarda realmente têm esse poder de fazer com que as pessoas tenham orgulho daquilo, ou recuperem o orgulho. Isso é muito fácil de perceber (Quadro 8, linha 1).

Da mesma forma, para o servidor do IPHAN, a proximidade de uma instituição federal dos detentores dos bens culturais gera nestes um sentimento de poder de demanda, cuja justificação é a seguinte:

Geralmente, pessoas simples, que não têm o Estado muito presente, sofrem todo o tipo de pressão, de especulação imobiliária, e é muito nesse sentido que a gente entra nas comunidades (Quadro 8, linha 2).

A servidora da FCFFC ressaltou a recuperação da memória social como fator de elevação da autoestima dos detentores dos bens culturais (Quadro 8, linha 3).

Ainda no que se refere à efetividade do Registro, importa muito compreendê-lo como processo. O diretor de património da FCC lembrou o que tem sido feito.

É a festa e o executivo precisa ir além da festa, precisa ir para briga. O património imaterial é mais sensível, mais humano, mais participativo do que o património material e, por isso, não se pode jogar a tarrafa para pegar os bens imateriais. Tem que ser um anzol. Cuidar do património imaterial é cuidar de coisa que não vende... (Quadro 8, linha 1).

A ressalva quanto à efetividade está relacionada com as limitações orçamentais e, principalmente, de pessoal. A este respeito, os três gestores manifestaram o mesmo ponto de vista e mencionaram as parcerias institucionais como uma possibilidade de transpor tais limitações.

Para o gestor da FCC, existe uma distância entre os detentores dos bens culturais e o Estado. Na sua narrativa durante o lançamento da Cartografia Social do Território Tradicional da Tainha no Distrito do Campeche, o diretor de património cultural da instituição instigou os presentes, em especial os pescadores, a solicitar constantemente o Estado, para que a FCC, ao ser provocada, realize o seu trabalho e a comunidade tenha os seus direitos assegurados (Quadro 6, linha 6).

Vários pesquisadores têm mencionado a preponderância de interesses económicos nos processos de ativação patrimonial, especialmente os vinculados ao mercado do turismo, (Canclini, 1993; Prats, 1998 e 2006; Ouriques, 2005; Hernandez, 2010; Cruz, 2012; Guerrero & Gallucci, 2015; Castro & Tavares, 2016). Nesta perspectiva, está a ocorrer a descontextualização dos bens patrimonializados, desintegrados dos lugares e modos de vida em que tiveram origem. O que possui uma maior dimensão estética ou de espetáculo mantém-se, patrimonializa-se, enquanto outros bens ou manifestações, desprovidos dessas qualidades, desaparecem. Tal acontece, porque a preservação é reivindicada, não pelos que praticam ou detêm esse património, mas por associações, corporações, administrações públicas, empresários turísticos, etc. Tal situação tem contornos paradoxais, uma vez que, as ações no campo patrimonial partem de uma lógica de recusa da uniformização global, que deriva da lógica do mercado, ao mesmo tempo que são também por ela assimiladas, e o tradicional transforma-se em *valor agregado*.

O solo para a realização destas pesquisas é fértil e foi abordado no capítulo 1 desta investigação. Não é por demais lembrar que quando o turismo desponta e se firma como importante setor do mercado, apoia-se significativamente na cultura, ou seja, a cultura como produto.

Mas, para os gestores entrevistados, a dimensão económica dos bens culturais não se tem destacado nos processos de patrimonialização e tampouco na relação com o turismo.

Conforme mencionado antes, o *património imaterial é coisa que não vende*. Ainda que considerem a questão relevante, os três gestores afirmaram que o interesse pela visita não esteve presente no desenvolvimento dos processos de salvaguarda. O antropólogo do IPHAN, responsável pelo património imaterial na superintendência de Santa Catarina, destacou que institucionalmente faz sentido, e este pode ser um aspecto envolvido nos processos, mas não tem sido uma exigência dos detentores, mesmo quando o bem em questão é potencialmente turístico (Quadro 8, linha 2).

O gerente de património imaterial da FCC considerou que, mesmo que o turismo possa fomentar o património, há o risco da standardização, da mercantilização, da agressão ao bem registado. Afirmou, ainda, referindo-se ao Catumbi, manifestação de cunho religioso registada pela FCC em 2019, no norte do Estado de Santa Catarina, que os detentores deste tipo de património

(...) desejam manter o que fazem há 170 anos, de forma simples, sem grande público, e é interessante que as pessoas tenham acesso a essa manifestação, mas que isso não vire um evento, uma Oktoberfest, o Catumbifest. Pessoalmente eu não vejo o fenómeno turístico hoje preparado para interagir com os patrimónios registados (Quadro 8, linha 1).

Entretanto, o gestor compreende o reconhecimento patrimonial como fator de valorização do bem e do lugar, e cita como exemplo o Queijo Diamante, produzido numa localidade Catarinense de difícil acesso, em vias de ser patrimonializado. Este deverá trazer visitantes e compradores, sem, no entanto, transformar-se simples e prioritariamente em mercadoria e em produto turístico. Tal compreensão denota o entendimento da diferença entre ativação económica do bem cultural e submissão à lógica do mercado (Meneses, 2009).

Para a FCFFC, o Registro tem um viés turístico, mas o turismo não foi motivação para as solicitações que tem recebido. O que se destaca é a preocupação com a preservação de aspetos identitários, com a transformação da cidade, que se acentuou nos anos de 1980 e que coincide com a criação da Fundação. Esta preocupação ficou evidenciada na entrevista, quando se ressaltou a autonomia da cultura em relação ao turismo, uma vez que *o turismo não pode prescindir da cultura, ao passo que esta é autónoma* (Quadro 8, linha 3). Mas, a gestora ressaltou que há ações de articulação com o turismo. Citou como exemplo o facto de Florianópolis ter sido considerada Cidade Criativa da Gastronomia, e que *a preservação dos bens imateriais é um meio de sobrevivência de muitas pessoas, como os pescadores e pode levar à visitação aos locais onde acontece* (Quadro 8, linha 3).

4.6.1.2 - A perceção das instituições parceiras sobre o Registro

Uma das limitações para a efetividade do Registro é a limitação em termos de recursos humanos, evidenciando os gestores a necessidade do estabelecimento de parcerias. Neste tópico abordamos a perceção de elementos de duas instituições que se envolveram em processos de Registro de bens imateriais, concretizando estas parcerias. Foi realizada uma entrevista e a análise de documentos relativos à patrimonialização da pesca artesanal da tainha, em especial, atas de reuniões.

Uma destas parceiras foi a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A professora Janice Gonçalves, que entrevistámos, liderou uma equipa que elaborou o dossiê do Registro da Procissão Senhor dos Passos como património cultural do Brasil, pelo IPHAN (Figura 26). Para a professora, a efetividade do Registro precisa ser avaliada em cada caso e não depende somente das instituições certificadoras, mas das parcerias dos interessados diretos nos bens (Quadro 8, linha 13). Referiu que a ligação entre as instituições certificadoras e de ensino são profícuas, em especial na dimensão da identificação do bem (pesquisa), mas é preciso que fique claro e estabelecido como será o período pós Registro, e qual o papel da instituição parceira (Quadro 6, linha 2). Também neste processo, e na perceção da entrevistada, não se verificou a preponderância de interesses económicos

para a solicitação e não opinou sobre motivações especificamente ligadas ao turismo. A Procissão em questão ocorre há quase quatrocentos anos em Florianópolis e não está em risco de desaparecer. Quanto aos desafios para a preservação do patrimônio em Florianópolis, estão ligados aos desafios à escala nacional.

(...) o momento político brasileiro está muito difícil, em especial para as políticas na área de cultura. No governo anterior, grupos que foram durante muito tempo afastados das discussões de patrimônio, desconsiderados ou secundarizados pelas políticas de preservação, como os grupos indígenas e os grupos afrodescendentes, tornaram-se prioridade. Era uma diretriz do governo, mesmo, de priorizar esses grupos. Só que isso mudou agora. Pode até estar na cabeça dos técnicos, mas não vai ser indicado dessa forma. Não elimina as práticas anteriores, mas dificulta a continuidade de várias ações que estavam sendo realizadas (Quadro 8, linha 13).

No caso da UDESC, o trabalho efetivou-se na dimensão da pesquisa, com a construção do dossiê. No caso do IFSC, o trabalho seguiu após esta etapa de pesquisa, para a etapa de acompanhamento do bem cultural. Conforme afirmado em outros momentos deste tese, a autora do presente estudo esteve diretamente envolvida em todas as etapas e continua a acompanhar o bem cultural.

Para considerar a perspectiva do IFSC, foram analisadas as atas das reuniões ligadas ao Projeto *Tekoá Pirá* e com a APESAC, bem como de reuniões internas. As primeiras (IFSC-Tekoá Pirá-APESAC) correspondem ao período que decorreu entre maio de 2019, momento da certificação da pesca artesanal da tainha, até junho de 2021 (19 atas). As segundas (reuniões internas do IFSC) ocorreram entre junho e setembro de 2021, quando já se tinha concretizado a maior parte das reuniões que deliberaram a criação de um programa ligado ao patrimônio cultural e ao Turismo de Base Comunitária (Quadro 7, linha 11), e no momento em que já acontecia a análise do material para a presente pesquisa (3 atas).

O que tem sido debatido nas reuniões de acompanhamento, na APESAC e no Projeto *Tekoá Pirá*, é a distância que há entre os detentores dos bens culturais e o Estado, mencionado antes pelo gestor da FCC. Assim, a instituição tem considerado que a efetividade do Registro tem ocorrido em função da parceria IFSC-Projeto *Tekoá Pirá* e APESAC (Quadro 7, linha 4). Os representantes do IFSC, assim como da UDESC, consideram que o Registro é efetivo, mas numa perspectiva diferente da que muitas vezes está presente entre os detentores, que é da *pronta defesa* do bem, em especial quando este se encontra em situação de risco, como é o caso da pesca artesanal da tainha. Neste sentido, consideram que as instituições parceiras devem acompanhar o bem, devem representar uma força a

mais, um agente a mais a realizar a ponte entre os detentores e o Estado. Nas reuniões em que se discute o papel do IFSC junto do bem cultural, estão destacadas as condições precárias das instituições certificadoras, corroborando o que os gestores entrevistados afirmaram e a parceria como estratégia de minimizar as dificuldades, que são históricas. Os encaminhamentos no sentido de criar um programa para apoiar coletivos que agem no campo patrimonial e do Turismo de Base Comunitária explicitam a percepção pela interinstitucionalidade como um caminho profícuo (Quadro 7, linha 11).

Outra dimensão importante, além do acompanhamento, destacada no trabalho que vem sendo desenvolvido, é a formação, que se tem concretizado através de editais de apoio ao património, onde o Projeto *Tekoá Pirá* tem proposto cursos para sujeitos ligados ao turismo e à educação (Quadro 7, linha 10). A análise das 19 atas das reuniões entre o IFSC e o Projeto *Tekoá Pirá* explicita a relação com o turismo, uma vez que o próprio Projeto surgiu, justamente no contexto de um curso de Guia de Turismo, conforme se verá no tópico seguinte. Entretanto, o turismo ao qual o processo está vinculado é o Turismo de Base Comunitária, pois são identificados elementos comuns aos dois campos de atuação (Quadro 7, linhas 1 e 2).

4.6.2 - A intervenção da Sociedade Civil Organizada

A Sociedade Civil Organizada é representada principalmente pelo Projeto *Tekoá Pirá*, cujas ações foram descritas no tópico 4.5. Foram analisadas também ações de outras duas instituições, a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC) e a Associação Amigos do PACUCA (AAP-PACUCA), com as quais o Pirá se tem envolvido desde que iniciou o seu trabalho em prol da preservação da cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina.

Entre as ações do Pirá, foi selecionado o processo de Registro, na sua etapa inicial, cuja dimensão mais proeminente é a *identificação*. Num segundo momento, selecionou-se a etapa posterior à certificação, que corresponde à dimensão da *valorização*, na qual se intensificou a relação com as duas associações citadas.

O processo de solicitação do Registro da pesca Artesanal da tainha no Campeche como património cultural de Santa Catarina, feito à Fundação Catarinense de Cultura (FCC) foi uma iniciativa de duas alunas do IFSC, nativas da Ilha de Santa Catarina, que, ao acessarem conhecimentos relativos ao património cultural, no Curso Técnico em Guia de Turismo, decidiram começar a caminhada em direção à proteção da sua cultura e do seu modo de vida. Naquele momento, o Pirá ainda não existia,

pois é fruto justamente desta caminhada. Assim, a solicitação formal à FCC foi feita pela APESAC e pelo IFSC.

A análise do processo de Registro levou a uma categorização dos sujeitos participantes, considerando-se na categoria *protagonista* o sujeito diretamente envolvido no Registro e estabelecendo as subcategorias: *protagonista detentor*, sujeito envolvido direta e regularmente com a prática cultural; *protagonista proponente*, sujeito que solicitou formalmente o Registro; *protagonista apoiador*, sujeito indiretamente envolvido com a prática e diretamente envolvido em ações de proteção e valorização do bem (Quadro 17).

Quadro 17 - Papéis sociais dos agentes no processo de patrimonialização da pesca artesanal da tainha no Campeche

Protagonista	Função no processo	Sujeitos
Detentor	Informar sobre a prática cultural; autorizar (anuência) o processo de Registro	Pescadores e elementos associados à APESAC
Proponente	Solicitar o Registro à instituição certificadora; pesquisar o bem cultural, elaborar o dossiê que fundamenta a solicitação	APESAC IFSC
Apoiador	Motivar a solicitação; participar na elaboração do dossiê que fundamenta a solicitação	Projeto <i>Tekoá Pirá</i>

Fonte: Elaboração própria.

Existem diferenças entre proponentes e detentores, uma vez que estes últimos agem como anuentes, sem envolvimento significativo nas etapas de identificação, a não ser quando o pescador exercia um papel social para o qual se exige acesso à educação formal, que foi o caso de um professor/pescador do Campeche. Este envolvimento incipiente resulta em entendimento também incipiente sobre o Registro. Destaca-se a desigualdade social, no que se refere ao acesso aos direitos culturais, nomeadamente a educação, pois os protagonistas proponentes e apoiadores são majoritariamente sujeitos que tiveram acesso à educação.

Verificou-se a preponderância do Estado e o imbricamento de papéis sociais (Santos, 2014), sendo os proponentes membros da comunidade da pesca e servidores de instituições culturais e educacionais

públicas, portanto, do Estado. Os pescadores foram representados por um professor de história e escritor, membro de uma das parselhas de pesca, e integrante da Associação de Pescadores. Os restantes pescadores agiram como informantes e anuentes.

Os protagonistas entrevistados, detentores e apoiadores, nomeadamente pescadores e o Pirá, não relataram motivação económica para a solicitação de Registro, mas ficou ressaltada a relação com o turismo, principalmente como ferramenta para visibilizar e valorizar o bem cultural, inclusive porque muitos pescadores estão envolvidos em atividades turísticas. A visitação é considerada uma ferramenta para visibilizar e valorizar o bem cultural e tem-se realizado sobretudo com estudantes de escolas públicas, crianças e jovens do ensino fundamental e com o ensino profissional, especificamente cursos de turismo.

A procura pela formação em turismo das protagonistas do processo de Registro (que já interviam no setor) foi motivada pelo desejo de mostrar aos turistas a cultura local, cada vez em maior número na Ilha, de onde saíam sem conhecer o modo de vida ligado à pesca e à farinha, e deste modo não a valorizavam (Quadro 8, linha 4). Ficou clara a relação com o turismo (seja pela formação, pela atuação profissional, ou ambas), bem como a relação com instituições culturais e educacionais.

As protagonistas mencionaram o TBC na entrevista, o que se explica pelo facto de que a solicitação do Registro teve origem no Projeto *Tekoá Pirá*. Nas atas das reuniões da equipa que escreveu a justificação para a solicitação do Registro, o termo surge duas vezes e, no próprio texto, cinco vezes. O TBC é para a Comunidade Tekoá:

(...) um modo de organização do turismo à escala local estruturado a partir da oferta e protagonizado pela comunidade, tendo o desenvolvimento sustentável como finalidade. Não se configura como um segmento do mercado, pois pressupõe uma prática turística diferenciada, tanto em função do protagonismo local na oferta quanto por promover o encontro entre visitante e comunidade local. Por segmento de mercado entende-se a estratégia de marketing para a qual os consumidores são identificados de forma relativamente homogénea, em função de critérios previamente selecionados, como faixa etária, interesses específicos, objetivando criar estratégias para atrair a procura do atrativo turístico concebido. o TBC caracteriza-se por ser uma atividade complementar às atividades desenvolvidas na comunidade (Quadro 7, linha 5).

A análise do conteúdo das entrevistas, da justificação para a solicitação e das atas das reuniões da equipa de pesquisa responsável pelo processo do Registro revelou a presença dos termos turismo e TBC. Compreende-se que esta presença reafirma a relação entre a patrimonialização e o turismo, irreversível em cidades turísticas e determinante sob vários aspectos, sendo um deles o facto de que os protagonistas têm formação em turismo e que o *campus* do IFSC envolvido intervém no eixo tecnológico Turismo

Hospitalidade e Lazer. A perspectiva do TBC sugere a relação dos nativos com o seu lugar, o entendimento de que os visitantes devem conhecer a cultura local, para que possam valorizá-la e protegê-la, e de que o turismo na sua forma hegemónica não contribui para esta relação.

Para as protagonistas ligados ao Pirá, a visitação foi fundamental, tanto para a solicitação do Registro, quanto para o planeamento da salvaguarda, para os próximos dez anos de continuidade da pesca. No Plano de Salvaguarda 2020-2029 elaborado pela APESAC, estão previstos *roteiros TBC com crianças e jovens das escolas das redes municipais como ferramenta de educação patrimonial e ambiental* para o ano de 2022, e *roteiros TBC do território tradicional da pesca artesanal da tainha* todos entre 2023 e 2029 (Quadro 4, linha 8), ano em que a FCC procederá a uma nova avaliação do bem cultural e manterá ou não título de património cultural de Santa Catarina.

O desejo de visibilizar a cultura ilhoa liga-se à ideia de que este conhecimento traria respeito e preservação e afirmam que, *numa escala de 0 a 10, a relação com o turismo seria 10* (Quadro 8, linha 4). A ideia do turismo, portanto, está presente como motivação para o Registro e como ferramenta que deve integrar um planeamento de salvaguarda, neste caso, especificamente o TBC.

Destacou-se a relação entre turismo e património, entendida pelas protagonistas como uma ferramenta para a preservação da pesca artesanal e da identidade nativa, e como uma possibilidade de valorização, ou seja, de fruição do bem, se as tradições forem compreendidas pelos visitantes como parte importante do modo de vida do nativo. Ressaltaram que estes visitantes devem ser (e têm sido) moradores locais, mais do que turistas, em especial estudantes, porque poderão intervir, localmente, em prol da continuidade das práticas culturais. O turismo como uma ação de salvaguarda a que se referem os protagonistas é o TBC, que figura entre as ações empreendidas depois da certificação. Por seu turno, o turismo na sua forma hegemónica é um fator de risco para o bem.

O Registro não alcançou as expectativas dos representantes da Sociedade Civil Organizada, sujeitos protagonistas da presente investigação, conforme assinalámos no tópico anterior, pois havia uma expectativa de *pronta defesa* do bem, embora tenha sido considerado efetivo pelo Estado. Para eles, as condições materiais das quais depende a continuidade da pesca artesanal não logram obter o apoio das instituições certificadoras, que não têm força política para se contrapor aos interesses do Setor Produtivo. O facto de que o Registro não contribuiu para minimizar mesmo os mais antigos problemas dos pescadores, como o conflito com os surfistas, por exemplo (Quadro 5, linha 7), ou, ainda, os mais recentes, como a questão da travessia para a Ilha do Campeche realizada durante a safra da tainha. Uma situação pode exemplificar o que foi afirmado. Durante o ano de 2020, no período do isolamento social, os membros do Pirá solicitaram à FCC uma reunião ampliada, onde deveriam participar órgãos que têm

relação com as necessidades da pesca, como sejam, o IPHAN, a Superintendência da Pesca e o Ministério Público Federal. Foi determinado que este evento seria denominado *O mar, o Campeche, a tainha e suas relações*, e que teria por objetivo dar publicidade ao Registro da pesca como património Cultural de Santa Catarina, e dar encaminhamento para questões que se apresentaram depois do Registro em 2019, e que já existiam antes, principalmente as relações conflituosas do período da safra da tainha. Estiveram presentes a FCC, por meio da sua presidente e do diretor de património cultural, a APESAC, o Pirá, o IFSC, o Instituto Campeche, o Ministério Público Federal e a Superintendência da pesca de SC. Não compareceram representantes dos sujeitos que fazem o transporte para a Ilha do Campeche e da Associação de *Surf* e o IPHAN. Para o Projeto *Tekoá Pirá*, bem como para a APESAC, o evento não alcançou resultados positivos, uma vez que o encaminhamento foi a criação de um comitê para discussão das questões, que no entendimento dos agentes citados, já foram muito discutidas. Quanto ao comitê, este nunca se concretizou.

Além disso, a metodologia adotada não permitiu tempo de intervenção para os pescadores (somente para as autoridades presentes) *e estas autoridades deveriam estar lá para ouvir e para responder, e não para falar* (Quadro 6, linha 1).

Posteriormente ao evento, a APESAC solicitou um posição por parte do IPHAN sobre a questão da travessia para a Ilha do Campeche no tempo da safra. A resposta do órgão, enviada por e-mail, no dia 6 de novembro de 2020 (e registada em ata de reunião com a APESAC) deixa transparecer duas ausências, como sejam, a ausência de diálogo com os pescadores e a de articulação institucional. A resposta do apoio administrativo do gabinete foi a seguinte.

Não vemos como atividades excludentes, é plenamente viável o transporte a Ilha do Campeche ou a qualquer outro lugar da Ilha de Santa Catarina, que exija navegação, durante a safra da tainha, tendo os devidos cuidados para não atrapalhar a pesca. Assim entende-se que não se pode preterir uma atividade em função da outra (sic) e sim que ambas devam coexistir harmonicamente, o que é possível se houver disponibilidade de ambos os lados. Esse é o posicionamento do IPHAN (Quadro 7, linha 4).

A resposta do IPHAN é significativa para o entendimento da posição da Sociedade Civil Organizada quanto à não efetividade do Registro, bem como o é para o entendimento da atuação do Estado no domínio do património imaterial. Neste ponto, questiona-se o facto de o servidor responsável pelo setor, entrevistado para esta investigação (Quadro 8, linha 2) não tendo sido o interlocutor na questão. O teor da resposta também denota o não entendimento dos princípios subjacentes aos processos de patrimonialização de bens imateriais, em especial no momento em que o IPHAN decidiu pela viabilidade do

transporte para a Ilha, desconsiderando os conhecimentos tradicionais, desautorizando a comunidade tradicional ou, por outras palavras, não reconhecendo a certificação efetuada pelo órgão estadual, a FCC.

A Associação de Pescadores Artesanais do Campeche (APESAC) tem agido principalmente na relação com os órgãos ligados à pesca. Criada em 1998, foi responsável por manter os ranchos de pesca no Campeche.

Chegou uma época que estava abandonada a nossa pesca aqui. O pessoal queria colocar motor nas canoas de um pau só. Aí fundámos a Associação, fizemos um trabalho em toda a Ilha, convocando todos os ranchos, vendo as necessidades que eram as mesmas. Não tinha mais espaço para puxar rede, por causa do pessoal na praia, dos surfistas, das imobiliárias e das invasões (Quadro 8, linha 11).

Depois de aproximadamente uma década de atividades, a APESAC viveu um momento de muito poucas atividades e a partir de 2019, revigorou-se, num movimento do qual fazem parte, diretamente o Pirá e o IFSC.

A gente fica desamparado. Na última eleição não tinha ninguém que queria ser presidente, mas com o pessoal do IFSC, com a Gisele e a Roberta, trouxe uma dimensão nova para nós e eu voltei a ser presidente porque o negócio cresceu, fomos premiados com um livro, o Registro da pesca, outro prémio, a cartografia agora. Nós somos pequenos, os órgãos que deviam dar incentivo não dão e às vezes a gente não sabe como buscar (Quadro 8, linha 11).

Todas essas ações que o Projeto Tekoá tem feito, tem puxado mesmo (...), contribuem de forma positiva e nós temos que aproveitar esse momento. Acho que estamos no caminho certo. Mas não tem nada a curto prazo, só a médio e longo prazo (Quadro 8, linha 12).

Consideramos esta fase da APESAC como o *tempo do Registro*, o processo de patrimonialização, a partir de 2019, quando a ação da Associação incorporou nas suas ações a defesa do património. O termo *património cultural* passou a integrar o rol das suas reivindicações. As relações com os órgãos governamentais foram ampliadas para além daqueles diretamente e exclusivamente ligados à pesca, incluindo a FCC e o IPHAN, órgãos ligados ao património cultural (Quadro 3, linha 1).

As ações do Pirá junto da APESAC tiveram o efeito de aproximar esta Associação de outra, a Associação Amigos do PACUCA (AAP) e, atualmente, algumas ações têm sido realizadas em conjunto. Em especial, podem ser citadas as reuniões periódicas da APESAC e o processo de captação de recursos financeiros por meio dos editais públicos, nos quais o Pirá tem intervindo fortemente.

Os representantes da Sociedade Civil Organizada consideram a efetividade do Registro na elevação da autoestima e no fortalecimento das instituições (Quadro 18). Quanto a este aspeto, destacam a parceria com o IFSC, e, neste sentido, não concordam com pesquisas, à escala internacional, sobre a orientação da UNESCO quanto ao envolvimento de especialistas nos casos de preservação do património cultural imaterial (UNESCO, 2003; Arizpe, 2013; Coombe, 2013). Tais pesquisas referem-se ao grau de autonomia ou de fragilidade que este envolvimento pode gerar. Para os detentores do bem cultural da pesca *artesanal da tainha no Campeche*, entretanto, o envolvimento de pessoas que estudam sobre Turismo de Base Comunitária e património cultural, nomeadamente no IFSC, tem conseguido alargar as possibilidades de continuidade da prática cultural. Na mesma direção, Janice Gonçalves, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pesquisadora do campo patrimonial e que esteve envolvida no processo de Registro de um bem cultural de Florianópolis, certificado pelo IPHAN, entende como necessário este envolvimento, em especial das instituições de ensino.

Se essa presença já está marcada na identificação do bem, no estudo preliminar então, essa instituição poderia, se houver disponibilidade e interesse, continuar com isso. Porque a salvaguarda é um processo. Ela passa por esse estudo preliminar, mas tem desdobramentos. Se você verificar os vários dossiês de Registro, quase sempre se recomenda uma espécie de Conselho Gestor, onde estarão os detentores dos bens, necessariamente. A salvaguarda envolve muito mais que estudo. Às vezes, são questões de ordem bastante prática. Pode envolver questões jurídicas, de acesso à terra e vigilância sanitária (Quadro 8, linha 17).

Para a APESAC, o envolvimento com o IFSC, significa apoio e motivação. São citados a importância do acompanhamento: *vocês colocaram o pé na areia, estão junto com os pescadores, isso dá força* (Quadro 8, linha 12), e ainda, no momento em que se discutia a renovação do termo de representação externa do IFSC junto da APESAC. Também sobre a necessidade de se avaliar esta participação, os presentes foram unânimes.

Sobre a realidade do apoio, não pode deixar de existir. Se vamos chamar assembleia não é para decidir se o IFSC continua ou não, mas é para que mais pescadores tomem consciência da importância desse apoio (Quadro 6, linha 1).

Para o atual presidente da APESAC, foi o envolvimento do Pirá e do IFSC que fez com que ele aceitasse voltar à presidência da Associação (Quadro 8, linha 11).

Entre os membros da APESAC e da AAP destaca-se a visitação aos bens culturais, o que do nosso ponto de vista, está relacionado com o Pirá, embora não se esteja afirmando que o Pirá introduziu o tema, mas que o incentivou e o qualificou. Para o presidente da AAP-PACUCA o turismo é importante, e foi defendido por ele no Plano Diretor de Florianópolis, onde participa há vários anos, mas não qualquer turismo, mas sim o que vai preservar.

O turismo existe, mas não pode ser essa exploração que é, nativos e não nativos, tem que ter o compromisso de manter essa ilha, e principalmente as comunidades tradicionais, que podem ser recursos para o turismo, que não é só praia! Um guia pode levar para os ranchos, para a Lagoa da Chica! (Quadro 4, linha 3).

Na mesma direção, para o secretário da APESAC, uma das ações importantes do Pirá são os roteiros e a formação dos professores (Quadro 8, linha 12; Quadro 7, linha 6).

A AAP incluiu roteiros culturais no portfólio que elaborou para participar num edital público para captação de recursos (Quadro 7, linha 6). Entre as ações futuras mencionadas no referido documento, que incluem a construção de um engenho de farinha, de uma casa açoriana e de uma roça de mandioca crioula em risco de extinção, consta a promoção do TBC, que está diretamente relacionado com o Pirá. É importante mencionar que o Pirá está envolvido na maior parte das ações e não apenas nas que se relacionam com os roteiros culturais, mas por exemplo, nos mutirões para a roça, que a Figura 27 ilustra.

Figura 27 – Exemplo de uma Roça



Fonte: Fotografia tirada e cedida por Gisele Silvia Ramos. Mutirão para preparo da roça de mandioca no Parque Cultural do Campeche (PACUCA) em outubro de 2021.

Quadro 18 revela os principais resultados para as questões relativas à efetividade do Registro, a relevância da dimensão económica e, especialmente, turística de bens patrimonializados em Florianópolis

Quadro 18 – Patrimonialização de bens imateriais e turismo em Florianópolis – evidências para o Estado e para a Sociedade Civil Organizada

Agente Social	Dimensão económica do bem cultural para o Registro	Dimensão turística do bem cultural para o Registro	Efetividade do Registro
Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (Estado)	Irrelevante	Irrelevante	Efetivo: há elevação da autoestima dos detentores, fortalecimento das instituições e ampliação da relação da população com o bem.
Fundação Catarinense de Cultura-FCC (Estado)	Irrelevante	Irrelevante	Efetivo: há elevação da autoestima dos detentores.
Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes-FCFFC (Estado)	Irrelevante	Irrelevante	Efetivo: há elevação da autoestima dos detentores.
Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC (Estado)	Irrelevante	Não opinou	Efetivo-condicionado: há elevação da autoestima e fortalecimento dos coletivos, com a condição de que haja plano de salvaguarda.
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC (estado)	Irrelevante	Relevante- Turismo de Base Comunitária	Efetivo -condicionado: há elevação da autoestima e fortalecimento dos coletivos, com a condição de que haja acompanhamento.
SCO Projeto Tekoá Pirá (Sociedade Civil organizada)	Irrelevante	Relevante- Turismo de Base Comunitária	Parcialmente efetivo: há elevação da autoestima e fortalecimento das instituições; não há acompanhamento, pronta defesa do bem ou articulação institucional.
Associação de Pescadores Artesanais do Campeche -APESAC (Sociedade Civil organizada)	Irrelevante	Relevante- Turismo de Base Comunitária	Parcialmente relevante: há elevação da autoestima e fortalecimento dos coletivos; não há acompanhamento, pronta defesa do bem ou articulação institucional.
Associação Amigos do Parque Cultural do Campeche- APP-PACUCA (Sociedade Civil organizada)	Irrelevante	Relevante- Turismo de Base Comunitária	Relevante: há elevação da autoestima e fortalecimento das instituições.

Fonte: elaboração própria tendo por base as entrevistas realizadas.

Um dos lugares mencionados pelos sujeitos para integrarem roteiros culturais, a Lagoa da Chica, foi fotografado por uma moradora, com quem conversei pessoalmente sobre o que observei na Lagoa, e que posteriormente enviou por e-mail as suas impressões sobre a situação, tendo sido incorporadas ao Diário de Campo e reproduzidas a seguir (Quadro 6, linha 3).

A ação dos autarcas está a ser realizada sem critério, sem controlo ambiental, sem afugentamento da fauna, sem considerar a fragilidade do ambiente. Uma operação que afetou o equilíbrio do ecossistema, uma vez que a remobilização dos sedimentos e a retirada da vegetação modificou e destruiu habitats. A água ficou turva, o que prejudica a entrada dos raios solares e a sobrevivência de espécies vegetais, algas e microrganismos e, conseqüentemente, toda a cadeia trófica, afetando também os animais de maior porte. O trabalho terminou, mas a pilha de entulhos permanece na margem da Lagoa (há cerca de 2 semanas).

Figura 28 - Lagoa da Chica



Fonte: Registro fotográfico da autora da presente tese. Intervenção da Prefeitura na Lagoa da Chica, em agosto de 2021.

4.6.3 - A dimensão económica das ações de preservação de bens culturais no contexto turístico e no âmbito do Turismo de Base Comunitária em Florianópolis

Neste tópico, aprofundamos a dimensão económica das ações de preservação desenvolvidas no âmbito do Turismo de Base Comunitária (TBC). Entretanto, como a parte não pode ser entendida

sem o todo, abordamos também a percepção sobre o turismo que predomina em Florianópolis, não apenas dos sujeitos ligados ao TBC, mas a partir do *trade* turístico.

As fontes usadas para a análise do Setor Produtivo foram do foro primário (3 entrevistas), e secundário, nomeadamente, 13 atas de reuniões com os membros do Projeto *Tekoá Pirá* e o Grupo TBC Sul, dos quais fazem parte três dos cinco entrevistados, conforme registado no Quadro 19.

Tentou-se aferir como é avaliado o turismo em Florianópolis e as possibilidades do desenvolvimento do turismo aliado à preservação ambiental e cultural, em especial o TBC. Foram realizadas algumas questões ligadas à capacidade de suporte de Florianópolis e à COVID-19.

Quadro 19 - Entrevistados sobre o turismo em Florianópolis e sobre a preservação ambiental e cultural aliada à visitação (TBC)

Número	Empreendimento	Natureza	Atuação predominante	Área de atuação redominante	Tempo de ação profissional no turismo	Sujeito
1	Engenho Vale Encantado	Micro empreendimento individual	Turismo recetivo/vivência ligada à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina/ hospedagem	Sul da Ilha	6 anos	Piego Murilo dos Santos
2	Floripa Nativa	Micro empreendimento individual	Turismo recetivo/guiamento/ turismo de Experiência/roteiros ligados à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina/Envolvimento em Turismo de Base Comunitária (Tekoá Pirá)	Ilha de Santa Catarina	4 anos	Glisele Silvia Ramos
3	Floripa Nativa	Micro empreendimento individual	Turismo recetivo/guiamento/ turismo de Experiência/roteiros ligados à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina/Envolvimento em Turismo de Base Comunitária (Tekoá Pirá)	Ilha de Santa Catarina	4 anos	Roberta de Paula Bráz
4	Descubra Floripa	Micro empreendimento individual	Turismo recetivo/ guiamento/Turismo convencional/ envolvimento com o <i>trade</i> turístico de Florianópolis	Ilha de Santa Catarina	10 anos	Gilberto Bernardes Medeiros Nunes
5	Camila Pires	Guia de Turismo	Turismo recetivo/ guiamento/ roteiros ligados à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina/ Envolvimento com turismo de Base Comunitária (TBC Sul)	Sul da Ilha	3 anos	Camila Pires

Fonte: Elaboração própria.

4.6.3.1 - O turismo em Florianópolis a partir dos sujeitos ligados ao TBC e ao *trade* turístico

Participaram nesta investigação duas agências de turismo, sendo uma delas a *Descubra Floripa*, que iniciou as suas funções em 2011, no turismo convencional, e com produtos consagrados, como por exemplo, a Ilha do Campeche. A participação da *Descubra Floripa* decorre de o seu idealizador e proprietário integrar o *trade* turístico de Florianópolis. Desta forma, foi possível aceder a dados importantes sobre o setor, como por exemplo, a natureza da maioria das agências que estão divulgadas como sendo do turismo recetivo, mas que, entretanto, intervêm exclusivamente no transporte, não tendo proposta de roteiros ou formação de grupos (Quadro 8, linha 14). O proprietário da agência *Descubra Floripa* está também ligado às seguintes organizações: Associação Brasileira de Agências de Viagem da Grande Florianópolis; Floripa Convention Visitors Bureau, Fórum de Turismo da Grande Florianópolis; Conselho Municipal de Turismo de Florianópolis.

O termo *trade* é usado neste estudo, a partir do ponto de vista do entrevistado, como o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos que intervêm no município (Quadro 8, linha 14). Está, portanto, a ser usado como sinónimo do setor empresarial, e não inclui o setor governamental.

A mais antiga das agências que operam em Florianópolis é a *Itaguasul*, ativa desde os anos de 1980, mas que não respondeu à nossa solicitação. Outras agências, indicadas pela *Descubra Floripa*, são a *Santa e Bella* (do Grupo *CVC Turismo*), a *Dunas Tur*, a *Local Tour*, a *Yohoo Turismo* e a *CWTour*. Entre as agências de menor dimensão, que trabalham de forma menos contínua e num segmento que pode ser considerado alternativo ao turismo convencional, está a *Floripa Nativa*, agência das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, ativa no Turismo de Experiência, o qual teve apoio, há pouco tempo, da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), com o objetivo de fomentar este segmento em Florianópolis e na região (Quadro 8, linha 4).

Entre os sujeitos, um tem uma propriedade rural que realiza visitação, principalmente a moradores e estudantes de escolas de Florianópolis e da região, e estava, em 2020, no primeiro ano do isolamento social, iniciando atividades de hospedagem. Trata-se do *Engenho Vale Encantado*.

Entre os entrevistados, três integram o rol de sujeitos principais desta investigação e estão ligados ao TBC. Esta situação exemplifica o imbricamento de papéis sociais, afirmado por Santos (2014). Predomina entre os sujeitos a profissão de guia de turismo, com exceção do proprietário do *Engenho Vale Encantado*. Vale ressaltar que todos intervêm exclusiva ou predominantemente nos

serviços (atividades terciárias), nomeadamente no turismo. Mesmo a propriedade *Engenho Vale Encantado*, não pode ser compreendida como inserida no setor primário, pois a razão da sua existência é a visitação. Conforme esclarece o trecho da entrevista, o empreendimento está localizado em área urbana:

O zonamento não nos permite, não dá viabilidade pra manter essa atividade rural que nós executamos. Porque o zonamento proíbe a atividade agrícola e pecuária nesse território. que envolve a farinha, os alambiques tradicionais tão tendo bastante dificuldade porque criaram uma área de parque no território deles e, dentro dessa área de parque, não se pode mais plantar cana de açúcar. Então eles não podem mais produzir a matéria prima, e aí inviabiliza tu comprares a matéria-prima fora para poder produzir. Além de ficar caro não tem sentido.

Temos ainda algumas dificuldades que envolvem também o zonamento da cidade. Hoje temos uma área no sítio de 220 mil metros quadrados, classificada como área de APL-Encosta, Área de Preservação Limitada em Encosta. E aí, não permite nenhuma atividade agrícola e pecuária. Então, infelizmente, a gente tem engenho de farinha, mas não podemos plantar mandioca nesse terreno. E era um terreno que, há 50 anos atrás, era roça. O meu avô e o meu bisavô produziam bastante mandioca, café, amendoim e batata doce.

E aí, eu pondero que as famílias tradicionais agricultoras que mais preservaram os seus territórios - porque eles têm áreas grandes dentro do terreno? Porque são pessoas que realmente vivem da agricultura, então a terra era para plantar mesmo - são as pessoas que mais vêm pagando a conta desse crescimento desordenado. É um ônus muito grande para a gente. Também existia a vigilância sanitária, que de alguma forma impediu a manutenção das atividades tradicionais porque as exigências foram abafando a produção artesanal. Imagina que o engenho teria que se colocar piso e azulejo nas paredes! Essas normas eram incoerentes com o formato que as pessoas já vivem executando. A gente percebe que existe uma intenção política, que abafa cada vez mais, e talvez não tenha tanto interesse em manter preservadas as zonas rurais dentro desse território. No Plano Diretor, a gente tem, acho que 5% do território rural. Então, é um pouco incoerente. Manter a tradicional cultura do lugar, acho que isso está totalmente na contramão desse processo (Quadro 8, linha 5).

Ao realizarmos uma análise temática (Bardin, 2018) destacaram-se os seguinte temas.

1-Ações de elevado impacte - perspectiva e as ações do *trade* para desenvolver o destino Florianópolis estão relacionadas com o acesso (em especial no que se refere ao aéreo, com voos diretos para a cidade) e à implantação de estruturas nos moldes de Balneário Camboriú (Cidade turística do litoral norte do Estado de Santa Catarina).

2-COVID-19 - a pandemia da COVID-19 resultou no olhar do *trade* turístico e do Estado para propostas alternativas, como o TBC, mas não se observam ações que possam alterar o tipo de turismo que se efetivou em Florianópolis.

3-Perfil do turista - o público de dezembro, janeiro e fevereiro é o do *turismo de sol e mar* e de festas noturnas, o que impossibilita ações de preservação.

4-Capacidade de suporte - a divulgação sem normas e sem limites promovida pelo *trade* e pelo governo (prefeitura) apresentam Florianópolis como destino turístico sem cuidado com a cidade. O governo municipal não impõe limites para a entrada de turistas, não há normas e fiscalização, nem mesmo o acompanhamento dos turistas pelos guias, o que poderia minimizar os impactes.

A partir dos temas elencados, procedeu-se a uma categorização pelo elemento recorrência como um indicador de importância (Bardin, 2018). Esta operação resultou em três temas: planejamento, capacidade de suporte e fiscalização.

Os resultados apontaram para a caracterização da cidade como terra de ninguém, onde se confunde recepção com permissibilidade.

Onde qualquer um pode chegar, estacionar um ônibus, vender passeio para tudo que é lugar e ninguém diz nada (Quadro 8, linha 14).

Pode exceder o limite de 800 pessoas para a Ilha do Campeche? É o que acontece, cada vez mais, e isso que é um património tombado! (Quadro 7, linha 4).

Foi considerado o contexto pandêmico, precisamente o momento em que se flexibilizava o isolamento social, no segundo semestre de 2021, evidenciando a chegada intensa de turistas a Florianópolis, conforme será mencionado mais adiante, no tópico 4.6.4. Destacou-se o questionar sobre o grande número de turistas, sendo considerado como extrapolação do limite possível, visto que se trata de uma ilha. Mesmo para quem depende da vinda de turistas, no caso do elemento da Agência *Descubra Floripa*, há necessidade de repensar a questão.

Para quem é bom essa quantidade de pessoas na alta temporada? Talvez para o setor hoteleiro, para os restaurantes? Mas mesmo nestes aí não dá para oferecer qualidade com esta quantidade de pessoas. Para quem precisa circular pela Ilha é inviável, filas, não tem lugar para estacionar...alguns turistas ficam muito irritados, dizem que nunca mais voltam e eu tento dizer que eles têm que vir em outros meses, que é muito diferente.

Florianópolis deveria fazer como Bombinhas [cidade do litoral norte de Santa Catarina], cobrar uma taxa, que poderia ser investida em melhorias (Quadro 8, linha 14).

Os resultados revelam a objeção ao turismo de sol e mar, devido a dois fatores, sendo um deles de natureza quantitativa, relacionado com o número de pessoas que acorrem à Ilha na temporada alta, e outro de natureza qualitativa, relacionado com o perfil do turista deste período. Em 2021, passado o momento mais crítico do isolamento social, este tipo de turista chegou mais cedo.

Chegou na semana passada. Eu recebi um grupo que veio, gente mal-educada, vindo para tudo. Para deixar lixo, para estragar as coisas. Neste fim de semana tinha outro grupo, mas nem quis fazer. A gente está preferindo trabalhar com Airbnb. Vem um pessoal mais bacana, que respeita (Quadro 8/, linha 20).

Concordando com Bardin (2018) acerca do discurso como um processo de elaboração, onde devem ser tidas em conta as condições da sua produção, consideramos relevante o facto de que a maior parte das fontes analisadas está ligada a agentes sociais que nesta investigação estão categorizados como Sociedade Civil Organizada, envolvidos no TBC, e que trabalham como guias de turismo. Não compõem nem o Estado e nem pertencem ao grande *trade* turístico, considerados aqui como os grandes empreendimentos, tais como hotéis, imobiliárias e incorporadoras, assim como o setor de eventos, no caso dos megaeventos. O modo de vida e de trabalho destes sujeitos não comporta o grande fluxo de turistas que a gestão pública e o *trade* promovem.

A superação da capacidade de suporte pode ser relacionada com a questão da identidade, quando os moradores têm a sensação de que tudo na cidade é direcionado para o turista, quando lugares de memória são destruídos ou convertidos em cenários para acolher os visitantes, gerando uma sensação de mal-estar (Prats, 2006). Esta situação ficou evidenciada especialmente nos sujeitos envolvidos com o TBC.

Os resultados destacam a responsabilização do Estado, indicando ações do gestor público, mas também do empresários, quanto às questões que impactam a cidade no que se refere aos bens naturais e culturais, ao mesmo tempo que revelam a importância deste agente social para as soluções, planeando, normalizando e fiscalizando.

4.6.3.2 - A preservação ambiental e cultural ligada à visitação

O Setor Produtivo está, neste estudo, representado por sujeitos ligados ao TBC e, neste tópico, pretendemos analisar a ativação económica de bens culturais.

A análise das fontes, as mesmas registadas no tópico 4.6.3.1, e realizada segundo a mesma operação, leitura flutuante seguida de análise temática (Bardin, 2018) evidenciou seis grandes temas, ligados a possibilidades que poderiam contorná-los. O Quadro 20 demonstra o ponto de vista dos sujeitos inquiridos acerca das limitações para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Florianópolis e as possibilidades que vislumbram para o turismo aliado à preservação ambiental e cultural.

Quadro 20 – Limites e possibilidades para a preservação de bens culturais e ambientais (TBC) em Florianópolis na perspectiva dos sujeitos da investigação

Linha	Limites	Possibilidades
1	Visitantes: os potenciais interessados em TBC não são o público do turismo de sol e mar e de festas; a dimensão educativa e na perspectiva da responsabilidade socioambiental destacam-se nas propostas. O custo é elevado para segmentos sociais de baixos rendimentos.	Ofertar TBC para o público da educação formal. Ofertar TBC para público da baixa temporada. Subsidiar a inclusão do público de baixos rendimentos (moradores, escolas públicas) por meio de recursos públicos (editais, leis de incentivo à cultura, etc) e por meio de parceria público-privado.
2	Anfitriões: Não há a perspectiva de educar moradores e turistas para a preservação, considerada fundamental para os sujeitos de forma geral, e em especial para aqueles envolvidos com o TBC.	Educação permanente para os integrantes das instituições envolvidas com a oferta, com apoio institucional de órgãos ligados à preservação e à educação, na perspectiva dos valores éticos e afetivos, para além da formação técnica. Ampliação dos direitos básicos nas comunidades para melhoria das condições de vida, sendo a visitação uma consequência no sentido de que um lugar bom para viver pode ser um lugar bom para ser visitado.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 21 – Limites e possibilidades para a preservação de bens culturais e ambientais (TBC) em Florianópolis na perspectiva dos sujeitos da investigação (conclusão)

Linha	Limites	Possibilidades
3	Lugares: exploração dos lugares para a promoção turística na perspectiva da formatação de produtos turísticos. Tendência (<i>maquilhagem/encenação</i>) nos lugares que deveriam ser mantidos na sua simplicidade (preservação ambiental e cultural) para moradores e para turistas. Dificuldades para a manutenção de empreendimentos tradicionais, ligados ao sistema pesca-roça (manutenção, tributos, insumos, recursos humanos).	<p>A visitação deve ser limitada, em termos de número de visitas e de visitantes para manter as características dos lugares e os bens culturais e naturais.</p> <p>Os rendimentos que podem advir da visitação devem ser considerados como complementares a outras atividades desenvolvidas no lugar.</p> <p>A visitação pode ser alternativa para a manutenção dos empreendimentos, ligados aos sistema roça-pesca (agroecologia).</p> <p>Discussão sobre as especificidades dos empreendimentos no âmbito do Plano Diretor do Município e das regras sanitárias.</p>
4	Estrutura turística: incompatibilidade com a proposta TBC.	Organizar oferta de hospedagem nos moldes do <i>Airbnb</i> e de alimentação relacionada com a cultura da Ilha.
5	Divulgação: não existe divulgação apropriada.	<p>Direcionar a divulgação para um público específico a partir de uma central ligada à municipalidade (<i>site</i> da prefeitura).</p> <p>Destacar a dimensão educativa na divulgação e na realização da oferta.</p> <p>Não realizar divulgação ampla.</p>
6	TBC: não existe consenso sobre o conceito de TBC (descompasso entre o que vem sendo desenvolvido em instituições e a orientação dos autarcas) e não existe normalização da oferta.	<p>Promover o diálogo entre as instituições preservacionistas e a prefeitura.</p> <p>Elaborar e aprovar uma política pública de apoio e fomento ao TBC.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Os relatos que tiveram lugar no primeiro encontro da *Rede TBC Floripa*, em 2019, relacionaram-se com a dificuldade da comercialização dos roteiros, em função dos montantes que precisam de ser cobrados, uma vez que são atividades com características *artesanais*, organizadas para poucas pessoas, e que envolvem um número de anfitriões muitas vezes próximo do número de visitantes. Assim, os desafios relacionam-se com a procura pelo público interessado, um público que valorize este tipo de atividade, que *queira* e que *possa* pagar por ela. Outro desafio está ligado à dificuldade de ofertar roteiros TBC para moradores com baixo poder económico e para estudantes de escolas públicas. Conforme registado na Linha 1 do Quadro 20, este público é considerado muito

importante para que se cumpra o objetivo primordial do TBC, que é a preservação dos lugares, deveria poder aceder a subsídios (Quadro 6, linha 1).

Com o isolamento social, houve o aumento da procura de atividades ao ar livre, que preocupou os envolvidos em propostas de TBC. Para os envolvidos, a ativação económica de bens culturais e ambientais deve ser considerada como complementar, não comportando um fluxo contínuo de visitantes.

A ideia é que as pessoas não estejam 100% no TBC. Elas devem estar com as suas atividades de comércio, de plantar, de artesanato, e se encontram periodicamente para pensar o lugar e a visitação, em projetos como este da cartografia social, pela causa da proteção ambiental e cultural (Quadro 7, linha 4).

Entretanto, do ponto de vista do *trade* importa destacar a seguinte narrativa.

Este fluxo pode significar impossibilidade de realização, mas não vejo como... o trabalho das meninas do Tekoá Pirá   maravilhoso o que elas fazem, mas são que não trabalham, não tem giro, não se pode considerar como um roteiro turístico (Quadro 8, linha 14).

O desafio de manter uma propriedade rural, registado na Linha 3 do Quadro 20, encontra uma possibilidade na visitação, conforme demonstra o relato seguinte.

Tem mais ou menos três anos que a gente denominou o nosso espaço aqui no Rio Tavares de Sítio Vale Encantado. O sítio, no primeiro momento, foi construído com o objetivo de manter a nossa atividade de lazer. Há doze anos atrás a gente recebia visitas, mas visitas informais. Pessoas conhecidas. Por exemplo, uma tia era professora da Rede Municipal, aí se interessava em levar uma turma para conhecer o engenho. Nós recebíamos, mas nada muito formalizado. Então faz cinco anos que format mos esse sítio como uma empresa familiar. Hoje trabalhamos com turismo de base comunitária, turismo de experiência e com atividades guiadas e formatadas pelos integrantes da família (eu, minha esposa, meu pai, minha mãe, minha irmã, e meu cunhado). Então percebemos que a nossa proposta vem sendo muito valorizada, uma coisa que - até brinco - vinte anos atrás, ninguém pagaria pra ir visitar um sítio aqui em Florianópolis, porque era algo tão comum, e hoje, realmente, como somos quase que um dos únicos que mant m as atividades rurais aqui na região, acabamos sendo muito valorizados e procurados. Mas, obviamente, tem que ter uma estabilidade, porque, financeiramente falando, esse meio rural é agora que tem se tornado uma alternativa viável. Mas, até pouco tempo atrás, todo investimento saía do nosso próprio bolso. Eu sou fisioterapeuta. Essa profissão, na verdade, é que d  um retorno financeiro e me permite ter em paralelo o engenho (Quadro 8, linha 5).

A valorização citada pelo entrevistado acentuou-se no contexto pand mico e o mesmo sujeito relatou um aumento significativo de visitantes em 2020 (Quadro 8, linha 5). Também foi verificada entre os sujeitos ligados ao TBC uma preocupação com o momento que vive esta oferta em

Florianópolis e com a postura da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Florianópolis, juntamente com o SEBRAE, em alguns lugares da Ilha. Destaca-se o Pântano do Sul, com uma visão marcadamente empresarial, que apresenta o TBC como um nicho de mercado, como uma oferta da moda, sendo que os anfitriões deveriam adaptar-se ao que os turistas desejam, na linha de que *o cliente tem sempre razão*.

Da reunião realizada a 28 de setembro de 2021 com o Grupo TBC Sul, ficou a sensação de estarem a ser pressionados pela urgência do poder público e da entidade que representa os empresários, ao mesmo tempo que não há espaço para projetos já em desenvolvimento na comunidade, como a Cartografia Social, que, aos olhos das lideranças que protagonizam o Projeto, seria a base para a oferta de TBC (Quadro 7, linha 4).

Entre os motivos desta preocupação é citada a forma como é realizada a gestão do turismo em Florianópolis.

A “cidade da moda” é que me incomoda. É ser vista pela ostentação, pelas lanchas, pelos beach clubs, pelas mansões na beira da praia. Pelo concreto. A cidade é turística e não pensa no turismo, não tem política. A gente tem hoje a lei que diz “todo o ônibus que é turístico tem que ter um guia de turismo”. Isso daria emprego para todo o guia que fica catando serviço no verão. Porque é que essa lei não é executada? Aí a gente foi questionar a Secretaria do Turismo: Ah, não é executada porque vai faltar guia e porque não tem estacionamento para ônibus, não tem recurso. No verão são esses gringos aí que não sabem dirigir, não sabem subir morro, daí eles enchem o tanque do ônibus até à boca. Aí sobe o morro, o ônibus falha, escorre todo aquele diesel pelo morro afora. Meu Deus, quantos! Três, quatro por ano a gente vê isso. Aí é aquela tranqueira em Canasvieiras com um monte de ônibus que não sabe onde estacionar. Os caras jogam os dejetos dos ônibus tudo no esgoto (Quadro 8, linha 7).

Desta forma, questionam a legitimidade destes agentes (Prefeitura-SEBRAE) para organizar ou fomentar a atividade turística na perspectiva do TBC. As questões levantadas pelos sujeitos estão relacionadas com a educação (Quadro 7, linha 4). A importância de propostas de TBC educação (tanto para quem recebe, quanto para quem visita) foi levantada pelo Coletivo TBC Sul em reunião com a Secretaria e com o SEBRAE realizada em setembro de 2021, mas a questão não foi considerada relevante (Quadro 7, linha 4). Os sujeitos consideraram a questão fundamental também para o turismo na sua forma hegemônica.

Eu fico me questionando: porque é que a UFSC nunca teve um curso de turismo? (Quadro 8, linha 4) e apontam o caso da Ilha do Campeche como um exemplo, pois ela não é vendida por ser um patrimônio histórico, mas pela água cristalina, e isso também direciona o turista. Vem o turista que não tá nem aí para o lixo, que só quer uma foto, que

nem entende: Ah, quero ir na Ilha do Campeche amanhã. Tá, mas é de barco... tem que agendar... tem uma quantidade de pessoas.... Mas eles nem querem saber, querer ir para ter uma foto para postar! Porque hoje é absurdo vir para Floripa e não ir à Ilha do Campeche! Se a gente vendesse a Ilha como mais sustentável, aí vem outro tipo de turista (Quadro 8, linha 7).

A análise do conteúdo manifesto nas fontes revelou a proeminência do processo de *preservação* cultural e ambiental sobre o produto *visitação*. Para estes sujeitos, o TBC pode ser uma oferta turística de baixo impacte, justamente porque não deve configurar-se como um nicho de mercado.

No debate em torno do TBC, a preservação aparece questão central. Esta centralidade está diretamente ligada à preocupação com a descaracterização dos lugares (Quadro 7, linha 4), uma vez que *há um processo de crescimento desordenado dos bairros, impulsionado pela especulação imobiliária* (Quadro 6, linha 1), que trouxe a verticalização.

(...) prédios com 200, 300 pessoas, como ali na frente da casa do meu vô. A gente via o pôr do sol, o verde. Hoje não tem mais o sol entrando no engenho, aquele amarelão, final de tarde... que dava, assim. Eu tirei a foto e eu achei essas fotos. Isso me tira do eixo, me deixa muito revoltada. Aí a gente fala que é os de fora, porque não é um nativo, aqueles prédios não são para mim. Eu não tenho condições. Eu queria muito morar lá na frente da casa do meu vô, mas não era para ser apartamento. Querem condomínio? Mas condomínios de casa. Eu acho que a gente verticalizou e a gente perdeu (Quadro 8, linha 4).

No que diz respeito à ativação patrimonial dos bens culturais, há quem se preocupe com atitudes que têm privilegiado *encenações*, em detrimento das tradições, que deveriam estar a ser incentivadas para se manterem vivas. Por exemplo, o caso de personagens criados para representarem as rendeiras da ilha, no lugar de pedirem às próprias rendeiras para fazerem ou ensinarem a fazer renda (Quadro 7, linha 4). Por seu turno, há também quem afirme, *não é a farinha em si, talvez o turismo de experiência, que é o que a gente tem apostado e que tem dado certo conosco* (Quadro 8, linha 5).

As atividades tradicionais da Ilha de Santa Catarina não se afiguram mais como atividades económicas em si mesmas. São vividas para manter a tradição, como a pesca da tainha para os pescadores, e assim ficou registada como património cultural de Santa Catarina. No que concerne à dimensão económica, pode-se afirmar que, destas atividades que outrora garantiam a subsistência das famílias nativas, atualmente derivam outras, na forma de eventos, roteiros e vivência culturais.

No fim deste *item*, apoiamo-nos novamente em Prats (2006), para quem a mercantilização do património pode ser uma forma genuína de restituição de bens culturais aos seus detentores. Esta mercantilização pode gerar problemas, que ele classifica como *identitários*, em três situações: quando se supera a capacidade de suporte, conforme mencionado no fim do tópico anterior; quando se fica aquém das expectativas e não se realiza a restituição económica, e, por fim, quando se produz uma banalização excessiva. Uma questão fundamental é abordada pelo autor, relacionada com o critério da *necessidade*. Os resultados da presente investigação revelaram a ativação económica de bens patrimoniais como atividade que deve considerar em primeiro lugar a preservação, sendo a visitação complementar e uma consequência destas ações de preservação. Entretanto, as fontes que possibilitaram esta análise estão ligadas a sujeitos que, de formas diversas e em diferentes níveis, vivem do turismo predominante, e desejam, paralela e legitimamente, intervir em prol da preservação ambiental e cultural, por meio do TBC. Não integram as instituições que fizeram parte da nossa investigação, sujeitos que necessitam de recorrer aos recursos patrimoniais para sobreviver, o que nos leva a inferir sobre o perfil do anfitrião do TBC como alguém com condições de prescindir da urgência em gerar rendimentos com a atividade de visitação. Concordamos com Prats (2006), para quem a necessidade faz com que tudo o resto se relativize e trate de prover a própria existência.

4.6.4 - A cultura e o turismo em Florianópolis no contexto da COVID-19

À escala internacional, os impactes da pandemia da COVID-19 na vida das pessoas têm-se afigurado como diversificados, incluindo ansiedade, consumo de álcool e sedentarismo (Mileo, 2020).

As autoridades brasileiras foram consideradas negligentes nas medidas para conter a pandemia, por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar as ações do governo federal e os resultados apresentados pela Comissão foram disseminados na imprensa internacional (Putti, 2021).

Entre as ações do governo brasileiro que favoreceram o aumento dos casos de COVID-19 no Brasil podem ser citadas a crença na imunidade, a incitação à exposição da população ao vírus e o tratamento precoce para a COVID-19, convertido em política pública de saúde (Putti, 2021).

Entre as questões mais fundamentais no contexto pandémico está a que se refere ao rendimento, e no Brasil, a pandemia agudizou e tornou evidentes as diferenças sociais. Os brasileiros tiveram impactes significativos no seu rendimento médio com a pandemia da COVID-19, *i.e.*, 9,4% inferior ao nível verificado no final de 2019, sendo que a população mais pobre sofreu uma perda de

21,5% enquanto os 10% mais ricos apenas 7,16%. Em Santa Catarina não foi diferente, pois os impactos da pandemia foram muito heterogêneos. Os trabalhadores da base da pirâmide de rendimentos foram os mais prejudicados, sendo obrigados a retornar rapidamente ao mercado de trabalho. Esta retomada tem sido mais lenta entre a classe média (Heinen & Mattei, 2021).

O turismo é uma das atividades mais impactadas com a pandemia da COVID-19 (OMT, 2020). Em Santa Catarina, o isolamento começou no dia 7 de março de 2020, como resultado de um decreto estadual (Santa Catarina, 2021).

Uma análise inicial dos impactos econômicos da pandemia apresentou como segmentos mais afetados a hotelaria, as agências de turismo e a alimentação, demonstrando que o turismo foi afetado em mais de 50% (Emmendoerfer & Biz, 2020).

Mais recentemente, especialistas pronunciaram-se sobre o momento pós-pandemia, no sentido que o avanço da vacinação e a redução das medidas restritivas, incentivaria um turismo ligado a viagens de curta distância e para destinos menos consolidados, com ofertas de atividades ao ar livre (Rolemberg, 2021).

Anteriormente mencionamos a iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Florianópolis, juntamente com o SEBRAE, de desenvolver o Turismo de Base Comunitária, no contexto pós-pandêmico, focado num perfil de turista que deseja conhecer e conviver com as comunidades locais. De acordo com os dados de uma pesquisa realizada pelo *Booking*, no Brasil, 78% das pessoas pretendem viajar promovendo um turismo mais sustentável, com a redução de consumo, uso de transporte público, bicicletas, táxis e transporte via aplicativos ao invés de alugar carros (Rolemberg, 2021).

Por seu turno, o proprietário da agência *Descubra Floripa* afirmou na entrevista que realizamos, que o que está a acontecer neste momento (no segundo semestre de 2021) é uma procura muito grande das festas noturnas já consagradas em Florianópolis. Tal configura um público já conhecido como aquele que *não está nem aí para a cidade, que deixa lixo, que gasta água e que estaciona em qualquer lugar. O tempo de procurar por atividades ao ar livre já passou. A galera está vindo para ferver! Sabe, quando tiram algo de você e quando você tem de volta, quer aproveitar ao máximo! É assim que está acontecendo em Floripa!* (Quadro 8, linha 14).

O nosso entendimento é que a incorporação de novos hábitos se refere a alterações demasiado simples e que não trarão mudanças significativas no período pós-pandêmico, seja de forma geral, seja na área do turismo. Em destinos como Florianópolis, isso somente aconteceria com a intervenção forte do Estado, ao repensar as consequências do turismo de temporada alta. Se as autoridades refletissem

profundamente e com base em estudos, o que significa este turismo para uma cidade que está numa ilha. Entretanto, o contexto político atual não permite que tenhamos expectativas positivas, pois o que se verifica é a ideia do Estado mínimo.

No contexto pandêmico, os trabalhadores da área da cultura tiveram a seu favor a Lei Aldir Blanc, que concedeu auxílio financeiro para profissionais da área, que sofreram com as medidas de distanciamento social. A Fundação Catarinense de Cultura publicou em 2020 o Edital *Trajétórias*, e em 2021 o edital *Aldir Blanc*. No edital de 2021 a Associação de Pescadores Artesanais do Campeche foi contemplada e investiu os recursos em melhorias nos ranchos de pesca, além de ter possibilitado um apoio ao Projeto *Tekoá Pirá*, uma vez que foram as protagonistas do projeto que realizaram a inscrição da Associação. O Projeto *Tekoá Pirá* concorreu ao edital de 2021 e no momento da redação do presente texto não eram ainda conhecidos os resultados, entre os mais de dois mil inscritos (FCC, 2021).

A Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes também beneficiou dos recursos da Lei Aldir Blanc, publicando dois editais, em 2020 e em 2021. Além disso, de acordo com o diretor de patrimônio cultural da FCC (Quadro 6, linha 1), durante o isolamento social, a FCC lançou um prêmio com recursos do tesouro do Estado, apelidado de *#sculturaemsuacasa*, que, resumidamente, se tratava da contratação de artistas para apresentações *on-line*. Manteve os prêmios *catarinense de cinema*, e em 2021, foi lançado o *Programa de incentivo à cultura* (Quadro 6, linha 1).

Quanto ao Projeto *Tekoá Pirá*, de certa forma, o tempo que não podia ser usado para o trabalho na Agência *Floripa Nativa*, no turismo de experiência (conforme mencionado no tópico 4.6.3, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis fomentou este segmento turístico) foi aproveitado para desenvolver o Projeto. Isso foi possível porque, além das protagonistas terem acedido ao auxílio financeiro emergencial disponibilizado pelo governo federal, os sujeitos envolvidos no Projeto, e que tinham estabilidade profissional, também decidiram auxiliá-las financeiramente, por meio de cotas estabelecidas entre si, para que pudessem dedicar-se ao Projeto. Desta forma, foi possível desenvolver uma metodologia de trabalho fundamentada em reuniões semanais para captação de recursos financeiros por meio de editais.

Neste momento de flexibilização das medidas restritivas, cumpre rever a metodologia até agora desenvolvida. Algumas questões permeiam as discussões: haverá uma maior procura da oferta de TBC? Com a maior procura, que adequações metodológicas deverão ser implementadas? Parte destas questões serão abordadas no tópico seguinte, como proposta para a preservação do patrimônio cultural.

Concordamos com Buratini (2021) para quem é o momento para questionar profundamente que compromissos deveriam reger as ações das instituições relevantes para, pelo menos, iniciar uma mudança. Este é o momento porque há perplexidade, e antes que passe, devemos lembrar que o atual desenvolvimento tecnológico e material permite a abstenção pelo lucro máximo, permite a desnaturalização do trabalho desumano e implica ainda que não mantenhamos o consumo supérfluo que ameaça o planeta (Buratini, 2021).

4.7 - Proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade nativa da Ilha de Santa Catarina

Este estudo identificou a convergência entre as finalidades do campo patrimonial e o Turismo de Base Comunitária, bem como revelou limitações na realização de propostas de TBC. Tanto as limitações quanto as convergências estão relacionadas com as finalidades, seja do património, seja do TBC, seja a preservação, a comunicação do sentido dos bens e não a sua instrumentalização objetivando lucro. Neste sentido, foram agentes principais a Sociedade Civil Organizada e o Estado, pois quanto ao Setor Produtivo, seria mera tautologia afirmar a predominância da lógica mercantil sobre ações de preservação, para depois tomá-la como um desafio a ser superado. Consideramos que este agente deve ser abordado através da sua articulação com os outros dois agentes, em especial o Estado, como intermediário privilegiado.

Tendo como referência os temas registados no tópico anterior (Quadro 20), como sejam, *visitantes, anfitriões, lugar, estrutura turística, divulgação e TBC* estruturou-se uma proposta, em torno de três eixos, a partir da ideia de diálogo intercultural (Meneses, 2009), ampliada por nós para além do sentido dado pelo autor (outras culturas, sociedades, territórios) para incluir o diálogo entre os agentes sociais desta pesquisa. Neste ponto, retomamos a ressalva que fizemos ao categorizar os agentes sociais para este estudo, como seja, o entendimento de que há um imbricamento entre estes agentes, assim como há entre as ações pertinentes nos eixos abaixo, que também se interpenetram e estão, certamente, relacionadas.

Desta forma, propõem-se as seguintes ações para a preservação da cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina.

1-A educação patrimonial, sendo a preservação amplamente considerada, envolvendo ações de identificação e de certificação de bens culturais, procurando minimizar a tendência de desconsideração da dimensão da valorização dos bens. Conforme indicaram os resultados desta investigação, a

valorização dever ser entendida como a promoção da conservação e da recuperação ambiental e cultural. A educação patrimonial deve superar o essencialismo, que tem por consequência a polarização de sujeitos nativos e não nativos, e deve seguir na direção do aprofundamento e atualização da ideia de *comunidade tradicional*.

Não se quer, com esta orientação o *não essencialismo*, desfazer o sentimento de pertencimento que está ligado a valores afetivos, conforme foi verificado no presente estudo, que atuam no fortalecimento dos saberes e laços sociais e memoriais vinculados ao modo de vida ilhéu. O que se sugere é que estes valores afetivos não sejam um impedimento para a interculturalidade, para a capacidade de diálogo, que é um traço fundamental do património cultural (Meneses, 2009).

2-A inserção institucional nas comunidades e coletivos, sendo esta inserção realizada na perspectiva interinstitucional, materializada em ações educacionais, amplamente alicerçadas na discussão de valores éticos e aliadas ao apoio e assistência técnica direcionadas para o fortalecimento dos coletivos preservacionistas. Considera-se que as instituições de ensino são fundamentais para a realização seja da inserção, seja da articulação institucional, seja da ampliação do acesso dos detentores dos bens culturais imateriais aos direitos fundamentais. As instituições educacionais podem promover o debate em torno dos desafios diagnosticados nesta investigação. Podem contribuir para práticas turísticas menos intensivas e, neste caso, menos impactantes, e responder à pergunta feita por uma das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, *porque é que a UFSC nunca teve um curso de turismo?* É através da educação patrimonial que se pode efetivar a relação entre património cultural e turismo, relação esta já histórica, conforme abordámos no capítulo 1 desta tese. Entretanto, o que se quer destacar aqui é a dimensão educativa do tipo de turismo que se considera possível em projetos preservacionistas, nomeadamente o Turismo de Base Comunitária.

Por meio da educação é possível debater o *lugar* como um conjunto de objetos, relações, atores, fluxos e técnicas que individualizam e distinguem um espaço, assim como o fortalecimento e o reconhecimento do valor de certos espaços e empreendimentos que procuram manter vivo o modo de vida ilhéu. Compreendemos que é este debate que pode promover a necessária ação interinstitucional e minimizar o que este estudo averiguou no que diz respeito à escassez de recursos, sejam humanos, sejam financeiros, que predomina nas instituições ligadas à preservação ambiental e cultural. A relação das instituições responsáveis pela preservação ambiental e cultural e as educacionais, entre outras, com as comunidades e instituições preservacionistas deve levar estas últimas a inserirem-se nas instâncias de decisão, tais como os conselhos municipais de turismo e de cultura. Esta inserção conferirá poder de decisão a estes coletivos, retirando-os da marginalidade, que de outra forma será

incontornável. É ainda, por meio da instituição *Estado*, e das diversas formas que assume, que se pode possibilitar não apenas a existência dos empreendimentos ligados ao sistema pesca-roça, como o fomento de um turismo que preserve o lugar. Isso pode acontecer com recursos financeiros disponibilizados por meio de editais e chamadas públicas para projetos de Turismo de Base Comunitária, que conforme se verá a seguir, tem a educação patrimonial como central.

3-O Turismo de Base Comunitária, no sentido que lhe conferimos. Não como um segmento do mercado turístico, mas como uma forma coletiva de organização de um lugar, cuja preocupação central é a preservação (seja ambiental, seja cultural) e que em função desta organização e desta preservação, possa gerar interesse de visitação. Sobre esta visitação, cumpre destacar a importância de procurar a visitação dos lugares pelos próprios moradores, não sendo isto um fator de exclusão de turistas. Tal centralidade justifica-se pela predominância da questão da preservação dos empreendimentos de Turismo de Base Comunitária, o que faz com que seja compatível com projetos ligados ao património (Hickenbick, Schemes, Carrelas & Remoaldo, 2021). A centralidade das ações preservacionistas, se não exclui a possibilidade de geração de rendimento, impõe uma especificidade, como seja, a de que este rendimento deva ser, preferencial e predominantemente, complementar. Esta complementaridade refere-se às atividades turísticas, como no caso das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, que intervêm em outras atividades, como a agência *Floripa Nativa*, ou à gestão de meios de hospedagem, nomeadamente o *Airbnb*, para subsidiar as ações no Projeto.

A complementaridade das ações de visitação refere-se também à atenção aos bens culturais e à sua continuidade. Os saberes têm uma expressão espacial e ganham existência por meio de formas-conteúdo (Santos, 2014) que se reproduzem no tempo e no espaço. A continuidade desses saberes depende fundamentalmente dos detentores e da manutenção do território onde se reproduz. Se os pescadores, por exemplo, se converterem em agentes do turismo, de forma exclusiva, quem irá pescar, artesanalmente, a tainha? E se não houver o acesso ao mar, uma preocupação dos pescadores, que a Cartografia Social destacou, o que haverá para visitar, se a base comunitária não estiver ancorada na preservação?

O Turismo de Base Comunitária, ao priorizar as ações da *base comunitária*, antes das do *turismo*, pode mitigar a tendência de padronização via de regra promovida pelo turismo convencional, justamente porque a preservação do património imaterial fundamenta-se na diversidade e jamais na padronização.

Consideramos que a gestão do turismo predominante em Florianópolis não se coaduna com práticas que pretendem minimizar impactes, seja do ponto de vista dos sujeitos que intervêm no

turismo hegemónico, seja do ponto de vista dos que estão envolvidos em ofertas alternativas. Entretanto, o diálogo, a interculturalidade, no sentido amplo que lhe conferimos, pode resultar em parcerias entre os coletivos e a iniciativa privada, desde que considerada a centralidade da preservação, que caracteriza as ações dos coletivos envolvidos no Turismo de Base Comunitária. Não será esta uma relação fácil, dada a lógica do Setor Produtivo, conforme já destacado neste estudo. Como exemplo, trazemos a ideia da quantidade, do aumento da atividade turística, privilegiada em detrimento de uma oferta planeada para respeitar o lugar e as pessoas que nele vivem. O Turismo de Base Comunitária não deve procurar a hipertrofia, pois não é uma oferta para muitos.

A atuação do Estado é fundamental para possibilitar, por exemplo, a visitação de alunos de escolas públicas, que não teriam condições de pagar para participar em roteiros culturais, que, feitos para poucas pessoas, terminam por ter um custo elevado. Por seu turno, a oferta para escolas particulares, cujos alunos pertencem a classes sociais com acesso mais facilitado aos bens de consumo, inclusive estes roteiros, pode subsidiar o acesso aos alunos de escolas públicas. É importante ressaltar que esta é uma das perspectivas do Projeto *Tekoá Pirá*, como uma ação direcionada para a equidade social, uma vez que o não acesso aos bens de consumo não significa a inexistência da necessidade destes bens (Santos, 2005). Significa, isso sim, a expressão da desigualdade social, cuja mitigação deve sempre integrar as ações patrimoniais.

4.8 - Notas conclusivas

Este capítulo apresentou os resultados da investigação, que revelou a existência de uma identidade nativa caracterizada como metacultural e foi apreendida a partir dos sujeitos principais selecionados para o estudo. Estes foram denominados como nativos mais jovens e líderes e demonstraram necessidades sociais ligadas à preservação, seja, conservando, recuperando ou dando visibilidade às formas e objetos que davam vida à tradição. A *identidade nativa* destes sujeitos é uma produção da metacultura, pois estes sujeitos vivem a cultura, da forma possível nos dias atuais, na alimentação, no modo de falar, no lazer, na religiosidade, mas, principalmente, vivem *da* cultura.

Os NJL fizeram do seu modo de vida uma *missão de vida*. Passaram de usufruidores de determinadas formas e objetos, para agentes da sua preservação e fizeram disso uma atividade laboral. Pode-se considerá-los hoje como *trabalhadores da cultura*. Os sujeitos mais idosos, conservam a memória do modo de vida tradicional da Ilha de Santa Catarina na forma de lembranças, sem que

isso se configure como necessidade de agir para preservar. Vivem a cultura vernácula, porque a vivem de forma simples, sem pensar quanto, como ou até quando a viverão.

Ambos sujeitos vivem num espaço, a Ilha de Santa Catarina, que sofreu os efeitos de uma evolução exógena, datada da segunda metade do século XX, caracterizada pelos efeitos da urbanização que se operou à escala mundial e nacional. No Campeche, esta evolução exógena encontrou resistências por parte de nativos e, muito fortemente, por parte de novos moradores, que agiram em prol da manutenção de determinadas características que se opunham à lógica da modernização. Ainda assim, as formas que representam estes sujeitos são minoritárias. Se a pesca artesanal adquiriu na segunda década do século XXI o título de património cultural de Santa Catarina, foi por obra da resistência de uma fração da população, representada pelas protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*.

Neste contexto, os sujeitos principais da investigação encontram as brechas possíveis para viver o lugar como *território usado*, nos termos de Milton Santos (2014). Tais brechas podem ser caracterizadas pelas ações do Projeto *Tekoá Pirá*, as quais têm seguido a tendência verificada à escala nacional e internacional, de empreender esforços nas dimensões da identificação e da certificação, mais do que na dimensão da valorização. As ações de visibilidade têm sido prioritárias e alcançam um patamar significativo pelo acompanhamento dos detentores do bem cultural patrimonializado, os pescadores artesanais.

Este capítulo ressaltou o papel central do Estado nas questões relativas ao turismo, uma vez que a maior parte dos problemas apontados pelos sujeitos que nesta investigação representaram o Setor produtivo e a Sociedade Civil Organizada, são considerados como resultantes da gestão praticada pela prefeitura. Estes sujeitos evidenciaram a centralidade do Estado também quando destacaram a relevância do envolvimento de instituições públicas, especialmente as educacionais, na efetivação dos processos de patrimonialização, seja quanto à certificação, seja quanto à valorização, etapa posterior ao Registro, e fundamental para a continuidade das práticas culturais reconhecidas.

Quanto à relação entre património cultural e turismo, entre os proponentes de processos de patrimonialização foi edificada a ideia de que apenas o Turismo de Base Comunitária é compatível com a preservação, o que também foi apurado na literatura especializada, acerca da afinidade de princípios do TBC e do património cultural. Desta forma, ficou destacado que, para os sujeitos ligados ao TBC, é central a preservação ambiental e cultural, e de que não são legítimas as propostas para oferta de TBC encaminhadas pela prefeitura e por instituições ligadas aos empresários, recentemente apresentadas como possibilidades para o momento pós- COVID-19. Tal posicionamento está fundamentado na percepção segundo a qual a ativação económica de bens culturais exige estratégias que contemplem a

produção de sentido e a comunicação, e não a sua instrumentalização para obtenção de lucro, residindo neste aspeto a afinidade do património com o TBC, sendo esta oferta turística alicerçada na organização comunitária e na preservação ambiental e cultural.

A nossa investigação reconheceu a impossibilidade de uma resposta global para a questão da insustentabilidade de determinadas propostas de uso turístico de bens culturais na perspectiva do TBC. Tal decorre dos ingressos poderem não ser suficientes para manter as propostas, devendo-se então recorrer a recursos públicos. Mas, afirmamos o nosso ponto de vista acerca da legitimidade do investimento público em TBC, pela urgência de ações que possam enfrentar as diversas crises contemporâneas ligadas à destruição ambiental e cultural. Sustentámos ainda, que as propostas na linha do TBC devem ser acolhidas pela iniciativa privada, pelo menos como medida compensatória de ações impactantes promovidas por este setor.

A ideia da interculturalidade alicerçou a proposta apresentada neste capítulo, tendo sido por nós ampliada para considerar, além do diálogo entre culturas, o diálogo entre agentes sociais.

A proposta foi elaborada tendo por base três polos relacionados entre si, como sejam, a educação patrimonial, a inserção institucional nas comunidades e coletivos preservacionistas e o Turismo de Base Comunitária. Destacamos este último polo, que foi tema central na presente tese, afirmando que este encontrará protagonistas e parceiros somente nos agentes sociais comprometidos com os grupos sociais que reproduzem e ressignificam, no presente, práticas culturais relacionadas com o passado (do modo de vida ilhéu). Por seu turno, a potencialização da visitação como atividade predominantemente económica impedirá a sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação debruçou-se sobre o processo de patrimonialização e turismo, a partir do caso da pesca artesanal da tainha no Campeche, bem cultural reconhecido pelo Estado de Santa Catarina em 2019, e protagonizado por duas nativas da Ilha, preocupadas com o que sentiam serem os efeitos de mudanças cada vez mais aceleradas na cidade em que nasceram e vivem. Processos de reconhecimento estão sempre ligados à identidade de um grupo social e, no caso em estudo, apurou-se que os significados de ser nativo da Ilha de Santa Catarina estão fortemente relacionados com as transformações ocorridas na cidade e com a resistência a estas mudanças, e motivaram o processo de patrimonialização.

As identidades são plurais, mesmo num mesmo grupo social, e a identidade nativa apreendida no presente estudo apontou para dois tipos de sujeitos, aqui denominados como *jovens* ou *líderes comunitários* e os *idosos*. Para os primeiros, a identidade é uma produção da metacultura, pois vivem principalmente *da* cultura. Fizeram do seu modo de vida uma *missão de vida*. Passaram de usufruidores de determinadas formas e objetos, a agentes de sua preservação e fizeram disso uma atividade laboral, são *trabalhadores da cultura*. Os nativos mais idosos e sem envolvimento comunitário, no sentido da resistência, da militância, não demonstram necessidade de agir para preservar, seja, conservando, recuperando ou dando visibilidade à formas e objetos que davam vida à tradição, vivem a cultura vernácula, porque a vivem simplesmente, sem pensar quanto, como ou até quando a vivem ou viverão, ainda que partilhem do sentimento de perda de espaço com os nativos *metaculturais*. Assim, a investigação evidenciou necessidades sociais distintas entre os dois tipos de nativos.

Ao aprofundar a questão da identidade nativa declarada pelos sujeitos entrevistados, a investigação demonstrou que a polarização *nativo–não nativo* não se sustenta no caso da preservação, uma vez que muitos não nativos estão a agir em prol de causas culturais e ambientais, o que, por seu turno, não ocorre com os nativos mais idosos. Tal passa-se desta forma porque o conhecimento formal, ao qual os nativos metaculturais tiveram acesso, e que é também a condição de muitos não nativos, aproxima os sujeitos da ideia da preservação, propicia o debate em torno da necessidade dos cuidados para com o lugar onde se vive, e para com o planeta em geral.

Ao tomar o espaço como categoria analítica, a partir da proposta de Milton Santos (2014), procedemos à *localização* do lugar onde ocorre a pesca artesanal da tainha, no sentido que lhe confere o autor, de apreensão das forças que se exercem sobre este lugar. Ao procurar a expressão territorial

destas forças, verificou-se a perda de espaço. Esta perda ficou evidenciada, como um sentimento, muito presente nas entrevistas, e nas formas-conteúdos que foram apreendidas por meio da análise das fontes, especificamente os resultados da cartografia social e registo fotográfico. Estas formas-conteúdos foram denominadas *remanescentes* e *reminiscentes*, *formas que existem* no Campeche, ligadas à pesca artesanal da tainha e à cultura tradicional da Ilha de Santa Catarina.

O Distrito do Campeche foi apreendido na sua condição de elemento de um sistema maior, Florianópolis, cuja direção é a urbanização, porque é também elemento do sistema-mundo que, desde a segunda metade do século XX, se urbaniza. Neste estudo, *urbanização* significa muito mais do que a vida nos centros urbanos, no sentido de um modo de vida que alcança todos os espaços, conforme Lefebvre compreendia o fenómeno (recordar o capítulo 1).

Mas o Campeche é também um sistema e a urbanização operou-se na relação com a resistência por parte de nativos e, fortemente, por parte de novos moradores, que agiram em prol da manutenção de determinadas características opostas à lógica da urbanização. Desta forma, puderam garantir a existência de rugosidades espaciais, lugares remanescentes, cujos exemplos mais característicos apresentados são os ranchos de pesca e o Parque Cultural do Campeche, o PACUCA. Se o território é a matriz da vida social e se o que se destaca é a condição minoritária das formas-conteúdos que representam a identidade nativa que este estudo apresentou, ligada ao sistema roça-pesca, minoritária é esta identidade, e significativas são as necessidades sociais a ela relacionadas, ligadas à preservação de *ilhas de memória*, dentro da Ilha de Santa Catarina, dentro da Florianópolis da tecnologia, do turismo, do *surf*, dos megaeventos e dos megaempreendimentos imobiliários.

Se a pesca artesanal adquiriu agora, na segunda década do século XXI o título de património cultural de Santa Catarina, foi por obra da resistência de uma fração da população, os aqui denominados *nativos jovens ou líderes*, inseridos em movimentos que contam com a participação significativa de novos moradores, em face justamente do risco eminente do desaparecimento de determinadas práticas culturais, as quais se querem preservar. São as brechas possíveis, que todo o lugar, como território usado apresenta, mesmo que inserido na interdependência universal dos lugares.

A procura dos sujeitos desta investigação pelo reconhecimento do seu modo de vida revelou ser uma procura pelo espaço perdido para os novos moradores. Verificou-se que a construção da identidade nativa foi um processo que contou com um primeiro momento de negação e vergonha da condição de nativo, sentimento que esteve ligado fundamentalmente às suas condições materiais de existência. Os novos moradores tinham mais acesso aos bens de consumo, tinham mais conhecimento formal (escola), melhores empregos, melhores casas, por exemplo, do que os que ali viviam, cujas

famílias viviam da pesca e da roça, e não se tinha escola, não se tinha emprego, não se tinha opções. Mas, a vida sem opções não foi a realidade dos nativos mais jovens, que acederam à educação formal, adquirindo, assim, condições de mais igualdade com *os de fora*. Estas condições acabaram por aproximar nativos e novos moradores, em torno de objetivos comuns, tal como aconteceu no Movimento Campeche Qualidade de Vida, em que os moradores do Campeche impediram o plano de urbanização proposto pela prefeitura. Neste Movimento, foi fundamental a intervenção de pessoas ligadas à Universidade Federal de Santa Catarina, uma instituição nascida nos anos de 1960, quando se iniciaram as transformações na Ilha. Assim, a *vergonha nativa* nunca esteve relacionada com o lugar de nascimento, mas sim com as condições materiais de vida. O momento de resistência, que vigora atualmente, é fruto deste processo de mais acesso aos bens culturais, em especial à educação, e a patrimonialização da pesca artesanal da tainha é um exemplo. Este é o sentido, do amplo acesso aos bens culturais, que deve ter o que ficou estabelecido no campo patrimonial nos anos de 1980, quando a UNESCO se pronunciou sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, e ampliou o olhar para além dos bens culturais ligados às camadas sociais privilegiadas.

O caso dos pescadores artesanais do Campeche também é representativo do que tem sido a tendência, à escala nacional e internacional, de atuação na preservação em termos da identificação e da certificação dos bens culturais. Entretanto, nas ações do Projeto *Tekoá Pirá*, foi possível verificar que há alguns ganhos no que se refere à valorização, principalmente porque tem sido realizado um acompanhamento dos detentores, os pescadores, e este acompanhamento tem-se desenvolvido em parceria com o IFSC. Neste aspeto, é importante que se mencione o que tem sido apontado em parte da literatura do campo patrimonial. Trata-se da reflexão sobre a possibilidade de que a intervenção de especialistas junto dos detentores tenha como resultado a fragilidade das organizações comunitárias. Entretanto, não foi o que se verificou no nosso caso, sendo que, do ponto de vista do presente estudo, a fragilidade que pode advir desta atuação está ligada ao tempo em que as instituições permanecem junto às comunidades, que é insuficiente para lograr resultados consequentes em termos sociais.

Assim, considerámos que atingimos os objetivos de descrever a identidade nativa da Ilha de Santa Catarina, a partir da sua configuração espacial, o Campeche, onde acontece a pesca artesanal da tainha, bem como a partir das ações do Projeto *Tekoá Pirá*, protagonista neste processo.

Para o objetivo ligado à intervenção dos agentes sociais, a centralidade do Estado ficou ressaltada nos processos de patrimonialização, o que corrobora o que sugere a literatura especializada, à escala nacional e internacional. A mesma literatura também reporta a relevância da participação da sociedade, nomeadamente dos detentores dos bens culturais nos processos de patrimonialização,

assim como destaca as dificuldades ligadas a este aspeto, o que também ficou evidenciado no presente estudo, que verificou que os detentores dos bens culturais não se apropriam significativamente do processo de patrimonialização.

O estudo também não encontrou evidências de interesse do Estado, da parte dos elementos que representaram, nas entrevistas, as instituições responsáveis pelo património cultural, em promover a relação entre património e turismo. Neste aspeto, os resultados do estudo divergem das pesquisas que sugerem interesses económicos prioritários, nomeadamente turísticos, no reconhecimento de bens culturais.

Do nosso ponto de vista, tais pesquisas referem-se maioritariamente ao património material, na sua relação histórica com o turismo cultural. Este desinteresse das instituições pode estar relacionado com o facto de que o turismo, tal como se apresenta hegemonicamente, não favorece a preservação do património cultural, e porque não são consideradas outras ofertas turísticas, nomeadamente o Turismo de Base Comunitária, o que possivelmente ocorre porque esta oferta é muito incipiente.

É relevante a convergência de objetivos do campo patrimonial e do Turismo de Base Comunitária, se este for considerado como uma forma de resistência ao turismo convencional, como uma consequência da organização comunitária em torno da preservação do seu lugar e não como um segmento do mercado turístico, preocupado com produtos turísticos, em detrimento de processos organizativos e culturais. Os problemas do turismo que predomina em Florianópolis, foram apontados como resultado da atuação do Estado, não atento a questões centrais, tais como a capacidade de carga da Ilha de Santa Catarina, e a promoção da cidade como destino turístico que tem levado a impactar diretamente os bens culturais e naturais, sendo, portanto, incompatível com a preservação patrimonial. Neste sentido, para os sujeitos diretamente envolvidos em processos de preservação, apenas o Turismo de Base Comunitária seria compatível com a preservação. Mesmo os sujeitos ligados ao turismo hegemónico, e sem envolvimento com processos de patrimonialização, consideram a incompatibilidade entre o turismo (tal como existe em Florianópolis) e a preservação.

A continuidade da pesca artesanal e, numa perspectiva ampla, de tantos outros bens culturais representativos de classes sociais menos privilegiadas, exige que se enfrentem os interesses do Setor Produtivo, inclusive do turismo. Neste sentido, considera-se relevante mencionar o atual contexto político do Brasil, tão pouco favorável à preservação da cultura e do meio ambiente, posto que esta preservação pressupõe a presença da ideia de *cultura* como modo de vida, omnipresente e incorporada na vida social, no cotidiano e no trabalho, em contraposição à cultura do universo dos produtos, produtores, equipamentos, órgãos culturais, que parece estar a contribuir para uma

substituição de reivindicações como justiça social, saúde, condições materiais de vida, pelo *reconhecimento*. O universo da indústria cultural é um segmento da vida à parte, que promove os usos culturais da cultura, e resulta numa pirâmide sem base. Pode-se pensar no que Cunha (2017) denomina como um processo que se afigura como impessoal, e que acaba por encobrir causas imediatas e estruturais e esquivar-se da necessidade de encarar o caráter específico de determinadas ações de responsabilidade humana. Cunha referia-se ao que nos anos de 1970 se atribuía como causa para o inevitável fim dos índios da Amazônia, apontando-se a inexorável marcha do progresso, e mesmo da história e desviando-se de questões como a expulsão de camponeses, que acabavam invadindo terras indígenas (Cunha, 2017). Pois bem, no Brasil de hoje, as conquistas obtidas nos anos que se seguiram aos governos militares dos anos de 1960 e de 1970, que culminaram na Constituição Federal de 1988, a *Constituição Cidadã*, estão a ser retiradas. A participação social, condição *sine qua non* nos processos de patrimonialização de bens imateriais, está a ser impedida, pela desestruturação de inúmeros conselhos e comissões populares que até então podiam debater políticas públicas. O país caminha também na direção da privatização e em Florianópolis não é diferente.

No ano em que se conclui o presente estudo, em 2021, discute-se a venda de áreas públicas em Florianópolis, seguindo a orientação do governo federal, de desfazer-se do património público, a favor da iniciativa privada. São grandes projetos, mas que podem ser comparados ao que ocorreu no Campeche, onde se desenvolveu esta investigação, e onde já quase não existem os caminhos usados pelos nativos mais idosos para acederem à praia, onde as construções muito próximas às dunas, ou mesmo, sobre as dunas, intimidam o *vigia*, pescador que usava estes locais para avistar o cardume de tainhas.

Consideramos importante apresentar um último quadro, com estratégias e *stakeholders*, para destacar a proposta apresentada nesta investigação. Ressaltámos que, do nosso ponto de vista, as ações necessárias para a concretização das estratégias inserem-se em prazos médios e longos, pois tratam de processos, e não de produtos.

Quadro 22 - Proposta para a preservação do património cultural imaterial representativo da identidade nativa da Ilha de Santa Catarina

Estratégia	Stakeholders
Educação patrimonial: ações de identificação, certificação e valorização do património.	Instituições educacionais e instituições ligadas ao património cultural; comunidades e coletivos preservacionistas.
Inserção nas comunidades e coletivos preservacionistas: formação alicerçada em valores éticos e em conhecimentos técnicos.	Instituições educacionais.
Turismo de Base Comunitária: organização e fortalecimento de coletivos preservacionistas	Instituições educacionais; coletivos preservacionistas; moradores, detentores de bens culturais.

Fonte: elaboração própria.

Os principais contributos desta investigação estão relacionados com a relevância do amplo acesso aos bens culturais para a realização de processos de patrimonialização, em especial, o acesso à educação. Se o acesso ao conhecimento formal (escolar) se mostrou central, o estudo destacou a importância da aproximação entre instituições ligadas à preservação, seja direta ou indiretamente, e os coletivos preservacionistas, não concordando com a proposta de parte da literatura especializada, segundo a qual, esta relação geraria uma fragilidade nos coletivos. Os resultados indicaram a necessidade de ajustes metodológicos nesta relação, que não dever ser pontual, mas sim processual, com duração de médio e longo prazo. Outras aproximações também se destacaram, como sejam, as interinstitucionais, bem como entre coletivos e comunidades interessados na preservação.

Consideramos ainda um contributo a verificação da convergência dos pressupostos do campo patrimonial e do Turismo de Base Comunitária, assim como, e na mesma perspectiva, o entendimento segundo o qual esta oferta não se configura como um segmento do mercado turístico, mas, como uma oferta que se pretende ancorada na organização comunitária e na preservação ambiental e cultural.

Destacamos como uma limitação do estudo a deficiente aproximação com o Setor Produtivo. Na perspectiva assumida na investigação, de que o diálogo intercultural, para além de se dar entre culturas e grupos sociais, pode-se dar também entre agentes sociais, entre os coletivos e comunidade e a iniciativa privada. No decurso da revisão bibliográfica aproximamo-nos, brevemente, do tema das

externalidades, ou seja, as ações que decorrem das atividades produtivas, nomeadamente as empresariais, e que podem ser negativas (e o são, maioritariamente) ou positivas. Vislumbra-se neste tema, as externalidades positivas, uma possibilidade para novos estudos, uma vez que pode ser um aspeto a ser considerado no que concerne à parceria com o Setor Produtivo na oferta de Turismo de Base Comunitária.

Como impressão geral, no final do percurso desta investigação, fica a ideia de que apenas o acesso aos direitos fundamentais de qualquer cidadão, em especial, o acesso ao conhecimento e à educação, permitirá que os territórios possam ser usados de forma mais igualitária, e de que tal somente será possível pela mão do Estado, a quem cabe promover o bem social. Acrescentamos a esta impressão geral, uma reflexão, inspirada por E. P. Thompson (1998) para quem, lembrar a natureza pré-capitalista da humanidade é lembrar a gama de possibilidades do ser humano, e poderia (quem sabe?) preparar-nos para uma época em que as necessidades materiais permanecem mais estáveis. É a isso que se referem, talvez, os sujeitos desta investigação, quando lembram que *antigamente o que a gente comprava na venda? Fósforo, querosene e sal!*

Por fim, e voltando ao começo, ressaltámos que as questões de partida, que foram motivadoras do estudo e deram origem aos objetivos específicos, mostraram-se pertinentes. A investigação confirmou a representatividade das protagonistas do Projeto *Tekoá Pirá*, quanto ao grupo social que deseja visibilidade para um modo de vida tradicional, remanescente, e minoritário no Campeche e na Ilha de Santa Catarina, ou seja, os nativos. Não era claro quem eram estes nativos e como se caracterizava esta identidade, o que no decorrer do estudo configurou-se a partir da *anterioridade*, da *interioridade* e da *interculturalidade*. Este grupo social se identifica, assim, pelo facto de ter vivido no interior da Ilha de Santa Catarina, assim como o fizeram os seus antepassados. Foram destacados os impactes das transformações ocorridas na cidade, principalmente a partir dos anos de 1990 e a reação desses nativos a estas transformações, cujo processo se caracterizou pela desvalorização do seu modo de vida e que atualmente têm como um elemento forte, a resistência a estas mudanças. Este processo, que se evidenciou nas ações do Projeto *Tekoá Pirá*, encontrou na patrimonialização de bens culturais, neste caso, a pesca artesanal da tainha no Campeche, uma forma luta, para qual é imprescindível a articulação entre a Sociedade Civil Organizada, especificamente os coletivos preservacionistas, e o Estado. O estudo demonstrou que esta articulação é ainda muito incipiente, seja à escala local, seja à escala internacional, ao mesmo tempo que é fundamental para os planos de salvaguarda de bens culturais imateriais. Uma das questões de partida (*Qual é a importância do Estado e da Sociedade Civil Organizada nos planos de salvaguarda de bens culturais*

imateriais e como é a participação dos detentores nos processos de Registro?) ligada à participação dos detentores dos bens culturais nos processos de Registro, lançou luz sobre esta questão, uma vez que, dificilmente tais sujeitos se apropriam do conhecimento necessário para recorrer aos mecanismos do Estado para a proteção da sua cultura. No decorrer do estudo, foi evidente a relação deste acesso específico (ao conhecimento sobre os instrumentos oficiais de proteção) ao acesso mais amplo aos bens culturais, em especial à educação.

Considerámos como uma das principais questões de partida deste estudo, a que se refere à convergência entre os princípios que regem os processos de salvaguarda de bens culturais imateriais e as propostas de Turismo de Base Comunitária (*Há convergência entre os princípios que regem os processos de salvaguarda de bens culturais imateriais e as propostas de Turismo de Base Comunitária?*) tendo-se confirmado, pois foi destacada a centralidade da preservação, seja, cultural seja ambiental, nas propostas desta oferta turística. Desta forma, não se confirmou a questão inicialmente colocada (*A perspectiva da economia da cultura é importante para os sujeitos estudados? Se sim, predomina o foco do negócio ou da valorização da cultura tradicional? Como se relaciona com a visitação?*) sobre o domínio da economia da cultura (a lógica mercantil) sobre a valorização da cultura tradicional e no âmbito do Turismo de Base Comunitária, este assumiu-se na visitação como um complemento de ações preservacionistas. Sendo este um estudo sobre património cultural, não poderíamos deixar de destacar a questão do *valor*. O património pressupõe atribuição de valor a determinados bens culturais e, no caso do património imaterial estudado, foi claro o domínio dos valores afetivos sobre os demais (cognitivos, estéticos, pragmáticos e éticos), pois é a relação de afetividade com o lugar que motiva e determina as ações estudadas na presente investigação. Consideramos que tais valores estão na origem das ações sempre permeadas pela emoção, pelo sentimento de se ter uma missão, tantas e tantas vezes presenciadas.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, R. (2017). *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In Antropologia e Patrimônio Cultural - diálogos e desafios contemporâneos. (Org. Manuel Ferreira Lima Filho, Cornélia Eckert e Jane Beltrão). Blumenau: Nova Letra.
- Agência de Desenvolvimento de Santa Catarina- SANTUR (2020). *Diagnóstico Económico e Plano de retomada do Turismo em Santa Catarina*. Disponível em http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5304:diagnostico-da-santur-evidencia-efeitos-multiplicadores-do-turismo-na-economia-catarinense&catid=22&Itemid=197
- Alencar, R. R. B. (2016a). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2005 a 2010*. Brasília, DF: IPHAN.
- Alencar, R. R. B. (2016b). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: compêndio dos editais: 2011 a 2015*. Brasília, DF: IPHAN.
- Amarante, C. (2014). *Campeche: qualidade de vida junto ao Mar*. Cadernos NAUI, 3(5), jul–dez 2014.
- Amora, A. M. G. A. (1996). *O lugar do público no Campeche*. Florianópolis: UFSC.
- Arantes, A. A. (2004). O patrimônio imaterial e a sua sustentabilidade. *Resgate Revista Interdisciplinar de Cultura*, 12(1), 11-18.
- Arias, D. L. (2006). El Espacio del Turismo. *Alteridades*, 31, 119-129.
- Arias, D. L. (2007). *Mitologías del Turismo. Antropología y turismo claves culturales y disciplinares*. México: Plaza y Valdés, 185-208.
- Arias, D. L. (2010). *Patrimonio, Identidad y Complejidad Social: Enfoques Interdisciplinarios*. México, DF: ENAH-INAH.
- Arizpe, L. (2013). Singularity and micro-regional strategies in intangible cultural heritage. *Anthropological Perspectives on Intangible Cultural Heritage*. In ARIZPE, L.; CHÁVEZ, C. A. (org.). New York: Springer.
- Aróstegui, J. (2006a). A hermenêutica e a alternativa da compreensão. In Aróstegui, J. *A pesquisa histórica. Teoria e Método*. (pp. 374-387). São Paulo: Edusc.
- Aróstegui, J. (2006b). O marco de referência: o método das Ciências Sociais. In Aróstegui, J. *A pesquisa histórica. Teoria e Método*. (pp. 423-450). São Paulo: Edusc.
- Atkinson, A. B. (2003). Income inequality in OECD countries: Data and explanations. In Cesifo Working Paper N° 881, *Category 10: Empirical and Theoretical Methods*. February 2003.
- Babb, F. (2011). *Tourism Encounter: Fashioning Latin American Nations & Histories*. Stanford: Stanford University Press.

- Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barretto, M. (2016). *Cultura e Turismo. Discussões Contemporâneas*. Campinas: Papirus Editora.
- Barrucho, L. G. (2014). Florianópolis é cidade mais favorável ao empreendedorismo, diz estudo. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_empreendedorismo_lgb_lk.
- Bartholo, R. (Coord.), Campos, A., Bursztyn, I., Egrejas, M., & Lima, R. (2011). *Relatório técnico-científico. Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I (Eds.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 45-54). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (2010). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bastos, A. C. (2013). Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In Mamigonian, B. G., Vidal, J. Z. (ANO). *História Diversa, Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Bastos, J. M. (2000). Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: Santos, M. A. (org.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Becut, A., & Puerto, K. (2017). *Introduction. Food history and identity: Food and eating practices as elements of cultural heritage, identity and social creativity*. International Review of Social Research 7(1), 1-4.
- Bento, H. R. (2004). *Ordenamento urbano e patrimônio cultural como objeto de crime ambiental: estudo de caso: Plano de Desenvolvimento de Planície Entremares, na Praia do Campeche - Ilha de Santa Catarina - Brasil*. Tese (Doutorado) Departamento de Engenharia de Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bertoncello, R. (2010), Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume. pp. 33-53.
- Bhabha, H. K. (1998). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Boissevain, J. (Ed.). (1996). *Coping with tourists: European reactions to mass tourism*. Providence: Berghahn Books.
- Bordenave, J. (1994). *O que é participação?* São Paulo: Brasiliense.
- Bortolotto, C. (2015). UNESCO and Heritage Self-Determination: Negotiating Meaning in the Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the ICH. In Adell, N., Bendix, R. F., Bortolotto, C.,

Tauschek, M. (2015). *Between Imagined Communities and Communities of Practice, Participation, Territory and the Making of Heritage*. Universitätsverlag Göttingen as volume 8 in the series "Göttingen Studies in Cultural Property". Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/32470/610380.pdf?sequence=1#page=257>

Botelho, E. (2018). *Visitação e Turismo em Parques Nacionais: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Braga, G. B., Fiúza, A. L. C., & Remoaldo, P. C. A. (2017). O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, 19(45), 370-396.

Braidt, P. M. (2010). *A Gastronomia como Bem Simbólico e Fator de Distinção: uma análise do caderno paladar, do Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89383/brait_pm_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Brandão, C.R., & Leal, A. (2012). Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, 8(9), 73-91.

Brandão, C. R., & Borges, M. (2014). O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. Edição Especial do XXI ENGA, 1-23.

Brandão, M., & Feijó, R. (1982). Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e suas fontes históricas. *Análise Social*, XX (83), 489-503.

Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2014). O lugar da vida. Comunidade e Comunidade Tradicional. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*. Edição Especial do XXI ENGA, 1-23.

Brandi, P. (2020). *Eletrosul: passado e presente*. História do setor elétrico. Disponível em <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/artigos/historia-do-setor-eletrico/39082/eletrosul-passado-presente>

Brasil (2006). *Turismo Cultural. Orientações Básicas*. Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil (2019). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022*. Decreto nº 9.791. Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil. (1977). *Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977*: Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm

Brighenti, C. A. (2010). *Estrangeiros na Própria Terra. Presença Guarani e Estados Nacionais*. Florianópolis: EdUFSC.

- Brittes, W. F. (2017). La ciudad en la encrucijada neoliberal. Urbanismo mercado-céntrico y desigualdad socio-espacial en América Latina. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9(3).
- Bueno, L. S. (2003). *Zoneamento territorial para fins do uso e ocupação do solo visando à elaboração e atualização de Planos Diretores*. Florianópolis.
- Cabral, O. R. (1979). *Nossa Senhora do Desterro*. Memória. Florianópolis: Lunardelli.
- Cabral, O. R. (1979). *Nossa Senhora do Desterro*. Notícia. Florianópolis: Lunardelli.
- Cafrune, M. E. (2009). *Pluralismo Jurídico e Acesso à Cidade: o planejamento urbano e a resistência em Florianópolis*. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92828/275849.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Caldas, A. L. (1999). *A Noção de Cápsula Narrativa*. A entrevista, o texto e o outro na hermenêutica do presente. Caderno de criação, Ano VI, 20, outubro, Porto Velho.
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), pp. 611-614. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257> acesso em janeiro 2021.
- Campos, R. S. (2017). The impact of neoliberal economic reforms in Latin America: unemployment and poverty. *Polis - Revista Latinoamericana*, 47.
- Canclini, N. G. (1989). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Ciudad de México: Editorial Grijalbo.
- Canclini, N. (1993). Los Usos Sociales Del Patrimonio Cultural. *El Patrimonio cultural de México*. Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- Canclini, N. (1996). *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Canclini, N. (2007). *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- Canclini, N. G. (2019). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba.
- Carlos, A. F. A. (1994). *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- Carlos, A. F. A. (2019). Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *Revista Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, dezembro, 23(3), 458-477.
- Carlos, A. F. A. (2020). Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 11(1), 349-369.
- Carrasco, M. E. F., & Morales, M. F. R. (2013). El ecoturismo comunitario en la Sierra Juárez-Oaxaca, México: entre el patrimonio y la mercancía. *Otra Economía*, 7(12).

Carvalho, A., & Mondo, T. (2010). O valor das ondas: um estudo de caso sobre a praia do Campeche-Florianópolis na perspectiva dos surfistas, moradores e visitantes. *Patrimônio: Lazer & Turismo*, 7(10), 75-98.

Carvalho, J.J. (2010). 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, ano 14, 21(1), 39-76.

Castells, M. (1999). Information Technology, Globalization and social development. *Discussion Paper No. 114*. Geneva: UNRISD.

Castells, M. (2016). *A sociedade em rede*. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (2018). *O poder da identidade*. (10ª Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castro, C., & Tavares, M. (2016). Patrimonialização Como Processo de Produção Social do Espaço. *Sociedade e Território – Natal*. 28(2), 117-135.

CECCA. (1996). *Uma cidade numa ilha*. relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular.

Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (Crespial). (2019). *Miradas a la gestión del PCI de América Latina*. avances y perspectivas. Cusco, Peru.

Cevasco, M. E. (2003). *Dez Lições Sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo.

Chamas, C. A. P. C. (2008). *Gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico*: Ilha do Campeche/SC. Florianópolis: UFSC.

Choay, F. (2001). *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp.

Chuva, M. (2012). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n 34.pp.147-167.

Chuva, M. (2017). *Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio de 1982 a 2002*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n 35. pp. 79-105

Coleman, S., & Crang, M. (2002). Grounded Tourists, Travelling Theory. In Coleman, S., & Crang, M. (Eds.). *Tourism Between Place and Performance* (First). New York, Oxford: Berghahn Books.

- Cominelli, F., & Greffe, X. (2012). *Intangible cultural heritage*: Safeguarding for creativity. *City Culture and Society* 3(4):245–250. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1877916612000537>

Conceição, M. L. (2014). O Porto de Florianópolis: Desenvolvimento econômico de uma ocupação estratégica. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. 21(29), 105-117.

Coombe, R. J. (2013). Managing cultural heritage as neoliberal governmentality. *Heritage Regimes and the State*, Bendix, R. F.; Eggert, A.; Peselmann, A. (Org.). pp. 375-387. Göttingen, Alemanha: Universitätsverlag Göttingen.

- Corsino, C. M. (2000). Inventário Nacional de Referências Culturais. *Manual de Aplicação*. Brasília: IPHAN.
- Costa, M. Jr. (2014). *Imagem da Praia José Mendes*. Florianópolis: Guia Floripa.
- Costa, M. Jr. (2014). *O Bairro José Mendes*. Florianópolis: Guia Floripa.
- Costa, M. Jr. (2014). *Praia da Enseada – Ilha do Campeche*. Florianópolis: Guia Floripa.
- Coutinho, C. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Criado, E. (1999). *Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. (pp. 16-33). Junta de Andalucía: Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico y Editorial Comares
- Cunha Filho, F., Botelho, I., & Severino, J. R. (Orgs) (2018). *Direitos Culturais*. Salvador: EDUFBA.
- Cunha, M. C. (2017). *Cultura com aspas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Cruz, R. C. A. (2012). “*Patrimonialização do Patrimônio*”: Ensaio Sobre a Relação entre Turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], 16(2), pp. 95-104.-0892.
- Dahlke, A. P. (2021). *Florianópolis é a segunda cidade mais empreendedora do Brasil, segundo ranking*. Disponível em <https://www.economiasc.com/2021/01/28/florianopolis-e-a-segunda-cidade-mais-empreendedora-do-brasil-segundo-ranking/>
- Daniel, H. A. (2018). *Campeche, um lugar no Sul da Ilha*. Florianópolis: Insular.
- De Paula, L. A. (2019). Cartografias alternativas: contribuições do programa de aquisição de alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais. *Revista Geografia em Atos*, 5(12), 111- 134.
- D’Eça, O. (2003). *Homens e Algas*. Florianópolis: Insular.
- Devesa, M.; Báez, A., & Figueroa, V. (2012). *Repercusiones económicas y sociales de los festivales culturales: el caso del Festival Internacional de Cine de Valdivia Universidad Austral de Chile, Valdivia, Chile*. Luis C. Herrero. Universidad de Valladolid, Valladolid, España. VOL 38 | N O 115 | SEPTIEMBRE 2012 | pp. 95-115. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v38n115/art05.pdf>
- Duarte, R. (2002). *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. CP Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, n. 115, Mar. 2002, São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>
- Eagleton, T. (2000). *The idea of culture*. Oxford: Blackwell.
- Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP.

Emmendoerfer, L., & Biz, A. (2020). *Perspectivas iniciais dos impactos da Covid-19 no turismo do Estado de Santa Catarina – Brasil*. Disponível em, <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/cultura/edital-lei-aldir-blanc-sc-2021-recebe-mais-de-2-5-mil-propostas>

Felippio, C. (2020). *Mundo Ilha do Campeche*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&feature=youtu.be&v=z7pl91fwQek>

Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215>

Fernandéz, A. M. (2017). Patrimônio e Turismo. *Revista Turismo em Análise*. 28(1), pp.169-181. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i1p169-181>

Ferreira, S. L. (1998). *O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas.

Ferreti, O. E. (2019). Espaços de Natureza Protegida na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. *Acta Geográfica*, v.13, n.31. Disponível em <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4660>

Figueiredo, L. C. (2013). Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 17 (1), jan./abr, pp. 55-70.

Filep, C. V.; Turner, S.; Eidse, N.; Thompson-Fawcett, M., & Fitzsimons, S. (2017). *Advancing rigour in solicited diary research*. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146879411772841>

Flores, M. B. R. (2000). *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Fonseca, M. C. L. (2001). *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Políticas sociais - acompanhamento e análise Políticas Sociais Acompanhamento e Análise, nº 2. IPEA.

Fonseca, M. C. L. et al. (2001). *Revista Tempo Brasileiro 147*. Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Fonseca, M. C. L. (2009). *Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio*. In Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos (Organizadores Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro.

Fonseca, M. C. L. (2017). A Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 35. pp.157-171.

Fonseca, M. C. L. (2018). *Registro*. Dicionário do Patrimônio Cultural. IPHAN.

Fort, E. (2021). *Managing our personal traits in the field: exploring the methodological and analytical benefits of mobilizing field diaries*. International Journal of Social research Methodology. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/tsrm20/current>

Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais, Outubro, 63*, pp. 123-148.

Fortuna, C. (2020). Patrimônios e Sociedade: Desafios ao futuro. *Revista Confluências Culturais, 9(1)*, pp. 9-20.

Fortuna, C. (2001). *Introdução*, in Magda Pinheiro e Luis V. Baptista (org.), Cidade e Metrópole: Identidades Culturais. Oeiras: Celta, 171-173.

Freitas, M., Adriano, M. Z., & Sartori, F. (2013). Participação popular e comunitária na elaboração do Plano Diretor de Florianópolis: Um estudo piloto realizado no bairro do Campeche. *Revista Sodebras, 8* (90).

Frémont, A. (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Almedina.

Frigolé, J. (2010). Patrimonialization and the mercantilization of the authentic. Two fundamental strategies in a tertiary economy. In Roigé, X., Frigolé, J. (Eds.). *Constructing Cultural and Natural Heritage: Parks, Museums and Rural Heritage*. (pp. 27-38). Girona: ICRPC.

Fundação Catarinense de Cultura. (2021). *Tombamentos Estaduais Santa Catarina*. Diretoria de Patrimônio Cultural - DPAC.

Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes. (2008). *Florianópolis: Síntese Histórica*. Florianópolis: FFFF.

Gastal, S. (1999). O Produto Cidade: Caminhos de Cultura, Caminhos de Turismo. In Castrogiovanni, A. C., Gastal, S. (1999). *Turismo Urbano - Cidades, Sites de excitação turística*. Porto alegre: Edição dos Autores.

Gerlach, G. (2010). *Desterro Ilha de Santa Catarina*. Tomo I. Florianópolis: Floriprint.

Gerlach, G. (2010). *Desterro Ilha de Santa Catarina*. Tomo II. Florianópolis: Floriprint.

Giampiccoli, A., & Mtapuri, O. (2017). Beyond community based tourism. Towards a new tourism sector classification system. Más Allá Del turismo comunitario: hacia un nuevo sistema de clasificación turística. In: *Gazeta de Antropología, 33(1)*, artículo 11.

Gomes, R. A. A. (2018). Anne Buttimer, 1938-2017. Encontros entre vida, autobiografia, comunicação e história do pensamento geográfico. *Terra Brasilis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 10/2018*. Dossiê Trajetórias de Geógrafos.

- Gómez, C. P. *et al.* (2016). A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos. *Caderno Virtual de Turismo*. 16(2), pp. 263-279, Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1190>
- Gonçalves, J. R. S. (2005). *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como Patrimônios*. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp. 15-36.
- Gonçalves, J. R. S. (2007). *Os Limites do Patrimônio*. In Antropologia e Patrimônio Cultural - diálogos e desafios contemporâneos. (Organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Cornélia Eckert e Jane Beltrão). Blumenau: Nova Letra.
- Gonçalves, J. R. S. (2009). *O Patrimônio como categoria do pensamento*. In Memória e Patrimônio - ensaios contemporâneos (Organizadores Regina Abreu e Mário Chagas). Rio de Janeiro.
- Gonçalves, J. (2011). Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.
- Guimarães, R. (2004). Waiting for Godot: Sustainable development, international trade and governance in environmental policies. In *Contemporary Politics*, 10(3-4), pp. 203-225.
- Guimarães, R. P. (2008). Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comércio”. *Desigualdade & Diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC - Rio*, janeiro/junho, 2(1), pp. 109-130.
- Gupta, A., & Ferguson, J. (2000). Beyond “Culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, 7(1), pp. 6-23.
- Hafstein, V. T. (2018). *Making Intangible Heritage*. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO. Bloomington: Indiana University Press.
- Hall, S. (1992). The Question of Cultural Identity. In D. H. Hall & A. McGrew (Eds.). *Modernity and Its Futures* (pp. 274-316). Cambridge: Polity Press.
- Harvey, D. (2008). *A condição Pós Moderna*. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola.
- Heidrich, A.L. (2016). *Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade*. In: Heidrich, A. L. & Pires, C. L. Z. (orgs.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura*. Porto Alegre: Editora Letra1
- Heinen, V.L., & Mattei, L. (2021). *Desigualdade de renda em Santa Catarina atingiu maior patamar da série histórica no 2º trimestre de 2021*. Núcleo de Estudos de Economia catarinense NECAT. Disponível em <https://necat.ufsc.br/desigualdade-de-renda-em-santa-catarina-atingiu-maior-patamar-da-serie-historica-no-2o-trimestre->

Henriques, E. B. (2001). *Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto de situação*. Inforgeo, 16/17, Lisboa, edições Colibri, pp.153-165.

Hickenbick, C.; Ribas, L.C.C; Alexandre, M. A.; Frale, O.O., & Ramirez, R.C. (2016). Apoio institucional para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: proposta metodológica com base na experiência do IFSC. *Revista Latinoamericana de Economía Social y solidária*. Vol 10, n.19. Disponível em <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1019.01>

Hickenbick, C., & Schemes. E. F. (2020). *Registro da Pesca artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina*. Florianópolis [s.n].

Hickenbick, C.; Carrelas, D.C; Schemes. E. F., & Remoaldo, P.C. (2021). A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural. *Revista Turismo Visão e Ação*. V. 23, n. 2. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17632>

Hickenbick, C.; Carrelas, D.C., & Schemes. E. F (Prelo). *A salvaguarda da pesca artesanal da tainha em Santa Catarina, Brasil, na perspectiva dos protagonistas do Registro*.

Hobsbawm, E. (1988). *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hobsbawm, E. (1995). *Era dos Extremos*. O Breve Século XX-1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras

Holanda, L. (2016). A Empresarização do turismo de base comunitária. *Caderno Virtual de Turismo*, 16 (2), pp. 249-262. Rio de Janeiro.

Holzer, W., & Silva, A. (1998). *Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar*. a Crônica dos Viajantes no Brasil do Século XVI. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Howe, J. (2009). *Chiefs, Scribes, and Ethnographers: Kuna Culture from Inside and Out*. Austin: University of Texas Press.

ICOMOS. (1999), *Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf>

Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis (IPUF), & Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN). (2008). *Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material*. Diretrizes Básicas.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2021). *Patrimônio Arqueológico*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sc/pagina/detalhes/670>

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. (2018a). *Tekoá: Turismo de Base Comunitária na Ilha de Santa Catarina*. Projeto de Extensão PJ026-2018 TBC na Ilha de SC.

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC (2018b). *Pesca Artesanal da Tainha no Campeche: Patrimônio Cultural de Santa Catarina*. Projeto de Pesquisa. 28/FC/PROPP/2018.

IPHAN. (2010). *Carta do I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural*. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma nova Gestão. Brasília: IPHAN.

IPHAN. (2019). *Minicurso Ilha do Campeche: Patrimônio Cultural e Turismo de Base Comunitária*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/5069/ilha-do-campeche-e-tema-de-minicurso-sobre-patrimonio-cultural-e-turismo-de-base-comunitaria>

IPHAN. (2021). *Lista dos bens tombados e Processos em Andamento*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>

IPUF. (2012) *Florianópolis: Inventário do Patrimônio Cultural*.

Irving, M. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? (pp. 108-121). In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Eds.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Jacson, T., & Michaelis, L. (2003). *Policies for Sustainable Consumption: A Report to the Sustainable Development Commission*. London.

Jameson, F. (1984). *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press.

Jameson, F. (2001). *A cultura do dinheiro: Ensaio sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes.

Kfoury, T., Costa, R. S., & Fernandes, R. G. (2017). Sustentabilidade Econômico-ambiental na pesca artesanal: um estudo de caso na Praia da Armação - Florianópolis - SC - Brasil. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, 6 (2), pp. 328-350, jul/set 2017.

Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production". *Museum International*, 56(1-2), pp. 52-65.

Klyuchnikova, I., & Dorosh, P. (2009). *How Tourism can (and does) benefit the poor and the environment - A case study from Panama*. En Breve - Responsible Tourism Series. 146(4). Panama: The World Bank.

Kneafsey, M. (2001). Rural cultural economy: Tourism and Social Relations. *Annals of Tourism Research*, 28(3), 2001, pp. 762-783. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S016073830000077>

Köhler, A. F., & Durand, J. (2007). Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. *Turismo - Visão e Ação*. 9(2) pp. 185-198.

Kohler, A. F. (2020). Turismo cultural: principais tipos segundo a motivação dos turistas. *Ateliê Do Turismo*, 3 (1), 8-30. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/9008>

Krippendorf, J. (1999). *The Holiday Makers*. New York: Elsevier.

Lacerda, L. A. (2013). *A representação da identidade do “manezinho”: entre a arte e a vida*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Lago, M. C. S. (1996). *Modos de vida e Identidade*. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC.

Latouche, S. (1994). *A ocidentalização do mundo*. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes.

Leal, C. F. B. (2008). *As Missões da Unesco no Brasil*. Michel Parent. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC.

Leal, C. F. B. (2016). Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 99-136. jan.- abr.

Leal, C. F. B. (2020). Patrimônio como direito, licenciamento como possibilidade: conhecimento e ampliação do patrimônio cultural diante da criação do licenciamento ambiental nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 28, pp. 1-36.

Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard.

Lefebvre, H. (1973). *La survie du capitalisme*. Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. (1986). *Le retour de la dialectique – 12 mots clés pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales.

Lefebvre, H. (1992). *The production of space*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

Lemos, A. I. (2018). Em busca de uma Geografia Latino-Americana Crítica ou por uma Geografia Mestiça. *Boletim Paulista de Geografia*. V. 100, pp. 112-129.

Lenzi, M. H., & Cazetta, V. (2017). Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, 21 (2), pp. 601-618, Agosto 2017.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lixinski, L. (2011) Selecting Heritage: The Interplay of Art, Politics and Identity. Disponível em <https://academic.oup.com/ejil/article/22/1/81/436556?login=true>

Lune, H., & Berg, B. (2017). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. New York City: Pearson Education Limited.

Machado, R. M. M. (1994). *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina*. Um Panorama. Florianópolis: Imprensa Universitária.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina. In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Eds.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. (pp. 25–44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Malinowski, B. (2018). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu Editora.

Maloa, J. M. (2019). *Globalização e transformação dos espaços urbanos periféricos em Moçambique*. Globalization and transformation of peripheral urban spaces in Mozambique. *Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 03 (03), Outubro de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/36614>

Mano, A., Mayer, V., & Fratucci, A. (2017). Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 11(3), pp. 413-435. São Paulo.

Marins P.C.G. (2016). Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/Yf6CPL5tL3bMZBm4993wDLL/?format=pdf&lang=pt>

Medeiros, R. P. (2001). *Estratégias de pesca e usos dos recursos em uma comunidade de pescadores artesanais da Praia do Pântano do Sul*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia, Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/316015>

Acesso em: 10-02-2020

Melhaço, L., & Prouse, C. (2017). *Milton Santos, A Pioneer in Critical Geography from the Global South*. New York City: Springer International Publishing.

Meneses, U.T.B. (1999). Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In Yázig, E., Carlos, A., & Cruz, R. (Eds.). *Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura (2ª)*. (pp. 88-99). São Paulo: Hucitec.

Meneses, U. T. B. (2006). *A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. São Paulo: IPHAN.

Meneses, U. T. B. (2007), Os paradoxos da memória. In: *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana* [S.l.: s.n.]. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/002696222>

Meneses, U. T. B. (2009). *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. Primeiro Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

- Meneses, U. T. B. (2017). Repovoar o patrimônio ambiental urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional*, n 36, pp.39-53
- Meneses, U. T. B. (2018). O Patrimônio cultural e a guinada da constituição de 1988: a casa de Chico Mendes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n 37. pp.199-211.
- Mielke, E. J. C. (2009). *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas: Alínea.
- Mielke, E. J. C., & PEGAS, F. V. (2013). *Turismo de Base Comunitária no Brasil*. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. Turismo em Análise. v. 24, n. 1, pp. 170-189, Abr.
- Mileo, T. (2020). *A pandemia e os impactos na rotina*. Centro de Notícias Uninter. Disponível em <https://www.uninter.com/noticias/a-pandemia-e-os-impactos-na-rotina>
- Minayo, M. C. S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos da Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, pp. 139-153.
- Ministério do Turismo. (2006). *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão*.
- Ministério do Turismo. (2007). *Introdução à regionalização do Turismo– Roteiros do Brasil*.
- Ministério do Turismo. (2010). *Segmentação do turismo e o mercado*.
- Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Mais Emprego e Renda para o Brasil*.
- Mombelli, R. (2010). *Terras de uso comum e comunidades tradicionais*. In Southgate, T. Bar do Chico: Desculpe pelo Transtorno. Disponível em <http://desacato.info/bar-do-chico-desculpe-pelo-transtorno>
- Moser, G. (2015). Transformações do espaço urbano costeiro: patrimonialização do meio ambiente na cidade de Florianópolis/Santa Catarina – Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 8, dez. 2015, GOT. ISSN: 2182-1267. Disponível em:
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n8/n8a08.pdf>
- Moser, G., & Perini, K. (2016). *O tradicional e o contemporâneo: Florianópolis, Cidade Unesco da Gastronomia*. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 8(4), pp. 510-522. Florianópolis.
- Mota, M., Remoaldo, P., & Ribeiro, J. (2012). *Criatividade: a construção de novos cenários para o turismo em Ponte de Lima*. Braga: Universidade do Minho.
- Muniz, A. M. V. (2019). Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica*, Ano VIII, número 16.
- Mussolini, G. (1980). *Ensaio de Antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Neto, C. S. A., Soares, M. C., & Bittencourt, V. H. (2020). *Reflexões Sobre a Especulação Imobiliária e os Impactos Sócio-Ambientais em Florianópolis, SC, Brasil*. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/292.pdf>

Neves, P. C. F. (2003). *Do valor do espaço ao valor no espaço no distrito Campeche (Florianópolis - SC): loteamento Novo Campeche e loteamento Areias do Campeche*. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis: UFSC.

Nigro, C. (2001). Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.78, pp.45-75.

Nogueira, A. (2014). O Campo do Patrimônio Cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, 7(14), pp. 45-67.

Nopes, A. (2015). *Memórias da Tradição: Praia dos Ingleses, Ilha de Santa Catarina*. Jaraguá do Sul: Impressul Indústria Gráfica.

Ocampo, J. A. (2005). *Globalization, Development and Democracy*. *It Items and Issues*, 5(3), pp. 11-20.

Ocampo, J. A. (2004). Latin America's growth and equity frustrations during structural reforms. In *Journal of Economic Perspectives*, 18 (2), pp. 82.

OEA. (1967). *Normas de Quito*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>

OEA. (2013). *La cultura en la Organización de los Estados Americanos: Una retrospectiva (1889-2013)*. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/2013/CIDI03965S.pdf>

Oliveira, A. C. A. (2017). A noção de cultura em Gupta, Ferguson, Sahlins e Cunha. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*. Ano 4, vol. 4(1). pp. 287-315.

Oliveira, O. M. B. A., & Silva, V. L. (2012). O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. *Revista Sequência*, 33 (65), pp. 329-357.

Okasaki, E. (2018). A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. *Journal of Sustainable Tourism*. 16 (5), pp. 511-529. doi: 10.2167/jost782.0

Organização das Nações Unidas. (ONU). (2002). *Informes de la Cumbre Mundial sobre el desarrollo sostenible*. Johannesburgo (Sudáfrica) 26 de agosto à 4 de setembro de 2002. Naciones Unidas, Nueva York.

Organização Mundial do Turismo. (2020). *Apoyo al empleo y a la economía a través de los viajes y el turismo: llamamiento a la acción para mitigar el impacto socioeconómico de la COVID-19 y acelerar la recuperación*. Madrid: OMT, 2020. Acesso em: www.unwto.org. Acesso em: 15 jul. 2020.

Organização Mundial do Turismo. (2021). *Glossary of Tourism Terms*. Disponível em <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>

Ouriques, H. R. (1998). *Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pósmoderna”*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Ouriques, H. R. (1999). A apologia do turismo em Florianópolis-SC: mitos e contradições. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n.25, pp. 63-81, abril de 1999.

Ouriques, H. R. (2003). *A Produção do Turismo Fetichismo e Dependência*. Campinas SP: Editora Alínea

Panzer-Krause, S. (2020). The lost rural idyll? Tourists' attitudes towards sustainability and their influence on the production of rural space at a rural tourism hotspot in Northern Ireland. *Journal of Rural Studies*, Volume 80, December 2020, pp. 235-243. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.09.013>

Pakman, T. E. (2014). *Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico*. Fortaleza: ANPTUR.

Pauli, E. (1987). *A Fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli.

Pazolini, T., & Silva, E. (2014). Seletividade Espacial dos Investimentos Imobiliários – Estudo do Campeche – Florianópolis – Santa Catarina. *VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*.

Pazolini, T., & Silva, E. (2016). *Dinâmica Espacial dos Investimentos Imobiliários – Estudo do Bairro Campeche -Florianópolis/SC*. COBRAC.

Pazolini, T. U. (2016). Dinâmica espacial dos investimentos imobiliários - Estudo do bairro Campeche - Florianópolis/SC. *Anais do COBRAC 2016* - Florianópolis –SC – Brasil - UFSC – de 16 a 20 de outubro 2016. Disponível em:

<http://www.ocs.cobrac.ufsc.br/index.php/cobrac/cobrac2016/paper/view/264/47>

Acesso em: 10-01-2020

Pedro, J. M. (1995). *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC.

Peluso Junior, V. A. (1986). *Posfácio*. In Pauli, E. (1987). *A Fundação de Florianópolis*, 2ª Edição. Florianópolis: Lunardelli. 1987

Peralta, E. (2003). O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens no turismo. *Horizontes antropológicos*. Vol. 9, num 20. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/pVv5ZTsgxbZzGF49hBmP69w/?lang=pt>

Pereira, N. V. (1978). *Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli.

Pereira, N. V. (2004). *Descortinando as 100 belas praias de Florianópolis: em seu continente, suas ilhas, suas lagoas*. Florianópolis: Insular.

Pereira, C. (2012). *O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil*. Tese (Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Pimenta, M. C. A. (2005). Florianópolis como espaço Público. In Pimenta, M. C. A. (Org) (2005). *Florianópolis do outro Lado do Espelho*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Pinho, R. (2016). A pesca artesanal na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: um patrimônio da cultura local. *Revista Confluências Culturais*, 5 (2) (Ejemplar dedicado a: Teias de Memórias Patrimoniais). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5662125>

Pippi, L. G. A. (2004). *Considerações Ambientais e Paisagísticas para o Planejamento Urbano do Campeche*. Florianópolis: UFSC.

Prats, L. (1998). *El Concepto de Patrimonio Cultural*. Política y Sociedad. Madrid: Universidad Complutense.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2018a). *Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – Diagnóstico da Caracterização Física das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento*.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2018b). *Edital de Apoio às Culturas do Fundo Municipal de Cultura*.

Primo, S. (2006). "Turismo cultural", um lugar comum ambivalente. *Antropologia e Sociedades*, 30 (2), pp. 153-173.

Putti, A. (2021). *Bolsonaro se empenhou e disseminar a Covid-19*. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-se-empenhou-em-disseminar-a-covid-19-mostra-estudo-da-usp/>

Rasmussen, M. B. (2018). Post Fascism, or the Cultural Logic of Late Capitalism. *Third Text*, Volume 32, 2018 - Issue 5-6: Lost in Europe: In the Wake of Britain's Inner Emigration. pp 682-688. DOI: [10.1080/09528822.2018.1549797](https://doi.org/10.1080/09528822.2018.1549797). Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09528822.2018.1549797>

Rebouças, G. N. M., Filardi, A. C. L., & Vieira, P. F. (2006). Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina. *Ambiente & Sociedade*, 9 (2), Campinas, July/Dec, pp. 83-104. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000200005>

Remoaldo, P. C. A. (2008). Técnicas de investigação em Geografia Humana. *Geo-Working Papers, Série Educação, 16(1)*.

Remoaldo, P. C. A. C., & Ribeiro, J.C (2017). *O Legado de Guimarães Capital Europeia da Cultura de 2012: a leitura dos residentes e dos visitantes*. Porto: Edições Afrontamento e Autores.

Ribas, L. C. C., & Hickenbick, C. (2012). O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. *Revista Turismo Em Análise, 23* (1), 143-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p143-165>

Ribas, L. C. C. (2016). *Que peixe é este?* O sabor da pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Publicação do IFSC.

Richards, G. (1996). *Cultural tourism in Europe*. Wallingford: Cab International.

Richards, G. (1999). Heritage Visitor attractions: a Visitor Profile. *Interpretation, 4* (3), pp. 9-13.

Richards, G. (2001). *Cultural attraction and European Tourism*. Wallingford: CABI Publishing.

Richards, G. (2013). *Cultural Tourism and Leisure Studies*. Pre-print version of Richards, G. Cultural Tourism. In Blackshaw, T. (ed.) (2013). *Routledge Handbook of Leisure Studies* (pp. 483-492). London: Routledge.

Richards, G. (2018). *Cultural tourism: A review of recent research and trends*.

Rizzo, P. M. B. (2013). *O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/101054>

Rocha, F. G. (2011). *Cultivo de arroz irrigado na região sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Publicação do IFSC.

Rocha, R.; Brizuela, J. I. (2019). EDUFBA.

Rolember, P. *Pandemia cria novo perfil de turismo em Santa Catarina*. ND+. Disponível em <https://ndmais.com.br/turismo/pandemia-cria-novo-perfil-de-turismo-em-santa-catarina/>

Root, D. (1996). *Cannibal Culture*. Art, Appropriation, and the Commodification of Difference. Boulder: Westview

Ruiz-Ballesteros, E. (2017). Claves del turismo de base local. *Gazeta de Antropología, 33* (1), artículo 00. *Journal of Hospitality and Tourism Management*. V. 36, pp. 12-21.

Salama, M. R. L. (2016). *Comprometidos com seu passado*. Discursos e práticas participativas de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. Universitat de Barcelona. Disponível em <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/110349>

Salinet, M. F. (2021). *Fiscalização flagra excesso de visitantes na Ilha do Campeche*. NSC Noticias. Disponível em <https://ndmais.com.br/saude/fiscalizacao-flagra-excesso-de-visitantes-na-ilha-do-campeche/>

Sampaio, C.A.C., Alves, F.K., & Falk, V.C.V. (2008). Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. *Revista Turismo Visão e Ação*, v.10, n.2. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/630>

Sampaio, C. A. C.; Coutinho, G. C. T. P., & Rodrigues, L. P. (2012). Fatores Motivacionais do Turista Comunitário: O caso do Projeto Bagagem. *ANPTUR*, pp. 1–13. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/52.pdf>

Sampaio, C., Zechner, T., Henríquez, C., Coriolano, L., & Fernandes, S. (2014). Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 8(1), pp. 42-58.

Santa Catarina. (2020). Decreto estadual nº 515, 17 de março de 2020. https://www.sc.gov.br/images/Secom_Noticias/Documentos/VERS%C3%83O_ASSINADA.pdf Acesso em: 20 jun. 2021.

Santana, L. R., & Oliveira, T. P. (2005). O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 750, 24 jul 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7044>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Sant'Anna, M. (2019). A cidade- atração: o patrimônio como insumo para o turismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 40, pp. 57-73

Santillán, Á. A. L., & Guardado, G. M. (2010). Turismo, capitalismo e produção do exótico: uma perspectiva crítica para o estudo da mercantilização do espaço e da cultura. *Relaciones Estudios de Historia y Sociedad*, 31(123), pp. 219–260.

Santos, S. C. (1995). *Nova História de Santa Catarina*. 3ª edição. Ilha de Santa Catarina: Terceiro Milênio.

Santos, G. L. (2011). *A institucionalização da atividade pesqueira no Brasil*. avanços e recuos da pesca artesanal e industrial em Florianópolis. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de Geografia, Florianópolis.

Santos, C. R. (2018). O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar. *Rev. CPC*, v.13, n.25 especial, pp.11–47, jan./set. 2018. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/144681-Texto%20do%20artigo-311985-1-10-20180920.pdf

Santos, M. (1999). O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, pp. 15-26.

Santos, M. (2005). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da USP.

Santos, M. (2014). *Espaço e Método*. São Paulo: Editora da USP.

Santos, P. C. F (2019). *Agricultura Urbana no bairro do Campeche, Florianópolis*. UFSC. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204429>

Santos, P. C. F. (2019). *Agricultura Urbana no bairro do Campeche, Florianópolis/SC*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204429/PGCN0710-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12-01-2020

Schmitz, P. C., Silva, D. (2018). *Rancho de pescador na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes.

SEBRAE. (2015). *Cadernos de Desenvolvimento*. Disponível em <https://promo.sebrae-sc.com.br/lp-caderno-de-desenvolvimentos>

SEBRAE. (2019). *Cadernos de Desenvolvimento*. Disponível em <https://promo.sebrae-sc.com.br/lp-caderno-de-desenvolvimentos>

Sharpley, R. (2021). *Sobre a necessidade de consumo sustentável do turismo*. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1468797620986087>

Shiraishi Neto, J. (2007). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA.

Silva, F. P. S., Matta, A. E. R., & Coimbra de Sá, N. (2016). Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 16(2), pp. 79-92.

Silva, K. T. P., Ramiro, R., & Teixeira, B. S. (2010). Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (2010). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Silveira, M. A. T., & Rodrigues, A. B. (2015). Urbanização turística no Brasil : um foco em Florianópolis – Santa Catarina. *Via* [Online], 7 | 2015, posto online no dia 01 julho 2015, consultado o 06 dezembro 2021. URL : <http://journals.openedition.org/viatourism/630> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/viatourism.630>

Silvestrin, M. L, & Dianovsky, D. (2017). Reconhecimento do Patrimônio Imaterial, mercado e política - reflexões a partir de uma experiência de estado. *Revista Andaluza de Antropología*, n. 12, Mar. 2017, pp. 70-93.

- Sofronovi, B. (2018). The development of the travel and tourism industry in the world. *Annals of Spiru Haret University*. Economic Series. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267905952.pdf>
- Sotratti, M. A. (2015). Revitalização. In Rezende, M. B., Grieco, B., Teixeira, L., & Thompson, A. (Orgs.). (2015). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta).
- Souza, J. T. P., Barbosa, T. C. P., & Burgos, R. (2003). Uma experiência de planejamento comunitário. O caso da planície do Campeche - Florianópolis - Sc. Brasil. *Revista Katálysis*. 6 (2), jul-dez, pp. 153-162.
- Steffens, E. A. (2008). *Plano Diretor Participativo*. Possibilidade de Consensos? O Caso da Planície Campeche em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008 Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008 Universidad de Barcelona. Acesso em: 21 de outubro de 2020.
- Taylor, L. (2004). *External liberalization, economic performance, and distribution in Latin America and elsewhere*. In Cornia, G. A. (ed.). *Inequality, growth, and poverty in an Era of liberalization and globalization*. Oxford: Oxford University Press.
- Taylor, E., Daye, M., & Kneafsey. (2014). Exploring cultural connectedness in the sustainability of rural community tourism development in Jamaica Pasos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 12 N.o 3. Special Issue. Págs. 525-538. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/881/88130937003.pdf>
- Teixeira, F., & Frederico, C. (2009). *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez.
- Torelly, L. P. (2012). Patrimônio cultural. Notas sobre a evolução do conceito. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.04, Vitruvius, out. 2012 Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>
- Trilling, L. (1973). Sincerity and Authenticity. In Dosse, F. (2013). *O Espaço Habitado Segundo Michel de Certeau*. *ArtCultura - Revista de História, Cultura e Arte*, Julho, 15(27), pp. 85-96.
- Tuan, Y. F. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel.
- Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Unesco. (1989). *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>
- Unesco. (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000115.pdf>

Unesco. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf

Unesco. (2005). *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das expressões Culturais*. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006 Disponível em <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>

Unesco. (2014). *Portal de la Cultura da América Latina y el Caribe*. Boletim Ano VII, nº 12, noviembre 2014.

Urry, J. (1999). *O olhar do turista. Lazer e viagens na sociedade contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel SESC.

Várzea, V. R (1984). *Santa Catarina: a ilha*, Florianópolis: IOESC, 1984.

Veiga, E. V. (2008). *Florianópolis Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes.

Velho, G. (2007). *Patrimônio, Negociação e Conflito In Antropologia e Patrimônio Cultural* - diálogos e desafios contemporâneos. (Organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Cornélia Eckert e Jane Beltrão). Blumenau: Nova Letra.

Vianna, C. R., & Teixeira, J. G. L. C. (2008). Patrimônio imaterial, performance e identidade. *Concinnitas*. ano 9, 1(12), jul 2008.

Vianna, L. R. (2004). Legislação e preservação do patrimônio imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares, 1(1)*. *Semana da Cultura Popular*. pp. 75-83. Rio de Janeiro: UERJ.

Vidal, L. M., & Ferreira, L. S. (2007) *A infraestrutura portuária catarinense no século XX*. Florianópolis: Labplan Udesc.

Vigânico, E. R. (2004). *Desenvolvimento Local e Empowerment no Campeche UFSC*. In Hickenbick, C. Schemes, E. F. (2020) (Orgs). Registro da Pesca artesanal da Tainha no Campeche como Patrimônio Cultural de Santa Catarina. Florianópolis [s.n] 2020.

Virgílio, V. (2003). *Mares e Campos*. Florianópolis: Insular.

Vitorino, C., & Goldschmidt, I. (2013). Celibato no Campo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxCucyl7U-U>

Vizeu, F; Meneghetti, F. K.; Seifert, R. E. (2012), Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012 pp.569–583 Disponível em <https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/abstract/?lang=pt>

Volochko, D. (2019). Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. *Geosp - Espaço e Tempo (Online)*, 23(3), pp. 506-524.

Wagner, A. P. (2004). *Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819)*. pp.149-173. In Brancher, A; Arend, S. M. F. (2004). *História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Williams, R. (1958). *Culture and Society, 1780–1950*. New York. Columbia University Press.

Williams, R. (1965). *The Long Revolution*. New Orleans: Pelican Books.

Williams, R. (1985). *Vocabulary of Culture and Society*. New York: Oxford University Press,

Winkin, Y. (1998). *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Papirus: Campinas.

Zanela, C. C. (1999). *Atrás da Porta: O discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.

Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), pp. 1–14.

Legislação

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). (1961). Lei nº 2975, de 18 de dezembro de 1961. Dispõe sobre Educação e Cultura.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). (1978). Lei Ordinária 5056, de 22 de agosto de 1978. Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Estado e dá outras providências.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). (2018a). Lei nº 17.449 de 10 de janeiro de 2018. Institui o Sistema Estadual de Cultura (Siec) e estabelece outras providências.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). (2018b). Lei nº 17.565, de 6 de agosto de 2018. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). (2019). Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências.

Brasil. (1934). Presidência da República-Casa Civil. Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.

Brasil. (1961). Lei No 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Brasil. (2007). Presidência da República - Casa Civil. Decreto 6040, 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2021). Tombamento do sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257>. Último acesso em: 20-01-2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (2018). *Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000*.

Instituto do Patrimônio Urbano de Florianópolis (IPUF), Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN). (2008). Patrimônio Histórico e Cultural de Natureza Material. Diretrizes Básicas.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). (2014). Processo de Preservação: Tombamento e Enquadramento em Categorias de preservação. CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO ANTIGO CAMPO DE AVIAÇÃO DO CAMPECHE. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/decreto/2014/1370/13707/lei-organica-florianopolis-sc>

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). (1974). Lei nº 1202, de 2 de abril de 1974. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município e cria o órgão competente.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). (1982). Altera dispositivos da Lei Nº 1724, de 08 de maio de 1980 e da consolidação das Leis Tributárias.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (1985). Lei Municipal 2193/85, Plano Diretor dos Balneários. Dispõe Sobre o Zoneamento o Uso e a Ocupação do Solo nos Balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os Área Especial de Interesse Turístico e dá outras providências.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1985/219/2193/lei-ordinaria-n-2193-1985-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-nos-balnearios-da-ilha-de-santa-catarina-declarando-os-area-especial-de-interesse-turistico-e-da-outras-providencias>

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (1986). Decreto Nº 270/86. Tomba, como Patrimônio Histórico e Artístico do Município, conjuntos de edificações existentes na área central do território municipal. Lei Nº 1835/82.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (1991). Lei Nº 3659/91. Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Florianópolis.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (1995). *Criação do Distrito Administrativo do Campeche*.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (1997). *Lei das Áreas de Preservação Cultural*.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2008). Lei nº 7667, de 27 de junho de 2008. Institui o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do Município.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2009). *Lei dos Locais de Memória*.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2014). *Plano Diretor de Florianópolis*.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2014). DECRETO N. 13.707, de 17 de novembro de 2014. Tomba como Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município, o Conjunto Histórico e Paisagístico do Antigo Campo De Pouso do Campeche e Classifica os imóveis inseridos na poligonal resultante e identifica marcos referenciais na Paisagem, localizados no Campeche, nos Termos da Lei 1.202, de 1974 e da Lei Complementar n. 482/2014 (Plano Diretor).

Webgrafia

Associação FloripAmanhã. (2021). Projeto Rodando Engenhos visa envolver famílias, oferecer oficinas e receber turistas. Disponível em:

<http://floripamanha.org/2021/02/projeto-rodando-engenhos-visa-envolver-familias-oferecer-oficinas-e-receber-turistas/>

Boucher, A. (s/d). Las perspectivas del turismo cultural respecto a los objetivos del Milenio para el Desarrollo (OMD). *Pensar Iberoamérica Revista de Cultura*. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/pensariberoamerica/colaboraciones15.htm>

Carlos, A. F. (2017). *O Direito à Cidade na "Era dos Direitos"*. XVII Enanpur. São Paulo.

Chamas, C. (2020). *Gestão e Educação Patrimonial*. In Ciclo de Diálogos Patrimônio Cultural Catarinense. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSTmAeFTPp4>

Cunha, L. (2010). A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. *ReCiL- Repositório Científico Lusófona*. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/665>

Depoimento Amocam à Rádio Campeche (2021). Disponível em: http://radiocampeche.com.br/2021/01/31/greve-da-comcap-o-campeche-e-as-lutas/?fbclid=IwAR03_B9R6wocMkxCExm6I74DQvX7df6Xm1tG1kndTfIASypNFSk1lw0loA. Acesso em: 9 de fevereiro de 2021.

Dison, M. (2014). *Plebiscito Já*. Disponível em: <https://cangarubim.blogspot.com/2014/03/plebiscito-ja.html>

Fernandes, J. R. O. (2010). *Muito antes do SPHAN*: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais. Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>

Florianópolis e Região Convention, & Visitors Bureau. (2020). Evento híbrido Conectando Turismo e Tecnologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpahanmEaMU&t=433s>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). Censo 2010 - Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>

ICOMOS. (1985). Conferência Mundial Sobre Políticas Culturais. Declaração do México. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>

Monte-Mór, R. L. (2017). Por uma Política do Espaço. *XVII Enanpur*. São Paulo. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2416/2394>

ONU. (1968). *Recomendação de Paris*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>

Parente, M. M. T., & Guzzatti, T. (2017). *TURISOL- Contexto*. Website Projeto Bagagem. Disponível em: <https://projetobagagem.org/>

Tendler, S., Tendler, D., Bojunga, C. (2006). *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*.

UNESCO. (2005). The inequality predicament. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/socialperspectiveondevelopment/2015/08/20/the-2005-report-on-the-world-social-situation-the-inequality-predicament/>

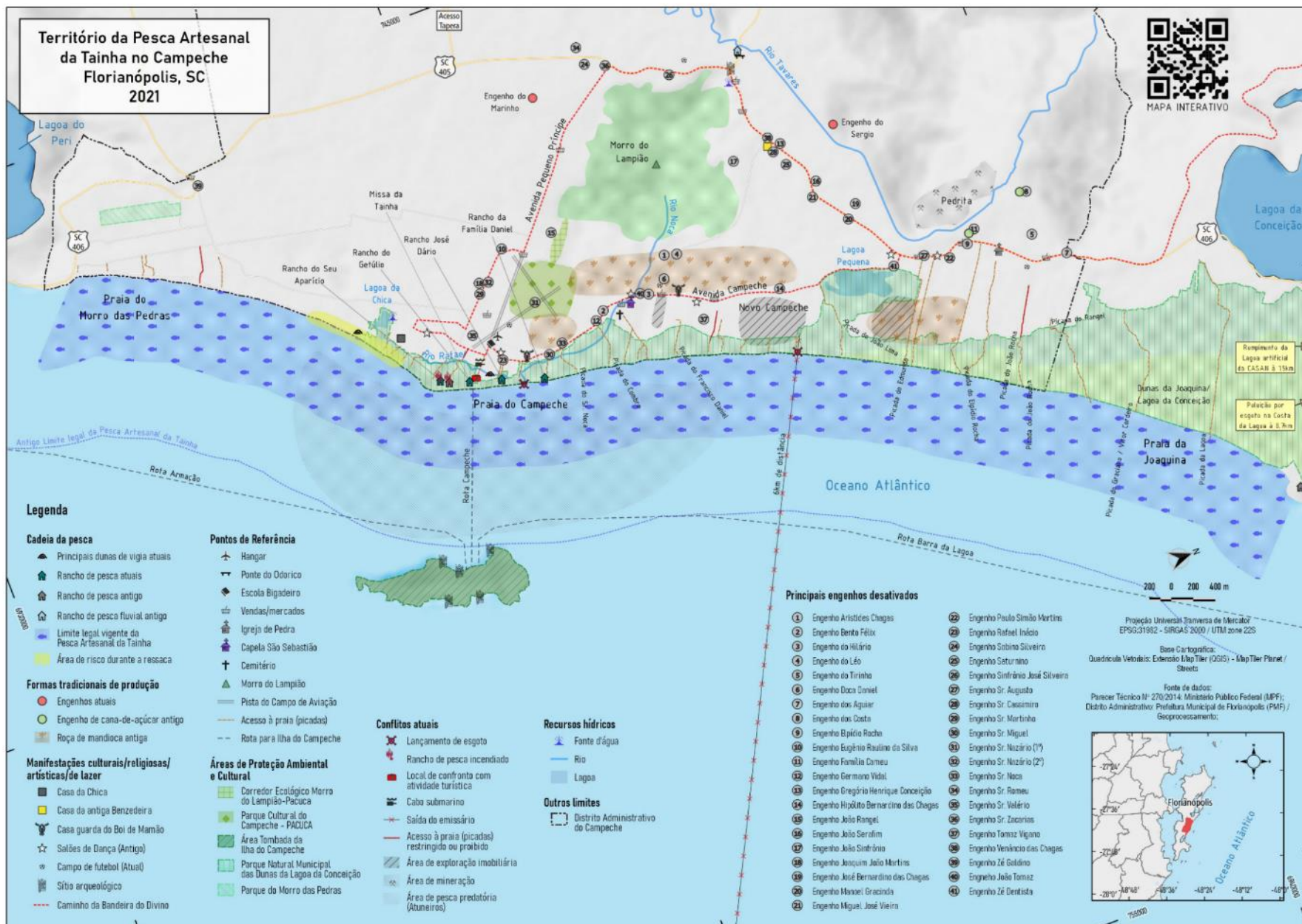
UNESCO. (2016). World Social Science Report, 2016: *Challenging inequalities: pathways to a just world*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245825>

VII Conferência Municipal de Cultura Florianópolis SC. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_04_2019_16.46.26.1259cfa3da5ba1d3c1b9c81391910419.pdf

WWF. (2001). *Guidelines for community-based ecotourism development*. Gland Switzerland. Disponível em: https://www.widecast.org/Resources/Docs/WWF_2001_Community_Based_Ecotourism_Develop.pdf

ANEXOS

Anexo 1 - Mapeamento do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche – Cartografia Social



Anexo 2 - Guião de entrevista a representante de instituição educacional



Guião de entrevista a representante de instituição educacional, parceira do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em processo de Registro em Florianópolis, sobre atuação do Estado no campo patrimonial

Introdução

a- Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá, e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar; informações sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começamos por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1- Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro de bens imateriais, no âmbito de atuação da sua instituição em Florianópolis?

2- Com base na sua experiência institucional, quais são, na sua opinião, os desafios/limites do processo de Registro de bens imateriais, em Florianópolis?

3- Considera que o Registro de bens imateriais, no qual tem participado, tem alcançado efetividade, no sentido da preservação ampla (identificação, certificação, valorização dos bens e práticas culturais certificadas)?

4- Como avalia a relação entre património cultural e turismo, especialmente o imaterial? Esta relação pode contribuir para a preservação dos bens e práticas culturais?

5- Vários pesquisadores têm apontado, à escala nacional e internacional, que os interesses económicos têm suplantado os interesses de preservação do património cultural. Com base na sua experiência institucional com o Registro de bens imateriais, qual é a sua opinião sobre esta questão?

Finalização

1- Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2- Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 3 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina



Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para a pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar. Informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizada para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começamos por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

- 1-Pode falar-me sobre o que significa ser nativo da Ilha de Santa Catarina?
- 2-Como avalia a relação entre os nativos e os que vieram morar na Ilha (relação entre o nativo e os de fora)?
- 3- Como avalia a transformação da Ilha de Santa Catarina?
- 4-Quando começou e como foi a transformação?
- 5-Com as transformações que ocorreram, como vê a permanência dos nativos na Ilha? Quais os lugares que ocupam ou deveriam ocupar?
- 6-Há lugar para o pescador artesanal?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, profissão atual e anterior (no caso de ser aposentado).

Anexo 4 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina



Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina

Introdução

a-Recordar que somos professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e doutoranda em Geografia no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Portugal.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: complementar dados recolhidos em 2019 sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. Aferir como está a evoluir a situação em contexto de COVID-19 e quais têm sido os apoios políticos e sociais para o Turismo de Base Comunitária e a preservação do património cultural.

c-Solicitação de permissão para gravar. Informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Vou começar por lhe fazer algumas perguntas relacionadas com a identidade nativa.

1-Em outra entrevista você mencionou muito a relação com novos moradores (*os de fora*) e com turistas. Pode falar um pouco mais sobre isso e se no último ano e meio essa relação mudou?

2-Como é hoje em dia a relação com *os de fora*? Como deveria/poderia ser?

3-Considera que a *identidade nativa* tem relação direta com os que vieram de fora?

Vou agora fazer algumas perguntas sobre preservação do património cultural.

4-Afirmou anteriormente que as ações mais importantes no campo patrimonial são de *recuperação* e de *manutenção* dos bens culturais e naturais. Mas, até ao momento, tem atuado mais na *visibilidade*. Poderia falar um pouco sobre isso?

5- Na investigação que estamos a realizar, nomeadamente na análise das entrevistas exploratórias, de fontes documentais e de notas de campo, obtivemos como resultado parcial o entendimento segundo o qual os nativos mais jovens e que são líderes estão preocupados com a continuidade das manifestações culturais (preservação do património cultural) e, por seu turno, os nativos mais idosos não têm esta preocupação? Como avalia este resultado?

6-Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro da pesca artesanal da tainha no Campeche (Florianópolis) como património cultural pela Fundação Catarinense de Cultura? Quais foram as motivações para a solicitação do Registro?

7-Como avalia o processo de certificação da pesca artesanal da tainha no Campeche? Qual é a sua opinião sobre o momento após a certificação?

8-Como avalia o apoio de instituições como ONG e de ensino (como o IFSC) e os detentores dos bens culturais? Considera que este apoio pode gerar dependência, e por sua vez, fragilizar as organizações? O que sugere como estratégias neste apoio?

Falemos agora sobre o turismo em Florianópolis e sobre a questão da COVID-19.

9-O que pensa sobre o turismo que tem predominado em Florianópolis? E agora com a COVID-19?

10-Que impactes identifica, com destaque para os económicos, os sociais, os culturais, os ambientais e os políticos, da COVID-19 no turismo em Florianópolis?

11-Que estratégias foram e estão a ser desenvolvidas na sua área de atuação, da parte do Estado, em especial da Prefeitura, da parte da Sociedade Civil Organizada e da parte do Setor Produtivo em relação ao turismo?

12-Como pensa que serão as coisas no futuro em relação ao turismo? Como gostaria que fossem, e o que pode ser feito para que se realizem?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 5 - Guião de entrevista à direção das instituições responsáveis pela proteção municipal, estadual e federal do património cultural imaterial.



Guião de entrevista à direção das instituições responsáveis pela proteção municipal, estadual e federal do património cultural imaterial situado em Florianópolis, respectivamente, Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, Fundação Catarinense de Cultura e Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b-Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começo por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1-Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro de bens imateriais, no âmbito de atuação da sua instituição em Florianópolis?

2-Com base na sua experiência institucional, quais são, na sua opinião, os desafios/limites do processo de Registro de bens imateriais, em Florianópolis?

3-Considera que o Registro de bens imateriais, no qual tem participado, tem sido efetivo, no sentido da preservação ampla (identificação, certificação, valorização dos bens e práticas culturais certificadas)?

4-Como avalia a relação entre património cultural e turismo, especialmente o imaterial? Esta relação pode contribuir para a preservação dos bens e práticas culturais?

5-Vários pesquisadores têm apontado, à escala nacional e internacional, que os interesses económicos têm suplantado os interesses de preservação do património cultural. Com base na sua experiência institucional com o Registro de bens imateriais, qual é a sua opinião sobre esta questão?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 6 - Guião de entrevista a representantes do Setor Produtivo



Guião de entrevista a representantes do Setor Produtivo

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. Aferir como está a evoluir a situação em contexto de COVID-19 e quais têm sido os apoios políticos e sociais para o Turismo de Base Comunitária e a preservação do património cultural.

A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começo por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1-Como avalia o tipo de turismo existente em Florianópolis?

2- É possível trabalhar com turismo e, ao mesmo tempo, desenvolver a preservação patrimonial, seja natural, seja cultural? De que forma?

3-Como avalia, no âmbito do turismo, a capacidade de carga em Florianópolis?

4- O trabalho que desenvolve tem relação com a preservação ambiental ou cultural? Pode falar-me um pouco sobre o seu trabalho?

Falemos agora sobre o turismo em Florianópolis e sobre a questão da COVID-19.

5-O que pensa sobre o turismo que tem predominado em Florianópolis? E agora com a COVID-19?

6-Que impactes identifica, com destaque para os económicos, os sociais, os culturais, os ambientais e os políticos, da COVID-19 no turismo em Florianópolis?

7-Que estratégias foram e estão a ser desenvolvidas na sua área de atuação, da parte do Estado, em especial da Prefeitura, da parte da Sociedade Civil Organizada e da parte do Setor Produtivo em relação ao turismo?

8-Como pensa que serão as coisas no futuro em relação ao turismo? Como gostaria que fossem, e o que pode ser feito para que se realizem?

Finalização

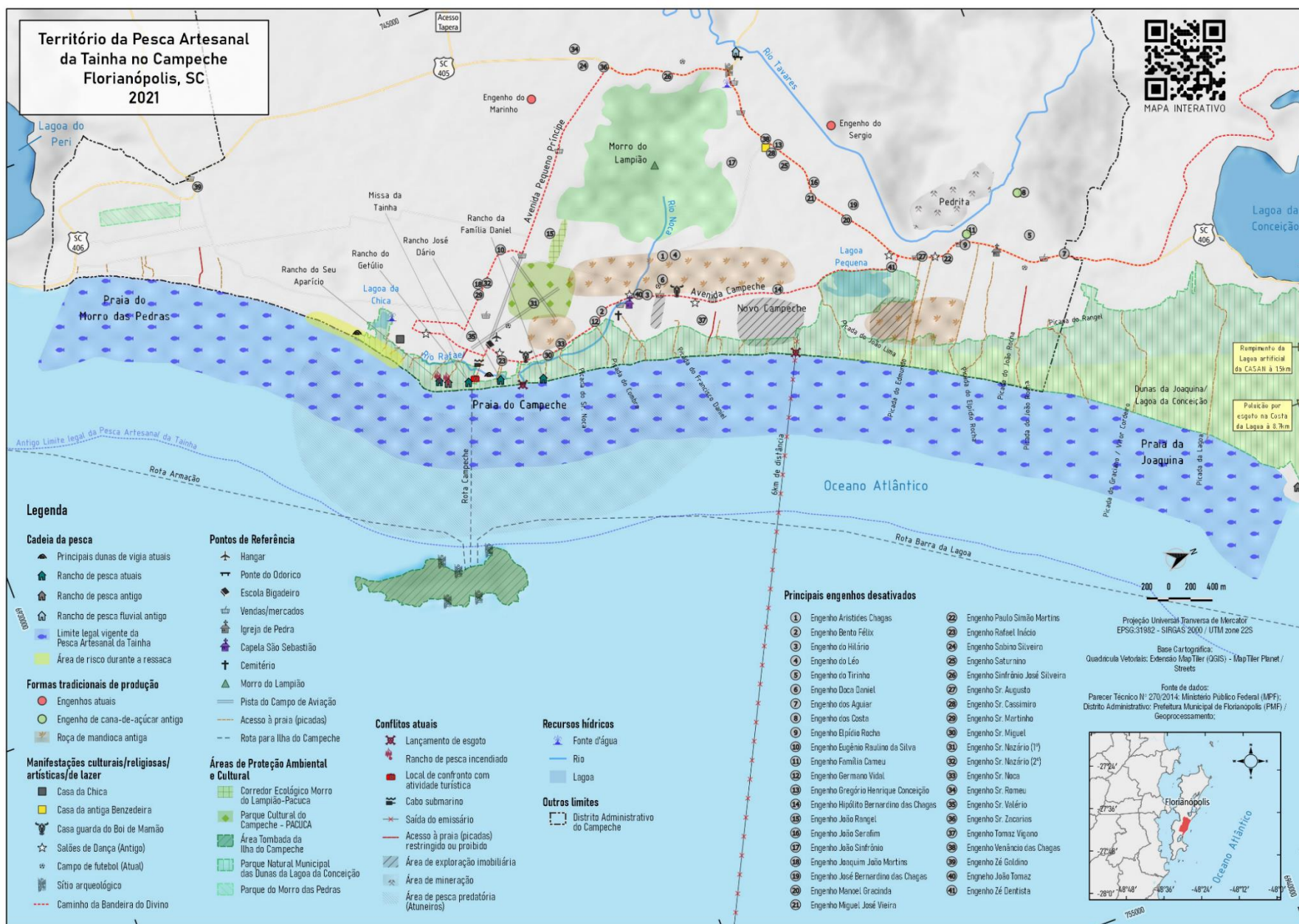
1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 7 – Declarações de autorização de entrevistas e de registos fotográficos

ANEXOS

Anexo 1 - Mapeamento do Território Tradicional da Pesca Artesanal da Tainha no Distrito do Campeche – Cartografia Social



Anexo 2 - Guião de entrevista a representante de instituição educacional



Guião de entrevista a representante de instituição educacional, parceira do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em processo de Registro em Florianópolis, sobre atuação do Estado no campo patrimonial

Introdução

a- Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá, e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c- Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar; informações sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começamos por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1- Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro de bens imateriais, no âmbito de atuação da sua instituição em Florianópolis?

2- Com base na sua experiência institucional, quais são, na sua opinião, os desafios/limites do processo de Registro de bens imateriais, em Florianópolis?

3- Considera que o Registro de bens imateriais, no qual tem participado, tem alcançado efetividade, no sentido da preservação ampla (identificação, certificação, valorização dos bens e práticas culturais certificadas)?

4- Como avalia a relação entre património cultural e turismo, especialmente o imaterial? Esta relação pode contribuir para a preservação dos bens e práticas culturais?

5- Vários pesquisadores têm apontado, à escala nacional e internacional, que os interesses económicos têm suplantado os interesses de preservação do património cultural. Com base na sua experiência institucional com o Registro de bens imateriais, qual é a sua opinião sobre esta questão?

Finalização

- 1- Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.
- 2- Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 3 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina



Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para a pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar. Informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizada para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começamos por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1-Pode falar-me sobre o que significa ser nativo da Ilha de Santa Catarina?

2-Como avalia a relação entre os nativos e os que vieram morar na Ilha (relação entre o nativo e os *de fora*)?

3- Como avalia a transformação da Ilha de Santa Catarina?

4-Quando começou e como foi a transformação?

5-Com as transformações que ocorreram, como vê a permanência dos nativos na Ilha? Quais os lugares que ocupam ou deveriam ocupar?

6-Há lugar para o pescador artesanal?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, profissão atual e anterior (no caso de ser aposentado).

Anexo 4 - Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina



Guião de entrevista a nativos da Ilha de Santa Catarina

Introdução

a-Recordar que somos professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e doutoranda em Geografia no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Portugal.

b-Informação sobre o objetivo da entrevista: complementar dados recolhidos em 2019 sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. Aferir como está a evoluir a situação em contexto de COVID-19 e quais têm sido os apoios políticos e sociais para o Turismo de Base Comunitária e a preservação do património cultural.

c-Solicitação de permissão para gravar. Informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Vou começar por lhe fazer algumas perguntas relacionadas com a identidade nativa.

1-Em outra entrevista você mencionou muito a relação com novos moradores (*os de fora*) e com turistas. Pode falar um pouco mais sobre isso e se no último ano e meio essa relação mudou?

2-Como é hoje em dia a relação com *os de fora*? Como deveria/poderia ser?

3-Considera que a *identidade nativa* tem relação direta com os que vieram de fora?

Vou agora fazer algumas perguntas sobre preservação do património cultural.

4-Afirmou anteriormente que as ações mais importantes no campo patrimonial são de *recuperação* e de *manutenção* dos bens culturais e naturais. Mas, até ao momento, tem atuado mais na *visibilidade*. Poderia falar um pouco sobre isso?

5- Na investigação que estamos a realizar, nomeadamente na análise das entrevistas exploratórias, de fontes documentais e de notas de campo, obtivemos como resultado parcial o entendimento segundo o qual os nativos mais jovens e que são líderes estão preocupados com a continuidade das manifestações culturais (preservação do património cultural) e, por seu turno, os nativos mais idosos não têm esta preocupação? Como avalia este resultado?

6-Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro da pesca artesanal da tainha no Campeche (Florianópolis) como património cultural pela Fundação Catarinense de Cultura? Quais foram as motivações para a solicitação do Registro?

7-Como avalia o processo de certificação da pesca artesanal da tainha no Campeche? Qual é a sua opinião sobre o momento após a certificação?

8-Como avalia o apoio de instituições como ONG e de ensino (como o IFSC) e os detentores dos bens culturais? Considera que este apoio pode gerar dependência, e por sua vez, fragilizar as organizações? O que sugere como estratégias neste apoio?

Falemos agora sobre o turismo em Florianópolis e sobre a questão da COVID-19.

9-O que pensa sobre o turismo que tem predominado em Florianópolis? E agora com a COVID-19?

10-Que impactes identifica, com destaque para os económicos, os sociais, os culturais, os ambientais e os políticos, da COVID-19 no turismo em Florianópolis?

11-Que estratégias foram e estão a ser desenvolvidas na sua área de atuação, da parte do Estado, em especial da Prefeitura, da parte da Sociedade Civil Organizada e da parte do Setor Produtivo em relação ao turismo?

12-Como pensa que serão as coisas no futuro em relação ao turismo? Como gostaria que fossem, e o que pode ser feito para que se realizem?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 5 - Guião de entrevista à direção das instituições responsáveis pela proteção municipal, estadual e federal do património cultural imaterial.



Guião de entrevista à direção das instituições responsáveis pela proteção municipal, estadual e federal do património cultural imaterial situado em Florianópolis, respectivamente, Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, Fundação Catarinense de Cultura e Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b-Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começo por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1-Pode falar-me sobre a sua experiência com o Registro de bens imateriais, no âmbito de atuação da sua instituição em Florianópolis?

2-Com base na sua experiência institucional, quais são, na sua opinião, os desafios/limites do processo de Registro de bens imateriais, em Florianópolis?

3-Considera que o Registro de bens imateriais, no qual tem participado, tem sido efetivo, no sentido da preservação ampla (identificação, certificação, valorização dos bens e práticas culturais certificadas)?

4-Como avalia a relação entre património cultural e turismo, especialmente o imaterial? Esta relação pode contribuir para a preservação dos bens e práticas culturais?

5-Vários pesquisadores têm apontado, à escala nacional e internacional, que os interesses económicos têm suplantado os interesses de preservação do património cultural. Com base na sua experiência institucional com o Registro de bens imateriais, qual é a sua opinião sobre esta questão?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

Anexo 6 - Guião de entrevista a representantes do Setor Produtivo



Guião de entrevista a representantes do Setor Produtivo

Introdução

a-Apresentação pessoal, como professora do IFSC, membro da Comunidade Tekoá e pesquisadora.

b- Informação sobre o objetivo da entrevista: recolher dados para pesquisa sobre património cultural e turismo na Ilha de Santa Catarina. Aferir como está a evoluir a situação em contexto de COVID-19 e quais têm sido os apoios políticos e sociais para o Turismo de Base Comunitária e a preservação do património cultural.

A pesquisa está em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Portugal, no âmbito do doutoramento em Geografia, sob orientação da Professora Paula Cristina Remoaldo.

c-Solicitação de permissão para gravar; informação sobre a posterior transformação do áudio em texto, que será disponibilizado para a aprovação do entrevistado, e possíveis alterações que queira realizar. Informação sobre o resultado do estudo, que ficará acessível através da publicação da tese e de artigos científicos.

Desenvolvimento

Começo por lhe fazer uma pergunta de cunho mais geral.

1-Como avalia o tipo de turismo existente em Florianópolis?

2- É possível trabalhar com turismo e, ao mesmo tempo, desenvolver a preservação patrimonial, seja natural, seja cultural? De que forma?

3-Como avalia, no âmbito do turismo, a capacidade de carga em Florianópolis?

4- O trabalho que desenvolve tem relação com a preservação ambiental ou cultural? Pode falar-me um pouco sobre o seu trabalho?

Falemos agora sobre o turismo em Florianópolis e sobre a questão da COVID-19.

5-O que pensa sobre o turismo que tem predominado em Florianópolis? E agora com a COVID-19?

6-Que impactes identifica, com destaque para os económicos, os sociais, os culturais, os ambientais e os políticos, da COVID-19 no turismo em Florianópolis?

7-Que estratégias foram e estão a ser desenvolvidas na sua área de atuação, da parte do Estado, em especial da Prefeitura, da parte da Sociedade Civil Organizada e da parte do Setor Produtivo em relação ao turismo?

8-Como pensa que serão as coisas no futuro em relação ao turismo? Como gostaria que fossem, e o que pode ser feito para que se realizem?

Finalização

1-Agradecimento e encaminhamento sobre a forma de acesso ao texto da entrevista.

2-Solicitação de dados pessoais: nome completo, idade, nível de escolaridade e profissão atual.

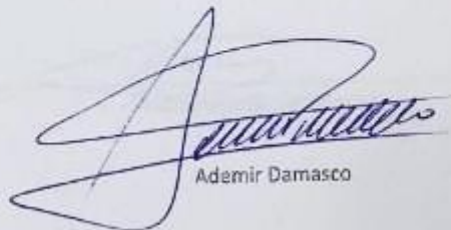
Anexo 7 – Declarações de autorização de entrevistas e de registos fotográficos



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Ademir Damasco, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.



Ademir Damasco

Florianópolis, 4 de novembro de 2021.



DECLARAÇÃO

Eu, Camila Pires, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Camila Pires

Florianópolis, 30 de novembro de 2021 .





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Ataíde Silva, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.


Ataíde Silva

Florianópolis, 14 de novembro de 2021.




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

AUTORIZAÇÃO

Eu, Diego Murilo dos Santos autorizo claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas em entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2020.



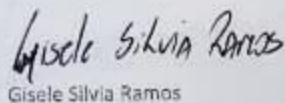
Diego Murilo dos Santos



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Gisele Sílvia Ramos, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.



Gisele Sílvia Ramos

Forianópolis, 15 de novembro de 2021.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Josete Sadrini, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante a entrevista, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.


Josete Sadrini

Fundação Cultural De Florianópolis Franklin Cascaes

Florianópolis, 02 de dezembro de 2019.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Kelvin Elias, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

A handwritten signature in blue ink that reads "Kelvin Elias". The signature is fluid and cursive.

Kelvin Elias



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Gilberto Bernardes Medeiros Junior, autorizo Cláudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante a entrevista, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Gilberto Bernardes Medeiros Junior

Florianópolis, 05 de novembro de 2021 .



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Pedro Aparício Inácio, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Património Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Pedro Aparício Inácio

Pedro Aparício Inácio

Fiorlanópolis, 5 de novembro de 2021.



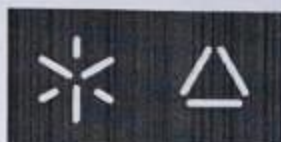
Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Roberta de Paula Bráz, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante as entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Roberta de Paula Bráz
Roberta de Paula Bráz

Florianópolis, 15 de novembro de 2021.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Rodrigo Rosa, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas durante a entrevista, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.


Rodrigo Rosa

Fundação Catarinense de Cultura

Florianópolis, 02 de dezembro de 2019.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Gisele Silvia Ramos, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as fotografias de minha autoria na tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Gisele Silvia Ramos
Gisele Silvia Ramos

Florianópolis, 10 de outubro de 2021.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Mathias de Barcelos, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as fotografias de minha autoria na tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Mathias de Barcelos

Mathias de Barcelos

Florianópolis, 10 de outubro de 2021.



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

DECLARAÇÃO

Eu, Paulo Callegari, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar a fotografia de minha autoria *Mutirão na Roça*, na tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.



Paulo Antonio Callegari



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

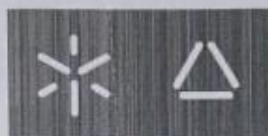
DECLARAÇÃO

Eu, Heloísa de Campos Lalane, autorizo Claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar a fotografia de minha autoria *Mutirão na Roça*, na tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

A handwritten signature in blue ink that reads "Heloisa C. Lalane".

Heloisia de Campos Lalane

Florianópolis, 10 de outubro de 2021.

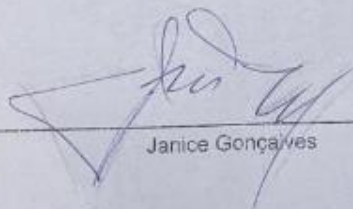


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

AUTORIZAÇÃO

Eu, Janice Gonçalves, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), autorizo claudia Hickenbick, estudante de doutoramento em Geografia, do Instituto das Ciências Sociais da Universidade do Minho, a utilizar as informações por mim facultadas em entrevistas e depoimentos, para a elaboração da tese de doutoramento sobre Patrimônio Cultural e Turismo, orientada pela Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo, Professora Catedrática do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2020.



Janice Gonçalves